

Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS
Mestrado em Museologia e Patrimônio

CRENCIAR MUSEUS:

***UM ESTUDO PARA O CREDENCIAMENTO DE
MUSEUS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO***

LUCIENNE FIGUEIREDO DOS SANTOS

UNIRIO/MAST – RIO DE JANEIRO, Junho de 2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

LUCIENNE FIGUEIREDO DOS SANTOS

CRENCIAR MUSEUS: UM ESTUDO PARA O CREDENCIAMENTO DE MUSEUS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS – da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Museologia e Patrimônio.

Rio de Janeiro, 2015

FOLHA DE APROVAÇÃO

“CREDENCIAR MUSEUS: UM ESTUDO PARA O CREDENCIAMENTO DE MUSEUS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO” de LUCIENNE FIGUEIREDO DOS SANTOS

Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS – da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Museologia e Patrimônio.

APROVADA POR:

Profª Drª Manuelina Maria Duarte Cândido

Profª Drª Maria Esther Valente (Orientadora)

Prof. Dr. Marcio Rangel

Prof. Dr. Luiz Carlos Borges - suplente

Em: 1º de junho de 2015

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço à Graça Filipe, que conheci em Belém no II Seminário Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários, e que após eu comentar sobre minha vontade de apresentar um artigo para o Encontro em Seixal, Portugal, estimulou-me de imediato.

À Prof^a Dr^a Clara Frayão Camacho, que generosamente me municiou de Bibliografia sobre o tema, ao Prof. Ivan Coelho de Sá por me dizer que eu não poderia desistir, ao Prof Dr .Márcio Rangel que com sua dedicação e apuro me fez olhar para o tema escolhido enxergando muitas possibilidades, e a todos os professores com quem tive o privilégio de estudar e conviver, porque contribuíram para que eu me tornasse uma profissional melhor preparada.

Uma menção especial a Prof^a Dr^a Maria Esther Valente por sua paciência e generosidade intelectual na condução desta dissertação e a Prof^a Dr^a Manuelina Duarte que conheci no IV Fórum de Museus em Fortaleza, apresentando sua tese que logo me encantou, sendo que no ano seguinte a convidei para minha banca - que ela prontamente aceitou, contribuindo também com suas valiosas sugestões e bibliografia atualizada.

Não posso deixar também de agradecer aos meus colegas mestrandos e doutorandos com os quais dividi a elaboração de trabalhos e leituras, além dos botecos e as risadas.

Sem ele, não teria conseguido: meu irmão Ricardo Paes de Figueiredo, que sempre esteve presente para uma conversa sobre a pesquisa, uma revisão de última hora e o estímulo de todo dia. Meu muito obrigada especial.

DEDICATÓRIA

À minha mãe, Maria de Lourdes Conceição, primeira a saber do meu desejo de fazer o Mestrado e que em todos os seus dias apostou que eu daria conta. A sua alegria e companhia me manteve entusiasmada mesmo quando exausta. Ela não está mais entre vocês todos, mas continua ao meu lado. Ao meu pai José Paes de Figueiredo, a minha querida Tia Mía, que estariam felizes em compartilhar esse momento comigo.

À minha família, meu marido Weber, que teve que aguentar minha ausência mesmo estando em casa debruçada nos livros e grudada ao computador.

Aos meus filhos Daniel, Felipe e Marcella que sempre foram e continuam sendo minha razão de tudo nessa vida, e aos meus novos amores Laura e Eduardo que ainda não sabem o significado disso tudo, mas entenderão um dia porque a Vovó Lu os colocou aqui.

Ao meu irmão Ricardo Paes de Figueiredo, que sempre me surpreende com sua mente brilhante e sua disponibilidade incansável desde quando éramos crianças!

Diferentemente dos que não gostam ou simplesmente não se encantam com os museus, e que os vêem como resíduos do passado, eu gosto dos museus. De todo e qualquer museu. E tenho especial apreço por aqueles que têm cheiro de vida e querem, por decisão de quem os alimenta, inundar a vida de mais vida; gosto dos museus fazendo e se refazendo.¹

Gilberto Gil

¹ Extraído da “Política Nacional de Museus”, 2009, p.9 - Disponível em <<http://ow.ly/Mpd31>>. Acessado em 01/05/2015.

RESUMO

SANTOS, Lucienne Figueiredo dos. **Credenciar Museus: Um estudo para o credenciamento de museus do estado do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS), UniRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2015, 164p.

O estudo centrou-se em conhecer os padrões de certificação de diferentes instituições museológicas nacionais e internacionais, visando levantar critérios que possam auxiliar na elaboração de sistemas de credenciamento e/ou acreditação de museus, considerando as especificidades locais. Para tal, definiu-se como ambiente de estudo os museus fluminenses. A partir dos relatórios das Visitas Técnicas realizadas pelo Sistema Estadual de Museus do Rio de Janeiro (SIM-RJ), fontes primárias dessa pesquisa, pode-se constatar a importância de inicialmente aprofundar a conceituação de museu, o que foi feito com o auxílio de autores como Bernard Deloche, Tomislav Sola, André Desvallées, Tereza Scheiner, Hugues De Varine, entre outros. A definição serviu de fundamento para a comparação dos decretos de criação dos sistemas de museus estaduais e municipais brasileiros. Estes foram cotejados com as diretrizes do Sistema Brasileiro de Museus - IBRAM, constatando-se a convergência em sua maioria dos objetivos e do funcionamento, permitindo entendê-los como ferramentas de gestão das políticas públicas do setor dos museus. Após uma análise dos sistemas de credenciamento de museus de outros países, elencou-se dentre os parâmetros encontrados, aqueles critérios considerados na pesquisa como basilares para um esboço de sistema de credenciamento para os museus brasileiros e em particular para o estado do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Museologia, Credenciamento, Sistemas de Museus.

ABSTRACT

SANTOS, Lucienne Figueiredo dos. **Accredit Museums: A study for the accreditation of museums in the state of Rio de Janeiro**. Master's dissertation. Graduate Program in Museology and Heritage (PPG-PMUS), UniRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2015, 164p.

The study focused on understanding the certification standards used by different national and international museum institutions to establish criteria that can lead to the development of accreditation systems and/or accreditation of museums, considering the local conditions. The scope of this research was the Fluminense (State of Rio de Janeiro, Brasil) museums. The reports from the technical visits carried out by the State System of Museums of Rio de Janeiro (SIM-RJ), were used as primary sources in this research. The importance of establishing an all-encompassing concept for museums was also built based on the works of - which was done with the aid of authors like Bernard Deloche, Tomislav Sola, André Desvallées, Tereza Scheiner, Hugues De Varine, among others. The definition was the basis for the comparison of decrees that created state and municipal museums systems in Brazil. These were compared with the guidelines of the Brazilian Museums System - IBRAM, notably the similarity in the objectives and functioning, enabling us to understand them as public policy management tools in the museums sector. After analyzing accreditation systems of international museums those criteria considered fundamental to an accreditation system became an outline for Brazilian museums and in particular for the state of Rio de Janeiro.

Keywords: Museology, Accreditation, Systems of Museums

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Cronograma de Transformações Técnicas-Funcionais da FEMURJ à Superintendência de Museus/FUNARJ (RIO DE JANEIRO, s/d, p.9).....	38
Ilustração 2 - Sistemas de Museus Estaduais e Municipais (1986-2015).....	56

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Política Nacional de Museus (Debates no RJ)	9
Quadro 2 - Municípios Fluminenses por Região	13
Quadro 3 - Transição FEMURJ-FUNARJ (1977-1980)	39
Quadro 4 - Quadro Técnico: FEMURJ e FUNARJ (1975-1980)	40
Quadro 5 - Atividades dos Museus da FUNARJ (1979-1980)	41
Quadro 6 - Primeira Comissão Consultiva do SIM-RJ	48
Quadro 7 - Oficinas Técnicas realizadas pelo SIM-RJ (2009-2012)	51
Quadro 8 - Quadro Sinótico de criação de sistemas estaduais e municipais (1986-2014).....	65

LISTA DE SIGLAS

- **AAM** - *American Alliance of Museums* (Aliança Americana de Museus) antiga *American Association of Museums* (Associação Americana de Museus).
- **ABNT** - Associação Brasileira de Normas Técnicas
- **CNM** - Cadastro Nacional de Museus
- **COSEM-PR** - Coordenação do Sistema Estadual de Museus do Paraná
- **DEMU** - Departamento de Museus e Centros Culturais
- **DGPC** - Direção Geral do Patrimônio Cultural
- **FEMURJ** - Fundação Estadual de Museus
- **FUNARJ** - Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro
- **HERITY** - (*Heritage + Quality*) - Organização Internacional para a Gestão de Qualidade do Patrimônio Cultural
- **HGES** - *HERITY Global Evaluation System*
- **IBRAM** - Instituto Brasileiro de Museus
- **ICOFOM** - *International Committee for Museology* (Comitê Internacional para Museologia)
- **ICOFOM-LAM** - *International Committee for Museology (Latinamerica)*
- **ICOM** - *International Council of Museums* (Conselho Internacional de Museus)
- **ICR** - *International Committee for Regional Museums* (Comitê Internacional para Museus Regionais)
- **INELIVRO** - Instituto Estadual do Livro
- **INMETRO** - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
- **IPHAN** - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- **IPM** - Instituto Português de Museus
- **IPPC** - Instituto Português do Patrimônio Cultural
- **ISPCN** - Instituto de Salvaguarda do Patrimônio Cultural e Natural
- **ISSON** - *International Summer School of Museology*
- **LEED** - *Leadership in Energy and Environmental Design*
- **MinC** - Ministério da Cultura
- **MINOM** - Movimento Internacional para uma Nova Museologia
- **MIS-RJ** - Museu de Imagem e do Som do Rio de Janeiro
- **OAC** - Observatório de Atividades Culturais
- **SMOP** - Sistema Municipal de Museus de Ouro Preto (Minas Gerais)
- **PNC** - Plano Nacional de Cultura
- **POC** - Programa Operacional da Cultura
- **PT-RS** - Cidade de Pelotas - Estado do Rio Grande do Sul
- **PSNM** - Plano Setorial Nacional de Museus
- **REMUS** - Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro
- **RG-RS** - Cidade de Rio Grande - Estado do Rio Grande do Sul
- **RPM** - Rede Portuguesa de Museus
- **SAM-AL** - Sistema Alagoano de Museus
- **SBM** - Sistema Brasileiro de Museus
- **SEC-RJ** - Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro
- **SEM-CE** - Sistema Estadual de Museus do Ceará
- **SEM-GO** - Sistema Estadual de Museus de Goiás
- **SEM-MG** - Sistema Estadual de Museus de Minas Gerais
- **SEM-PI** - Sistema Estadual de Museus do Piauí

- **SEM-RS** - Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul
- **SEM-SC** - Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina
- **SIEM-MS** - Sistema Estadual de Museus de Mato Grosso do Sul
- **SIM-DF** - Sistema de Museus do Distrito Federal
- **SIM-PA** - Sistema Integrado de Museus do Pará
- **SIM-RJ** - Sistema Estadual de Museus do Rio de Janeiro
- **SISEM-SP** - Sistema Estadual de Museus de São Paulo
- **SMM-SL** - Cidade de São Luís - Estado do Maranhão
- **SMM** - Sistema Municipal de Museus
- **SMM-JIle** - Sistema Municipal de Museus de Joinville (Santa Catarina)
- **SM-RS** - Cidade de Santa Maria - Estado do Rio Grande do Sul
- **SNM** - Sistema Nacional de Museus
- **UNESCO** - *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*
(Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1	8
1.1 O ambiente de estudo: o Estado do Rio de Janeiro e o campo museal	8
1.2 Por um conceito de museu	14
1.3 Para quê credenciar museus?	27
Capítulo 2	32
2.1 Os museus do Estado do Rio de Janeiro (1975-2014)	32
2.2 O Sistema Estadual de Museus do Rio de Janeiro	43
2.3 Sistemas Estaduais e Municipais de Museus no Brasil	55
Capítulo 3	66
3.1 Sistemas Internacionais de Acreditação e Credenciamento de Museus	66
3.2 Um caminho de credenciamento dos museus no Estado do RJ	85
3.3 Proposta de critérios de certificação para os museus do estado do Rio de Janeiro.....	88
Capítulo 4 Considerações Finais	92
Apêndices	102
• APÊNDICE A - Recomendações para preenchimento, formulário e glossário (Cadastro Fluminense de Museus)	102
• APÊNDICE B - Relação e descrição dos Museus herdados (1974-2014) - SIM/RJ	117
• APÊNDICE C.1 - Tabela Comparativa - Decretos de Criação dos Sistemas Estaduais: SP, GO, PR e RS	122
• APÊNDICE C.2 - Tabela Comparativa - Decretos de Criação dos Sistemas Estaduais: PA, CE, MT e MG	129
• APÊNDICE C.3 - Tabela Comparativa - Decretos de Criação dos Sistemas Estaduais: AL, PI, MS e RJ	134
• APÊNDICE C.4 - Tabela Comparativa - Decretos de Criação dos Sistemas Estaduais: SC, DF e SE	140
• APÊNDICE C.5 - Tabela Comparativa - Decretos de Criação dos Sistemas Municipais: Ouro Preto-MG, Pelotas-RS, Rio Grande-RS e Santa Maria-RS	145
• APÊNDICE C.6 - Tabela Comparativa - Decretos de Criação dos Sistemas Municipais: São Luis-MA, Joinville-SC e Petrópolis-RJ	152
• APÊNDICE D - Tabela Comparativa Sinótica - Sistemas de Museus Estaduais e Municipais (em ordem de criação)	159
• APÊNDICE E - Relatório Completo de uma Visita Técnica	163
• APÊNDICE F - Formulário de Checagem: Administração, Coleção, Exposição, Educação /Comunicação, Serviços ao Visitante e Avaliação, Relações Públicas, Marketing	164
• APÊNDICE G - EDITAIS SMU-SEC/RJ (2010-2011-2012-2013): Chamada 013/2010: Apoio a modernização e preservação de museus; Chamada 014/2010: Modernização de	

Museus; Chamada 22/2011: Dinamização de Museus; Chamada 15/2012: Apoio ao Desenvolvimento de Museus e Instituições Museológicas.....	171
--	-----

Anexos

- ANEXO A - Mapa do Estado do RJ: Municípios e Regiões 187
- ANEXO B - Quantos e Quem Somos? 188
- ANEXO C - Sistemas de Credenciamento Internacionais 189

Ficha catalográfica

S237c

Santos, Lucienne Figueiredo dos

Credenciar museus : um estudo para o credenciamento de museus do estado do Rio de Janeiro / Lucienne Figueiredo dos Santos. - Rio de Janeiro, 2015.

193 f.

Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS) - Universidade Federal do Estado Rio de Janeiro/MAST, 2015.

1. Museologia – Rio de Janeiro (Estado). 2. Museus – Credenciamento – Rio de Janeiro (Estado). 3. Sistema Estadual de Museus do Rio de Janeiro. 4. Política Nacional de Museus (Brasil). I. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. II. Título.

CDD 069.0608153

INTRODUÇÃO

Desde 1978 venho atuando em diversas instituições culturais do Estado do Rio de Janeiro, entre as quais se destacam: o Instituto Estadual do Livro (INELIVRO), a Biblioteca Pública do Estado do RJ¹, o Museu dos Teatros, a Casa França Brasil, a Casa de Cultura Laura Alvim e o Museu Antônio Parreiras, sendo que neste último como diretora durante o período de outubro de 2003 a junho de 2008. Esta trajetória me permitiu conhecer de perto não apenas os desafios enfrentados pelas instituições culturais do Estado mas, sobretudo, os dos museus, suas demandas e potencialidades. Em julho de 2008 saio da direção do museu a fim de atender ao convite da museóloga Marcia Silveira Bibiani, então Superintendente de Museus da Secretaria de Estado de Cultura, para integrar a sua equipe como a incumbência de criar, implantar e coordenar o *Sistema Estadual de Museus do Rio de Janeiro* (SIM-RJ).

A proposta constituía um grande desafio, tendo em vista que havia uma lacuna e uma cobrança nesse sentido. Afinal, um Estado que sempre foi reconhecidamente uma capital cultural, com um número expressivo de museus, entre os quais se destacam as grandes instituições federais, ainda não havia constituído o seu próprio Sistema de Museus. A partir daí busquei orientação junto ao Sistema Brasileiro de Museus, ao Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM)² e em especial a Simone Flores, Coordenadora do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul, que acumulava vasta experiência na estruturação e gestão de Sistemas de Museus.

A procura por uma melhor compreensão do campo museal e conseqüentemente o entendimento da configuração e atuação dos museus irá se refletir no dia a dia das minhas atividades para a criação do SIM-RJ. A participação em Fóruns, Encontros e Seminários de Museus realizados em outros estados contribuíram de forma efetiva para a construção do sistema fluminense. Nessas reuniões foram estabelecidos diálogos, parcerias e discussões com a intenção de serem avaliadas as práticas desenvolvidas pelos sistemas de museus então em funcionamento.

Assim, ao lançar um olhar sobre essa prática acumulada enquanto Coordenadora do SIM-RJ, pude considerar a importância da dimensão histórica para a compreensão do processo em que se deu a criação e o desenvolvimento dos museus no Brasil, sobretudo no estado do Rio de Janeiro. Nesse sentido, fui levada a penetrar na história da museologia em

¹ Atual Biblioteca Parque Estadual do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Vargas, no centro do Rio, RJ.

² Lei no 11.906 de 20/01/2009. Disponível em <<http://ow.ly/HTJIW>>. Acesso em 25/01/2015.

que estou inserida e que vivencio muito de perto, haja visto ter conhecido os museus de todo o Estado, mediante o exercício de minhas funções, sempre pautada na ideia de que é necessário conhecê-los em profundidade, cuja trajetória se confunde com a das sociedades humanas na busca de meios de preservar suas referências culturais e de memória.

Ainda hoje, quando se fala em Museu, na maioria das vezes imagina-se de pronto uma edificação – quase sempre antiga, mas por vezes moderna e arrojada – repleta de objetos em seu interior e aberta ao público. Entretanto, sabemos que existem outras configurações no que tange à ação museal.

Se o Museu não é o espaço físico das musas, mas antes o espaço de presentificação das ideias, de recriação do mundo por meio da memória, ele pode existir em todos os lugares e em todos os tempos: ele existirá onde o Homem estiver e na medida em que assim for nominado – espaço intelectual de manifestação da memória do Homem, da sua capacidade de criação. (SCHEINER, 1999, p.137-138)

Toda sorte de valores e contextos, além de manifestações de ordem artística, cultural, científica, religiosa etc, refletem a diversidade de formas de que os museus se valem para cumprir seu papel na construção e promoção da memória dos grupos sociais, frente aos desafios da sociedade em rápida transformação. Museus sempre lidaram com imposições de versões hegemônicas da memória e cultura dos povos, em detrimento de outras, desprestigiadas e convenientemente fadadas ao esquecimento. Além desses vetores, temos a degradação, a perda de contexto e a permanente necessidade de comunicar o significado de seus acervos, como outras importantes razões que têm levado a instituição museal a se transformar. Surgem então novas tipologias de museus e as instituições multiplicam suas formas de acesso e interação com os grupos sociais dos quais emergem.

O espectro de ações dos museus vinculados ao Estado do RJ e de seus diferentes municípios junto aos quais atuei, despertou meu interesse em pesquisar o tema sobre os sistemas de museus. Durante minha atuação não foram poucas as instituições visitadas que se intitulam museus, porém desconhecem a legislação da área museal e não exercem as funções inerentes a um museu.

Os museus, além de se ocuparem da preservação dos testemunhos da história e da memória, expõem seus acervos, pesquisam e comunicam. Numa perspectiva mais ampla, os museus devem produzir conhecimento, baseados na investigação de seus acervos com a intenção de interlocução constante com seus públicos e, acima de tudo, devem estar atentos às mudanças sociais.

O século XX foi, sem sombra de dúvida, responsável por grandes transformações sociais. A vida urbana, as tecnologias, a moda, o consumo, as novas leis trabalhistas, o comportamento social e, conseqüentemente, a cultura sofreram nesse período grandes mudanças. Nesse cenário, os museus passam a ser vitrines dessas transformações sociais, experimentando novas práticas.

Alguns museus estão instalados em prédios representativos da arquitetura moderna, enquanto outros despojam-se das paredes que os limitariam e, em contraponto, musealizam territórios. A musealização é um processo de retirada de um objeto de seu contexto original e sua acolhida dentro de um museu, mas não é só isso. O objeto passa por um processo de seleção, de "thesaurização" e de apresentação, modificando o estatuto do objeto para a condição de testemunho material ou imaterial do homem e do seu meio. Conseqüentemente transforma-se numa fonte de estudo e exibição. Em 1970, Stransky denominou o objeto de museu como *museália*. Um centro de atividade Humana ou ainda um sítio natural também podem ser musealizados e reconhecidos como museu. (DESVALLÉES e MAIRESSE, 2013, p.56-57). Com tantas transformações e com a produção de bens culturais tão diversificados, surgem novas tipologias de coleções. Grande é o desafio enfrentado, por exemplo, pelos museus de arte contemporânea em relação ao seu acervo no que se considera permanente ou não (MIRANDA, 2008, p.7).

O museu abre-se mais ao diálogo com outras áreas do conhecimento e conseqüentemente o processo museológico é enriquecido com novas tecnologias. Além disso, a participação de novos atores sociais no processo museológico, trouxe um fato muito curioso, conforme escreve Mario Chagas: "De antropofágicas, as instituições museológicas passaram a ser objeto de antropofagias das comunidades" (CHAGAS, 2005, *apud* MIRANDA, 2008 p.8) em busca da maior inclusão de novos agentes sociais, que até então não haviam tido oportunidade de representação e também de participação.

Desde então, os museus têm sido palco de narrativas que podem ou não ter mediações externas ao contexto da instituição mas, acima de tudo, transformaram-se em locais tanto de resistência como de disputa de identidades e, sobretudo, das alteridades.

Surgiu então a questão: Como reconhecer uma instituição museológica certificando-a mediante conceitos e padrões estabelecidos, de um lado, pelo campo museal e, de outro, pelo reconhecimento social do museu mediante o desejo e interesse social da comunidade onde está inserido?

No âmbito desse ambiente foi criado o SIM-RJ em 2008³. A partir de sua implantação foi definido um calendário de Visitas Técnicas com o propósito de iniciar o trabalho de reconhecimento do campo museal no Estado do RJ. Essas visitas possibilitaram constatar, no ano seguinte, o aumento no número de museus e nos levaram a mapear outras instituições que já existiam mas ainda não haviam sido identificadas, além da criação de outras com a disponibilização de apoio técnico.

Destacaram-se nesse contexto os museus de iniciativa privada, os de iniciativa comunitária e alguns outros museus públicos que não tinham nenhum tipo de identidade jurídica e que, com a orientação do SIM-RJ, foram formalizados e regulamentados.

Muitos teóricos da museologia formularam o conceito de museu e sobre ele me debrucei com a intenção de compreender sua transformação e/ou evolução. Entre eles, farei referência aos autores André Desvallées e Françoise Mairesse que organizaram uma coletânea sobre o conceito (DESVALLÉES e MAIRRESSE, 2007). Outra referência que fundamentou essa compreensão é o *Dictionnaire Encyclopédique de Museologie* editado pelos mesmos autores (DESVALLÉES e MAIRRESSE, 2011).

O interesse sobre o tema da *Acreditação* e da *Certificação*⁴ de museus foi despertado pela demanda por reconhecimento das instituições identificadas durante as Visitas Técnicas feitas a todos os municípios do Estado do RJ e suas unidades museais. O aspecto motivador desse interesse foi a diversidade das tipologias, temáticas e motivos que fundamentaram ou não a criação desses museus ou ainda a elaboração de projetos de museus. Muitos são os fatores que desencadearam a criação de museus entre nós, porém, para efeito do presente estudo, definiu-se o recorte necessário para a investigação: o estado do Rio de Janeiro, no período a partir da fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro.

Nesse processo, foram muito oportunos os depoimentos das duas primeiras diretoras executivas da Fundação Estadual de Museus (FEMURJ), criada em 1975, sobre o propósito governamental de estabelecer uma Fundação que tivesse como função primordial reunir os museus em um sistema de gestão compartilhada e articulada.

O objetivo central da pesquisa foi conhecer os padrões de credenciamento de instituições museológicas para uma aproximação com os museus do Estado do RJ. Na

³ Embora seu Decreto de criação só seja publicado em fevereiro de 2010.

⁴ Segundo as definições do INMETRO, a *Acreditação* (ou Credenciamento) é de caráter voluntário e representa o reconhecimento formal da competência de uma organização para desenvolver tarefas específicas, segundo requisitos estabelecidos. A *Certificação*, por sua vez, é o procedimento pelo qual um organismo imparcial acreditado atesta por escrito que o sistema da qualidade, produto, processo ou serviço está conforme requisitos especificados. Cf. Inmetro, disponível em <<http://ow.ly/ljpO9>>. Acesso em 02/02/2015.

composição dos parâmetros de Acreditação e Certificação de Museus, para este estudo, foram reunidas informações sobre Sistemas de Museus existentes no país e de Credenciamento e/ou Acreditação de Museus desenvolvidos e postos em prática em outros países.

Inicialmente uma análise comparativa dos diferentes conceitos do que se entende por museu foi relevante para a sugestão de uma conceituação-chave que se estabeleça como parâmetro que pudesse nortear a escolha de alguns pilares para o estudo do credenciamento das unidades museais.

A pesquisa se desenvolveu a partir da consulta às fontes primárias oriundas dos relatórios das Visitas Técnicas realizadas pelo SIM-RJ. Além disso, foi apresentada a estrutura do formulário do Cadastro Fluminense de Museus do Rio de Janeiro – cuja disponibilização está prevista para setembro de 2015 na página *museusdoestado.rj.gov.br*⁵ – para o levantamento de informações que subsidiarão o estudo para uma possível certificação. Esta etapa será fundamental para a construção de um sistema de credenciamento.

Durante a pesquisa pretendeu-se identificar alguns dos diferentes propósitos que justificassem a criação de museus no Estado do RJ, bem como alguns dos fatores e contextos sociais que interferiram direta ou indiretamente nesses propósitos.

Além disso foram comparadas as configurações dos sistemas de museus estaduais e municipais brasileiros. Para tal, um mapeamento dos sistemas de museus já instituídos e em funcionamento também foi objeto de análise, de modo a apontar elementos que viessem a colaborar com a identificação de critérios para o processo de credenciamento.

Numa terceira etapa da pesquisa foram mapeadas e analisadas as experiências com sistemas internacionais de credenciamento de museus com a intenção de elencar critérios balizares compatíveis com a realidade brasileira.

A abordagem que ajuda na orientação dessa pesquisa está também referenciada no ambiente de estudo, que se dá no âmbito da Política Nacional de Cultura que desencadeou diversas conquistas para o campo museal, e que tangencia a Política Nacional Setorial de Museus e seus desdobramentos.

Esta pesquisa foi uma oportunidade ímpar de refletir e desenvolver parâmetros para o estudo da certificação de museus. As informações obtidas das instituições identificadas pelo SIM-RJ – e posteriormente inseridas no Cadastro Fluminense de Museus – contribuirá

⁵ Ver Apêndice A: Instruções, Formulário e Glossário (*Cadastro Fluminense de Museus*) - p.101.

também para um estudo de indicadores para a área de museus, qualificando o campo e possibilitando desdobramentos para muitas outras pesquisas. A iniciativa de compartilhar as inquietações e as informações que detenho por desempenhar a função como Coordenadora do SIM-RJ será apenas um primeiro passo para outros questionamentos que surgirão.

O museu, essa instituição de natureza multidisciplinar e intercultural, transborda de questões desde sua mais remota criação. E por conta das muitas transformações pelas quais as instituições museus passaram e ainda passarão, esta pesquisa pretende ser uma contribuição para este período de efervescência dos estudos sobre museus. No Brasil existem atualmente 14 (quatorze) cursos de graduação, 2 (dois) mestrados e 1 (um) doutorado em museologia⁶, distribuídos em 10 (dez) estados brasileiros.

A dissertação se apresenta em três capítulos. No primeiro capítulo serão mencionados conceitos de museus e suas implicações socioculturais, com base em teóricos conceituados no campo museal como Bernard Deloche⁷, Tomislav Sola⁸, André Desvallés⁹, Mathilde Bellaigue¹⁰, Tereza Scheiner¹¹, Hugues De Varine¹². Consta do capítulo dedicado ao conceito de museu um item sobre o conceito de musealização a partir de Marília Xavier Cury, Cristina Bruno, Stransky e Desvallées.

No segundo capítulo será apresentada uma trajetória dos museus no Brasil, em especial no estado do Rio de Janeiro no período após a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, em 1975, assim como também propostas de gestão e articulação dos museus serão abordadas. Em seguida apresentarei o processo de criação, implantação e funcionamento do Sistema Estadual de Museus do Rio de Janeiro e irei fazer uma análise

⁶ Rio de Janeiro: UniRIO; Bahia: UFBA; Recôncavo Baiano: UFRB; Distrito Federal: UnB; Goiás: UFG; Pernambuco: UFPE; Piauí: UFPI; Sergipe: UFS; Santa Catarina: UFSC e Orleans: UNIBAVE; Minas Gerais: UFMG e Ouro Preto: UFOP; RS: UFRGS e Pelotas: UFPel; Pará: UFPA e São Paulo: USP/MAE. Cf. Disponível em <<http://ow.ly/M1ZOr>>. Acessado em 23/04/2015.

⁷ **DELOCHE, Bernard**. Professor e pesquisador da Faculdade de Filosofia da Universidade de Lyon (III), França, nas áreas de Estética e Filosofia da Arte. Autor de *Mythologie du musée, de l'uchronie à l'utopie* e *Le musée virtuel, vers une éthique des nouvelles images*, dentre outros.

⁸ **SOLA, Tomislav**. Professor na Faculdade de Humanidades e Ciências Sociais da Universidade de Zabreb, no Departamento das ciências da informação e comunicação. Pós-graduado em Inglês e Museologia, vem atuando como curador, diretor, editor, palestrante, consultor e servido em diferentes posições em organizações internacionais.

⁹ **DESVALLÉS, André**. Conservador geral honorário do patrimônio (Museus da França), foi assistente de Georges Henri-Rivière para a concepção do Museu das Artes e Tradições Populares (*Musée des Arts et Traditions Populaires*) e das suas exposições. Ensinou museologia na *École du Louvre*.

¹⁰ **BELLAIGUE, Mathilde**. Conservadora de museus do Louvre, responsável junto com Marcel Évrard pela implantação e desenvolvimento do Ecomuseu do Creusot.

¹¹ **SCHEINER, Tereza**. Bacharel em Museologia pelo Museu Histórico Nacional (1970), com Habilitação para Museus de Ciências; Licenciada e Bacharel em Geografia (UERJ-1977/78); Mestre (1998) e Doutora (2004) em Comunicação pela ECO/UF RJ. Professor Associado 2 da UNIRIO. Coordenadora do PPG em Museologia e Patrimônio - PPG-PMUS, UNIRIO, MAST. Vice-Presidente, Conselho Internacional de Museus - ICOM (2010/2013, reeleita para 2013/2016)

¹² **VARRINE, Hugues De**. Administrador e consultor francês, foi diretor do Conselho Internacional de Museus, de 1965 a 1974. Viveu e trabalhou vários anos em Portugal, ligado à ação cultural da Embaixada francesa.

comparativa da sua estrutura jurídica com a de outros sistemas municipais e estaduais do país, baseado nos decretos de criação de cada um deles. Por fim, a partir das informações oriundas dos relatórios de Visitas Técnicas e dos formulários do cadastro estadual de museus, será apresentada uma análise dos Sistemas de Credenciamento de museus de outros países, sugerindo alguns critérios para a certificação de museus para o estado do Rio de Janeiro.

CAPÍTULO 1

1.1 O Ambiente de estudo: o Estado do Rio de Janeiro e o campo museal

A pesquisa tem por propósito comparar sistemas de museus que estabeleçam critérios de credenciamento e/ou acreditação de museus internacionais com os sistemas de museus existentes no Brasil na tentativa de levantar critérios que possam subsidiar um sistema de credenciamento de museus para a realidade brasileira. Entretanto, será necessário abordar de que cenário partiu essa intenção.

Prevê a Constituição Federal – desde a aprovação da Emenda Constitucional nº 48 de 10 de agosto de 2005 que acrescenta o parágrafo 3º ao artigo 215¹³ – a criação do Plano Nacional de Cultura (PNC)¹⁴. O objetivo do PNC é estabelecer um planejamento de ações, a médio e longo prazo, que valorizem a diversidade cultural brasileira. Além disso, caberá ao Estado garantir a formulação e implementação de políticas públicas, a universalização do acesso e a fruição cultural.

Entende-se que tal mecanismo de planejamento deva ser para médio ou longo prazo, construído a partir de um esforço coletivo, com a finalidade de oferecer aos brasileiros a oportunidade de gozar de seus direitos culturais.

O processo de elaboração do PNC iniciou em 2003 e teve lugar nas diversas instâncias e espaços de participação social. O Ministério da Cultura promoveu, com o apoio de Estados e Municípios, conferências, assembleias e reuniões preparatórias para os fóruns nacionais, tendo em vista o interesse em debatê-lo.

Em 2005 a Conferência Nacional de Cultura e as Câmaras Setoriais contribuíram para o desenho das propostas que vieram a constituir o planejamento da ação estatal. O Plano, composto por diretrizes e estratégias, orienta o Estado no cumprimento de uma política pública para a área cultural.

O Plano Nacional Setorial de Museus foi decorrente da PNC e da 2ª Conferência Nacional de Cultura realizada em 2009 e teve sua discussão e conjunto de propostas elaboradas no 4º Fórum de Museus em julho de 2010 em Brasília.

A Política Nacional de Museus foi discutida em vários momentos e, no Estado do Rio de Janeiro as discussões foram amadurecidas a cada Encontro realizado. Grupos de

¹³ Disponível em <<http://ow.ly/ljqB9>>. Acessado em 02/02/2015.

¹⁴ Estabelecido pela Lei nº 12.343, de 02/12/2010. Disponível em <<http://ow.ly/KKxU7>>. Acessado em 24/03/2015.

trabalho foram organizados por eixos temáticos com a intenção de colaborar na construção da Política Nacional Setorial de Museus, ao mesmo tempo em que gerava diretrizes para as Políticas Públicas de Museus do Estado do Rio de Janeiro.

O quadro que segue resume o teor desses encontros:

Ano	Mês	Evento
2009	Novembro	Reunião ampliada dos museus do Estado do Rio de Janeiro
2010	Janeiro	Assembleia Setorial Rio de Janeiro
2010	Fevereiro	Pré-Conferência de Museus e Memórias
2010	Junho	Assembleia Estadual preparatória para o IV Fórum Nacional de Museus
2010	Outubro	Encontro Estadual de Museus “O papel e o lugar dos Museus: Apontamentos para a elaboração da Política Estadual de Museus do Rio de Janeiro”
2011	Agosto	II Fórum de Museus do Estado do Rio de Janeiro
2012	Setembro	Conexões IBRAM – Termo de Cooperação Técnica
2013	Agosto	23ª Conferência Internacional de Museus – RJ
2014	Maio	III Fórum de Museus do Estado do Rio de Janeiro

Quadro 1 - Política Nacional de Museus (Debates no RJ)

(Fonte: SIM-RJ/SEC-RJ, 2014)

Constatou-se que a proteção do patrimônio artístico e cultural, além da dinamização e atuação dos museus junto à sociedade, foram pontos centrais nas discussões e considerados grandes desafios na implementação das políticas culturais¹⁵. Para tanto, é preciso aproximar os estudos e as práticas de reconhecimento, tombamento e salvaguarda do patrimônio material, ampliando também o conhecimento e reconhecimento dos bens intangíveis e as formulações desenvolvidas no campo da economia da cultura.

Em relação aos museus do estado do RJ, é evidenciada a concentração dessas instituições na capital, e a necessidade de um sistema de gestão estar integrado de forma a promover e garantir a igualdade de direito a todos.

Para situar essa realidade no PNC, estão registrados alguns dados que mostram como se encontrava a área dos museus em 2008:

Até agosto de 2008, (...). Segundo dados de 2006 do IBGE, os museus se localizam em apenas 21,9% dos municípios. O perfil de distribuição territorial

¹⁵ Plano Nacional de Cultura – Diretrizes Gerais – Segunda Edição; Texto atualizado com a revisão do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) (revista e atualizada), 2008, p.45. Disponível em <www.cultura.gov.br/pnc>. Acessado em 27/01/2015.

se caracteriza ainda pela alta densidade de oferta nas capitais dos estados, especialmente nas regiões Sul e Sudeste. Os conselhos municipais de patrimônio refletem esse desequilíbrio enquanto a média nacional de municípios com conselhos não ultrapassa 13,3%, o percentual alcança 60,6% em Minas Gerais.(MUNIC 2006/ Sistema Brasileiro de Museus)¹⁶

O Ministério da Cultura (MinC) a partir de 2003 estimulou o desenvolvimento de uma Política Nacional Setorial de Museus criando o Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU)¹⁷ na estrutura do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)¹⁸. Este Departamento resultou de uma reformulação da Coordenação Geral de Museus e Artes Plásticas da Secretaria do Patrimônio, Museus e Artes Plásticas do Ministério da Cultura, tendo em vista a necessidade de um Departamento que tratasse das questões relacionadas às especificidades dos museus.

A Política Nacional para os museus ficou, então, sob a responsabilidade do referido Departamento que logo transformou o Programa “Museu: Memória e Futuro” no Programa “Museu: Memória e Cidadania”.

Segundo Tolentino

o programa Museu, Memória e Futuro, que tem como objetivo revitalizar os museus da União e criar condições para a sua autosustentabilidade. Esse programa foi a resposta dada pelo governo federal à demanda do setor museológico brasileiro em termos de política pública para essa área. Para aferir os resultados do programa, foram criados dois indicadores: a) Freqüência de Visitação a Museus da União, medido pelo número total de visitantes a museus federais; e b) Taxa de Sustentabilidade de Museus da União, medido pela relação percentual entre a receita diretamente arrecadada de cada museu da União e a respectiva despesa total realizada. (TOLENTINO, 2004, p. 105)

Esse Programa estava inserido no Plano Plurianual 2000-2003 que se intitulava “Avança Brasil”, adotou

o sistema de gestão por programas, ou seja, a partir dos estudos realizados foram formulados programas específicos que tinham o objetivo de responder às demandas da sociedade em diversos segmentos: saúde, educação, moradia, segurança, cultura, transporte, saneamento básico e etc. (TOLENTINO, 2004, p.104)

Durante o democrático processo de criação do PNC, foi fundamental a participação de atores de todos os setores da cultura e da sociedade civil na construção de um documento que apontasse questões fundamentais para os museus, tais como: ampliação do acesso aos bens culturais e aos espaços museológicos e demanda por maior participação das comunidades no que diz respeito ao gerenciamento dos seus patrimônios culturais.

¹⁶ Disponível em <http://www.museu.gov.br/cnm_estatística.htm>. Acessado em 27/01/2015.

¹⁷ Decreto nº 5.040 de 07/04/2004. Disponível em <<http://ow.ly/KKktZ>>. Acessado em 24/03/2015.

¹⁸ Decreto-lei nº 25 de 30/11/1937. Disponível em <<http://goo.gl/vUjLm8>>. Acessado em 27/01/2015.

O DEMU comprovou, nos anos 2003 e 2004¹⁹, ter capacidade para captação e execução de recursos financeiros para os museus. O departamento captou o valor de R\$ 43,8 milhões, sendo que parte desses recursos foram provenientes das diversas instituições federais da cultura e recursos de incentivos fiscais. Além desses, mais R\$ 15 milhões oriundos dos editais da Petrobrás, BNDES e Caixa Econômica Federal. O Departamento confirmava, assim, sua capacidade de gestão reconhecida pelo Governo Federal.

Outro marco significativo foi o lançamento do Sistema Brasileiro de Museus (SBM)²⁰, que contava com um Comitê Gestor constituído por representantes de alguns Ministérios e de Sistemas de Museus Estaduais e Municipais, da Escola de Museologia da UNIRIO, do Conselho Federal de Museologia, da Associação Brasileira de Museus, Museus Públicos e Privados e Museus Comunitários. O SBM tinha a responsabilidade de articular as instituições museológicas rumo aos objetivos de uma Política Nacional de Museus. Além disso, era preciso ajudar no desenvolvimento dos museus estaduais e municipais de todo o país, atuando como uma rede articulada onde cada um tem sua autonomia, embora trabalhem com intercâmbios e parcerias para valorização das políticas na área museológica.

Para tal incumbência, diversos fóruns estaduais foram realizados com a intenção de impulsionar a criação de Sistemas Estaduais e Municipais de Museus que seriam os sustentáculos do SBM na disseminação das ações. Muitas foram as ações desenvolvidas pelo DEMU, como a criação de um Programa de Capacitação decorrente de parcerias com a Rede Portuguesa de Museus²¹ e o Ministério da Cultura da Espanha. A parceria com a Espanha permitiu o desenvolvimento de um trabalho relevante iniciado pelo DEMU em 2006: o Cadastro Nacional de Museus (CNM). O período desse levantamento de informações sobre os museus brasileiros foi de outubro de 2010 a janeiro de 2011, cujos resultados geraram uma publicação – o Guia de Museus, de 2011.

A partir desse Cadastro os Estados puderam, então, iniciar e/ou atualizar suas informações acerca de suas instituições. Outras iniciativas permitiram dar maior visibilidade aos museus, tais como: a Semana do Dia Internacional dos Museus em 2003, o I Fórum Nacional de Museus em 2004 e a Primavera dos Museus a partir de 2007. Iniciativas que a partir daí se tornaram sistemáticas, ocorrendo todos os anos.

¹⁹ Política Nacional de Museus - Relatório de Gestão 2003/2004, p.45 e 46.

²⁰ Criado pelo 5.264 de 5/11/2004. Disponível em <<http://ow.ly/HOjWz>>. Revogado pelo Dec. nº 8.124, de 2013. Disponível em <<http://ow.ly/HOKrw>>. Acessado em 23/01/2015.

²¹ Em setembro de 2004, o Ministério da Cultura assinou com o Instituto Português de Museus (IPM) um Termo de Cooperação Técnica, com a finalidade de implantar o Instituto Brasileiro de Museus.

É nessa efervescência do campo museal que outros Sistemas de Museus são criados, como os Sistemas Estaduais: do Ceará (2005)²², do Alagoas (2008)²³, do Distrito Federal, de Mato Grosso do Sul (2008)²⁴, do Piauí, do Rio de Janeiro, de Santa Catarina, do Sergipe e de Minas Gerais – sendo que os do Rio Grande do Sul, de Goiás (1989), do Paraná (1990), do Pará (1998) e de São Paulo são anteriores a esse período. E os Sistemas Municipais, como: Pelotas-RS (2006), Ouro Preto-MG (2006), Rio Grande-RS (2008), Santa Maria-RS (2008), São Luis-MA (2008), Joinville-SC (2012), Petrópolis-RJ (2013) e, em fase de implantação, encontra-se o Sistema Municipal de Niterói.²⁵

O Cadastro Fluminense de Museus

Está sendo desenvolvido pelo SIM-RJ, com a intenção de atualizar as informações obtidas durante as Visitas Técnicas aos museus, um formulário a ser preenchido *online*. Este formulário tem a intenção de obter informações mais pontuais em três áreas: documentação, preservação e educação, que ajudará a Superintendência de Museus da SEC-RJ, na formulação dos Programas a serem oferecidos na implantação da Política Estadual Setorial de Museus do Rio de Janeiro. O formulário encontra-se reproduzido no APÊNDICE A (p.101) e ficará disponível na página www.museusdoestado.rj.gov.br a partir de setembro de 2015. Há um glossário de apoio ao preenchimento e, antes de disponibilizar parte das informações ao público, a Coordenação do SIM-RJ fará a conferência e validação das informações. Há a expectativa de que a partir desse formulário venham a ser escolhidos alguns indicadores que ajudem na construção de critérios para elaboração de um sistema de credenciamento de museus fluminenses.

A Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro (REMUS-RJ), constituída em 2013 a partir dos Pontos e Iniciativas de Memória, abraçou a tarefa de mapear os processos museológicos e iniciativas de memória social, enquanto o SIM-RJ ficou responsável pela veiculação online dos formulários que permitirão uma análise mais apurada dessas instituições.

O Estado do Rio de Janeiro, o quarto menor estado do país, possui 8 (oito) Regiões Político-Administrativas e 92 (noventa e dois) municípios – conforme discriminados no

²² Lei nº 13.602 de 28/06/2005. Disponível em <<http://ow.ly/licvj>>. Acessado em 01/02/2015.

²³ Decreto nº 4.092, de 29/12/2008. Disponível em <<http://ow.ly/AZqHB>>. Acessado em 01/02/2015.

²⁴ Instituído pelo Decreto n. 12.687 de 30/12/2008. Disponível em <<http://ow.ly/M25t7>>. Acessado em 23/04/2015.

²⁵ Ver *Quadro 8 - Quadro sinótico de criação de sistemas estaduais e municipais (1986-2014)*, p. 65.

Quadro abaixo – distribuídos numa extensão territorial de 43.780,172 km², com grande diversidade cultural.²⁶

REGIÃO DO ESTADO	Relação dos Municípios
Metropolitana (19)	Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá.
Baixadas Litorâneas (12)	Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do abo, Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Rio Bonito, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia, Saquarema, Silva Jardim.
Norte Fluminense (09)	Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra.
Noroeste Fluminense (13)	Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, São José de Ubá e Varre-Sai.
Serrana (14)	Bom Jardim, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Nova Friburgo, Petrópolis, Santa Maria Madalena, São José do Vale do Rio Preto, São Sebastião do Alto, Sumidouro, Teresópolis, Trajano de Moraes.
Médio Paraíba (12)	Barra do Piraí, Barra Mansa, Itatiaia, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença, Volta Redonda.
Centro-Sul Fluminense (10)	Areal, Comendador Levy Gasparian, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Sapucaia, Três Rios, Vassouras.
Costa Verde (03)	Angra dos Reis, Mangaratiba, Paraty.

Quadro 2 – Municípios Fluminenses por Região

(Fonte: SIM-RJ/SEC-RJ)

No município do Rio de Janeiro há uma concentração de Museus que em nada surpreende. Tendo sido capital federal abriga os museus nacionais instalados nos séculos XIX e XX e que até hoje possuem destaque no ambiente cultural do município.

Em julho de 2008, durante o processo de criação do SIM-RJ no âmbito da SEC-RJ, foi definido que para conhecer a realidade das instituições museus do estado seria necessária a realização de Visitas Técnicas a essas instituições. Nesse sentido, foi elaborado o primeiro roteiro das mesmas aos Municípios do estado, a fim de conhecer ou identificar as unidades museológicas do Estado. Serviram de base para este roteiro os dados que constavam no CNM em 2009, que apontavam 222 museus, sendo 122 deles na capital. A metodologia utilizada estabeleceu que o início do roteiro se daria pelas regiões mais distantes da capital: no Noroeste e no Norte Fluminenses. Alguns municípios foram selecionados para esta primeira etapa, com a finalidade de gerar uma primeira amostragem da realidade museal do Estado. Assim, cada uma das 8 (oito) Regiões Político-

²⁶ Ver *Mapa do Estado do RJ: Municípios e Regiões* no ANEXO A, p.183.

Administrativas do Estado teve alguns de seus municípios visitados. Em dezembro de 2010, o roteiro de visitas é inteiramente concluído. O resultado das visitas proporcionou os subsídios para esboçar o ambiente dos museus do Estado.

Vale acrescentar que museus da capital, melhor estruturados, vêm estabelecendo parcerias colaborativas com frequência, o que certamente tem dado fôlego ao atendimento prestado pelo Sistema. Em 2013 foi criado o Sistema Municipal de Museus de Petrópolis e o do município de Niterói está em processo de criação, o que certamente será uma boa parceria de trabalho para o setor dos museus.

1.2. Por um conceito de museu

Frequentemente se toma como ponto de partida que museu é um termo do latim derivado do grego *mouseion* e que, na sua aproximação com a mitologia grega, significava templo sagrado dedicado às musas.

No século III A.C o *Mouseion* de Alexandria, fundado por Ptolomeu Filodelfo, como um local para a discussão filosófica, onde poetas e filósofos viviam e davam aulas nas suas dependências, era um espaço eleito, para as ciências e as artes e onde os tesouros da cultura eram ali guardados. Algumas características importantes se assemelhavam ao que conhecemos hoje como museu. A guarda de objetos, instrumentos científicos, estátuas, animais etc, demonstravam o caráter de uma instituição de ensino, onde objetos e biblioteca compartilhavam os mesmos espaços. Assim sendo, o *Mouseion* era visto como um centro de pesquisa, um lugar de convivência restrito aos sábios, e que alguns autores o tomam como o embrião do Museu Moderno (MAIRESSE e DESVALLÉES, 2007, p.170-171).

Por sua vez, as nove musas²⁷ foram geradas pela união mítica entre *Zeus* – deus grego que representava o poder e a vontade e *Mnemósime*, a memória.

Muito foi dito sobre o Templo das Musas, mas interessante é perceber que vem daí a percepção que os museus são lugares de memória por herança materna e estruturas de poder por herança paterna. Isso leva a seguinte constatação que os museus podem ser locais de exercício do poder da memória ou ainda representarem a memória do poder.

²⁷ A musa da eloquência era *Calíope* que significava “bela voz”; *Clio*, a que confere fama, era a musa da História; *Euterpe*, a musa da poesia lírica, era aquela que dá júbilo; já a musa da comédia era *Tália*, a festiva, em contraponto, *Melpômene*, a cantora, era a musa da tragédia e a que adorava dançar, musa da dança, era *Terpsicore*; *Érato*, a que desperta desejo, era a musa do verso erótico; *Polímnia*, a de muitos hinos, era a musa dos hinos sagrados, mas também a da narração de histórias e, por fim, a nona musa, *Urânia* que significava “celeste”, era a musa da astronomia. Cf. Wikipédia <<http://ow.ly/QEsNR>>. Acesso em 08/06/2015.

Na Idade Média a Igreja foi a maior colaboradora na formação de coleções nos museus com objetos religiosos, mas eram igualmente doadores de objetos os príncipes e as famílias abastadas representantes do poder e prestígio da época. O acesso era restrito a uma parte privilegiada do público. Um outro momento importante na evolução dos museus foi o período renascentista onde, aliado ao mecenato, surgem na Itália as Galerias Uffizi, Farnese, Valle e Médici que priorizavam o acervo representativo das Artes sob a ótica dos nobres, com a intenção de oportunizar o diálogo entre o Homem e a Arte. Vislumbra-se aqui o início de uma preocupação educativa, ao menos no que a Educação possa servir para manter certo *status quo*.

Nos séculos XVII e XVIII, as coleções privadas, o crescente enriquecimento dos gabinetes de curiosidades e o desejo de compreensão da Antiguidade impulsionaram a criação de museus com características de instituições públicas, como por exemplo o Museu de Viena, instalado em 1783 no Palácio de Belvedere.

Um outro marco na história dos museus acontece no período do Romantismo²⁸, onde surge o gosto pelo exótico e que estimula as primeiras coleções arqueológicas, demonstrando uma predileção pelo passado. Consequentemente, desperta a preocupação com a preservação de objetos que não eram exclusivamente artísticos, o que determinará o surgimento de museus antropológicos, com uma atitude sobretudo científica. Museus Nacionais, Especializados e também Museus Comunitários são criados para abrigar essas coleções tanto na Europa como na América do Norte. Esses museus caracterizavam-se por seus acervos mais seletivos, ecléticos, de cunho nacional e sempre abertos ao público.

A história dos museus confunde-se com a trajetória das sociedades humanas na busca de preservar suas referências culturais e de memória. Toda sorte de valores, contextos e cenários, além de manifestações de ordem artística, cultural, científica, religiosa etc encontrados nos museus, exprimem e refletem a diversidade dos modos como as instituições museais cumprem seu papel de preservar a memória frente aos desafios de uma sociedade em constante mudança.

Na permanente vontade de comunicar o significado de seus acervos em uma dinâmica de diferentes concepções que se substituem ao longo do século – razão que tem levado a instituição museal a se transformar –, os museus sempre lidaram com imposições de versões hegemônicas da memória e cultura dos povos, em detrimento de outras fadadas, convenientemente, ao esquecimento. Surgem então novas tipologias de museus e as

²⁸ Compreendido entre as últimas décadas do século XVIII e grande parte do século XIX (Cf. Wikipédia <<http://ow.ly/QEt3v>>. Acesso em 08/05/2015).

instituições multiplicam suas formas de acesso e interação com as sociedades das quais emergem. São marcos de mudanças

(...) as conclusões do Seminário Regional da UNESCO sobre a função educativa dos Museus (Rio de Janeiro, 1958), que indicou um objeto de estudo para a Museologia; a Declaração da Mesa-Redonda de Santiago do Chile de 1972, que introduziu o conceito de Museu Integral²⁹, abrindo novas trilhas para as práticas museais; a Declaração de Quebec de 1984, que sistematizou os princípios básicos da Nova Museologia e a Declaração de Caracas de 1992, que poderia ser interpretada como uma avaliação crítica de todo este percurso ao reafirmar o museu enquanto canal de comunicação (ARAÚJO e BRUNO, 1995. p 18.)

Mudanças que se prolongam até nossos dias, quando observamos modalidades novas de instituições museais, como o Museu de Percurso³⁰ e o Museu de Território³¹, entre outros. A Museologia vem ampliando seu escopo e fortalecendo laços interdisciplinares, embora a produção de obras críticas ainda seja insuficiente.

Apesar de todas as transformações, ainda assim, quando se fala em Museu, com frequência se imagina uma edificação, quase sempre antiga ou às vezes bem moderna e arrojada com objetos em seu interior e com entrada permitida a visitação pública.

Os seres humanos são colecionadores potenciais. Colecionava-se no passado e ainda hoje se coleciona e por diversos motivos. Pode-se colecionar para manter a memória de seu proprietário, para exibir como prova de riqueza e de conhecimento sobre um determinado assunto, e/ou como forma de acumular poder.

Mas, o que podemos considerar como museu? Quando pensamos em museus estamos imediatamente pensando em objetos e conseqüentemente em coleções. Mas, há vários aspectos para definir o conceito que deverão ser levados em consideração. É

²⁹ "*Museu integral* se fundamenta não apenas na musealização de todo o conjunto patrimonial de um dado território (espaço geográfico, clima, recursos naturais renováveis e não renováveis, formas passadas e atuais de ocupação humana, processos e produtos culturais, advindos dessas formas de ocupação), ou na ênfase no trabalho comunitário, mas na capacidade intrínseca que possui qualquer museu (ou seja, qualquer representação do fenômeno Museu) de estabelecer relações com o espaço, o tempo e a memória - e de atuar diretamente junto a determinados grupos sociais." (SCHEINER, 2012, p.19). A Carta de Santiago em 1972 já associava o conceito de Museu Integral ao de Patrimônio Integral. Disponível em <<http://ow.ly/lj0fe>>. Acessado em 01/02/2015.

³⁰ O chamado Museu de Percurso se apresenta através de percurso ou percursos. É a sua principal característica, o que lhe identifica. Como exemplo, o *Museu Vivo do São Bento* (o primeiro ecomuseu de percurso da Baixada Fluminense) em Duque de Caxias-RJ, localizado na Rua Benjamin da Rocha Júnior, s/n - São Bento, Duque de Caxias - RJ, 25045-010, Tel.: (21) 2653-7681. Ver em <<http://ow.ly/liOQd>>. Acesso em 01/02/2015.

³¹ Varine adota o termo quando o Museu representa a complexidade de um conjunto de comunidades que coexistem em um mesmo local que reconheçam como seu, no sentido de pertencer àquele determinado lugar (VARRINE, 1996, p.182). Dois exemplos de Museu de Território são: o *Museu de Favela* das comunidades do Pavão/Pavãozinho e Cantagalo-RJ (Cf. em <<http://www.museudefavela.org/>>) e o *Museu a Céu Aberto* em São João Marcos, Rio Claro-RJ, uma das mais desenvolvidas cidades do ciclo do café no século 19 e demolida por Getúlio na década de 1940.

impossível avaliar a transformação dos museus e, conseqüentemente, seu conceito, sem contemplar uma questão muito relevante: as transformações sociais que contribuem diretamente em sua evolução ao longo do tempo.

Os objetos retirados de seus contextos de origem e levados para um museu perdem sua função original, transformam-se em uma obra de arte, um testemunho – a *museália*³² e poderão ser feitas muitas leituras sobre eles. Museus oferecem a seus visitantes uma experiência com memórias. Mas de que memória falamos? Da memória íntima, de nossas sensações, daquilo que nos distingue dos demais, mas também da memória coletiva, oriunda das experiências sociais. No âmbito das transformações referentes ao que se passa a colecionar, deve-se ressaltar a importância da história oral, do trabalho e, ainda, da memória pública que consiste em preservar fatos passados que façam da recordação um documento válido para o futuro. Os museus em vez de depósitos de objetos como entendidos no passado ou mesmo repositório de tesouros, precisam promover no momento atual a sobrevivência das obras e ser um sistema que adquira, armazene e restitua informação.

Cabe ressaltar que o caráter polissêmico dos objetos demandará diferentes pontos de vista sobre eles para multiplicar o acesso às obras. Museu é um meio de memória, um meio de cultura em efervescência. O museu evoca o passado com o fim de propor novas leituras sobre os testemunhos da história, citando a definição de museu proposta por Maroevic “Um museu é uma instituição sem fins lucrativos a serviço da sociedade, que tem por missão interpretar e atualizar o passado no presente, dentro de um novo contexto, pela pesquisa, coleta, preservação e comunicação dos testemunhos materiais e imateriais do patrimônio cultural e natural da humanidade”. (MAROEVIC, 2007, p.146, tradução da autora da dissertação)

O termo “museu” remete à instituição, mas também ao lugar destinado à realização das suas funções de seleção, estudo e apresentação dos testemunhos materiais e imateriais do Homem e do seu meio. O Conselho Internacional de Museus (ICOM), criado em 1945, teve papel fundamental na comunidade museal com uma definição de museu que pudesse ser aceita mundialmente. Em 1948, com um número ainda reduzido de membros, um conceito para definição de museu é estabelecido pelos membros de forma a descrever e qualificar a instituição museu:

A palavra museu inclui todas as coleções abertas ao público de objetos artísticos, técnicos, científicos, históricos ou arqueológicos, jardins zoológicos e botânicos, à exclusão das bibliotecas, só se elas ocuparem permanentemente as salas de exposição. (ICOM, 1948, p.287)

³² **Museália** (ou objetos museológicos) é uma noção cunhada por Stransky em 1969.

Em 1951, a UNESCO e o ICOM organizam a “Cruzada dos Museus” que dá início à conscientização dos conservadores e professores, em âmbito internacional, do papel educativo dos museus e neste mesmo ano declarava como definição de museu ainda uma ideia de museu tradicional³³:

1 – A palavra museu designa aqui qualquer estabelecimento permanente administrado no interesse geral com vistas a preservar, estudar, valorizar por vários meios e, principalmente, expor para a apreciação e educação do público um conjunto de elementos de valor cultural: coleções de objetos artísticos, históricos, científicos e técnicos, jardins botânicos e zoológicos e aquários.

2 – Serão assimiladas aos museus as bibliotecas públicas e os centros de arquivos que mantenham de forma permanente salas de exposição. (DESVALLÉES e MAIRRESSE, 2007, p.42, *tradução da autora desta dissertação*)³⁴

Em 1965, por ocasião da 7ª Conferência Geral do ICOM a definição de museu recebe um complemento muito importante: a expressão “a serviço do homem e de seu desenvolvimento” (ICOM,1965). Na 8ª Conferência, que ocorreu em agosto de 1968 na cidade de Munique (Alemanha), ficou a recomendação de priorizar o desenvolvimento dos museus com vocação regional e além disso que os museus se ocupassem mais do público jovem, oferecendo programas culturais adequados a esse perfil de audiência.

Em setembro de 1971, na 9ª Conferência Geral de Museus realizada em Grenoble na França, registrava-se na sua Resolução nº 1 aspectos de transformação significativa para os museus, ou seja, que “Os museus devem estar, antes de tudo, a serviço de toda a humanidade” e que a principal meta dos museus seja a educação e a transmissão de informação e do conhecimento, por todos os meios disponíveis.” Recomendava-se que, em face das sociedades estarem em constante mudança, era necessário questionar o conceito tradicional de museu, “que perpetua valores vinculados à preservação do patrimônio natural da humanidade, não como manifestação de tudo o que é significativo no desenvolvimento humano, mas meramente como a posse de objetos” (ICOM,1971). Uma outra questão importante foi apontada nessa Conferência: “cada museu deve aceitar que seu dever junto à sociedade envolve ações especificamente desenvolvidas para servir ao ambiente social específico dentro do qual opera” (ICOM,1971).

Na década de 70 começa a ocorrer uma mudança nos museus brasileiros, embora no Rio de Janeiro este processo tenha se dado de uma forma mais lenta e gradual: “O

³³ Entende-se aqui por “museu tradicional” uma instituição composta de edificação e acervo para visitação do público.

³⁴ BAGHLI, Sid A., BOYLAN P. et HERREMAN Y., *History of ICOM (1946-1996)*. Paris, Conseil international des musées, 1998, p. 15. <<http://icom.museum>> *apud* EDSON, Gary in *Définir le musée* (DESVALLÉES e MAIRRESSE, 2007, p.42).

museu transformou-se num lugar de prazer, aprendizado e troca (...) O museu se transforma em referência de desenvolvimento cultural” (MORAES, 2009, p.57)

O ano de 1972 foi emblemático para os museus. No mês de maio o mundo falava sobre o meio ambiente integral em Estocolmo (Suécia), e em novembro do mesmo ano a UNESCO em sua Conferência Geral adotava a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural. Um documento que visava identificar e valorizar as referências patrimoniais de interesse comum para a Humanidade³⁵.

É preciso lembrar que já na década de 60 teóricos da museologia como Rivière e Stransky já pensavam o museu a partir de uma visão mais expandida e, em 1972, isso se confirma por ocasião da Mesa Redonda de Santiago do Chile. Em 1974 a definição de museu que constava nos Estatutos do ICOM reconhecia a missão social do museu:

o museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, e que realiza pesquisas sobre os testemunhos materiais do homem e seu meio, que adquire, conserva, investiga, comunica e as expõem, com fins de estudo, educação e deleite. (DESVALLÉES e MAIRRESSE, 2011, p.292)

O Comitê Internacional de Museologia (ICOFOM), criado em 1976, vem se dedicando ao estudo dos termos e conceitos da museologia e tem ao longo dos tempos referendado o conceito de museu aceito internacionalmente pelo campo. O ICOFOM vem contribuindo, por meio de análises e pesquisas com a produção dos estudos teóricos, abrindo assim uma possibilidade de reflexão para o desenvolvimento da museologia enquanto disciplina. Documentos importantes, como as definições de museus do ICOM e publicações com conteúdos de teoria museológica, puderam ampliar a discussão também no mundo acadêmico. Ainda no final da década de 70, segundo Zbynek Stransky, que foi um dos primeiros teóricos a estudar a museologia como campo, manifesta um pensamento mais contemporâneo quando define “museu como fenômeno e a museologia como a ciência que estuda a relação específica entre homem e o real” (STRANSKY *apud* SCHEINER, 2007, p.151). Ele afirma ainda que “a missão da museologia é de interpretar cientificamente a relação entre o humano e o real, e de nos fazer compreender a musealidade dentro do seu conceito histórico e social” (SCHEINER, 2007, p.151).

Durante os anos 80 novos paradigmas são construídos, apoiados numa visão mais ampliada do papel e função sociais dos museus, que conduzirão ao surgimento do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM), voltado para a prática, mas fundamentado nas ideias dos mesmos teóricos citados acima. No final dos anos 80 o estudo

³⁵ Cf. UNESCO, "O Patrimônio: legado do passado ao futuro". Disponível em <<http://ow.ly/IHc8A>>. Acesso em 08/02/2015.

da museologia passa a ser visto com um caráter transdisciplinar – filosofia, estudos culturais, ciência política e ciência da informação o tangenciam – e o ICOFOM já se ocupava do estudo dos termos e conceitos. Em 1989, o ICOFOM-LAM é criado com o intuito de ser um Grupo de Trabalho dedicado ao estudo da Teoria Museológica especificamente para a América Latina e Caribe, cujo Comitê Regional do Conselho Internacional de Museus – ICOM-LAC – foi fundamental para essa organização. A produção acadêmica foi expressiva e o Grupo de estudos sobre Terminologia da Museologia que também desenvolveu o projeto de pesquisa "Termos e Conceitos Básicos da Museologia", inicialmente gerenciado por Desvallés, teve desdobramentos em outros países, como Alemanha, Bélgica, Argentina, República Tcheca, Suíça e Brasil.

É ainda desse período a percepção do museu como um lugar de passagem onde, dentro da filosofia da ciência, a museologia mostrará ao mundo sua substância mais específica: a musealidade, matriz absoluta do fenômeno museu, percebido pelos teóricos (desde o final dos anos 90) como

um fenômeno, identificável por meio de uma relação muito especial entre o humano, o espaço, o tempo e a memória, relação esta a que denominaremos 'musealidade'. A musealidade é um valor atribuído a certas 'dobras' do Real, a partir da percepção dos diferentes grupos humanos sobre a relação que estabelecem com o espaço, o tempo e a memória, em sintonia com os sistemas de pensamento e os valores de suas próprias culturas. E, portanto, a percepção (e o conceito) de musealidade poderá mudar, no tempo e no espaço, de acordo com os sistemas de pensamento das diferentes sociedades, em seu processo evolutivo. Assim, o que cada sociedade percebe e define como museu poderá também mudar, no tempo e no espaço" (SCHEINER, 1999, p.n/d *apud* SCHEINER, 2012, p.18)

Cumprido sublinhar que, ao contrário do que muitos pensam, outros teóricos já tinham apresentado suas reflexões sobre o papel dos museus. Varrine e Rivière já tinham elaborado essa definição de ecomuseu, que surgiu diante da necessidade do poder político de reconhecer publicamente a existência dessa modalidade de instituição museal, embora tenha causado posteriormente confusão entre seus próprios utilizadores. Segundo Fernandes (2005), o termo foi inventado

durante um almoço entre Georges-Henri Rivière e Hugues de Varine com elementos do Ministério do Ambiente francês, em Maio de 1971, por ser necessária encontrar uma nova palavra que não museu, para definir o novo tipo de museu e enquadrar politicamente as suas características de museu ao ar livre e de envolvimento com a comunidade no âmbito deste ministério, sem utilizar a palavra tradicional. A nova expressão permitiu a apresentação do ecomuseu na IX Conferência Geral do ICOM, realizada em Setembro [daquele] ano, em Grenoble. Foi esse o momento da confirmação oficial da existência dos ecomuseus, cujo modelo seria ainda apresentado em Estocolmo, na Conferência das Nações Unidas de 1972.

O forçado desta expressão e a urgência em encontrar um nome adequado às circunstâncias, poderá desvelar um pouco da eventual limitação de

abrangência que mostra a escolha desta palavra e da confusão que veio a criar posteriormente esta expressão, na comunidade museológica, na sociedade em geral e nos próprios utilizadores desta nova filosofia para os museus. De facto, a componente ecológica e ambiental é apenas uma das várias componentes deste tipo de museu, que acrescenta a estes conceitos o valor territorial musealizável, o da comunidade autora e actora e o do património em sentido abrangente, tanto material como imaterial (FERNANDES, 2005, p.45-46)

e afirmavam que os ecomuseus e museus comunitários não se opõem ao museu tradicional, são conceitos complementares, uma nova interpretação do campo. A Nova Museologia é ligada especialmente ao papel social do museu. Mas essa compreensão não será um trabalho fácil para teóricos acostumados a pensar o museu num formato tradicional, um estabelecimento com suas funções museológicas mais conservadoras. Nos anos 90 os membros do ICOFOM, já em maior número, apresentam produções teóricas que se dividem claramente em duas tendências bem definidas: os que escrevem sobre os aspectos organizacionais do museu, privilegiando a cultura material, e os demais que se ocupam dos paradigmas pós-modernos e estudam o museu como processo, fenômeno, lugar de encontro com um destaque para a comunicação e as relações sociais.

E só em 2001, na trajetória de consolidação do campo da museologia, uma nova definição passa a constar dos estatutos do ICOM:

o museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio *material e imaterial da humanidade e do seu entorno, para fins de educação e deleite da sociedade*.³⁶

Aqui observa-se a inclusão do ato de adquirir – ação fundamental para a preservação da memória, sendo o patrimônio imaterial igualmente incluído, garantindo que saberes e fazeres possam ser preservados. Em 2003, com a evolução do mundo dos museus, o Conselho Executivo do ICOM inicia uma reflexão tendo em vista a necessidade de modificar radicalmente a definição de museu. Promove um debate, junto aos membros do ICOM, pela internet e um breve resumo dessas discussões foram publicadas no número especial de *Nouvelles de l'ICOM*³⁷. Essa proposição de mudança foi submetida à Assembleia Geral trienal da ICOM em Viena, em 2007.

Qual a função de uma definição? Descrever de forma prática e objetiva o que queremos identificar sem deixar dúvidas. “É necessário saber exatamente de quem emana a definição e dentro de qual finalidade ela é formulada.” (DELOCHE, 2007, p.93) A definição

³⁶ Disponível em <<http://icom.museum/the-organisation/icom-statutes/>>. Acessado em 30/07/2015;

³⁷ ICOM News 2003 n.3 *Suggest Your Definition of the Museum*. Disponível em <<http://ow.ly/QiBTO>>. Acessado em 30/07/2015.

de museu terá que ser clara quanto a sua missão, funcionamento e futuro, levando em consideração o caráter histórico e conseqüentemente relativo e evolutivo dos museus e servir a todos os museus sem exceção. Não se pode perder de vista que, pela natureza dos museus, o seu próprio conceito será mutável para acompanhar a sua evolução e há de se manter a consciência de que a revisão conceitual será sempre necessária. Uma ideia apontada por Deloche, que merece muita atenção, é o fato de que a definição de museu expressa uma ideologia – um sistema de valores que exprime os interesses da classe ou de um grupo dominante.

Deloche chama a atenção para um ponto do conceito que suscita muita polêmica, o fato do museu ter que ser uma instituição sem fins lucrativos. Em 2005, na Conferência de Calgary a definição de museu continha a frase: “É uma instituição sem fins lucrativos.” No que diz respeito a essa questão pode-se fazer as seguintes indagações: Precisa mesmo? O museu não pode ser visto dentro da realidade econômica? Como obter e gerar recursos? O fato iria de alguma forma interferir na sua missão?

Deloche propõem uma definição bem focada na missão do museu:

O museu é uma função específica, que pode ou não pode assumir a figura de uma instituição cuja finalidade é assegurar, através da experiência sensível, o arquivamento e a transmissão da cultura entendida como o conjunto das aquisições que fazem de um ser geneticamente humano, um homem. (DELOCHE, 2007. p.99 - *tradução da autora desta dissertação*)³⁸

Analisando este conceito sucinto, observa-se que denominar o museu como uma função específica inclui todas as formas de museus que conhecemos nesse conceito; sejam museus históricos, de arte, de ciência, etnográficos, arqueológicos, virtuais, museus sem personalidade jurídica, museus comunitários, museus de território, ecomuseus. A experiência sensível do museu faz lembrar o “Museu imaginário” de Malraux, que ocorre fora da instituição e demais iniciativas que através dos sentidos do tato, visão, audição, paladar e olfato produzam emoções. Sobre o arquivamento, em francês “*archivage*” que significa o ato de arquivar visando a preservação, e a transmissão da cultura, função específica dos museus. Deloche é feliz na sua forma de definir cultura como o “conjunto das aquisições que fazem de um ser geneticamente humano, um homem” ou seja, todos os saberes e fazeres concebidos, apreendidos e compartilhados entre homens estão aqui contemplados.

³⁸ Do original em francês: “*Le musée est une fonction spécifique, qui peut prendre ou non la figure d'une institution, dont l'objectif est d'assurer, par l'expérience sensible, l'archivage et la transmission de la culture entendue comme l'ensemble des acquisitions qui font d'un être génétiquement humain un homme*”.

Dessa forma “a transmissão da cultura” definida por Deloche não privilegia nenhum tipo de aquisição, nem define valores, ela prevê todo tipo de aquisições para preservação e transmissão pragmática, sem sacralizar nada. Os museus estarão desta forma cumprindo seu papel de transmissão dos testemunhos da humanidade.

Uma outra definição quase minimalista é a de Martin Schärer (SCHÄRER, 2007, p.110 – *tradução da autora desta dissertação*), para quem o museu é o lugar de musealização: “O museu é um lugar onde as coisas e valores que se relacionam são salvaguardados e estudados, bem como comunicados enquanto signos para interpretar fatos ausentes.”³⁹ Esta definição se assemelha com a de Deloche.

No Brasil, a Lei 11.904 de 14 de janeiro de 2009, que instituiu o Estatuto dos Museus, baseada na definição do ICOM assim definiu o museu:

Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Parágrafo único. Enquadrar-se-ão nesta Lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades. (BRASIL, 2009)

Podemos observar que algumas poucas mudanças ocorreram na essência da definição do conceito de museu. Consta-se que preservação e exposição são objetivos basilares seguidos da pesquisa e comunicação. Aliás, um dos objetivos de preservar é expor e um dos objetivos da pesquisa é ser comunicada. Definições são como pilares apoiados em um terreno em constante movimento. A dinâmica da cultura gera novas práticas e, conseqüentemente, novas circunstâncias e novos questionamentos, o que acaba por gerar novas definições. Definir museu vai sempre depender dos interesses de seus criadores – que poderão ser científicos, filosóficos, administrativos etc.

Pensando na realidade brasileira – e, para efeito deste estudo, precisamente no que se refere ao Estado do Rio de Janeiro – é necessário refletir sobre a definição atual de museu e questionar sua abrangência ante a multiplicidade das instituições existentes.

Em entrevista concedida ao museólogo Mario Chagas, publicada em Cadernos de Museologia nº 5 de 1996, Hugues de Varine vem de encontro aos questionamentos sobre a definição de museu:

³⁹ Do original em francês: “*Le musée est un lieu où des choses et les valeurs qui s'y attachent sont sauvegardées et étudiées, ainsi que communiquées en tant que signes pour interpréter des faits absents.*”

O objetivo do museu parece ir além: ele é feito para a arte, ou para a cultura, ou para a carreira de seu diretor-fundador, ou para conservar patrimônio, ou para atrair os turistas, ou porque a cidade moderna deve ter pelo menos um museu... (VARINE, 1996, p.7)

Varine declara ainda que

(...) valeria mais que o objetivo real, a finalidade do museu, fosse objeto de um debate, que se justificasse por uma utilidade real prioritária, política, a criação, a manutenção e o desenvolvimento desse museu. É uma questão de honestidade intelectual, é também uma sabedoria política.(VARINE, 1996, p.8)

Ainda nessa entrevista Varine menciona Paulo Freire, a quem considera um dos melhores educadores brasileiros (1996). Ele observa a forma de atuar do intelectual, que parte da prática pedagógica para a teoria, quando afirma que todo educando tem o que oferecer. Da mesma forma, Varine traça um paralelo para a cultura quando salienta que todo cidadão e toda comunidade tem algo a oferecer e que portanto as Políticas Culturais deveriam se basear nas bases práticas de Paulo Freire.

E nesse sentido, retomando a questão do conceito estabelecido para os museus brasileiros, em seu parágrafo único, abriu-se a possibilidade de reconhecimento dos processos museológicos e todas as outras experiências museais ainda que não formalmente instituídas.

É fundamental ressaltar que, quando falamos em museus, estamos falando de patrimônio e memórias, não necessariamente instituídas num local. Museu é para além disso, é fundamentalmente uma relação entre passado e presente, entre o que fomos e o que pretendemos ser.

Vale acrescentar que além deste relacionamento, o deslocar-se dentro de um espaço singular de museu é uma experiência única, de emoção diante do objeto original, não se pode substituir isso. Esses objetos vistos nos livros ou em *sites* não causarão a mesma experiência. Na visão de Benoît (2011, p.3) “O museu consegue proporcionar uma experiência, estética, emocional, intelectual – e é isso que faz valer a pena ir a um museu”. Caberá ao museu proporcionar ao visitante múltiplas possibilidades de olhares sobre o mesmo objeto, o que garantirá efeitos estéticos diferenciados e interpretações igualmente diversas.

Embora extensa, é muito interessante a definição de museu apresentada por Sola:

Uma instituição do patrimônio ou da memória é toda atividade não-lucrativa, estável e estruturada no domínio da memória pública, fundamentada sobre a noção de globalidade do patrimônio e que comporte, parcial ou inteiramente,

a coleta, a pesquisa, a preservação e a comunicação de um certo sistema de valores expressos por meio de fenômenos e conceitos, de natureza material ou imaterial; é uma relação entre passado e presente, entre os humanos e seu meio ambiente; ela é criadora, educativa e apta a responder aos desejos da sociedade e dos indivíduos, para servir ao prazer de compreender; seu objetivo é a perpetuação dos valores, apoiando a consciência da virtude, em salvaguarda da riqueza da diferença, permitindo a sobrevivência de cada identidade e ajudar na continuidade de suas forças criativas e geradoras; ele apela à inteligência, às artes, à emoção e à ética humanista com vistas a produzir sabedoria, como suporte e manutenção das normas de qualidade para um desenvolvimento harmonioso. (SOLA, 2007, p.119-120. *Tradução da autora desta dissertação*)⁴⁰

A partir desse processo de definir o museu, amplia-se sua abrangência e com isso a compreensão da natureza da instituição. Há de se reinventar o museu, estimular o público de alguma maneira, para que se compreenda a razão da existência daquela instituição e, assim, manter o interesse do público em retornar para novas visitas. Não é tarefa fácil, o museu deve explicitar a história de seus acervos, origem e razão de estarem naquela instituição, mesmo que em uma exposição temporária, honestidade no conteúdo das informações divulgadas é o que se espera dos museus, é preciso ter credibilidade junto ao público. O museu é uma instituição de patrimônio com responsabilidades quanto ao seu patrimônio – edificado e acervos, imbuído da comunicação e educação da comunidade, promovidas para o desenvolvimento da sociedade.

Atualmente a definição utilizada pelo ICOM em 2007 aborda quatro aspectos; no primeiro temos:

I – museus são organizações formais com três características distintas: sobre a estrutura eles são permanentes, isso vai depender da estrutura administrativa vigente em cada país, abertos a comunidade e sem fins lucrativos. (DESVALLÉES e MAIRRESSE, 2007, p.88)

A permanência a que se referem Deloche ou Desvalles, diz respeito a proteção dos bens culturais, às coleções que permitirão ao museu ser o lugar onde o passado e o futuro da humanidade se relacionam. O fato de estar aberto à comunidade na verdade é para o cumprimento do papel educativo e comunicacional dos museus. Museus não são empresas comerciais, são agentes de transformação humana e portanto não se ocupam e não visam benefícios econômicos. Os demais três aspectos são:

⁴⁰ Do original em francês: “*Une institution du patrimoine ou de la mémoire est toute activité non lucrative, stable et structurée appartenant au domaine de la mémoire publique, fondée sur la notion de globalité du patrimoine et comportant, partiellement ou entièrement, la collecte, la recherche, la préservation et la communication d'un certain système de valeurs s'exprimant par les phénomènes et les concepts, de nature matérielle ou immatérielle; c'est une relation entre passé et présent, entre les humains et leur environnement; elle est créatrice, éducative et apte à répondre aux besoins de la société et des individus, à servir le plaisir de comprendre; son objectif est la perpétuation des valeurs, en soutenant la conscience de la vertu, en sauvegardant la richesse de la différence, en permettant la survie de chaque identité et en aidant à la poursuite de ses forces créatrices ou génératrices; elle fait appel à l'intelligence, aux arts, à l'émotion et à l'éthique humaniste en vue de produire la sagesse, en soutenant et en maintenant des normes de qualité pour un développement harmonieux.*”

II – Um segundo aspecto aborda sua missão institucional que o coloca a serviço do desenvolvimento humano através da comunicação, e que os museus se fazem a partir dos bens culturais e naturais.

III – O terceiro e importante aspecto – e que é aquele que reafirma o papel dos museus - é o que aponta a missão do museu de adquirir, conservar e comunicar a partir dos bens culturais e naturais;

IV – E por fim, o quarto aspecto que aponta as funções determinadas pela missão, suas possibilidades de uso que são estudo, pesquisa e deleite. (DESVALLÉES e MAIRRESSE, *op.cit.*)

Frente as definições de museus apresentadas na pesquisa e também outras tantas lidas pela autora durante o estudo, foi possível refletir frente à realidade do campo museal do estado do RJ que conceito de museu deverá ser considerado para o seu credenciamento, objeto da pesquisa. Um conceito que dê conta da função do museu e que não deixe dúvidas quanto a estar identificando toda e qualquer instituição museológica.

No item 3.1 do capítulo 3, onde serão abordados alguns critérios para o credenciamento de museus, a autora apresenta uma definição de museu que possa dar conta de todas as tipologias existentes no estado do Rio de Janeiro.

No Brasil e para efeito deste estudo, trataremos da realidade dos museus fluminenses, identificados no território do estado do RJ pela Coordenação do SIM-RJ.

Um panorama museal do estado do Rio de Janeiro será apresentado no capítulo em que descrevo a criação, implantação e atividades do SIM-RJ e suas perspectivas futuras, recuperando a história dos museus estaduais vinculados à Secretaria de Cultura. Neste capítulo serão apontadas diretrizes que possam nortear o processo de acreditação e certificação de museus.

1.3 Para quê credenciar museus?

Temos presenciado nas últimas seis ou sete décadas, notícias de criação de novos museus em toda parte. Esse crescente interesse no estabelecimento de novos museus vem acompanhado de um sentimento de que precisamos olhar para eles e primar não só pelo seu funcionamento e sustento, mas atentar também para o desenvolvimento e a qualidade dos serviços oferecidos por essas instituições.

Mencionando realidades internacionais, os sistemas de credenciamento criados na Alemanha, Inglaterra e EUA foram os primeiros a demonstrar preocupação com relação à busca da qualidade e da qualificação, tanto profissional quanto institucional..

O exemplo estadunidense foi pioneiro dessa preocupação.

Segundo Margriet Lestraden “entre a Guerra Civil e a Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos passaram de uma sociedade principalmente agrária para uma urbana (...) escolas, universidades necessitavam normalizar-se” (LESTRADEN, 2003, p.16). A vida urbana, com mais poder econômico, demandava uma sociedade melhor preparada e instituições que estivessem aptas a atender às novas necessidades dos que agora buscavam consumo e qualidade.

Com uma sociedade tipicamente idealista, motivada, e com mentalidade reformada e, sobretudo, com o desejo de melhorar, ficava clara a necessidade de iniciar um processo de acreditação das instituições, dando-lhes melhor qualidade e, acima de tudo, credibilidade naquilo que fazem. Segundo Lestraden, “Em 1913 é publicada a primeira lista de instituições educativas acreditadas: escolas, universidades” (LESTRADEN, 2003, p.16).

Na década de 30 surgiram os primeiros estudos baseados em relatórios de atividades que funcionaram como uma pré-avaliação. A sociedade, ao perceber a importância desse instrumento, adere à ideia de também desenvolver sistemas de acreditação para outros campos de atuação como, por exemplo, os advogados, médicos e bibliotecários, que foram as categorias que rapidamente aderiram à iniciativa.

Nos EUA na década de 60, escolas, universidades e bibliotecas foram pioneiros nesse tipo de ação que referencia as escolhas dos investimentos destinados aos programas, projetos e ações a serem desenvolvidos, implantados e custeados pelo poder público, iniciando assim processos de certificação de instituições culturais.

Podemos afirmar portanto que não se trata de um conceito novo e, mesmo no campo dos museus, o Sistema de Acreditação vem sendo pauta de algumas Conferências de Museus.

A estadunidense Laura Gómez Ryam em seu artigo “Acreditación de museos: um estándar mais alto” faz uma apresentação sobre o histórico do processo de Acreditação de museus no EUA, que aqui destaco para reafirmar que tais discussões e primeiras providências sobre o tema são mesmo anteriores à década de 70.⁴¹

O Conselho procura a AAM que prontamente elabora um relatório que foi apresentado ao Presidente Johnson e em maio de 1968 foi criado o Comitê de Acreditação da AMM para estudar as especificidades e necessidades dos museus. Em 1969 o Comitê

⁴¹ “Em 20 de junho de 1967 o então presidente dos Estados Unidos da América Lyndon B. Johnson solicita ao Conselho Federal para as Artes e Humanidades um estudo completo da situação dos museus no país, incluindo uma recomendação sobre como apoiá-los e fortalecê-los”. (RYAM, 2003, p.44)

apresenta proposta que elenca princípios a serem adotados num programa de acreditação para museus.

Em 1971 o Programa de Acreditação é implantado nos EUA.

Ainda hoje, para os americanos o credenciamento se pauta na importância da satisfação do público na relação com os museus, que deverá melhorar suas condições de aprendizado e contemplação para melhor atendê-lo.

No mundo dos museus, o que distingue a acreditação é o reconhecimento exterior da qualidade técnica de uma entidade, como referido em seu artigo Laura Gómez Ryan (RYAN, 1999) que ressalta que o processo de acreditação é feito pela auto-avaliação, a revisão pelos pares e a auto regulação.

Para efeito deste estudo dos critérios de credenciamento dos museus para o Estado do Rio de Janeiro foi utilizado o termo “credenciamento”, embora a “credenciação” da terminologia portuguesa seja tão bem defendida por Clara Camacho em sua tese:

A preferência pela terminologia portuguesa foi concatenada com o uso predominante do termo acreditação no plano internacional, atribuindo-lhes um sentido equivalente no contexto do presente trabalho. Assim, por credenciação de museus, acreditação de museus ou sistema de credenciação (ou acreditação) de museus quer dizer-se o conjunto de padrões de referência, de procedimentos de monitorização e de avaliação, de medidas e de programas de qualificação que visam a melhoria dos museus e o reconhecimento oficial da sua qualidade técnica por parte de uma entidade externa. (CAMACHO, 2014, p.17)

Nos fóruns, seminários, encontros e demais modalidades de debate sobre museus a preocupação com sua trajetória é sempre abordada, afinal vivemos em sociedades que se transformam constantemente. A estruturação dos museus para enfrentar as demandas do público com educação, entretenimento e informação, são desafios que conduzem a uma permanente reflexão sobre o desenvolvimento das instituições museais. Em contraponto à tomada de consciência de uma classe de profissionais comprometidos com a evolução dos museus, “pressionados pela frequência com que as instituições recreativas fazem uso inadequado desta palavra em suas estratégias de mercado irritando seus visitantes.” (PRASCH, 2003, p.7) Isto ocorre muitas das vezes pelo desejo de associar a “marca” museu à instituição, conferindo-lhe um status de **seriedade e qualidade** (grifo da autora) – o que muitas vezes decepciona o visitante que não reconhece ali um museu de fato.

É possível citar exemplos como o Museu de Cera⁴², em Petrópolis-RJ – uma cenografia que não tem função de museu –, e na Zona Sul do Rio de Janeiro temos o

⁴² O Museu fica na rua Barão do Amazonas, 35, Centro de Petrópolis e abre de terça a domingo das 10h às 17h.

Museu da Cadeira – um bela coleção exibida numa sala de um restaurante instalado em um casarão na Rua Martins Ferreira, em Botafogo, são espaços que não se configuram como museus. A coordenação do SIM-RJ já visitou os dois espaços, apresentou a Lei que instituiu o Estatuto de Museus, mas não houve demonstração de outro interesse, que não seja o turismo ou, ainda, o de disponibilizar uma coleção ao olhar público sem, entretanto, assumir qualquer compromisso educacional.

Com a perspectiva de identificação e reconhecimento dos Museus do Estado do Rio de Janeiro, uma análise de critérios que balizem a construção de um sistema está prevista para ser realizada baseada em experiências internacionais. Um Sistema, capaz de estabelecer padrões mínimos para as instituições museais que estimule os museus a alcançarem os padrões mínimos precisa ser desenhado. O termo credenciar significa habilitar, dar crédito, candidatar, acreditar e, para tal, será necessário reconhecer o valor, baseado em critérios de avaliação. A estratégia utilizada para desenvolver indicadores que subsidiem um credenciamento de museus desenvolvido nesta pesquisa, foi a criação de um formulário para cadastramento dos Museus do Estado do Rio de Janeiro disponibilizado para preenchimento voluntário e posterior validação das informações. Uma segunda etapa será o estabelecimento de critérios da avaliação museal que, segundo François Mairesse, trata-se da avaliação do conjunto de atividades museais. (MAIRESSE, 2003, p.144)

Avaliação é um termo de origem francesa *évaluation* que os anglo-americanos também se apropriaram mas com alguma modificação em sua significação. Desde o séc. XVI *Valuation* significa designação de valores e igualmente o resultado dessa ação, e ainda a “apreciação ou a estimação de qualquer coisa em função de sua excelência ou de seu mérito”. (MAIRESSE, 2003, p.144)

A avaliação tem como objetivo apontar os processos que deverão ser melhorados na totalidade do projeto do museu, sejam em relação a sua edificação, funcionamento administrativo, conservação dos acervos, atendimento ao público, acessibilidade, exposições, recursos financeiros, humanos, e de produção de conhecimento, através de estudo comparativo das informações contidas no formulário do cadastro⁴³ proposto às instituições. A avaliação poderá ainda apontar critérios, a serem estabelecidos para classificação de desempenho e qualidade das instituições museais. Não há nenhuma novidade em se avaliar instituições culturais para fins de credenciamento, pelo menos nos EUA, que avalia seus museus desde 1971 e, ainda antes, desde 1906 com a criação da

⁴³ Cf. APÊNDICE A, p.101.

Associação Amigos de Museus⁴⁴, que prima pela qualidade dos serviços oferecidos aos usuários.

Avaliação, palavra também oriunda do latim *valere*, significa ser forte. No caso dos museus, deverá contribuir na identificação do valor da instituição museu, justificando assim a razão de sua existência e atestando a execução da sua missão.

É preciso estar consciente que avaliação é um questionamento complexo e não deve ser confundida nem utilizada como controle, que tem caráter modelar e segue normas constantes.

Uma vez definidos os indicadores de que todos tenham acesso indiscriminadamente aos museus e seus serviços, o museu se auto avaliará e a partir dessa fase passa a ser feita uma apreciação global dos efeitos de uma política já realizada pelo avaliador em cooperação com o avaliado. A intenção é a qualidade, o valor, o reconhecimento e o desenvolvimento de políticas públicas capazes de apoiar esse aprimoramento crescente. Museus são comprometidos com a educação, são instrumentos à disposição da promoção da dignidade humana e conseqüentemente do desenvolvimento social. Assim, tornar o museu capaz de receber, captar e executar recursos financeiros para cumprimento de sua missão institucional e social é fundamental.

A intenção de qualificar um museu é dar a ele um reconhecimento social como protetor do patrimônio público; é também fortalecer valores éticos, elevar a autoconfiança da equipe de profissionais dos museus e a auto estima identitária para que se garanta uma sociedade mais inclusiva.

⁴⁴ *American Alliance of Museums*. Cf. Wikipedia em <<http://ow.ly/M2ABM>>. Acessado em 23/04/2015.

Capítulo 2

2.1. Os Museus do Estado do Rio de Janeiro: 1975-2014

A presente pesquisa definiu como recorte de seu objeto de estudo os museus do Estado do Rio de Janeiro no período de 1975 a 2014. Neste item será abordada a transferência dos museus da Secretaria de Educação e Cultura do Rio de Janeiro e a Secretaria de Cultura, Desportos e Turismo da Guanabara no período pós-fusão do Rio de Janeiro com o Estado da Guanabara que se deu em 1975.

Em 21 de abril de 1960 foi inaugurada em Brasília a nova Capital Federal, enquanto a antiga capital tornava-se o Estado da Guanabara, a única cidade-Estado do país⁴⁵. A Guanabara trazia com ela a bagagem de ter sido uma capital federal com história muito particular. Foi capital do Brasil-Colônia desde 1763, sede da Corte Portuguesa a partir de 1808, do Governo Imperial em 1822 e capital da República de 1889 até abril de 1960.

A chegada da família real portuguesa em 1808 ao Brasil foi sem dúvida o marco para a cidade do Rio de Janeiro, de onde tudo passou a ecoar para o país: a arte, a cultura e também a política. Isso fica bem claro quando elencamos as instituições federais criadas em território fluminense: em 1808 são criados o Horto Real de Aclimação (atual Jardim Botânico), o Banco do Brasil, o Hospital e Arquivo Militar. Em seguida a Biblioteca Nacional (1810), o Real Teatro São João (1813), a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios (1815), a Missão Artística Francesa (1816), o Museu Real (1818), hoje Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, o Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), o Arquivo Público do Império (1838), hoje Arquivo Nacional; o Museu do Exército (1864), o Museu da Marinha (1866), o primeiro salão da Academia Imperial de Belas Artes em 1826 que pode ser considerado um dos antecedentes do Museu Nacional de Belas Artes; a Academia Brasileira de Letras (1897); o Museu Histórico Nacional (1922) e as sedes dos Ministérios que ainda mantêm repartições no atual estado do Rio de Janeiro.

Percebe-se claramente o sentimento nacionalista da cidade, o que era constatado pelos inúmeros eventos de âmbito e repercussão nacional. Na medida em que a cidade perdia sua posição de capital federal, era fortalecido o seu papel de “capital cultural”.

O governo Carlos Lacerda (1960-1965) empenhado em dar ao novo Estado da Guanabara uma identidade cultural, criou o Museu da Imagem e do Som (MIS-RJ)⁴⁶ e a Sala Cecília Meireles, ambos em 1965.

⁴⁵ De acordo com as disposições transitórias da Constituição de 1946 e da Lei Número 3.752, de 14 de abril de 1960.

⁴⁶ Inaugurado em 03/09/1965, como parte das comemorações do IV Centenário da Cidade do Rio de Janeiro.

No âmbito dessas mudanças, uma sucessão de ocorrências políticas induziram ao chamado Golpe Militar em março de 1964 que culminou com a deposição do então Presidente João Goulart. Assume em seu lugar o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco

Na década de 60 os museus eram voltados para a conservação das coleções e para educação – conforme frisava a 14^a Conferência Geral da Unesco de 1966. Na década seguinte essas instituições entram em crise, criticadas por se apresentarem frequentemente como espaços representativos do poder, uma vez que se constituíam predominantemente como veículos do discurso oficial dos governos. Em contraponto, a Mesa de Santiago do Chile⁴⁷ apontava a urgência dos museus exercerem seu papel no desenvolvimento social das comunidades.

Em 1975, dentre as medidas do governo militar, o Capitão-de-Mar-e-Guerra Floriano Peixoto Faria Lima é nomeado pelo Presidente Ernesto Geisel, Governador do Estado da Guanabara que assume a responsabilidade de efetivar a fusão entre o Estado da Guanabara e o Estado do Rio de Janeiro, decretada pelo presidente da república no ano anterior.

Pode-se reafirmar que a Cidade do Rio de Janeiro é um espaço reconhecido como lugar de poder, convivendo tanto com liberdades quanto com exclusões e desigualdades e, no caso do Estado do RJ, também como uma “capital cultural”. No processo de fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, a Professora Myrthes de Luca Wenzel (LÔBO, 2002) foi convidada para planejar as ações da Secretaria de Educação e Cultura do novo estado do Rio de Janeiro. Profissional respeitada no campo da educação, assume a incumbência de gerir, nesse processo de fusão, o empreendimento educativo-cultural.

É nesse cenário que foi instituída em 1975 a Fundação Estadual de Museus (FEMURJ)⁴⁸ “com a finalidade de estimular o aprimoramento educacional e cultural do estado, competindo-lhe a gestão dos seguintes órgãos que, com suas unidades, passarão a integrá-la, com seu acervo e pessoal” (BRASIL, Decreto-Lei nº 60 de 09/04/1975), inaugurando no Estado uma nova era da atividade museológica. Os museus que constituíram a Fundação eram oriundos da Secretaria de Educação e Cultura do antigo Estado do Rio de Janeiro: 1. Casa de Oliveira Viana (Niterói, RJ); 2. Casa de Euclides da Cunha (Cantagalo, RJ); 3. Casa de Casimiro de Abreu (Barra de São João, Casimiro de Abreu, RJ); 4. Museu Antônio Parreiras (Niterói, RJ) e, oriundos da Secretaria de Cultura,

⁴⁷ Mesa Redonda de Santiago do Chile (ICOM) realizada em 1972 para discussão do papel dos museus na América Latina.

⁴⁸ Decreto-Lei nº 60 de 09/04/1975. Disponível em <<http://ow.ly/FYuPU>>. Acessado em 16/12/2014.

Desportos e Turismo do Antigo Estado da Guanabara: 1. Museu Histórico da Cidade; 2. Museu de Artes e Tradições Populares (Niterói, RJ); 3. Museu Carmem Miranda; 4. Museu dos Teatros do Rio de Janeiro; 5. Museu Escolar; 6. Museu do Primeiro Reinado; 7. Museu do Solar de D. João VI (Paquetá, RJ); 8. Museu de Ciências e Tecnologia (em projeto).

O então Governador nomeou para a presidência da FEMURJ Leonídio Ribeiro Filho, oriundo da iniciativa privada, e para a Direção Executiva a Prof^a historiadora e museóloga Neusa Fernandes, que em depoimento para esta pesquisa explica:

A minha indicação para essa função não foi política. Lygia Martins Costa, conceituada museóloga do Museu Nacional de Belas Artes (MNBA), indicou meu nome ao Dr. Aloísio Veiga de Paula, conselheiro de vários museus cariocas e este ao sobrinho Dr. Leonídio Ribeiro Filho. [...] impressionado com uma entrevista que na ocasião dei ao Jornal do Brasil, foi ao Museu da Cidade me conhecer, num domingo, e lá me encontrou trabalhando. Disse-me, posteriormente, que visitou todos os museus e gostou mais do da Cidade. Assim, se rendeu às indicações, e levou meu nome para a secretária Myrtes Wenzel, que foi minha professora e, imediatamente, me apoiou. Todos recomendaram o meu nome para o então Governador Faria Lima.⁴⁹

A FEMURJ incorporou o acervo da Fundação Vieira Fazenda que incluía o Museu da Imagem e do Som. Segundo Neusa Fernandes,

O Museu da Imagem e do Som anteriormente vinculado à Fundação Vieira Fazenda, também foi para a estrutura da FEMURJ, trazendo dívidas que foram pagas na minha gestão⁵⁰

O Decreto previa ainda a criação do Museu Histórico do Estado do Rio de Janeiro, o Museu do Primeiro Reinado e o Museu de Ciência e Tecnologia. Além disso, era preciso encontrar uma sede para o acervo do Museu Carmen Miranda, criado pela Lei 866 de 05/08/1956, que “estava guardado em onze baús, por mais de 20 anos”.⁵¹

Ainda segundo os relatos de Neusa Fernandes, foi restaurada a sede do Museu de Artes e Tradições Populares, no Aterro do Flamengo, e lá instalado o Museu Carmen Miranda⁵². Em 1975 o Museu de Artes e Tradições Populares foi transferido do prédio no Aterro do Flamengo e reinaugurado nas dependências do Palácio do Governo do antigo estado do RJ, conhecido como Palácio do Ingá, em Niterói e, no ano seguinte, foi inaugurado no mesmo local o Museu Histórico do Estado do Rio de Janeiro. A missão inicial desse museu era contar a história da fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro.

⁴⁹ Entrevista concedida a autora em agosto de 2014.

⁵⁰ *Idem*

⁵¹ Informação dada por Neusa Fernandes em entrevista para este estudo.

⁵² O Museu Carmem Miranda encontrava-se no mesmo lugar até a presente data aguardando sua incorporação a um novo projeto do MIS.

Seu acervo foi inicialmente composto por doações feitas por Antônio Fernando Bulhões de Carvalho que disponibilizou uma coleção de leques pertencente a seu tio, Pereira Passos⁵³.

O Palácio do Ingá possuía algum mobiliário que foi classificado, na ocasião, pela museóloga Terezinha Sarmiento. Neusa Fernandes sabia da existência de uma coleção de 120 óleos, de autoria dos artistas Lucílio de Albuquerque e Georgina de Albuquerque, que estavam nos porões do Palácio Guanabara, de acordo com depoimento de Neusa Fernandes. De acordo com suas palavras, numa ocasião a Sr^a. Zoé Chagas Freitas, então primeira dama do estado, pediu a transferência desse acervo para o Museu da Cidade. Entretanto, por total falta de espaço na época, a diretora do museu, Neusa Fernandes, negou o recebimento. Com a criação da FEMURJ e a missão de estruturar o Museu Histórico do Rio de Janeiro no Palácio do Ingá, foi requisitada essa coleção para integrar seu acervo.

Outro ponto que vale registrar. A FEMURJ recebeu como doação um projeto para o novo Museu da Imagem e do Som, segundo Neusa Fernandes a ser construído em terreno doado pelo governador Faria Lima situado na Barra da Tijuca.

O projeto evoluiu para ser o Centro Cultural da Barra e abrigar, além do MIS, também o Museu dos Teatros e o Carmen Miranda, como setores do MIS. Uma didática maquete foi feita e até 10 anos atrás encontrava-se em exposição na sede do Museu da Imagem e do Som, na Praça Quinze. Foi um terreno disponibilizado pelo Governador Faria Lima para que ali se construísse um grande Centro Cultural.⁵⁴

Na ocasião, o Ministro Reis Veloso do Planejamento destinou 80 milhões, publicado em Diário Oficial da União, para a realização do projeto. Com a saída de Neusa Fernandes da direção da FEMURJ em 1979, assumiu a Museóloga Fernanda Camargo Moro que segundo Neusa Fernandes “não levou adiante as tratativas para essa realização. O terreno foi disponibilizado, posteriormente pelo então Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro Israel Klabin, para a construção do Parque Floresta da Barra”⁵⁵. Os recursos foram disponibilizados para a reforma do MIS que passara no início da gestão da nova direção por um incêndio em 1981.

Nos Estatutos da FEMURJ estão enumeradas as finalidades baseadas em seus objetivos apontados no Decreto-Lei, alguns deles são a criação de novas unidades, desenvolvimento da ação educativa nos museus, captação de recursos, integração da

⁵³ **Francisco Pereira Passos** (1836-1913) foi um engenheiro brasileiro e prefeito da cidade do Rio de Janeiro de 1902 a 1906, nomeado pelo então presidente Rodrigues Alves. Cf. Wikipedia. Disponível em <<http://ow.ly/KJoqA>>. Acessado em 24/03/2015.

⁵⁴ Informação dada por Neusa Fernandes em entrevista à autora.

⁵⁵ *Idem*.

cultura com a educação, promoção de seminários, expansão dos acervos, assistência técnica aos municípios e, sobretudo, criação de subsídios para uma Política Cultural no Estado.

A Fundação pretendia ser uma instituição dinâmica e sobretudo participativa visando um processo de desenvolvimento educativo-cultural no Estado a partir da atuação e qualificação dos museus e parcerias com a Secretaria e Departamento de Educação. O compromisso principal com a educação e as novas perspectivas de apresentação do museu são percebidos com a visão ampliada nos estudos a serem desenvolvidos pelos museus. O projeto “Ação Educativa nos Museus” iniciado em novembro de 1975 realizava agendamentos escolares por intermédio da FEMURJ. Para essa atividade eram oferecidos transporte e merenda aos alunos após a visita guiada às unidades museológicas. Este projeto tinha como prioridade despertar o interesse pelos valores fundamentais da cultura brasileira.

Em agosto de 1976, o calendário para agendamento das visitas nos museus Antônio Parreiras, Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro e Museu de Artes e Tradições Populares, já se encontrava totalmente preenchido tamanha a demanda das escolas.

A FEMURJ preocupou-se também com outras atividades, tais como concertos no Museu Histórico da Cidade, shows de música popular apresentados pelo Museu da Imagem e do Som⁵⁶, festivais de bandas juvenis promovidas pela Casa de Casimiro de Abreu, parceria da Fundação Leão XIII⁵⁷ com a Casa de Euclides da Cunha.

Houve uma preocupação com a disseminação da cultura popular, com folguedos, festas regionais com apresentações trazidas do interior para a capital do Estado feitas nos museus. A MPB também teve importância e foi bastante valorizada, com lançamento de discos, programa de depoimentos do MIS, etc.

A iniciativa da exposição itinerante “As mãos do Povo”, elaborada em parceria com o Departamento de Cultura, percorreu dez municípios divulgando a arte popular fluminense.

⁵⁶ Atualmente o MIS-RJ tem um novo projeto institucional e será transferido para uma nova sede na Av. Atlântica. Previsão de reabertura em 2014.

⁵⁷ A Fundação Leão XIII foi criada em 1946 pelo governo federal para atuar especificamente junto aos moradores de favelas, concentrados nos grandes centros urbanos. Fruto da articulação entre Estado e a hierarquia católica, é vinculada à SEASDH – Secretaria de Estado de Ação Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro e atua estrategicamente no enfrentamento da pobreza e risco social, coordenando e executando programas e projetos sociais, em consonância com a Política de Assistência Social. A missão da Fundação é atuar como órgão executor das políticas de assistência social do Estado do Rio de Janeiro, exercendo as funções de assessoramento, gerenciamento, coordenação de programas e projetos sociais, articulando e/ou implementando serviços assistenciais de âmbito regional ou local no que for necessário, quando constatado não atendimento da demanda pelos municípios. Disponível em <<http://www.leao.rj.gov.br/>>. Acessado em 20/11/2014.

Na Feira da Providência, participou do I Festival de Compras, na II Feira de Arte Popular e na loja do Pão de Açúcar, divulgando objetos de arte popular, reprodução de gravuras, discos editados pelo MIS exercendo mais uma forma de aproximação com o público, associando o lazer à cultura.

O trabalho da FEMURJ se desenvolvia bem, porém seus acervos e instalações físicas precisavam de recuperação e ampliação dos espaços. A Casa de Oliveira Viana entrou em obras ainda em 1975 e o Museu Histórico da Cidade realizou obras no prédio de dois andares anexado ao museu para então abrigar biblioteca, sala de exposições temporárias, auditório e secretaria do museu. Estava prevista para 1977 a inauguração do Museu do Primeiro Reinado e para 1978 o Museu de Ciência e Tecnologia. Este último, segundo Valente (VALENTE, 2009, p.211-213) refere-se a unidade que em 1972 teve projeto elaborado pela museóloga Fernanda de Camargo Almeida Moro e que estava programada para ser instalada em meio a um parque na Barra da Tijuca, em um terreno do traçado urbanístico que integrava o Plano Piloto da Baixada de Jacarepaguá, elaborado pelo arquiteto Lucio Costa em 1969 – e que posteriormente, por circunstâncias políticas, passou para a gestão da Prefeitura da Cidade do RJ.

Na busca por mais informações sobre esses museus foi encontrado um relatório da Diretora Neusa Fernandes do período em que ficou à frente da FEMURJ, de 1975 (ocasião da criação) até o ano de 1979. A diretora se propôs a registrar de maneira sucinta no primeiro capítulo as principais atividades desenvolvidas, e nos três capítulos seguintes abordou as proposições fundamentais de uma política museológica convertidas em prática institucionalizada. E, por fim, vislumbra novos caminhos e possibilidades concretas de estabelecer na Barra da Tijuca o Centro de Atividades Culturais, materialização do que pensava ser um museu para aqueles tempos. Segundo Neusa Fernandes, seria o “coração da vida cultural de uma comunidade, [que] se espalha e ramifica em múltiplas e diversificadas manifestações de arte, história, ciência, comunicação, ludismo e trabalho”⁵⁸. O compromisso da equipe da FEMURJ, imbuída de um propósito em comum, era oferecer ao cidadão fluminense fontes nítidas de sua identidade e matrizes dinâmicas de sua história.

A primeira ação foi a recuperação dos museus que se encontravam num quadro de abandono, recuperando todas as unidades e as dinamizando ao limite máximo de sua capacidade de ação. O Museu Antônio Parreiras ampliou seu espaço expositivo com a abertura do prédio que era o Atelier do artista. A Casa de Euclides da Cunha e a Casa de Casimiro de Abreu foram inteiramente recuperadas e a Casa de Oliveira Viana reabriu após as obras com a função de Casa Histórica e Biblioteca. Também o Museu Histórico da

⁵⁸ Depoimento de Neusa Fernandes à autora.

Cidade foi restaurado e um prédio foi adquirido para funcionar um auditório, com exposições temporárias, biblioteca e as salas da administração do Museu. Novas unidades precisavam ser implantadas por conta de estarem seus acervos acondicionados de forma inadequada. O Museu de Artes e Tradições Populares pode triplicar o seu acervo após sua transferência para o Palácio do Governo, em Niterói, e o Museu Carmen Miranda foi montado no Parque do Flamengo. O Museu dos Teatros, anteriormente no Salão Assírio, passa a ocupar duas casas geminadas na Rua São João Batista, no 103, em Botafogo, no Rio de Janeiro.

A partir da mudança de governo em 1979, assumindo como Governador Chagas Freitas, é nomeada para a Secretaria Executiva da FEMURJ, Fernanda de Camargo Almeida Moro. Segundo a publicação “Nossos Museus nos Anos 80” desse novo governo, é no período de 1977 a 1980 que se dão as transformações técnicas e funcionais que conduziram a FEMURJ até a situação de Superintendência de Museus da FUNARJ. Em linhas gerais, o processo de transição se deu segundo o esquema abaixo:

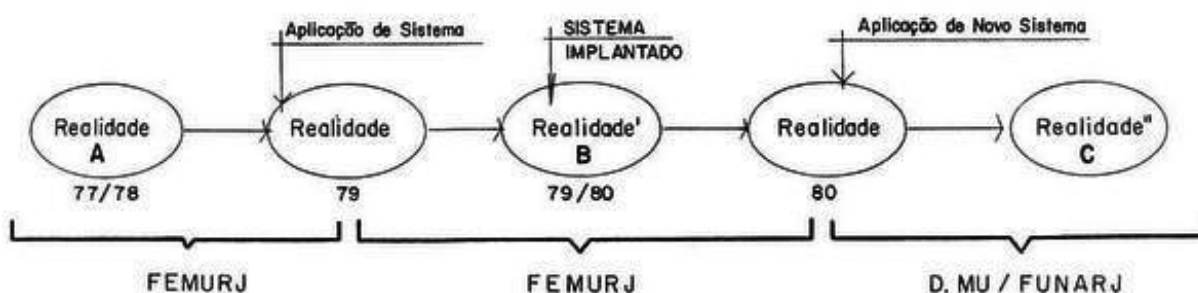


Ilustração 1 - Cronograma de Transformações Técnicas-Funcionais da FEMURJ até a Superintendência de Museus/FUNARJ

(Fonte: Reproduzido de RIO DE JANEIRO, s/d, p.9)

O Quadro 3 reproduzido a seguir e elaborado a partir de informações extraídas da supracitada publicação, ilustra em detalhe o processo em três realidades:

1978	1ª Situação	O conceito cria a realidade A . Qual o conceito básico? “Criar museus”	Realidade A (departamentos): > Administrativo > Financeiro > de Ação Educativa e Cultural > Técnico	Atuação do Depto. Técnico : > Segurança parcial contra incêndio; > Conservação parcial do acervo > Adaptação dos imóveis para museu > Manutenção parcial dos prédios	Atuação do Depto. de Ação Educativa e Cultural : > Palestras > Concertos > Cursos > Projeto Ação Educativa Visitas para escolares
1979	2ª Situação	O conceito cria a realidade B . Qual o conceito básico? “Estruturação e Integração dos Museus que agora	Realidade B (departamentos): > Administrativo > Financeiro > de Ação Educativa e Cultural > Técnico	Atuação do Depto. Técnico em conjunto com o Depto de Museologia/ Museografia : > Segurança contra	Atuação do Depto. de Ação Educativa e Cultural e do Depto. de Dinamização de Museus : > Projeto Ação





		compõem a Fundação”		<ul style="list-style-type: none"> fogo e roubo; > Pesquisa e Documentação Museológica/ Museográfica > Programa de Estágio de Graduação e pós-Graduação; > Conservação e Manutenção do Acervo; > Cadastramento Histórico, Arquitetônico e Artístico; > Manutenção dos Prédios; > Administração dos Museus; > Planificação e novos perfis; > Planejamento e Montagem de Exposições 	<ul style="list-style-type: none"> Educativa e Cultural; > Programas com as comunidades; > Atividades infantis, jogos educativos; > Lançamentos: livros, discos, tablóide; > Programação infantil para as férias; > Criação de Centros Educativos; > Teatro infantil; > Projeto Museu vai à Escola; > Concursos; > Concertos; > Cinema, Cinema Infantil;
1980	<i>3ª Situação</i>	O conceito cria a realidade C Qual o conceito básico? “Sistematização dos museus para permitir a dinamização dos mFesmos”	Realidade C (departamentos): > de Dinamização dos Museus > de Museologia/ Museografia		

Quadro 3 - Transição FEMURJ-FUNARJ (1977-1980)

(Fonte: Elaborado a partir de RIO DE JANEIRO, s/d, p.10)

Ao ser apresentado o período de transição descrito no Quadro acima, observa-se que o Departamento Técnico aos poucos se transformou no Departamento de Museologia e Museografia, como declarado por Fernanda Moro: “eu pensava que o serviço de museografia, de conservação e de educação tinham papéis importantes a fazer, e eu tinha que botar eles para funcionar, depois eu pensaria em sistema e outras coisas”⁵⁹ ao mesmo tempo o Departamento Cultural e Artístico, transformou-se no Departamento de Dinamização de Museus. Na referida publicação encontramos ilustração – que aqui adaptamos – que apresenta a seguinte ampliação do Quadro Técnico:

⁵⁹ Depoimento de Fernanda Moro à autora.

QUADRO TÉCNICO (Da FEMURJ à Superintendência de Museus da FUNARJ)		
1975 a 1978	Deptº Técnico: 	Deptº Cultural e Artístico: 
1979 e 1980	Deptº de Museologia e Museografia: 	Deptº de Dinamização de Museus: 

Quadro 4 – Quadro Técnico: FEMURJ a FUNARJ (1975-1980)

(Fonte: Elaborado a partir de RIO DE JANEIRO, S/D)

Esta mudança, tanto na estrutura do organograma e funções dos departamentos quanto no número de envolvidos em seus quadros técnicos reflete a preocupação em estimular programas que dinamizem as atividades dos museus, atraindo público e estreitando a relação com as escolas mediante os setores educativos de algumas unidades.

A parceria dos departamentos de Museologia e Museografia com o de Dinamização de Museus da FUNARJ durante os anos de 1979 e 1980, dividiu-se em três vertentes: (1) Projeto Museu vai à Escola, (2) Mutirão Cultural e (3) Planejamento e Montagem de Exposições para outras instituições. Além da “Programação Extra-Muros”, que no período organizou o Mutirão Cultural do Departamento de Cultura do Município com “O negro no Brasil visto por Rugendas” e o “Projeto Museu vai à Escola” (em municípios de Duas Barras e São Sebastião do Alto), foram realizados projetos de apoio ao Museu Histórico do Estado e, muitas dessas exposições, eram elaboradas como exercício para o futuro Museu de Ciência e Tecnologia (“A Pirâmide, da Geometria à Arqueologia” e “De Antonio a Zumbi – Walter Goytacaz”), ao Museu dos Esportes (“As Olimpíadas”) e ao Museu de Ciência e Tecnologia (“Exploratorium”). A FUNARJ também possibilitou o planejamento e montagem de exposições para outras instituições no mesmo período: “Centenário de Carlos Chagas” (Congresso Internacional sobre a doença de Chagas), “70 Anos do Teatro Municipal” e “Sesquicentenário da morte do Padre José Maurício” (Teatro Municipal) e “Complexo de Lajes”, Um pouco da História da Eletricidade no Rio de Janeiro (Light).

O Quadro 5 a seguir sistematiza algumas informações que assinalam as modalidades de atividades oferecidas nos museus da FUNARJ no período de 1979-1980:

presente  ausente 

Atividade/ Unidade	MIS	MPR	MHC	MHE	ATP	MAP	MT	MCM	ME	MCT	COV	CCA	CEC
Exposição Permanente													
Exposições Temporárias													
Lançamentos de discos, livros, tablóides													
Atividades Infantis													
Biblioteca													
Cinema													
Concertos													
Concursos													
Conferências, palestras													
Cursos													
Programa c/ a Comunidade													
Programação Infantil Férias													
Projeto Ação Educativa nos Museus													
Programação fixa todo 1º domingo do mês													
Programação fixa todo último domingo do mês													
Seminários													
Teatro Infantil													
Projeto Museu de Ciência e Tecnologia do Rio													
Programa Especial Carmen Miranda													

Legenda: MIS (Museu da Imagem do Som), MPR (Museu do Primeiro Reinado), MHC (Museu Histórico da Cidade), MHE (Museu Histórico do Estado do RJ), ATP (Museu de Artes e Tradições Populares), MAP (Museu Antonio Parreiras), MT (Museu dos Teatros), MCM (Museu Carmen Miranda), ME (Museu dos Esportes), MCT (Museu de Ciência e Tecnologia), COV (Casa de Oliveira Vianna), CCA (Casa de Casemiro de Abreu) e CEC (Casa de Euclides da Cunha). Ver informações sobre os Museus no APÊNDICE B, p.114)

Quadro 5 – Atividades dos Museus da FUNARJ (1979-1980)

Pelo descrito aqui, em relação à segunda gestão dos museus do estado do Rio de Janeiro (FEMURJ /FUNARJ), Fernanda Moro em seu depoimento mostrou que ao assumir a

direção da fundação sua preocupação inicial foi concentrada na estruturação das funções museológicas básicas dos museus do estado.

Minha primeira preocupação ao assumir foi a documentação ... vamos em princípio fazer isso através da documentação. Com uma documentação bem feita, explanando o que se tem e onde está, a gente aos poucos evolui, porque ... podia-se pensar que na época seria a melhor fórmula. (Depoimento concedido à autora desta dissertação)

Mas, ela também em seu depoimento manifestou certo desconforto com a criação da FUNARJ, logo no início de sua gestão. Citando Arnaldo Niskier⁶⁰ e Guilherme Figueiredo⁶¹ disse: “botaram os museus *pra* dentro de uma nova instituição, chamada FUNARJ, e lá todos participariam juntos, então, com isso, a FEMURJ perdeu autonomia.”

Sublinhando ainda as dificuldades de negociação trazidas pela nova estrutura administrativa, Fernanda Moro lembrou-se do projeto para o Museu de Ciência e Tecnologia, já citado, que possuía local e recursos para ser instalado. Projeto que foi abortado e acabou não se implementado em virtude da ingerência de políticas culturais daquele momento, no final da década de 1970. Além dessas, a interferência de uma série de outras circunstâncias ocorridas na ocasião, também contribuíram para frustrar essa realização, entre elas o incêndio do Museu da Imagem e do Som.

Tinha aquele projeto de Museu de Ciência e Tecnologia que o Israel (Israel Klabin) numa noite pegou e botou *pra* dentro da Prefeitura e fez o parque. Eu ainda disse pra ele ‘Você vai fazer um parque ecológico’, eu disse, ‘com casuarina?... Porque casuarina não tem nada com a gente. Mas, aí ele disse ‘Não, eu preciso de um parque’ e eu disse ‘Essa verba do museu você refaz o Museu’ (MIS) e ele ‘Não..’, e eu ‘Mas é muito dinheiro, dá pra fazer uma coisa maior’ (Depoimento concedido à autora desta dissertação)

As primeiras ações de organização dos museus do estado do Rio de Janeiro foram importantes e deixaram seus frutos, constituindo as etapas do processo de consolidação dos museus do estado. Essa gênese sem dúvida ainda terá muito a oferecer para uma melhor compreensão das concepções dos museus, não só do Rio de Janeiro, mas do Brasil.

O material sobre os museus encontra-se disperso para a observação da trajetória dessas unidades, atualmente na Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro. Uma pesquisa mais aprofundada sobre essa trajetória se faz necessária com auxílio de fontes da época que venham a complementar o histórico de atividades dessas instituições. Por não ser o foco deste estudo, foi anexado à dissertação uma breve apresentação desses museus (Ver APÊNDICE B, p. 114).

⁶⁰ Arnaldo Niskier, educador e escritor. Ver <<http://arnaldoniskier.com.br/vida/biografia.html>>.

⁶¹ Guilherme de Oliveira Figueiredo (1915-1997), autor e dramaturgo brasileiro (com peças de temática mitológica e abordagem cômica), irmão do último presidente militar João Figueiredo. Cf. Wikipédia. Disponível em <<http://ow.ly/QuT0y>>. Acesso em 29/6/2015.

2.2 Sistema Estadual de Museus do Rio de Janeiro - SIM-RJ

Neste ítem serão tratados a criação, as diretrizes, a metodologia de trabalho, a atuação e os princípios norteadores e as perspectivas do Sistema Estadual de Museus – SIM-RJ.

A Política Nacional de Cultura⁶² e em especial a Política Nacional Setorial de Museus (2010-2020)⁶³ preveem a criação de sistemas estaduais de museus para a melhor articulação e interação das instituições culturais.

É criado então pelo governo federal o Sistema Brasileiro de Museus (SBM)⁶⁴, com a responsabilidade pela gestão da Política Nacional de Museus. Uma política pública só estará consolidada quando a sociedade dela se apropriar. Evidencia-se um mecanismo legal e democrático de desenvolvimento para o setor museológico em todo o país. O Sistema Brasileiro de Museus, criado no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tendo como Ministro da Cultura o músico Gilberto Gil Moreira, é um marco na atuação das políticas públicas voltadas para o setor museológico. Seu estabelecimento cumpre uma das premissas na Política Nacional de Museus, ou seja, a constituição de uma ampla e diversificada rede de parceiros que, somando esforços, contribuam para a valorização, a preservação e o gerenciamento do patrimônio cultural brasileiro sob a guarda dos museus, de modo a torná-los cada vez mais representativos da diversidade étnica e cultural do país.

A orientação do SBM é determinante para a criação de novos Sistemas. Criado em 2004, inicialmente na estrutura do Ministério da Cultura, o SBM tem por finalidade facilitar o diálogo entre museus e instituições afins, objetivando a gestão integrada e o desenvolvimento dos museus, acervos e processos museológicos brasileiros.

Além disso, o SBM propicia o fortalecimento e a criação dos sistemas regionais de museus, a institucionalização de novos sistemas estaduais e municipais de museus e a articulação de redes temáticas de museus. Também é atribuição do SBM propor a criação e o aperfeiçoamento de instrumentos legais para o melhor desempenho e desenvolvimento das instituições museológicas.

Em 2013 o Decreto 8.124⁶⁵ regulamentou a Lei 11.904 de 2009 que instituiu o Estatuto dos Museus Brasileiros e a Lei 11.906 de 2009 de criação do Instituto Brasileiro de Museus, que reposiciona o SBM. Anteriormente, o SBM era um Comitê Gestor ligado

⁶² Disponível em <<http://ow.ly/HjJlv>>. Acesso em 14/01/2015.

⁶³ Disponível em <<http://ow.ly/HOgMa>>. Acesso em 23/01/2015.

⁶⁴ Disponível em <<http://www.museus.gov.br/sistemas/sistema-brasileiro-de-museus/>>. Acesso em 23/03/2015.

⁶⁵ Disponível no D.O.U. Ano CL Nº 203 de 18/10/2013 <<http://ow.ly/HOjdn>>. Acesso em 23/01/2015.

diretamente ao Ministério da Cultura e, após a regulamentação da Lei, passa a integrar a estrutura jurídica do IBRAM como Comitê Consultivo.

A dimensão democrática do SBM está presente na composição do seu Comitê Gestor⁶⁶, que agrega representantes do setor governamental e da sociedade civil ligados à área museológica e que são eleitos por seus pares. Neste Comitê⁶⁷, de caráter consultivo, o Sistema de Museus do Estado do RJ – eleito durante o 5º Fórum de Museus – representa todos os Sistemas Estaduais da Federação. O Comitê Gestor do SBM tem o papel de propor as diretrizes e as ações para o setor museológico, sempre de uma forma participativa e a partir de amplo debate.

Instituições museológicas, sistemas de museus, universidades que mantenham cursos relativos ao campo museológico e entidades organizadas vinculadas ao setor podem aderir ao SBM por intermédio de Termo de Adesão, firmado entre a instituição e o Ministério da Cultura. Essa adesão é da maior importância, pois estimula a articulação entre o conhecimento acadêmico, o poder público e a sociedade civil, aumenta a visibilidade institucional e favorece a melhor gestão e configuração do campo museal.

Os Sistemas de Museus encontram-se alinhados ao primeiro eixo programático da Política Nacional de Museus: Gestão e configuração do campo museológico. Segundo o CNM realizado pelo Ministério da Cultura em 2007, foram mapeados 190 museus/instituições culturais, sendo que 90 deles aderiram ao SBM.

A implantação do Sistema Estadual de Museus no Rio de Janeiro (SIM-RJ) – como uma das Coordenações Técnicas da Superintendência de Museus da Secretaria de Estado de Cultura – constituiu a oportunidade de promover políticas e programas voltados para a criação de uma plataforma de informações e dados sobre os museus das esferas públicas e privadas, permitindo a disseminação de resultados de pesquisas, trocas de conhecimento, ações integradas para a dinamização de acervos, orientações técnicas, atividades de capacitação, programas de educação em museus etc. Cabe ao SIM-RJ o papel de articulador/promotor dos programas e ações que viabilizem a otimização das instituições culturais do estado, em consonância com o SBM⁶⁸.

Em 2008 o Estado do Rio de Janeiro vivia um alinhamento político; os poderes federal, estadual e municipal dialogavam com objetivos comuns. A cultura no Estado do RJ começou a experimentar um momento de efervescência. A reflexão sobre gestão e fomento

⁶⁶ Disponível no D.O.U. Nº 73 de 16/04/2014 <<http://ow.ly/HOi9t>>. Acesso em 23/01/2015.

⁶⁷ Disponível no D.O.U. de 24/01/2014 - Portaria no. 17, de 22/01/2014 que designa o novo Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus - IBRAM. Disponível em <<http://ow.ly/KI3rG>>. Acessado em 23/03/2015.

⁶⁸ Decreto Nº 5.264 de 5/11/2004. Disponível em <<http://ow.ly/KIbtX>>. Acessado em 23/03/2015.

se abriu a todos os segmentos culturais e, na área museal, surge a oportunidade – resultante da vontade política⁶⁹ – da criação e implantação de um instrumento que permitisse o diálogo, a articulação e, sobretudo, uma avaliação do setor museológico do Estado.

A Secretaria de Estado de Cultura estabeleceu em 2008 uma nova estrutura⁷⁰ organizada por Superintendências divididas em áreas de atuação e, em abril daquele ano, é criada a *Superintendência de Museus*, tornando extinta a Diretoria de Museus que existia na estrutura da FUNARJ (Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro). Em junho do mesmo ano inicia-se o processo de criação de um Sistema Estadual de Museus na estrutura da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro: o SIM-RJ.

O Cadastro Nacional de Museus do IBRAM fez um primeiro mapeamento em 2005 (quando ainda era o DEMU/IPHAN), publicando em março de 2006, e produzindo o panorama nacional das instituições museais brasileiras. A concentração de instituições museais no Estado do Rio de Janeiro, originárias das esferas federal, estadual, municipal e de particulares totalizava 222 unidades (*Cadastro Nacional de Museus*, fevereiro de 2008). Isto possibilitou a reflexão sobre a realidade do Estado do Rio de Janeiro. Ficou clara a urgência de um mecanismo que trabalhasse com essas instituições de forma a congregá-las independentemente das esferas públicas ou privadas às quais estivessem vinculadas. A intenção primordial seria a de estimular o diálogo e a articulação do setor de museus no território do Estado do Rio de Janeiro.

Com base nas orientações da Coordenadora do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul⁷¹, se iniciaram as etapas de desenvolvimento do processo de criação do Sistema. Foi instituído um grupo de trabalho, sob a coordenação da museóloga Lucienne Figueiredo dos Santos⁷² que contou com a supervisão da Superintendente de Museus, Márcia Silveira Bibiani – a primeira é funcionária da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro (SEC-RJ) e a segunda é museóloga da FUNARJ, nomeada Superintendente de Museus da SEC-RJ naquela ocasião.

⁶⁹ Em 03 de junho 1987 foi encaminhada uma carta ao então Secretário de Cultura do Estado do Rio de Janeiro - Eduardo Portella com uma minuta de Decreto para Instituição do Sistema de Museus do Estado do Rio de Janeiro.

⁷⁰ A estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro (SEC/RJ) - organizada em sua estrutura por Superintendências - é detalhada no Anexo I ao Decreto de Nº 41282/2008 - DOERJ de 05/05/08, foi alterada, em 2009, pelo Decreto nº 42.085/09- DOERJ de 21/10/09, e, em 2010, pelos Decretos 42 358, de 16/03/10- DOERJ de 17/03/2010 e 42.692- DOERJ de 11/11/10, de modo a atender a implementação de ações prioritárias. A Superintendência de Museus já existia na antiga Fundação de Artes do Estado do RJ, atual Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do RJ, conforme o Decreto nº 3.142 de 23 de abril de 1980 já determinava.

⁷¹ Simone Flores, que o próprio IBRAM havia me orientado a procurar, e que se encontrava no Rio de Janeiro em julho de 2008.

⁷² Autora deste estudo de dissertação.

O Grupo de trabalho foi constituído por representantes das seguintes entidades: Museu da República (federal), Museu da Justiça (estadual), Museu de Arte Contemporânea - MAC de Niterói (municipal), Museu Militar (estadual), Museu Casa do Pontal (privado), Conselho Regional de Museologia, Associação Brasileira de Museologia e Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

Foram realizados três encontros ainda no ano de 2008 nas seguintes datas: 13 e 27 de novembro destinados à apreciação e considerações acerca dos decretos existentes⁷³, e no mês de dezembro (dia 17) foi destinado à elaboração da minuta do decreto de criação do Sistema Estadual de Museus do Rio de Janeiro, apreciado posteriormente pela Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado de Cultura.

A minuta foi apresentada no I Fórum Estadual de Museus, organizado pela SEC-RJ/Superintendência de Museus, que aconteceu nos dias 26, 27 e 28 de março de 2009, no Palácio Gustavo Capanema – Auditório Paulo Freire,⁷⁴ com a intenção de, a partir dela, receber contribuições mediante o site da SEC-RJ. Foi nesta oportunidade que grupos de trabalho foram constituídos com a intenção de receber sugestões de diretrizes de ações para o trabalho do SIM-RJ. Cada grupo apresentou suas propostas que foram compiladas pela Coordenação do SIM-RJ para então gerar um documento norteador de suas futuras ações. Neste documento, intitulado “Diretrizes para Ações do SIM-RJ”, foram elencadas quinze diretrizes abaixo enumeradas:

- 1 – Garantir acessibilidade plena aos Museus, Centros Culturais, Espaços Históricos e Reservas Naturais do Estado do Rio de Janeiro;
- 2 – Estimular a inserção dos Museus, Centros Culturais, Espaços Históricos e Reservas Naturais no Cadastro Nacional de Museus, contribuindo para a manutenção e atualização do banco de dados deste cadastro que será utilizado também pelo SIM-RJ;
- 3 – Levantar e mapear as demandas prioritárias das instituições museológicas por região cultural⁷⁵ com o objetivo de obter subsídios para traçar as demais diretrizes e ações;
- 4 – Promover a capacitação teórica e prática do pessoal técnico e administrativo através de seminários, oficinas e cursos itinerantes por região;
- 5 – Divulgar padrões e procedimentos técnico-científicos que sirvam de orientação às equipes responsáveis pelas instituições museológicas integrantes do sistema;

⁷³ Referentes aos Sistemas Estaduais de São Paulo, Goiás, Paraná, Rio Grande do Sul, Pará, Ceará, Mato Grosso e Minas Gerais e aos Sistemas Municipais de Pelotas (RS) e Ouro Preto (MG), todos anteriores a 2008.

⁷⁴ Também conhecido como Edifício Gustavo Capanema e prédio do MEC, situado na Rua da Imprensa, 16, Centro do Rio de Janeiro.

⁷⁵ O Cadastro Nacional foi a ferramenta que nos possibilitou o levantamento preliminar dessas demandas.

- 6 – Estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades museológicas que respeitem e valorizem o patrimônio cultural de comunidades populares e tradicionais de acordo com suas especificidades;
- 7 – Promover suporte técnico para criação de unidades museológicas em locais que não as possuam;
- 8 – Promover novos instrumentos e aperfeiçoar os existentes nas ações de divulgação dos espaços museais do Estado do Rio de Janeiro;
- 9 – Propor a criação e o aperfeiçoamento de instrumentos legais para melhor desempenho e desenvolvimento das instituições museológicas que possam garantir a continuidade das políticas públicas do setor;
- 10 – Estimular políticas de permuta, aquisição, documentação, investigação, preservação, conservação, restauração e difusão de acervos museológicos dos museus do Estado;
- 11 – Promover o intercâmbio com sistemas e redes municipais, estaduais e internacionais de museus, criando plataformas eletrônicas de discussão;
- 12 – Implantar jornadas de sensibilização para os poderes legislativo e executivo, e de gestores de políticas públicas para a formação e informação sobre o atual panorama museológico;
- 13 – Fomentar o diálogo para integração das ações turísticas e museológicas, para fortalecer e dinamizar a oferta de turismo cultural em todo o Estado do Rio de Janeiro;
- 14 – Estimular a participação dos diversos segmentos da sociedade, inclusive da iniciativa privada, de museus comunitários, ecomuseus e
- 15 – Criar um banco de competências institucionais e expertises para socialização de serviços e conhecimentos.

Essas diretrizes serviram para nortear o trabalho do SIM-RJ que foi iniciado ainda em março de 2009 com um roteiro de Visitas Técnicas a todos os municípios das 8 Regiões Político-Administrativas do Estado e Oficinas de Capacitação nas diversas áreas técnicas dos museus como expografia, ação educativa, gestão e documentação de acervos etc. O Decreto de criação do SIM-RJ ficou disponível para recebimento de sugestões durante o período de abril a junho de 2009 e foi publicado no dia 22 de fevereiro de 2010⁷⁶.

A Comissão Consultiva, composta por representante das 8 Regiões citadas acima, e representantes da ABM, COREM 2ªR, e UNIRIO prevista no decreto de criação do Sistema foi constituída a partir de reuniões com representantes das oito regiões político-administrativas do estado do Estado do Rio de Janeiro⁷⁷. A metodologia empregada foi convocar uma reunião com todos os municípios integrantes de uma região para apresentar suas diretrizes e o Decreto do Sistema e, nessa oportunidade, aclamar e/ou indicar um representante da Região. Essa representação é definida pelo conjunto de municípios da

⁷⁶ Decreto nº 42.306 de 22/02/2010. Disponível em <<http://ow.ly/IM4qv>>. Acessado em 09/02/2015.

⁷⁷ A saber: Médio Paraíba, Costa Verde, Serrana, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Baixadas Litorâneas, Centro-Sul Fluminense e Metropolitana (Ver ANEXO A, p.183).

Região que escolhem entre si qual dentre eles será o representante e o suplente na Comissão Consultiva. Ficou decidido que caso a pessoa escolhida viesse a deixar sua função original, seria automaticamente substituída na Comissão por aquela que assumisse o seu lugar. A representação – que é do município e não da pessoa física – é válida pelo período de dois anos. Apenas a Região Metropolitana contou com dois representantes, tendo em vista ser a Região com maior número de Municípios.

A primeira Comissão Consultiva teve a seguinte composição⁷⁸

<ul style="list-style-type: none"> ● ABM – Antônio Carlos Pinto Vieira ● Conselho Estadual de Cultura – Heloísa Lustosa ● Conselho Regional de Museologia – COREM-RJ 2ª Região – Alexandre Valadão Rios ● UNIRIO – Escola de Museologia – Ivan Coelho de Sá 		
Representantes Regionais:		
Região	Representante	Suplente
Médio Paraíba	<i>Volta Redonda</i> – Maria das Graças Rocha Dias	<i>Valença</i> – Jupira de Oliveira Ramos
Costa Verde	<i>Angra dos Reis</i> – Fernando Abrantes Maurat	<i>Itaguaí</i> – Maria de Fátima de Castro Santos Silva
Serrana	<i>Petrópolis</i> – Maurício Vicente Ferreira Junior	<i>Nova Friburgo</i> – Lilian Barretto
Noroeste Fluminense	<i>Porciúncula</i> – Antônio Machado	<i>Italva</i> – Angela Gomes
Norte Fluminense	<i>Quissamã</i> – Clara Maria Paulino Caó	<i>Campos dos Goytacazes</i> – Carlos Freitas
Baixadas Litorâneas	<i>Silva Jardim</i> – Claudia Regina Pontes da Silva	<i>São Pedro da Aldeia</i> – Ana Clara Menezes Ramos
Centro-Sul Fluminense	<i>Engenheiro Paulo de Frontin</i> – Wander de Azevedo Silva	<i>Vassouras</i> – Thatiana Santiago de Medeiros
Metropolitana	<i>Itaboraí</i> – Cláudio Rogério da Silva Dutra <i>Japeri</i> – Daniella Moreira Beliago	<i>Niterói</i> – Márcia Müller <i>Duque de Caxias</i> – Gladis Braga Figueira

Quadro 6 - Primeira Comissão Consultiva do SIM-RJ

(Fonte: SEC-RJ/SIM-RJ, 2009)

Ao falar do SIM-RJ convém comparar os conceitos de *Sistema* e de *Rede*. Maria Clara Camacho menciona em sua tese o conceito citado por Lameiras-Campagnolo e Campagnolo que destacam as diferenças, afinidades e especificidades das definições muito oportunas para a compreensão da atuação de cada uma delas.

⁷⁸ Resolução SEC Nº 361 de 15 de Outubro de 2010 que constitui a Comissão Consultiva do Sistema Estadual de Museus. Disponível em <<http://ow.ly/KKfAL>>. Acessado em 24/03/2015.

Enquanto o sistema pode ser assim sumariamente definido como um conjunto de elementos interdependentes expressamente escolhidos com o fim de responder a uma finalidade global, a rede aparece como um conjunto de elementos (nós, conexões) «em construção», cuja finalidade, embora mantida globalmente, pode acolher sucessivas alterações pontuais ou eventuais retificações. (LAMEIRAS- CAMPAGNOLO & CAMPAGNOLO, 2002, p.26–27 *apud* CAMACHO, 2014, p.5).

O SIM-RJ, embora também compartilhe informações, conhecimentos, interesses e esforços em busca de objetivos comuns, quais sejam, o reconhecimento e fortalecimento do campo museal, não é propriamente uma Rede nos termos da citação acima. O SIM-RJ é, acima de tudo, um Sistema que precisa de órgãos funcionais, entidades, partes ou elementos e de promover certa relação entre eles para que as transformações ocorridas em uma parte possam influenciar as demais. O SIM pretende cumprir sua finalidade e atingir seu objetivo da forma mais eficiente para o conjunto dos museus do estado do Rio de Janeiro.

Em se tratando da definição que partilhamos, uma iniciativa exemplar pode ser a Rede de Museologia Social (REMUS) que, até o momento, tem se comportado como estrutura horizontal de decisão. Tal como foi concebido, o SIM-RJ pressupôs a articulação dos museus de todo o estado a partir de Visitas Técnicas que, gradativamente, inventariassem as unidades embora a partir de uma hierarquia oriunda do poder público.

Uma primeira amostragem dos museus do estado foi realizada a partir de visitas que incluíram alguns municípios de cada uma das regiões turísticas. Em maio de 2010 foram concluídas as Visitas Técnicas a todos os municípios das regiões Norte e Noroeste Fluminenses e em 21 de dezembro desse mesmo ano foram encerradas as Visitas Técnicas a todos os municípios do Estado do Rio de Janeiro.

O agendamento era feito com a Secretaria de Cultura do Município, e na falta desta, com o responsável pela pasta da Cultura. Este foi o momento inicial do reconhecimento *in loco* da realidade do campo museal do estado do RJ. Desta forma foi possível conhecer as dificuldades, potencialidades, demandas e, sobretudo, os gestores e profissionais que atuam nos museus. Esses seriam os interlocutores com os quais a Coordenação do SIM-RJ passaria a dialogar.

Com o decorrer das Visitas Técnicas do SIM-RJ, a SEC-RJ colocava em ação o Plano Estadual de Cultura⁷⁹ que previa um diagnóstico das instituições/ manifestações culturais de todo o Estado para que, ao término deste diagnóstico, fosse possível elaborar

⁷⁹ A consulta pública aberta para contribuições da sociedade ao Plano Estadual de Cultura, foi encerrada em 31 de outubro de 2013. Disponível em <<http://ow.ly/KKinJ>>. Acesso em 24/03/2015.

um Mapa Cultural para o Estado do Rio de Janeiro. Como este trabalho vinha sendo desenvolvido a partir das Regiões Político-Administrativas, utilizou-se a mesma referência para que, na SEC-RJ, fosse unificada uma linguagem regional até que se pudesse construir, ao final de todos os diagnósticos, um Mapa Cultural.

Os Sistemas são constituídos segundo uma hierarquia necessária à sua atuação e articulação, diferentemente das Redes que também exercem um papel fundamental na troca de conhecimento e fortalecimento do campo museal. Os Sistemas de Museus Estaduais e Municipais, sentiram a necessidade de interagirem para, juntos, se dirigirem ao IBRAM e ao SBM. Em 2010, no Rio de Janeiro, foi formalizada a Rede de Sistemas de Museus – Rede SIMUS – que vem, desde então, trabalhando de forma parceira no que tange a muitos assuntos do campo.

Um primeiro panorama foi se delineando. Observou-se que as instituições se auto declaravam museus, centros culturais, centros de memória, casas de cultura, memoriais, institutos de pesquisas e parques ambientais.⁸⁰ Uma vez concluída essa primeira amostragem já se podia estimar os desafios a serem enfrentados pelo SIM-RJ. Iniciava-se o processo de inquietação. Identificados aqueles com quem travaríamos nossa interlocução, surgiu a principal demanda – cuja urgência entendemos e concordamos imediatamente: capacitação de funcionários que atuavam nas instituições museais e qualificação para as instituições.

O SIM-RJ recorreu ao IBRAM para, em parceria, realizar Oficinas Técnicas que ajudassem de alguma forma a minimizar a falta de qualificação dos profissionais nas instituições museais. As Oficinas tinham duração de 3 (três) dias consecutivos com teoria e prática sobre o tema escolhido. Os temas selecionados para esse momento foram: Gestão e Documentação de Acervos; Elaboração de Projetos e Fomento para a Área Museológica; Plano Museológico, Segurança em Museus, Museus e Novas Tecnologias de Informação de Acervos; Expografia, Conservação Preventiva de Documentos, Biblioteca dos Museus, Ação Educativa em Museus e Jornadas para Práticas de Editais da Superintendência de Museus, assim distribuídas:

Oficinas/Jornadas/Exposição	Município(s)	Região	Ano
<i>Ação Educativa em Museus</i>	Rio de Janeiro Arraial do Cabo	Metropolitana I Baixadas Litorâneas	2011 2012
<i>Biblioteca dos Museus</i>	Vassouras	Centro-Sul Fluminense	2010
<i>Conservação de Documentos</i>	Cachoeiras de Macacu Sumidouro	Metropolitana III Serrana	2010 2011
<i>Conservação Preventiva de Documentos</i>	Engº Paulo de Frontin Quissamã	Centro-Sul Fluminense Norte Fluminense	2009 2009

⁸⁰ Ver ANEXO B: *Quem e Quantos Somos?*, p.184.

<i>Elaboração de Projetos e Fomento para a Área Museológica</i>	Nova Friburgo Cabo Frio	Serrana Baixadas Litorâneas	2009 2010
<i>Estudos de Público</i>	Valença	Médio Paraíba	2011
<i>Expografia</i>	Maricá Miracema Niterói	Metropolitana III Noroeste Fluminense Metropolitana III	2010 2011 2011
<i>Exposição "Ministério Público e o Patrimônio Cultural"- INEPAC</i>	Nova Friburgo Bom Jardim	Serrana Serrana	2009 2010
<i>Gestão e Documentação de Acervos</i>	Rio das Ostras Natividade	Baixadas Litorâneas Noroeste Fluminense	2009 2010
<i>Jornada Educação Patrimonial/ INEPAC</i>	Cordeiro Bom Jardim	Serrana Serrana	2010 2010
<i>Jornadas para Práticas de Editais da Superintendência de Museus – SEC-RJ</i>	Duque de Caxias Petrópolis Campos dos Goytacazes Volta Redonda Rio de Janeiro	Metropolitana II Serrana Norte Fluminense Médio Paraíba Metropolitana I	2011 2011 2011 2011 2011
<i>Museus e Internet</i>	Rio de Janeiro	Metropolitana I	2009
<i>Plano Museológico</i>	Duque de Caxias Teresópolis Resende	Metropolitana II Serrana Médio Paraíba	2010 2009 2010
<i>Segurança em Museus</i>	São Fidélis	Norte Fluminense	2009

Quadro 7 – Oficinas Técnicas realizadas pelo SIM-RJ (2009-2012)

(Fonte: SIM-RJ/SEC-RJ)

Em 2010 são lançados dois Editais de Chamada Pública para Museus pela Superintendência de Museus da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro (SEC-RJ).

Os Editais 13 e 14 de 2010 destinaram R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais) para os 18 (dezoito) projetos contemplados. Os projetos oriundos de municípios de outras regiões do Estado foram, ainda, em número bastante reduzido. Neste primeiro edital foram contemplados os municípios de Três Rios, Petrópolis, Valença e Quatis. Foi pensada uma maneira de melhorar o acesso desses municípios aos Editais de Museus e, para tanto, foram preparadas 5 (cinco) Jornadas Técnicas com duração de um dia com a intenção de capacitar os participantes para a elaboração de projetos para os editais a serem lançados pela Superintendência de Museus no ano seguinte. Os Editais lançados em 2011, as Chamadas Públicas 21 e 22, tiveram maior número de inscritos e melhores projetos. Esta foi, sem dúvida, uma ação pontual que trouxe bom resultado. Foram contemplados 21 (vinte e um) projetos numa destinação total para apoio de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais)⁸¹. E no Edital de 2012, já num formato de apoio bienal ao Desenvolvimento Institucional foram contempladas 9 (nove) instituições totalizando R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

⁸¹ Ver APÊNDICE G: Editais SMU-SEC/RJ (2010-2011-2012-2013), p.167.

Vale ressaltar que, por ocasião da realização das Oficinas Técnicas, a Coordenadora do Sistema permanecia na sala com o ministrante para avaliar o aproveitamento da turma e sugerir – já que conhecia a realidade de cada instituição – projetos, ações e para apresentar as principais demandas que poderiam ser atendidas mediante a participação no Edital. Era sempre um momento de muita interação, de modo a articular as instituições presentes, formando uma grande rede de ajuda mútua. Foram criadas muitas parcerias de trabalho entre os presentes, o que ajudou bastante aqueles que se sentiam sem interlocução em seus municípios. Estes são os bons frutos que um eficiente Sistema de Museus pode proporcionar: Incentivar o trabalho em rede, minimizar os esforços e somar as potencialidades individuais.

É importante registrar que todas as Visitas Técnicas foram realizadas pela mesma Coordenadora do SIM-RJ, que registrou todo o processo, o que proporcionou uma visão integrada do campo museal. Isso realmente foi possível por ser o Estado do Rio de Janeiro pequeno em sua extensão territorial, estando o município de Varre e Sai, o mais distante da capital, a cerca de 400 km da Rodoviária Novo Rio na cidade do Rio de Janeiro. Muitas demandas durante essas visitas foram registradas. “Qualificação” certamente foi a mais solicitada, embora a falta de recursos financeiros tenha sido a queixa mais recorrente.

Este foi o momento em que foram conhecidos os profissionais que atuavam nessas instituições – os gestores da cultura, Secretários de Cultura, Chefes de Departamentos Culturais, Gerentes de Espaços Culturais, Assessores – enfim, todos aqueles que de uma forma ou de outra estavam ligados à cultura, mas em especial aos museus e instituições afins. O diálogo – devido a falta de formação ou experiência na área de museus por parte dos gestores – não seria tão fácil. Em 2010 tem início a segunda fase do roteiro de Visitas em paralelo à realização de Oficinas Técnicas, tanto em parceria com o IBRAM, como com técnicos da própria Superintendência de Museus da SEC-RJ.

Muito do desconhecimento do campo museal pode ser constatado no desenrolar das conversas com os profissionais dos museus. A grande maioria dos funcionários que atua nos municípios não possui formação específica. Apenas nove municípios: Paraty, São João de Meriti, Resende, Niterói, Petrópolis, Campos dos Goytacazes, Araruama, Vassouras e Rio de Janeiro possuem museólogos. A maior parte dos responsáveis são professores de história ou de português, pedagogos, arquitetos, bibliotecários e, em alguns outros, apenas com nível médio de escolaridade. Um primeiro desafio foi manter uma interlocução da Coordenação com pessoas que nada conheciam da legislação dos museus e, conseqüentemente, também desconheciam suas operacionalidades.

Este segundo roteiro foi concluído em dezembro de 2010, quando foi apresentado pela SEC-RJ um Panorama Museal do Estado do Rio de Janeiro no II Fórum Estadual de Museus do RJ, realizado em 31 de agosto e 1º de setembro de 2011 no Teatro João Caetano, ocasião que coincidiu com a greve dos funcionários do Ministério da Cultura, o que de certo modo esvaziou a discussão no encontro. Segundo informações da Superintendência de Museus da SEC-RJ, durante o I Fórum de Museus do Estado do RJ, realizado em 29 e 30 de março de 2009 no Palácio Gustavo Capanema, compareceram 223 (duzentos e vinte e três) participantes e, no II Fórum, contamos com 168 (cento e sessenta e oito) e o III Fórum realizado em maio de 2014 na UNIRIO, também surpreendidos por uma greve da Universidade que obrigou a transferência do encontro para o MIS no segundo dia, mas mesmo assim contou com 173 (cento e setenta e três) participantes. Os Fóruns estaduais são organizados pela Superintendência de Museus da SEC-RJ, por intermédio do SIM-RJ.

O Panorama Museal apontava a seguinte realidade em 2011: 37 (trinta e sete) municípios sem museus; apenas 8 (oito) cidades possuíam museólogos; muitas instituições sem documentação jurídica que comprovasse sua criação, e ainda muitas outras com conceituação equivocada. Nesta ocasião, o Estado do RJ havia mapeado 296 (duzentas e noventa e seis) instituições.⁸² Já em abril de 2012, foram revistas as informações durante as Visitas Técnicas e constatou-se uma nova realidade de 43 (quarenta e três) municípios sem museus. Posteriormente, foram criadas unidades museológicas nos seguintes municípios: de Bom Jesus de Itabapoana, o Espaço Cultural Luciano Bastos; no município de São João de Meriti, o Museu Marinheiro João Cândido (ainda em implantação); enquanto no município de Bom Jardim, o Museu Professor Clirton Rego Cabral.

A Coordenação do Sistema tem participado efetivamente das atividades dos museus no interior. Foi observado que era fundamental acompanhar as trajetórias das instituições e dos profissionais que ganharam motivação ao saber da existência de um canal de comunicação e apoio para suas atribuições nos museus. Fundamental também, foram a participação das Conferências Municipais de Cultura, dos Seminários, inauguração de exposições, reinauguração de museus e, acima de tudo, as visitas ao local, sempre que necessário, para compreensão do que estava sendo demandado pelo profissional da instituição.

A garantia de um conhecimento do campo exige dedicação e olhar atento, mas acima de tudo uma escuta acolhedora e desprovida de preconceitos. É necessário ressaltar que os museus são de natureza multicultural, são espaços onde o “outro” não deveria ser

⁸² Ver ANEXO B *Quantos e Quem Somos?*. p.184.

moldado sob a ótica de quem vem da Coordenação do Sistema Estadual de Museus. É preciso resistir à homogeneidade cultural, pois só a diversidade tem a capacidade de enriquecer a todos culturalmente, e caberá aos museus e aos profissionais que atuam no campo não perder de vista sua missão inclusiva. Em outras palavras, acolher propostas de museu que incorporem o conceito de inter e multi culturalidade, sempre fez parte do esforço de fomento e promoção no processo de criação do SIM-RJ. No município do Rio de Janeiro foram observadas algumas instituições que também sofrem dos males que tanto se busca combater: falta de instrumento jurídico de criação, qualificação profissional e institucional, capacitação e interlocução e de função cultural inclusiva. Foi dada atenção a elas também, porquanto ainda não se tenha a existência de um Sistema Municipal de Museus no Rio de Janeiro com que o SIM-RJ possa dividir o atendimento a essas instituições.

2.3 Sistemas Estaduais e Municipais de Museus no Brasil

Foi abordado anteriormente no capítulo 1.1, onde é situado o ambiente de estudo desta pesquisa, parte da trajetória da Política Nacional Setorial de Museus (PNSM). Esta vem, paulatinamente, sendo implantada e o setor museal demonstra o seu desenvolvimento, estruturando as bases jurídicas que propiciam a criação de instrumentos legais para a gestão, o que tem estimulado também a criação de novos Sistemas de Museus, fundamentais para o alcance da PNSM.

Neste capítulo vale a pena mencionar que antes da existência do SBM, foi instituído, por meio da Portaria/MinC n.º 313 de 16 de agosto de 1986, o Sistema Nacional de Museus (SNM), na estrutura da Fundação Pró-Memória, com o objetivo de estabelecer uma política nacional para o setor, que previa programação de cursos, oficinas, publicações, orientação na formulação de projetos e revitalização dos museus. No entanto, as intenções não foram adiante para implantar uma política pública para museus. Os anos 1990 foram uma década de esvaziamento dos investimentos públicos nos museus. Mas a existência do Sistema Nacional serviu de inspiração para a criação de Sistemas de Museus em alguns estados brasileiros, como São Paulo (1986), Goiás (1989), Paraná (1990) e Rio Grande do Sul (1991).

No cenário internacional alguns Sistemas Nacionais de Museus também foram criados no final da década de 1980 e durante a década de 1990. Os Sistemas: Andaluz (1984), o Espanhol (1987), o da Catalunha (1990), o da Colômbia (1997) e a Rede Portuguesa de Museus (1990) que, mesmo com a denominação de Rede, foi estruturada

como um Sistema, sendo todos eles anteriores à criação do SBM ocorrida em 2004⁸³ (TOLENTINO, 2013, p.106-107).

Há o entendimento de que o trabalho das Redes e, sobretudo, dos Sistemas de Museus são absolutamente necessários para uma melhor aplicabilidade das políticas públicas para os museus. A interlocução entre o poder público, sociedade e demais envolvidos no cenário sócio-cultural torna-se mais ágil, os programas federais encontram parceria e maior ressonância nos locais onde Sistemas de Museus funcionam como articuladores e promotores das políticas para o setor.



Ilustração 2 – Sistemas de Museus Estaduais e Municipais (1986-2015)

Atualmente os Sistemas Estaduais de Museus criados oficialmente, mediante Leis ou Decretos, no Brasil são quinze: São Paulo (1986), Goiás (1989), Paraná (1990), Rio Grande do Sul (1991), Pará (1998), Ceará (2005), Mato Grosso (2007), Minas Gerais (2007), Mato Grosso do Sul (2008), Alagoas (2008), Piauí (2008), Rio de Janeiro (2010), Santa Catarina (2011), Distrito Federal (2012) e Sergipe (2014). Há a expectativa de criação do Sistema de

⁸³ Foi instituído, por meio da Portaria/MinC n.º 313, de 16 de agosto de 1986, o antigo Sistema Nacional de Museus (SNM). O SNM tinha como objetivo estabelecer uma política nacional para o setor e possuía programa de cursos, oficinas, publicações, orientação na formulação de projetos e revitalização dos museus. As discussões das ações do SNM se davam no âmbito do Comitê Nacional, formado por membros representativos da área museológica dos estados. Entretanto, com a falta de uma política pública consistente voltada para o setor museológico, a escassez de recursos e o assolamento no setor cultural provocado pelo Governo Collor (de 15/03/1990 a 29/12/1992), o SNM não obteve força suficiente para implantar uma política nacional para os museus e dar continuidade a suas ações.

Museus do Estado do Rio Grande do Norte⁸⁴. Os Sistemas Municipais são sete: Ouro Preto-MG (2006), Pelotas-RS (2006), Rio Grande-RS (2008), Santa Maria-RS (2008), São Luis-MA (2008), Joinville-SC (2012), Petrópolis-RJ (2013) e Niterói-RJ que encontra-se em fase de implantação sob a orientação do Sistema Estadual de Museus do Rio de Janeiro.

Os Sistemas Estaduais e Municipais têm suas bases estruturais no SBM que norteia a missão dos Sistemas.

Apresento, como Apêndices, tabelas comparativas com os itens dos decretos analisados, relativos a todos os 15 (quinze) Sistemas Estaduais de Museus existentes no país e dos 7 (sete) Sistemas Municipais de Museus⁸⁵, com a finalidade de comparar alguns itens básicos selecionados: definição do que se entende por museu, finalidade dos Sistemas, objetivos e/ou atribuições e a composição e/ou estrutura de gestão. Para efeito desta análise foi elaborada uma tabela comparativa por ordem cronológica dos decretos e/ou Lei de criação dos Sistemas⁸⁶.

Logo foi percebida a influência do MinC nesse processo. Os Estados de São Paulo e Goiás são os primeiros, respectivamente em 1986 e 1989. Quando, no ano de 1990 o MinC deixa de ser ministério, o Estado do Paraná e do Rio Grande do Sul demonstram comprometimento com os Museus criando seus Sistemas. Em 1992 com a volta da estrutura ministerial surge, no final da década, em 1998, o Sistema de Museus do Pará SIM-PA, e pouco depois em 1999 o MINC recebe recursos financeiros. Uma reestruturação no MinC acontece em 2003 e a Política Nacional de Cultura começa a ser amplamente debatida no país. Em 2004 é instituído o SBM e a partir de então foram criados: um sistema em 2005, dois em 2006, dois em 2007, seis em 2008, um em 2010, um em 2011, dois em 2012, um em 2013 e um em 2014.

A tabela comparativa foi concebida a partir dos conceitos, ações, comprometimentos e expectativas, que os Decretos e/ou Leis de criação dos Sistemas estabeleceram em suas redações oficiais em relação aos museus, profissionais, o público e o poder público. Seguindo esse raciocínio a ideia foi apontar alguns destaques de cada um dos Sistemas de Museus citados.

O primeiro item analisado foi o que cada Sistema estabeleceu como sendo museu. Há de se levar em conta o ano em que os Sistemas foram criados. A primeira iniciativa foi

⁸⁴ Cf. notícia publicada na Tribuna do Norte em 09/04/2009. Disponível em <<http://ow.ly/KHyPx>>. Acessado em 23/03/2015.

⁸⁵ Ver APÊNDICES C1 a C6: *Tabelas dos Sistemas Estaduais e Municipais*, p.118-154

⁸⁶ Ver APÊNDICE D: *Tabela Comparativa dos Sistemas Estaduais e Municipais de Museus*, p.155-158.

do Estado de São Paulo⁸⁷ em 1986, antes mesmo da criação do SNM em 1987. Em 1989, o Estado de Goiás cria o seu Sistema, porém sem definir em seu decreto o que seria considerado museu.

No final de 1990, precisamente em 24 de setembro, o governo do Estado do Paraná instituiu o seu Sistema Estadual de Museus e transforma a Coordenação de Museus existente no organograma da Secretaria de Estado de Cultura em Coordenação do Sistema Estadual de Museus.

Muito interessante também a peculiaridade do Estado do Rio Grande do Sul que, em sua Constituição Estadual, no artigo 224, Seção II, garante institucionalmente a partir do dia 03 de outubro de 1989 a existência do Sistema Estadual de Museus, embora o decreto que regulamentou e criou efetivamente o SEM-RS tenha sido promulgado em 21/01/1991.

O Estado em questão tinha uma visão sistêmica da gestão pública:

A ideia de sistema como forma de organização aplicada à estrutura governamental no Rio Grande do Sul aparece no Decreto nº 20.818 de 26 de dezembro de 1970, refletindo a ideia de hierarquização de atividades visando a organização geralmente atrelada ao conceito de sistema. (MIZUKAMI, 2014, p.111)

Vale ressaltar que o país vivia o regime militar e que possivelmente houvesse por detrás desse modelo uma intenção de facilitar o controle da máquina pública, porém, na década de 1980, o desejo por transformações políticas é refletido na cultura. No atual site do MinC encontra-se este breve histórico:

O Ministério da Cultura foi criado em 1985, pelo Decreto 91.144 de 15 de março daquele ano. Reconhecia-se, assim, a autonomia e a importância desta área fundamental, até então tratada em conjunto com a educação.

A cultura, ademais de elemento fundamental e insubstituível na construção da própria identidade nacional é, cada vez mais, um setor de grande destaque na economia do País, como fonte de geração crescente de empregos e renda.

Em 1990, por meio da Lei 8.028 de 12 de abril daquele ano, o Ministério da Cultura foi transformado em Secretaria da Cultura, diretamente vinculada à Presidência da República, situação que foi revertida pouco mais de dois anos depois, pela Lei 8.490, de 19 de novembro de 1992.

Em 1999, ocorreram transformações no Ministério da Cultura, com ampliação de seus recursos e reorganização de sua estrutura, promovida pela Medida Provisória 813, de 1º de janeiro de 1995, transformada na Lei 9.649, de 27 de maio de 1998.

⁸⁷ O Estado de SP criou seu sistema de museus mediante o Decreto nº 24.634 de 13/01/1986, disponível em <<http://ow.ly/Luj7W>> revisado pelo Decreto nº 57.035 de 02/06/2011, disponível em <<http://ow.ly/Lujcg>>, ambos acessados em 11/04/2015.

Em 2003, a Presidência da República aprovou a reestruturação do Ministério da Cultura, por meio do Decreto 4.805, de 12 de agosto.⁸⁸

É nesse cenário que o Estado do Rio Grande do Sul demonstrou possuir uma rede de profissionais de museus muito atuante – o Estado possuía sete regiões museológicas com seus representantes – que se articularam, a ponto de conseguirem realizar o 5º Fórum de Museus do Estado em 1996, quando a Coordenação estava sem seu titular nomeado. Este é um belo exemplo da importância de uma rede coesa, comprometida com um ideal acima das esferas públicas, o que revela uma questão de profissionalismo, seriedade e consciência do papel dos museus na sociedade. Um Sistema de Museus precisa ser antes de tudo uma rede bem articulada e que tenha como seu propósito a qualificação dos museus. Primeiramente, cabe refletir sobre o que esses quatro sistemas pioneiros têm em comum, bem como no que se diferenciam.

Criados logo após o estabelecimento do MinC e à luz de seus decretos, os sistemas de museus entendiam seu papel principal como sendo a articulação dos museus do estado. Vale uma ressalva em relação ao Sistema Integrado de Museus do Pará⁸⁹, criado em 1998. Diferentemente dos quatro primeiros sistemas instituídos – São Paulo, Goiás, Paraná e Rio Grande do Sul – o do Pará foi estabelecido para organizar e cuidar das dez unidades museológicas sob a gestão de sua Secretaria de Estado de Cultura. Sua estrutura foi pensada de forma a otimizar os serviços técnicos nos museus. O Sistema foi estruturado a partir de cinco Coordenações Técnicas, a saber:

- Coordenação de Preservação, conservação e restauração;
- Coordenação de Curadoria e Montagem;
- Coordenação de Documentação e Pesquisa;
- Coordenação de Educação e Extensão;
- Coordenação de Infraestrutura.

A intenção dessa estrutura era permitir a essas coordenações uma visão ampliada e integrada, e que atendessem a cada uma das unidades museológicas. Por esse aspecto, ficou evidenciada uma otimização dos custos, onde ao invés de cada unidade ter a sua coordenação de área, uma única atenderia ao conjunto dos museus da Secretaria de Cultura. Porém, segundo Zenaide de Paiva, coordenadora de Educação e Extensão, “a parte mais difícil de se trabalhar sistemicamente são as interpretações do que é sistêmico pelas gerências” e “ser sistema não é só burocraticamente se unir nas ações, mas é pensar estas ações de forma integrada” (MIZUKAMI, 2014, p.107). Somada a essa dificuldade ocorreram descontinuidades por conta das mudanças políticas, sempre seguidas de

⁸⁸ Cf. disponível no site do MinC em <<http://www.cultura.gov.br/historico>>, acessado em 10/04/2015.

⁸⁹ Criado com a Lei N° 6.101 de 07/01/1998. Disponível em <<http://ow.ly/LujYg>>, acessado em 11/04/2015.

exonerações e nomeações de novos dirigentes para os museus, o que é recorrente em todos os setores públicos.

Os Sistemas Estaduais de SP, PR e RS, definem o que é museu para efeito dos seus decretos, com exceção de Goiás que não estabelece esse conceito, apenas elenca os itens que definirão seus objetivos enquanto Sistema. Esses Sistemas Estaduais, entendem que museus são instituições públicas ou privadas detentoras de acervos, de caráter permanente, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, que baseiam suas atividades na preservação, pesquisa, exposição, divulgação e lazer. Os Sistemas de SP e RS afirmam em seus decretos que os museus são entidades sem fins lucrativos; entretanto, Paraná e Goiás não tocam nessa questão. O SEM-RS ressalta que os museus são locais para a construção identitária e a percepção crítica da realidade – incluindo os centros culturais e de práticas sociais – o que reafirma o papel social dos museus. O SISEM-SP destaca a função educativa e de fruição dos museus, dos seus acervos material e imaterial, ressaltando a importância da existência de quadro de pessoal adequado para o desempenho de suas funções, o que também é referendado pelo COSEM-PR, quando menciona que museus precisam ter quadro funcional. Por fim, os sistemas do PR e do RS caracterizam o museu também como um espaço de lazer.

Os objetivos dos sistemas de museus, muitas vezes, se misturam com a descrição de sua finalidade – o que, na verdade, tem o mesmo significado, embora alguns decretos tenham feito essa separação. Neste grupo de sistemas, Goiás e São Paulo não definem a finalidade de seus Sistemas, no entanto descrevem detalhadamente seus objetivos. Quanto aos demais, o SEM-RS e o COSEM-PR são bem pontuais quanto a finalidade de seus Sistemas. A articulação entre os museus é o foco do COSEM-PR e, para o SEM-RS, o fundamental é a sistematização e implementação das políticas públicas construídas de forma democrática. Por outro lado, o SEM-GO menciona a importância de manter atualizado o cadastro de museus, enquanto o SIM-PA tem sua finalidade descrita no Regimento Interno da Secretaria de Estado de Cultura do Pará⁹⁰ e, como o SEM- RS, também foca na gestão das políticas que no caso do SIM-PA é voltada para as instituições da Secretaria de Cultura do Pará não tendo alcance em todo o estado. Segundo o Art. 5º de seu decreto de criação,

O SIM-PA destina-se a sistematizar e gerir a política dos museus no âmbito da Secretaria Executiva de Estado de Cultura, com as seguintes finalidades:

I - implementar a política museológica do Estado do Pará, organizada na forma sistêmica de gerenciamento;

⁹⁰ O referido Regimento foi aprovado mediante o Decreto N° 1434 de 13 de dezembro de 2004. Disponível em <<http://ow.ly/Le9AS>>. Acessado em 05/04/2015.

II - estimular a articulação entre os museus do Estado, respeitando a diversidade e o estabelecimento de planos comuns de trabalho e o desenvolvimento de programas de cooperação técnica e de incremento de recursos;

III - promover contatos e cooperações com os órgãos relacionados à preservação do patrimônio e com entidades nacionais e internacionais que contribuam à viabilização de projetos específicos para realização das funções básicas da Museologia.

§ 1º A ação sistêmica tem como foco principal a socialização dos bens de caráter histórico, artístico, estético e cultural, envolvendo as ações de preservação, conservação, restauração, educação e pesquisa.

§ 2º Para os fins deste artigo, entende-se por Museologia o conjunto de princípios e atributos especiais com métodos próprios de ação, que envolve o complexo processo de aquisição, preservação, pesquisa, exposição e educação dos objetos da natureza e da sociedade. (PARÁ, 2004, p.4)

Os objetivos dos Sistemas vão elencar as diretrizes de atuação no campo museal. É uma unanimidade o reconhecimento do papel articulador dos Sistemas, sempre respeitando a autonomia jurídica e administrativa das instituições. Outra questão recorrente nos objetivos é o assessoramento técnico, o compromisso com a capacitação dos profissionais de museus e a conseqüente qualificação dos museus. Dentre esses objetivos encontramos o desenvolvimento e acompanhamento de programas compartilhados, de aperfeiçoamento técnico, educativo, de segurança e de documentação; bem como o estabelecimento e divulgação de normativas técnicas, além do apoio, por meio de editais e convênios, das expressões culturais locais e promoção da acessibilidade aos museus. Há também expectativas de que os sistemas contribuam para o fortalecimento do campo museal, junto à implantação e gestão das políticas públicas, colaborando efetivamente no desenvolvimento de ações conjuntas.

Esses cinco Sistemas foram analisados em separado porque foram criados antes do Sistema Brasileiro de Museus, o que significa dizer que não dispunham do SBM como parâmetro para sua formulação.

A criação e implantação de uma estrutura, em qualquer uma das esferas públicas, não é tarefa simples. É preciso enfrentar a burocracia para garantir, não só a criação mas o funcionamento e a permanência, uma vez que basta um novo decreto revogando o anterior para que tudo seja extinto, colocando todo um trabalho estruturado em situação de fragilidade. Isso reforça a importância das políticas públicas nos planos de governo.

No ano seguinte à criação do SBM, é instituído o SEM-CE que, em seu Decreto, ao estabelecer o conceito de museu, declara que essas instituições podem ou não ter fins lucrativos. Quanto a esta questão, 14 dos 21 Sistemas foram omissos. Apenas São Paulo,

Rio Grande do Sul, Pelotas-RS, Rio Grande-RS, Rio de Janeiro e Distrito Federal corroboram com o conceito de museu de acordo com a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que instituiu o Estatuto de Museus, quanto a serem instituições sem fins lucrativos.

Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.⁹¹

O SEM-CE explicita sobretudo o caráter educativo dos museus, a conservação, a comunicação e a divulgação dos seus acervos, deixando evidente também o compromisso com o cadastro estadual de museus, com a capacitação e com a implantação de políticas públicas para o setor.

Os sistemas de museus foram criados dentro de estruturas públicas e, conseqüentemente, mediante Leis ou Decretos. O Sistema de Ouro Preto-MG (SMOP) também foi assim concebido, mas com uma diferença fundamental: o Projeto de Lei partiu de iniciativa popular, para organizar o trabalho dos museus da cidade histórica de Ouro Preto – inicialmente com representantes de oito unidades – de forma sistêmica, baseada nas diretrizes do SBM para o desenvolvimento de suas ações. A Coordenação Geral do Sistema de Ouro Preto é exercida por 3 (três) representantes de museus eleitos entre todos do grupo e a Secretaria de Cultura fica responsável por apoiar as atividades do Sistema. Tanto o SMOP como o Sistema de Pelotas (PT-RS), criados em 2006, reconhecem o museu também como espaço de lazer, e que os Sistemas são articuladores e promotores de programas e ações de interesse comum aos museus locais. No ano de 2007, os estados de Mato Grosso e de Minas Gerais estabeleceram seus Sistemas, sendo que o de MT, na sua definição de museu, ressalta a importância de dispor de “pessoal especializado”, o que demonstra uma preocupação com a qualificação das instituições. O SEM-MG caracteriza o museu como instituição permanente, estimula a criação de redes e sistemas para melhor interlocução com o SBM, prevê a criação e manutenção de cadastro dos museus e ambos promovem o fomento às atividades museológicas, estimulam a criação de programas e prestam assessoria técnica.

Em 2008 seis Sistemas são criados: três municipais e três estaduais. No Rio Grande do Sul – em Santa Maria (SM-RS) e no Rio Grande (RG-RS) – e no Maranhão, em São Luis (SL-MA). Os estaduais em Alagoas, Mato Grosso do Sul e Piauí. Os Sistemas de RG-RS, SM-RS e SL-MA descrevem as funções dos museus mas apenas SM-RS se pronunciou em relação aos museus serem instituições sem fins lucrativos, enquanto os outros dois sequer

⁹¹ Disponível em <<http://www.museus.gov.br/os-museus/o-que-e-museu/>>. Acessado em 11/04/2015.

mencionam essa questão. O decreto do Sistema de SL-MA é bem completo e detalhado, numa tentativa de garantir ao máximo a sua atuação. Entretanto, o SM-RS destaca a necessidade de quadro de profissionais técnicos para os museus. Outro importante artigo do Decreto do SM-RS é a criação do Fundo Setorial Municipal de Museus que pode financiar, parcial ou totalmente, programas integrados desenvolvidos pela Secretaria e destinados aos museus do Sistema.

Quanto aos Sistemas Estaduais SAM-AL e SEM-PI, também se preocuparam em conceituar e descrever as funções que caracterizam a instituição museu. O SIEM-MS vai além e nomina organizações sociais, arquivos públicos e privados, museus comunitários, ecomuseus, geoparques, centros de memória, grupos étnicos e culturais, todos como instituições museológicas, desde que vinculadas ao setor museológico e cadastradas no Sistema, não importando se possuam fins lucrativos ou não. O SAM-AL e o SEM-PI destacam a importância da pesquisa, preservação, capacitação e o desenvolvimento das políticas públicas para os museus.

Em 2010 é criado oficialmente o SIM-RJ, que já vinha atuando desde 2009. Inspira-se no SEM-RS e conceitua museus de uma forma mais ampla, incluindo as práticas sociais, a construção das identidades, o desenvolvimento da consciência crítica, e a uma nova forma de lazer. O decreto é bastante enxuto e objetivo, prioriza a articulação, integração, assessoria técnica e se preocupa com o desenvolvimento do campo museológico. E a exemplo do COSEM-PR, também o SIM-RJ se constituiu como Coordenação criada na Superintendência de Museus da SEC-RJ.

No mesmo ano de 2010 os Sistemas decidiram criar a Rede SIMUS – Rede de Sistemas de Museus. Uma rede fechada, restrita aos Sistemas de Museus, Estaduais e Municipais, com a intenção de maior articulação entre seus membros, com o fim de otimizar a interlocução com o IBRAM no que se refere aos interesses comuns dos Sistemas. A Rede compartilha experiências, colabora nas questões técnicas e pretende estabelecer parcerias para ações conjuntas. No 6º Fórum Nacional de Museus em 2014, a Rede SIMUS teve a oportunidade de se reunir com o Presidente do IBRAM para se apresentar e encaminhar uma carta com demandas comuns aos Sistemas. Ações colaborativas são uma prática que a Rede SIMUS quer incorporar ampliando a articulação dos Sistemas para além de seus territórios de atuação.

Em 2011, o SEM-SC é criado na estrutura da Fundação de Cultura do Estado de Santa Catarina. Em seu decreto, em relação ao conceito de museus, além dos pontos abordados pela maioria citada acima, menciona a função de intercâmbio e de lazer, a

importância do cadastramento das instituições museológicas, e não se pronuncia quanto ao caráter lucrativo ou não das instituições que dele farão parte. A Coordenação Geral do Sistema também conta com um Comitê Gestor para o desenvolvimento das suas ações, e destaca o caráter democrático que a gestão das políticas públicas deverá ter.

O Sistema de Museus do Distrito Federal é instituído no ano seguinte, em 2012, e qualifica os museus também como locais de contemplação, lazer e turismo e que deverão ser sem fins lucrativos. O SIM-DF intenciona manter atualizado o Cadastro de Museus e desenvolver, implantar e promover a gestão das políticas públicas para o campo museal, uma premissa constante nos decretos dos Sistemas.

Em 2013 e 2014 são criados respectivamente dois Sistemas Municipais de Museus: o de Joinville em Santa Catarina (SMM-Jl) e o de Petrópolis no Rio de Janeiro (PP-RJ). Em relação ao entendimento do conceito de museu, ambos não se manifestam quanto a questão de ser ou não uma instituição lucrativa. Percebe-se nos Decretos uma tendência à omissão dessa questão. O SMM-Jl destaca as funções do museu em conservar, comunicar, documentar, educar e expor, e o de PP-RJ foca o conceito de museu na aquisição, conservação, educação, exposição e lazer. A pesquisa e a preservação também foram apontados por esses Sistemas. Dentre as expectativas em relação ao SMM-Jl há o cadastramento dos museus e, ainda, que essas instituições sejam locais de desenvolvimento da cidadania, acessíveis em todos os seus aspectos e que sejam também, locais de turismo. O município de Petrópolis estabeleceu o PP-RJ na Lei que criou o Sistema Municipal de Cultura, previu um Fundo Setorial de Museus que contará com recursos para desenvolver os programas, projetos e ações do PP-RJ, da mesma forma que no Sistema Municipal de Santa Maria. Entendo ser esta uma forma de garantir a continuidade do Sistema e estabelecer a implantação das Políticas Públicas. Ambos os Sistemas Municipais possuem quadros gestores similares, com Coordenação Geral e Representantes de outros museus, com a participação de representantes civis eleitos.

Ainda em 2014, o Sistema Estadual de Museus de Sergipe (SIEM-SE) é criado e em seu decreto menciona a valorização, o registro e a disseminação de saberes e fazeres específicos do campo museológico. Assim como todos os outros Sistemas, elenca as funções básicas dos museus como aquisição, documentação, pesquisa, conservação etc, mas destaca que os museus devem ser instituições formais com quadro funcional.

O Gráfico abaixo resume e visualiza todos os itens abordados:

	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
SP (1986)	■																												
GO (1989)			■																										
PR (1990)				■																									
RS (1991)					■																								
PA (1998)												■																	
CE (2005)																					■								
MT (2007)																						■							
MG (2007)																						■							
AL (2008)																							■						
PI (2008)																							■						
MS (2008)																							■						
RJ (2010)																								■					
SC (2011)																									■				
DF (2012)																										■			
SE (2014)																												■	

Quadro 8 - Quadro sinótico de criação de sistemas estaduais e municipais (1986-2014)

(Fonte: Levantamento da autora)

Diante desta breve descrição, onde foram destacados alguns dos aspectos relevantes das estruturas dos Sistemas de Museus, mas apoiado no conteúdo integral dos Decretos e Leis de criação desses Sistemas, percebe-se que todos eles foram estabelecidos com a intenção de qualificar os museus e seus profissionais, valorizar o papel dessas instituições no desenvolvimento social e, portanto, pensar em reconhecê-los como tal, o que merece um estudo de critérios balizadores para seu credenciamento.

Capítulo 3 Acreditação de Museus

3.1 Experiências Internacionais de Acreditação e Credenciamento de Museus

Neste capítulo apresento uma relação de países que possuem Sistemas denominados de Credenciamento, Acreditação, Certificação ou ainda Registro de Museus que se tenha alguma informação de sua existência. O propósito é apontar não só a quantidade de sistemas existentes, mas também a sua localização geográfica, o que nos remete a uma reflexão: qualificar os museus e estabelecer critérios para o reconhecimento de um padrão de qualidade a ser alcançado, é uma preocupação que acontece em todos os continentes. Mas fica uma questão: Se os museus são únicos, como padronizá-los sem que percam sua singularidade? (LEGGET, 2003, p.85)

Mas de que padrões de qualidade estamos falando, quando abordamos os Sistemas Internacionais de Credenciamento de museus?

Pensando em ações pioneiras nessa área é preciso mencionar a *American Alliance of Museums*⁹², uma entidade de caráter nacional, fundada em 1906, que reúne museus e seus profissionais. Essa associação estadunidense representa os museus de arte, de história, de ciência, militares, marítimos, bem como juvenis, aquários, zoológicos, jardins botânicos, sítios históricos, planetários e centros de ciências e tecnologia. Com 16.400 membros, incluindo mais de 11.400 profissionais de museus, abriga 3.000 museus e 1.900 membros corporativos (RYAN, 2002, p.42), é administrada por um Conselho de Diretores não remunerados. O objetivo principal da associação é elevar os padrões e criar uma profissão mais forte no mundo dos museus e, para tanto, foi adotado o programa de acreditação de museus.

É importante ressaltar que o Código de Ética e/ou Deontológico com seus princípios e valores servem de sustentação para os Planos de Certificação (RESOURCE, 2004, p.22).

Nesse sentido, atendendo às preocupações da comunidade e dos museus nos EUA, foi publicado em 1925 o *Code of Ethics for Museum Workers* (CAMACHO, 2014, p.53), mas o país pioneiro a tomar esse tipo de ação foi a Alemanha que publicou, em 1918, um código pela Associação de museus *Deutscher Museumsbund*.(KRONENBERG, 2010, p.181 *apud* CAMACHO, 2014, p.53)

⁹² A *American Alliance of Museums* (AAM), atualmente *American Association of Museums* é uma associação sem fins lucrativos que tem trazido os museus estadunidenses reunidos desde sua fundação em 1906, ajudando a desenvolver padrões e melhores práticas, reunindo e compartilhando conhecimento e advogando as causas que preocupam a comunidade museológica dos EUA. Cf. Wikipédia, disponível em <<http://ow.ly/LebFx>>. Acessado em 05/04/2015.

A AAM em 1957 aborda em uma das suas conferências regionais na Costa Leste dos EUA o tema da elevação dos padrões para museus. A partir de então o crescente interesse pelo tema fez com que o *Committee on Standards* da *Southeastern Museum Conference* elaborasse o *Statement on Standards* que consistia numa declaração que definia museu enquanto instituição educativa e elencava orientações institucionais balizadas nos “mais elevados padrões” em relação aos objetivos, coleções, tutela, diretor, pessoal, política de pessoal, orçamento e serviços.

O Comitê Internacional para Museus Regionais do ICOM (ICR)⁹³, criado em 1963, inicia um trabalho de reflexão sobre diversos temas tanto na forma de seminários como de publicações, abordando dois aspectos importantes: um filosófico, que vai se ocupar da função dos museus em suas comunidades, e outro metodológico, que consiste no funcionamento dos museus regionais e seus aspectos práticos. Sendo este último aspecto diretamente ligado à realidade do campo museal e que as instituições dependem de alguma forma de apoio financeiro público para sua sobrevivência mínima: algumas totalmente, enquanto outras parcialmente. Para tanto deve haver critérios para que os investimentos cheguem às instituições, tais como editais públicos de apoio a projetos, patrocínios mediante leis de isenção fiscal, convênios etc.

Na década de 1970 e em especial após a Mesa de Santiago do Chile de 1972, os museus e seus profissionais passaram a se questionar cada vez mais sobre o papel do museu no desenvolvimento social.

Em 1996, durante seminários e debates do ICR em Melbourne na Austrália, ficou clara a posição dos delegados que defendiam a busca de soluções práticas para trabalhar a questão dos padrões de qualidade dos museus. Segundo Hans Manneby⁹⁴, então Presidente do ICR, “era o momento do Comitê ter uma posição mais ativa nas discussões sobre um tema tão complexo e cada vez mais extenso que são os padrões de qualidade dos museus” (MANNEBY *et al.* 2002, p.5). O Comitê levou a sério o comprometimento com o tema e na Conferência Anual do ICR em Atenas no ano de 1999, em parceria com o ICOM-Grécia, discutiu-se amplamente a questão sobre os padrões de qualidade para os museus. As maiores contribuições vieram de Margriet Lestraden⁹⁵ da Holanda, que apresentou uma perspectiva geral do desenvolvimento do tema em diversos países e especialmente em seu

⁹³ As reuniões desse Comitê adensaram as discussões sobre a acreditação dos museus, sendo as mesmas bastante relacionais, com apresentação de trabalhos em oficinas sobre o tema.

⁹⁴ **Hans Manneby**, Presidente do ICOM/Suécia (2004-2007) e Presidente do Comitê Internacional para Museus Regionais (2007-2008). Falecido em 2008.

⁹⁵ **Margriet Lestraden** (1952-) é museóloga e historiadora da arte. Trabalhou de 1980 até 1993 como Consultora de Museu na província de South Holland (Holanda). Liderando uma equipe de dez pessoas, ofereceu consultoria a mais de 120 museus sobre vários temas. Currículo completo em inglês disponível em <<http://ow.ly/lj0xF>>. Acesso em 01/02/2015.

país. Também Laura Gomez Ryan⁹⁶ da Associação Americana dos Museus (AAM) dos EUA explanou sobre um método americano de como abordar qualidade e padrões mais altos nos museus e Susan Underwood⁹⁷, que representava todos os museus do noroeste da Inglaterra e da Grã-Bretanha, abordou o sistema de acreditação implantado por eles.

A Conferência anual do ICR de 2000 aconteceu em Nairobi com a parceria do ICOM-Quênia e teve como foco das discussões a identificação dos aspectos práticos dos problemas relacionados com a qualidade dos Museus. Relevante foi a contribuição de George Abungu⁹⁸, diretor-geral dos museus nacionais do Quênia, com a sua palestra sobre aspectos importantes dos museus na África e o papel do Conselho Internacional de Museus Africanos (AFRICOM)⁹⁹ como articulador na troca de informações e experiências entre os museus.

Além das Conferências foram oferecidas Oficinas com duração de dois dias e meio, que contaram com a participação de cerca de sessenta pessoas. Foram discutidos temas de interesse comum para resultar numa prática. Em prosseguimento a essa proposta da Conferência, foi sugerido o uso de 4 (quatro) temas para prática das Oficinas: Administração de Museus, Coleta, Educação e Serviços Públicos. As tarefas foram divididas em três etapas: Coletas de ideias daquilo que seria o padrão mais elevado, busca do nível mais baixo da realidade e tentativa de estabelecer padrões de nível intermediário. Os temas eram discutidos sob o ponto de vista dos museus e também do público.

No ano seguinte, em 2001, a Conferência Geral aconteceu em Barcelona e o ICR organizou oficinas sobre a temática acerca do desenvolvimento de critérios para aumento da qualidade do trabalho dos museus.

A experiência com as Oficinas em Nairobi apontou para a necessidade de reformular a metodologia de trabalho das Oficinas para a Conferência em Barcelona, uma vez que era preciso buscar um alinhamento básico para melhorar os padrões dos museus. O método utilizado nas Oficinas foi muito interessante e vale ser aqui reproduzido:

⁹⁶ **Laura Gómez Ryan**, coordenadora do Programa de Acreditação da AAM (*American Association of Museums*).

⁹⁷ **Susan Underwood**, da Comissão de Museus e Galerias do Reino Unido.

⁹⁸ **George Abungu**. Arqueólogo, membro do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de Stellenbosch, África do Sul e Professor de Antropologia Aplicada da Universidade da Flórida, Gainesville, EUA.

⁹⁹ **AFRICOM** é uma ONG internacional registrada pelo Governo do Quênia. O Secretariado está situado na capital, em Nairobi, e seus escritórios estão franqueados gratuitamente pelos Museus Nacionais do Quênia (NMK). Secretariado do AFRICOM: Os principais financiamentos para as operações do AFRICOM entre 2000 e 2003 foram providos pela Agência Sueca para o Desenvolvimento e a Cooperação Internacional (ASDI); a ASDI generosamente concordou em estender suas subvenções para o período de 2004 a 2006. Os outros parceiros financeiros principais para as atividades do AFRICOM (2000-2003) incluem a UNESCO, Africalia, a Associação Francesa de Ação Artística (AFAA), a Fundação Ford, o Programa Getty de Bolsas e o Centro Francês Cultural e de Cooperação (Nairobi). Cf. site da AFRICOM, disponível em <<http://ow.ly/MhT22>>. Acessado em 29/04/2015 (Tradução nossa).

- 1 - Começaremos com uma breve introdução sobre a necessidade de se abordar o tema de trabalho escolhido;
- 2 - Na primeira roda de discussões devem ser definidos e explicados os principais pontos estruturais sobre o tema;
- 3 - O passo seguinte é encontrar os questionamentos básicos de ambos os lados: o dos museus e o dos visitantes. Ao analisa-los poderemos encontrar os segmentos para os principais pontos estruturais e;
- 4 - Definir o impacto mediante a enumeração de pontos práticos, passo a passo, que se possa usar como uma lista de verificação para a auto-avaliação do trabalho no museu;
- 5 - Quando necessário poderão ser acrescentados exemplos de práticas relacionadas com os pontos de ação;
- 6 - Finalmente deverá ser comentada numa pequena conclusão de que forma o grupo chegou aos resultados e seus procedimentos de trabalho.” (PRASCH, 2003, p.11 - tradução da autora da dissertação)

Além das Oficinas, outros participantes contribuíram com artigos, dentre eles Jane Legget¹⁰⁰ da Nova Zelândia, que apresentou um sobre aspectos gerais de qualidade em museus no Pacífico Asiático. Outras duas oportunas contribuições sobre a experiência de alguns países da América Latina foram apresentadas por Ximena Varela do Uruguai e Sigfrido Jiménez da Costa Rica que relataram alguns exemplos de experiências com o tema da qualidade dos museus. Os autores Varela e Jiménez mencionam o trabalho do Instituto Latino Americano de Museus no apoio à melhoria da qualidade da museologia latino-americana, ponto inicial para a criação de condições adequadas à prática museológica. Há cerca de quatro mil instituições aderidas à Rede do Instituto Latino Americano (Rede ILAM) que reúne informações de todas as regiões.

Os autores apontam que os museus da América Latina enfrentam três grandes problemas que vão comprometer a qualidade de suas instituições,

(...) em primeiro lugar, fatores estruturais vinculados às reformas políticas e econômicas empreendidas pelos países da região desde a década de 80. Segundo, fatores institucionais, que têm a ver com a evolução que sofreram as formas de dependência institucional e de organização interna dos museus. Por último, as características do campo museal latino-americano (incluindo a disponibilidade e coesão das associações profissionais) que têm um profundo impacto sobre a gama de opções aos que têm acesso aos museus como seus profissionais.”(VARELA e JIMÉNEZ, 2003, p.48-49 - tradução da autora da dissertação)¹⁰¹

A realização da Conferência Geral do ICR na Croácia em 2002 foi planejada de forma a acontecer em vários museus com a intenção de incluir os profissionais croatas no

¹⁰⁰ **Jane Legget.** Doutora em filosofia, Mestre em Artes e em Políticas Públicas, leciona nas áreas de Turismo, Cultura e Herança Cultural na Auckland University of Technology, Nova Zelândia.

¹⁰¹ *Museos: Guia para la excelência* p.96-109.

debate dos temas que já estavam trabalhando nas conferências anteriores. Em 2002, antes mesmo da realização desta Conferência Geral, foram publicados textos produzidos anteriormente, com o objetivo de avaliação das discussões sobre a administração de museus, educação, serviços públicos e coleta, travadas até então. Esta foi sem dúvida uma importante contribuição para os estudos sobre o tema da qualificação dos museus.

Para a Conferência Anual do ICR em 2001 e que aconteceu em Barcelona, a dinâmica das oficinas teve continuidade e três temas foram escolhidos:

1. **Administração de Museus** (que por sua temática abrangente e complexa foi de novo indicado e dessa vez numa tentativa de incluir todos os seus aspectos):

- Administração de Museus de acordo com objetivo,
- Administração de Pessoal,
- Assuntos Financeiros,
- Edificações e Instalações;

2. **Exposição:**

- Conteúdo,
- Desenho da Exposição,
- Equipe Técnica,
- Ambientação,
- Logística;

3. **Conservação e Documentação das coleções** - uma das principais funções dos museus, que precisam de ferramentas técnicas adequadas para atingir o objetivo de estarem disponíveis, tais como:

- política de aquisição,
- documentação adequada desde a entrada da peça no museu,
- pessoal qualificado,
- administração adequada,
- ética acerca das informações,
- segurança dos acervos,
- controle do ambiente:
 - temperatura,
 - umidade,
 - iluminação,

- higienização,
- procedimentos de exposição,
- pesquisa e
- informação.

(MANNEBY, 2003, p.96-109 - tradução da autora desta dissertação)

A contribuição da Holanda veio mais uma vez de Margriet Lestraden que fez uma alusão ao conceito de “acreditação” como sendo um conceito complicado e o compara com a palavra amor,

(...) simples, que todo mundo entende, mas é igualmente difícil de explicar – contudo, quando uma pessoa descobre o que é, sabe que existe todo um oceano por trás, um oceano de sentimentos, possibilidades, variações, frustrações e desesperanças, alegria e energia. (LESTRADEN, 2003, p.13).

Lestraden relata que nos anos 80 ocorreu na Holanda um crescimento do número de museus, e constatou a existência de uma divisão entre museus grandes, considerados profissionais, e museus pequenos e não profissionais, que não teriam capacidade de lidar com suas funções e responsabilidades. Ora, nem sempre isso representou a realidade. Certamente a preocupação de que recursos advindos do poder público para apoio aos museus pudessem ser divididos entre os pequenos, ditos não profissionais, não deve ter agradado a todos. Como medir a capacidade dos museus, instituições tão complexas que não podem ser mensuradas apenas pelo número de seus visitantes?

Na Holanda, um sistema de avaliação precisava ser pensado, porquanto não fosse justo eliminar os pequenos museus. Como medir o êxito dos pequenos museus? Era preciso dar aos pequenos a oportunidade de comprovar suas capacidades, “os museus pareciam pombas diante de armas” (LESTRADEN, 2003, p.15). Os museus fizeram um grande esforço tentando explicar o seu funcionamento, convidavam seus inimigos externos¹⁰² para conhecer seus bastidores numa tentativa de fazê-los conhecer e melhor compreender e assim torná-los co-responsáveis pelo desenvolvimento dessas instituições.

Foi em 1988 que Lestraden tomou conhecimento do trabalho de acreditação de museus nos EUA, um sistema muito elaborado que previa auto avaliação, avaliação de desempenho, análise e discussões básicas, padrões e planejamento de crescimento e construção de indicadores de qualidade. A palavra acreditação vem do verbo acreditar, dar crédito, oferecer confiança, credibilidade e é utilizado quando se estabelecem critérios. Os

¹⁰² Para Lestraden, os funcionários do Governo e os políticos eram considerados inimigos públicos na medida em que não entendiam o trabalho realizado pelos museus.

EUA foram pioneiros nessa área por conta de uma questão social e política muito importante e que nos fala muito acerca dessa sociedade. No período entre a Guerra Civil (1861 a 1865) e a Primeira Guerra Mundial (1914 a 1918) a sociedade transformava-se de agrária para urbana. Mudanças econômicas e políticas aliavam-se numa sociedade idealista, motivada, com uma mentalidade reformada, desejo de melhorar, confiança na individualidade, congregação de voluntários e uma desconfiança fundamental no governo vai inspirar o movimento de acreditação das escolas, colégios, universidades necessários à normalização. Já em 1913 uma primeira lista de instituições educacionais foram acreditadas, a que se seguiram outras: associações de advogados, doutores e bibliotecários. Este processo de reconhecimento não era dado pelo Governo e sim por um processo de autorregulação que previa avaliação e melhoramento da qualidade do desempenho feita por voluntários.

A Associação Americana dos Museus em 1970, após diferentes discussões e pesquisas preliminares, iniciou o trabalho de formulação da acreditação e desenvolveu um sistema que consistia em:

1. Solicitação voluntária dos membros dos museus vinculados ou não a AAM;
2. Responder um questionário de auto-avaliação;
3. Análise da auto-avaliação por uma Comissão de acreditação (composta por 8 especialistas em museus de nível profissional alto que trabalham de forma voluntária);
4. Aprovação provisória;
5. Organização de uma visita ao local onde está situado o museu (feita pela AAM);
6. Uma visita ao museu, realizada por uma comissão de três dos voluntários, com duração de dois ou três dias, se for o caso, para uma investigação adicional;
7. Análise dos resultados da auto-avaliação e elaboração de um relatório da visita ao local por parte da Comissão de acreditação;
8. Concessão ou não da Acreditação. (LESTRADEN, 2003, p.17 - tradução da autora desta dissertação)

Após dez anos de sistema de acreditação implantado, a AAM apresentou os aspectos positivos e negativos do sistema:

Positivos:

- o questionário oferece um panorama geral dos museus,
- as áreas que precisam melhorar podem ser detectadas de forma sistemática,
- pontos fortes e fracos podem ser analisados,

- programas podem ser criados para melhorar,
- pode-se implantar um programa de atividades,
- o relatório da Comissão é um instrumento de ajuda para o pessoal e o conselho dos museus,
- o museu se vê instigado a formalizar procedimentos e estratégias,
- o relatório é um meio para que os empregados, conselhos, governo e a sociedade reajam de maneira positiva,
- o pessoal pode envolver-se no processo,
- pode-se oferecer aos colaboradores um motivo de orgulho,

Negativos:

- o nível do comitê de visitas determina a qualidade do programa de acreditação,
- os membros não consideram com seriedade suas tarefas,
- o programa não tem verdadeiro poder,
- o programa não é conhecido ou não tem força. (LESTRADEM, 2003, p.17-18 - tradução da autora desta dissertação)

Em 1989 mudanças foram feitas a partir da revisão do questionário que se torna mais completo. Além de perguntas mais técnicas, passam a ser solicitados muitos anexos, planos de políticas, perspectivas gerais, estratégias, planejamento etc, com a intenção de se obter uma análise mais completa. Constatou-se ser mais custoso e demorado e essa nova metodologia não havia agradado a todos.

Um outro ponto importante desenvolvido pela AAM foi o processo de Valoração, que diferentemente do processo de acreditação é uma avaliação concedida num dado momento, com princípios semelhantes porém com objetivos diferentes. Sua finalidade passou a ser um sistema de consulta para melhorar o desempenho da instituição, servindo de base para a preparação da acreditação.

Uma experiência interessante se passou no Canadá quando, em 1970, houve um amplo debate sobre a necessidade dos museus canadenses usarem um sistema de padrões nacionais e se seria necessário desenvolvê-los. Contrataram uma Oficina externa para pesquisar quais eram as necessidades do campo dos museus canadenses, como estava o desenvolvimento da padronização nos EUA, Canadá e Europa e por fim fazer recomendações sobre isso à Associação de Museus Canadenses. Foi constatado que 90% dos museus estavam interessados na padronização, nos termos de conveniências e

necessidades mas, os museus pequenos temiam o processo. O processo teve início em 1985 mas não foi adiante. Os museus canadenses não se sentiram motivados pois são, em sua maioria públicos, ou seja, subsidiados financeiramente pelo Governo, diferentemente dos EUA; preferiram alinhamentos básicos e para isso foram criadas publicações para a área contemplando aspectos gerais dos museus, tais como: administração e finanças, organizações voluntárias, desenvolvimento pessoal e profissional, instalações e segurança, acesso público e instalações e serviços. (LESTRADEN, 2003, p.19)

A Grã Bretanha, em 1971, adota um sistema de acreditação baseado nos padrões de excelência adotados nos EUA, esse foi outro caso que não logrou sucesso imediato e acabou sendo suspenso. Importar um Sistema com todos os seus padrões e metodologia é prática que tem se demonstrado inviável, sobretudo naquele momento, quando para alcançar os patamares de excelência que os EUA estabeleciam, seria indispensável repensar o modelo. Em 1985 retomam o sistema de acreditação, mas agora trabalhando com padrões mínimos. A Inglaterra vinha observando um crescimento expressivo no número de museus e nem todos tinham a qualidade adequada. Pensando num aspecto realista das possibilidades das instituições, os Conselhos responsáveis pelas recomendações profissionais tinham condições mínimas de subsidiar o programa de registro. Ficaram então incumbidos de indicar padrões mínimos, básicos, para que uma instituição que se intitula museu pudesse ser capaz de cumprir.

Os relatos e percepções expostos por Lestraden sobre a experiência dos EUA, da Grã Bretanha e do Canadá são relevantes e, a partir deles, pode-se deduzir que não se deve copiar um sistema de acreditação sem levar em consideração as realidades locais, uma vez que tais padrões precisam estar coerentes com o nível das instituições do país. Almejar o que não é possível numa dada realidade ou contexto pode ser frustrante. O mais importante é apostar na ampla discussão sobre quais padrões estabelecer e de que modo as instituições poderão alcançá-los. No exemplo da Holanda foi criado

“o Projeto Vitamina que consistia em: 1 - solicitação voluntária, 2 - questionário com perguntas sobre todos os aspectos das áreas dos museus, 3 - uma visita do pessoal da consultoria, 4 - um relatório com análise dos pontos fortes e fracos, 5 - um plano escrito de melhoramento realizado pelo pessoal da nossa oficina (para um período de 5 anos), 6 - assistência de um grupo de voluntários da Brigada volante (museólogos e voluntários desempregados), 7 - um plano para captar financiamento e patrocinadores.” (LESTRADEN, 2003, p.30)

Acreditava-se que este projeto acabaria por apontar os padrões para a acreditação.

O Governo holandês determinou a acreditação de 20 museus por ano, tarefa que a exígua equipe de funcionários não conseguiria dar conta com a necessária seriedade e

dedicação. Assim, Margriet Lestraden, deixou o Projeto Vitamina que extinguiu-se em 1992, por total impossibilidade de cumprir uma meta estabelecida de maneira incompatível com sua realidade de execução.

É fundamental conhecer as experiências que não foram adiante, como a da Holanda, para aprendermos com os erros. No entanto também é fundamental conhecer um Plano de Certificação de Museus exitoso como o da Grã Bretanha. Lançado em 1988, inicialmente tinha o propósito de ser um registro de caráter includente, que estabelecia critérios mínimos utilizados para medir o desempenho do museu com respeito a padrões profissionais aceitos. Em 1995 o Plano é reavaliado e além da identificação da instituição, incluiu como objetivo geral o incentivo à melhoria contínua dos museus, baseado nos seguintes padrões:

Elegibilidade: o primeiro requisito é enquadrar-se no conceito de museu.

Museus possibilitam às pessoas explorar coleções para sua inspiração, aprendizado e fruição. São instituições que colecionam, salvaguardam e tornam acessíveis artefatos e espécimes, que preservam em nome da sociedade.” (RESOURCE, 2004, p.27).

Além disso o acervo deverá ser de domínio público, constituídos de objetos reais e acessível a usuários. Houve o cuidado de esclarecer quais são as instituições que não serão consideradas museus:

- Centros de ciência e planetários, sítios naturais e arqueológicos, edifícios e parques industriais, centros de patrimônio histórico que não tenham vínculo com acervos de museu. - Instituições que expõem espécimes vivos, por exemplo zoológicos, aquários, jardins botânicos e herbários, cujo acervo não seja acessível ao público por razões de segurança etc, ou que sejam deficientes em exposição e interpretação. Serviços de empréstimos educativos. Espaços destinados a exposições temporárias sem acervo permanente e Centros de registro (por exemplo: biológicos, ambientais, sítios arqueológicos ou monumentos). (RESOURCE, 2004, p.28-29)

Os outros padrões a serem avaliados são saúde corporativa, serviços aos usuários, infraestrutura para visitação, gerenciamento de acervo e funcionários. (RESOURCE, 2004, p.22)

Em Portugal temos uma boa referência no trabalho da Rede Portuguesa de Museus¹⁰³ A origem desta Rede se inicia com a Lei de criação do Instituto Português de Museus (IPM)¹⁰⁴ em 1991, reorganizado em 1999 e, em 2000, é desenvolvido um projeto de criação da Rede Portuguesa de Museus. “O último diploma com medidas para o setor museológico tinha sido gizado [esboçado] 30 anos antes.”¹⁰⁵ (CAMACHO, 2014, p.200).

¹⁰³ Museologia.pt, no 4, 2010 (Ciarte). Disponível em <<http://ow.ly/MIVig>>. Acessado em 30/04/2015.

¹⁰⁴ DL n° 161/97, de 26/06 e DL n° 398/99, de 13/10. O IPM foi criado inicialmente pelo DL n° 278/91 de 09/08.

¹⁰⁵ Carvalho, A. "Credenciação, Sistemas e Redes Nacionais de Museus ..." 2014. <<http://nomundodosmuseus.hypotheses.org/6343>>

Os museus mais atingidos pela falta de uma política para o setor eram os municipais, mas desde 1920 estava previsto em Lei que o Estado fiscalizaria tecnicamente os museus públicos por ele subsidiados (com exceção dos museus militares) e que na prática seriam tutelados apenas os museus de arte, história e arqueologia.

Uma comissão foi criada, por iniciativa do Secretário de Cultura David Mourão Ferreira, para repensar a legislação dos museus portugueses. Nessa comissão que foi criada na estrutura da Direção Geral do Patrimônio Cultural (DGPC), em 1977, recebe outros representantes oriundos de diversas instituições como o ICOM, a Direção-Geral da Administração Pública, a Associação Portuguesa de Museologia e o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública. A Comissão ocupou-se de início de estudar os quadros de pessoal dos museus ligados ao DGPC, embora a Comissão Nacional do ICOM entendesse que era preciso ir além. Uma pesquisa precisou ser aplicada em todo o território para obter um panorama da realidade nacional dos museus em Portugal porém nesse ano de 1977 não houve fôlego para realizá-la. Entretanto, foram criados grupos de trabalhos temáticos¹⁰⁶ com a intenção de subsidiar a nova política museológica que começava a ser traçada. Dessas iniciativas a que se concretizou, pelo menos em parte, foi a conduzida pela Comissão responsável por estudar a reforma da legislação dos museus. Na verdade a Comissão se ocupou das questões relativas ao quadro de pessoal, discussões sobre os perfis funcionais, gerando o Decreto Lei nº 45/1980 de 20 de março, que mesmo sendo um passo importante era aplicado somente aos museus do DGPC.

O GT Museus UNESCO sugeriu o estabelecimento de uma “rede de museus em Portugal, e que Per-Uno Agreen, consultor da UNESCO, nesse GT, já recomendava, fundamentado na experiência da rede sueca de museus¹⁰⁷, que os museus regionais fossem pólos de apoio aos demais na sua localidade. Uma Rede Museológica Nacional precisava ser criada e ao mesmo tempo, o Instituto Português do Patrimônio Cultural (IPPC) acabava de receber mais de cem monumentos, antes sob a responsabilidade do Ministério das Finanças. É desenvolvido então, um Plano Museológico Nacional, com a finalidade de estabelecer a Rede, que a exemplo da sueca deveria contar com o protagonismo dos museus regionais para dar conta de todo esse patrimônio. Por questões econômicas, o Plano Museológico após quatro anos de ações experimentais não se estabeleceu, restando apenas a função de assessoria técnica aos museus.

¹⁰⁶ Comissão Organizadora do Instituto de Salvaguarda do Patrimônio Cultural e Natural (ISPCN), GT para Estudo da Instalação de Novos Museus, GT Museus da UNESCO e GT para o Estudo do Curso de Museologia. (CAMACHO, 2014, p. 202)

¹⁰⁷ Na Suécia, uma rede de museus regionais começou a ser implementada nos anos 1920, sendo formalizada em 1945. Em cada região, um museu local foi qualificado e incluído numa estrutura nacional subordinada ao Departamento de Antiguidades Nacionais. Esta rede subsiste até a atualidade com alguns ajustes na gestão que envolve a administração central, a regional e a local (AGREN, 1979, 2002 *apud* CAMACHO, 2004, p.204)

O IPPC dá início, no final da década de 1980, à criação de organismos setoriais para bibliotecas e arquivos, sem entretanto incluir um organismo setorial para os museus. Pressionados pelo ICOM e a APOM o Governo cria o IPM, ao qual caberia criar um Sistema Nacional de Museus para planejar e coordenar uma política museológica, o que não aconteceu. Os museus que não eram tutelados pelo IPM só recebiam apoio técnico, e a maior polêmica girou em torno do que considerar museu.

Só em 2004 com a aprovação da Lei-Quadro dos Museus Portugueses¹⁰⁸ o conceito de museu ficou definido.

A questão do credenciamento dos museus em Portugal foi impulsionada pela Comissão do ICOM e pela APOM em 1995, quando apresentaram um documento preparatório para uma lei de bases do sistema museológico português, subsidiado nos Pontos-base para um Manifesto dos Profissionais de Museus. Uma das questões sobre o credenciamento era a denominação de museus onde, somente seriam aceitas as instituições que cumprissem, de acordo com a vocação que lhes fosse atribuída, as exigências técnicas fundamentais e tivessem suporte financeiro que garantisse o seu funcionamento. As opiniões sobre esse Documento Preparatório foram divergentes; alguns diretores de museus achavam que inibiria a criação de novos museus, que limitaria iniciativas, enquanto outros concordavam em ficar submetidos às regras de colaboração e acompanhamento técnico.

As políticas culturais em Portugal apresentavam o modelo de redes de equipamentos culturais – como a de Bibliotecas Públicas criada em 1987 – e em 1997 é criada a Rede Portuguesa de Museus (RPM)¹⁰⁹, seguida pela Rede de Arquivos Municipais em 1998.

Em 1999 a RPM tem o seu papel ampliado através do Decreto Lei nº 398/99 que explicita em seu Art. 4º

A Rede Portuguesa de Museus assentará em critérios de descentralização e transversalidade dos recursos museológicos existentes e dos que vierem a ser criados e será constituída por museus dependentes do IPM ou pertencentes ao Estado, a autarquias ou a outras pessoas coletivas públicas ou privadas que integrem nos seus acervos espécies e coleções de reconhecido valor e interesse.¹¹⁰

Percebe-se que a trajetória da criação e implantação de uma política pública e seus desdobramentos é sempre árdua e sujeita às flutuações políticas e econômicas.

¹⁰⁸ Disponível em <<http://ow.ly/Mmbj4>>. Acesso em 30/04/2015.

¹⁰⁹ Decreto-lei nº 161/97 de 26 de Junho cria o Instituto Português de Museus

¹¹⁰ Extraído do Art. 4º do Decreto Lei nº 398/99 de 13/10/1999, (*apud* CAMACHO, 2014, p.215, Nota 409)

A RPM foi configurada numa estrutura de projeto que possibilitou a contratação de equipe fora do serviço público, dando mais agilidade à sua implantação e funcionamento iniciais. Essa estrutura iniciou suas atividades em 2000, mas antes mesmo da sua criação uma pesquisa foi encomendada ao Observatório de Atividades Culturais (OAC) pelo IPP e aplicada nos anos de 1998 e 1999, gerando um panorama completo sobre as instituições museológicas, levadas à consulta pública, cujo produto gerou as Linhas Programáticas da Rede Portuguesa de Museus.

No ano de 2001 ocorre em Seixal, Portugal, um Fórum Internacional de Redes de Museus com a intenção de conhecer o trabalho similar de outros países europeus. A RPM dá início ao Sistema de adesão à Rede com oferta de apoio aos museus aderidos, em cujos critérios de adesão eram apoiados no desempenho da função social, da conservação dos acervos e da sustentabilidade. Nesta primeira etapa foram três os temas escolhidos para o desenho dos programas oferecidos: informação, formação e qualificação e, em 2004 somam-se a esses outros dois eixos programáticos: a articulação e o processo de credenciação.

Esta metodologia permitiu que as instituições se familiarizassem com o processo e que os museus se preparassem para ser uma referência em suas regiões e assim colaborar no êxito do Sistema.

Um fato ao acaso favoreceu muito a Estrutura de Projeto da Rede Portuguesa de Museus (EPRPM) no seu desenvolvimento, foi o III Quadro Comunitário de Apoio (2000-2008) do Programa Operacional da Cultura (POC), o primeiro e único programa de fundos comunitários direcionado exclusivamente ao setor cultural de caráter inovador tanto nacionalmente como na União Europeia. A filiação da EPRPM aliada à unidade de gestão do POC no Ministério da Cultura levou a cooperação em várias frentes de trabalho da EPRPM, além de acesso dos museus aos fundos europeus com a participação do IPP.

A EPRPM trabalha na consolidação dos seus programas e o IPM constitui um GT Consultivo para trabalhar na Lei de Bases dos Museus que, em 2003, é formalizada na proposta da Lei-Quadro dos Museus Portugueses. As quatro principais contribuições da Lei para a RPM foi a definição do conceito de museu, e a diferença deste para uma coleção visitável, o estabelecimento das funções museológicas, a institucionalização da RPM e a criação do Sistema de Credenciação.

A Rede Portuguesa de Museus é um sistema organizado, baseado na adesão voluntária, configurado de forma progressiva e que visa a descentralização, a mediação, a qualificação e a cooperação entre museus¹¹¹

¹¹¹ Art. 104º da Lei nº 47/2004 de 19 de agosto (*apud* CAMACHO, 2014, p.219)

A metodologia utilizada pela RPM para o credenciamento assim foi definida:

O diretor ou responsável pelo museu solicitará a candidatura à credenciação, por ofício, a Direção Geral do Patrimônio Cultural (DGPC). Esta enviará por escrito as orientações necessárias que constituem a fase preliminar do processo, e a relação da documentação que deverá ser anexada. Relacionados abaixo estão os documentos exigidos nesta etapa¹¹²:

Cópias dos seguintes documentos:

- Documento fundador;
- Três fichas de inventário, incluindo registro fotográfico;
- Normas e procedimentos de conservação preventiva adotadas pelo museu;
- Registro atualizado dos níveis de umidade relativa efetuado por termohigrógrafo ou *datalogger*;
- Orçamento anual do museu ou extrato do orçamento da entidade da qual depende para seu funcionamento e atividades (em vigor, do ano civil da apresentação da candidatura);
- Plantas apenas dos edifícios do museu, com discriminação e afetação dos espaços (escala 1:100 ou 1:200);
- Plano de atividades em vigor no ano civil da apresentação da candidatura;
- Documento de enquadramento orgânico do museu;
- Regulamento do museu;
- Relação de pessoal afeto ao museu no ano civil da apresentação da candidatura;
- Duas fotos da última exposição realizada e respectivo catálogo (se houver)

A análise do formulário será feita após o recebimento da documentação por uma comissão. Para a etapa de credenciação o museu deverá cumprir os requisitos previstos no Artigo 113º da Lei nº47/2004 – que aprova o Quadro dos Museus, onde são abordados quatro requisitos abrangentes que totalizam 106 dos 143 Artigos da Lei. “a) Cumprimento das funções museológicas previstas nos artigos 8º a 43º da presente lei; b) Existência de recursos humanos, financeiros e instalações contemplados nos artigos 44º a 51º; c) Aprovação do regulamento do museu de acordo com o artigo 53º; d) Garantia do acesso público nos termos previstos nos artigos 54º a 62º”.

¹¹² Cf. <<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/credenciacao-de-museus/>>. Acesso em 18/05/2015

Os museus portugueses que já integravam a RPM tiveram dois anos para cumprimento dessa lei e foram auxiliados por uma equipe do Projeto da RPM. Muitos dos museus do IPM também precisaram da assessoria da equipe pois não tinham muitos dos documentos exigidos com a nova legislação.

Fato semelhante ocorreu no Brasil quando da criação da Lei do Estatuto dos Museus em 2009, já mencionada anteriormente. Duas das exigências feitas aos museus eram a elaboração de Regimento Interno e do Plano Museológico, um instrumento novo na área. Para o cumprimento das exigências da Lei foram concedidos 5 (cinco) anos a partir da data de sua publicação, o prazo encerrou em dezembro de 2014. Informações do Estado do Rio de Janeiro apontavam a seguinte realidade em 2010: Segundo o CNM, apenas 39,8% possuíam Regimento Interno, contra 60,2% que não. Quanto ao Plano Museológico, 65,3% não o possuíam e apenas 34,7% sim.

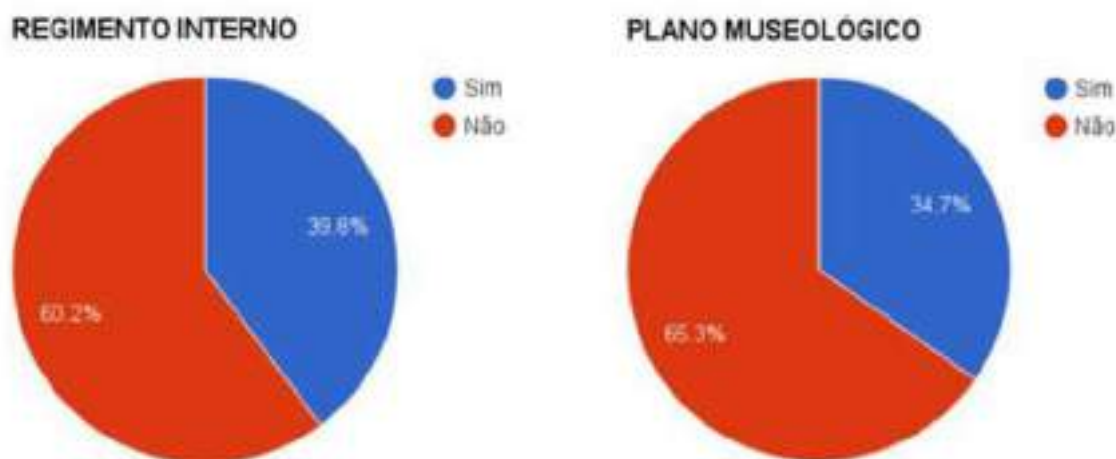


Ilustração 3 - Percentuais de Museus com e sem Regimento Interno e Plano Museológico
(Fonte: Cadastro Nacional de Museus – IBRAM/MINC – 2010, p. 420)

Isto vale como exemplo e leva ao seguinte questionamento: uma nova exigência legal sempre demandará alguma estrutura de apoio às instituições para seu cumprimento. Isto se assemelha aos critérios selecionados para a construção de um Sistema de Credenciamento. Este foi o caminho que o *Resource: The Council for Museums, Archives and Libraries*¹¹³ entendeu ser necessário, dentre outras responsabilidades que assumiu:

Desenvolver uma infra-estrutura organizacional e financeira que permita o crescimento do seu setor, atendendo às necessidades das regiões em que

¹¹³ Conselho de Museus, Arquivos e Bibliotecas do Reino Unido criada em 2000 quando incorporou a antiga Comissão de Museus e Galerias e as entidades representativas de bibliotecas e arquivos.(RESOURCE, 2004, p.13)

se divide a Inglaterra e sintonizando-se com as prioridades da Irlanda do Norte, Escócia e País de Gales. (RESOURCE, 2004, p.13)

Uma pesquisa de avaliação de museus em Bruxelas e Walonie foi apresentada por François Mairesse¹¹⁴ de uma forma bem detalhada, tanto no que diz respeito a metodologia quanto a apresentação dos critérios estabelecidos, um trabalho minucioso que certamente embasará outros estudos.

Mairesse inicia a pesquisa com a definição do que é avaliação e sugere uma definição geral: avaliar o valor (no caso aqui do Museu) relativo a prática e relativo a técnica. Recomenda ainda que deva ser feita pelo avaliado (museu) e depois analisado pelo avaliador. Mas, como o avaliador vai julgar a instituição? Segundo o autor é necessário definir a missão e o objetivo que se quer atender e então estabelecer os critérios que responderão aos questionamentos desejados.

Os 61 critérios da pesquisa sobre avaliação

1. Quantidade de objetos contidos na coleção
2. Coerência dos objetos na coleção
3. Ampliação da coleção
4. Inalienabilidade das coleções (interdição de venda)
5. Orçamento total (despesas e receitas) do museu
6. Contribuições voluntárias ao museu (donativos, legados, mecenato)
7. Existência de uma política de empréstimo de coleções
8. Funcionamento dos "amigos do museu"
9. Superfície do museu (superfície total, superfície das salas de exposição)
10. Geração de lucros próprios ao museu
11. Medidas de conservação tomadas pelo museu (temperatura, umidade, qualidade do ar, iluminação)
12. Controle de custos de energia e manutenção
13. Benefícios econômicos do museu sobre sua região ou comunidade
14. Existência de programas pedagógicos (visitas guiadas, oficinas...)
15. Diversidade das atividades (pedagógicas ou outras) segundo os públicos (estudantes, terceira idade, portadores de deficiência)
16. Meios de promoção utilizados pelo museu
17. Publicações ao grande público realizados pelo museu (livros, cartões postais...)
18. Publicações difundidas pelo museu (em relação a seu objeto)
19. Qualidade das impressões retiradas pelo visitante após a visita do museu
20. Número de visitantes
21. Diversidade dos visitantes (classes sociais ou idades diferentes)
22. Renovação das exposições permanentes
23. Qualidade dos painéis didáticos, das identificações e das informações disponíveis

¹¹⁴ MAIRESSE, François. *Missions et évaluation des musées: une enquête à Bruxelles et en Wallonie*. Collection Gestion de la Culture. Dirigée par Jean-Michel Tobelem. Editions de l'Harmattan, 2003, 273p.

24. Publicações científicas do museu
25. Qualidade da infraestrutura técnica do museu (rede elétrica, calefação...)
26. Organização dos arquivos inventários sobre as coleções
27. Compartilhamento das coleções mostradas ao público
28. Armazenamento de objetos nas reservas (procedimentos, meios utilizados)
29. Papel e eficácia dos voluntários no seio do museu
30. Identificação do museu em sua região/ na comunidade na qual ele está instalado
31. Atividades organizadas pelo museu em sua região/ comunidade (visitas da região, atividades fora do museu)
32. Facilidade de identificação do museu nas vizinhanças
33. Qualidade da arquitetura exterior do museu
34. Política de horários de abertura do museu
35. Capacidade do museu de assegurar seu papel de instituição "permanente"
36. Procedimentos de planejamento e de gestão empregados pelo museu
37. Qualidade da apresentação (museografia)
38. Organização de exposições temporárias
39. Disponibilidade de pessoal para lidar com o público
40. Utilização do museu como "vitrine prestigiosa" de sua região / comunidade
41. Atividades para promover jovens artistas e jovens cientistas etc
42. Contribuição do museu ao "bem-estar", à qualidade de vida de sua região ou comunidade
43. Comodidades oferecidas aos visitantes (vestiários, lugar de descanso, cafeteria etc)
44. Projetos de pesquisa começados pelo museu
45. Cooperação com outros museus ou instituições similares
46. Organização do laboratório, da oficina de restauração
47. Medidas de segurança (e seu controle) tomadas pelo museu
48. Organização do centro de documentação (biblioteca, arquivos)
49. Gratuidade de certos serviços do museu
50. Facilidades de acesso aos portadores de deficiência
51. Cooperação com outras instituições de serviços (clubes esportivos, casas de jovens, etc)
52. Tomadas de posição do museu (exposições, publicações) em relação aos problemas da sociedade
53. Ajuda do museu ao desenvolvimento turístico da região
54. Qualidade da localização do museu (meios de acesso via metrô, ônibus etc e facilidades de estacionamento)
55. Competência (e importância) do pessoal do museu
56. Programas de formação continuada para o pessoal
57. Procedimentos de avaliação das exposições ou dos serviços oferecidos pelo museu
58. Abertura do museu, em suas exposições, à diversidade de opiniões e pontos de vista
59. Capacidades de mudança e de adaptação do museu aos desejos de sua comunidade/ região
60. Respeito a um código de ética (aquisições, exposições, etc)
61. Organização de eventos ligados às atividades dos museus

Uma proposta de análise baseada em 5 (cinco) fatores os mais explicativos na opinião dos curadores de museus:

O primeiro fator trata do aspecto científico e profissional do museu que Mairesse observa que são nessas bases que as Associações estabelecem seus sistemas de acreditação¹¹⁵.

Fator 1: Científico - profissional - 15 critérios

- Organização de arquivos de inventários
- Publicações científicas
- Acondicionamento dos objetos dentro das reservas
- Organização do laboratório
- Organização do centro de documentação
- Projetos de pesquisa empreendidos pelo museu
- Publicações divulgadas pelo museu
- Renovação das exposições permanentes
- Cooperação com outros museus
- Atividades para promover os jovens artistas
- Comodidades oferecidas aos visitantes
- Respeito a um código de ética
- Medidas de conservação tomadas pelo museu
- Publicações ao grande público realizadas pelo museu

Fator 2: Gerenciamento - econômico - comunitário - 14 critérios

- Programa de formação contínua
- Capacidade de transformação e de adaptação do museu
- Contribuição do museu à qualidade de vida da região
- Procedimentos de avaliação das exposições e dos serviços
- Abertura à diversidade de opinião
- Cooperação com outras instituições
- Funcionamento dos 'Amigos do Museu'
- Geração de rendas próprias ao museu
- Atividades organizadas pelo museu dentro da sua região/comunidade
- Posicionamento do museu perante os problemas da sociedade
- Ajuda do museu ao desenvolvimento turístico da região
- Procedimentos de gestão e planejamento
- Repercussão econômica do museu sobre sua região
- Organização de eventos

Fator 3: Experiência museal - continuidade - 9 critérios

- Qualidade da expografia
- Qualidade das impressões retiradas pelo visitante quando da visita
- Utilização do museu como vitrine prestigiosa
- Disponibilidade de pessoal
- Capacidade do museu como instituição permanente
- Medidas de segurança e seu controle
- Qualidade dos painéis didáticos
- Política dos horários de abertura

¹¹⁵ MAIRESSE, 2003, p.225-226 (Tab.4 "*Les cinq facteurs les plus explicatifs du jugement des conservateurs*" - tradução da autora desta dissertação)

- Contribuições voluntárias ao museu (doação e mecenato)

Fator 4: **Quantitativo usual** - 8 critérios

- Gratuidade de certos serviços do museu
- Número de visitantes
- Competência e importância do pessoal
- Orçamento total do museu (despesas e receitas)
- Superfície do museu
- Meios de promoção utilizados pelo museu
- Qualidade da infraestrutura técnica
- Quantidade de objetos contidos na coleção

Fator 5 : **Pedagógico** - 5 critérios

- Existência de programas pedagógicos
- Diversidade das atividades pedagógicas conforme os públicos
- Diversidade dos visitantes (classes sociais, ...)
- Papel e eficácia dos voluntários no seio do museu
- Coerência dos objetos dentro da coleção

Como anunciado no início deste capítulo apresento abaixo uma relação de países com Planos de Padronização e Certificação:¹¹⁶

- África do Sul
- Austrália
- Áustria
- Bélgica
- Canadá
- Chipre
- Dinamarca
- Espanha
- EUA
- França
- Irlanda
- Itália
- Japão
- Letônia
- Noruega
- Nova Zelândia
- Países Baixos
- Polônia
- Portugal
- República Tcheca
- Suíça
- Zanzibar

¹¹⁶ Extraída de RESOURCE, 2004, p.164-167.

É relevante uma observação sobre a existência do Conselho Internacional dos Museus da África (AFRICOM), Programa para o desenvolvimento dos museus africanos: disponível em <<http://finslab.com/enciclopedia/letra-c/conselho-internacional-de-museus-african>>.

3.2 Um caminho de credenciamento dos museus no Estado do RJ

Foi mencionado anteriormente o pioneirismo dos EUA na questão da qualidade dos museus e que, para atingir tal objetivo, era preciso tornar os museus mais profissionais, conseqüentemente com melhor atendimento ao público. A reflexão a seguir é sobre a trajetória dos Sistemas de Credenciamento, em geral construídos a partir da existência de um trabalho desenvolvido por Sistemas ou Redes de Museus, que realizam a tarefa de mapeamento do campo museal, comumente mediante o cadastro das instituições e pela visita técnica, sempre que possível, para melhor entendimento e avaliação das informações fornecidas.

No Brasil, o desenvolvimento da PNM vem demonstrando um amadurecimento – o que de certa forma já foi apresentado no capítulo 1.1, onde situo o ambiente de estudo. Os Sistemas de Museus estaduais e municipais, principalmente os da região sudeste, desenvolveram suas Políticas Estaduais para o setor e se preocuparam com as Normativas Federais – Portarias e Resoluções que estão sendo publicadas para dar conta do cumprimento da Lei 8.124/2013 que regulamentou o Estatuto dos Museus e o IBRAM. Em seu Título II, que trata dos instrumentos da PNM, destaco o capítulo abaixo:

CAPÍTULO II - DO REGISTRO DE MUSEUS

Art. 7º Os atos referentes à criação, fusão, incorporação, cisão ou extinção de museus deverão ser registrados no órgão público estadual, distrital ou municipal competente ou, na sua ausência, no IBRAM.

§ 1º Caso o pedido de registro junto ao órgão competente local seja indeferido, poderá ser requerido registro diretamente no IBRAM.

§ 2º Da decisão proferida pelo IBRAM caberá ainda recurso ao Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus.

§ 3º Os procedimentos e critérios para registro serão definidos em ato normativo do IBRAM.

Pensar um conjunto de critérios que atenda a realidade brasileira, sendo o país um território de dimensões continentais, não será tarefa fácil e muito menos rápida, vide a experiência desenvolvida pela Rede Portuguesa de Museus, cujo processo de Registro já

deixaria de fora muitos museus do Estado do Rio de Janeiro, que não possuem vários daqueles requisitos.

O primeiro desafio é definir o conceito de museu que será adotado. No caso do Estado do RJ, após analisar tantos conceitos desenvolvidos pelos Sistemas de Museus do país e mais as definições apresentadas por alguns teóricos, somadas ao conhecimento *in loco* dos museus fluminenses, sugiro um conceito para os museus diante dessa realidade:

“Museu é a representação material e imaterial da produção e intervenção do homem em seu meio ambiente, com a intenção de salvaguardar, para fins de pesquisa, exposição, comunicação, educação e lazer, promovendo o reconhecimento identitário e contribuindo para o desenvolvimento sociocultural dos povos.”

E mais, que os parques e reservas naturais só deverão ser aceitas se tiverem as condições acima mencionadas, o que normalmente não acontece, e os zoológicos também não cumprem as mesmas funções dos museus. Tendo clareza do que considerar *museu*, inicia-se o conhecimento do conjunto das instituições existentes em determinado território (município, estado, país).

Uma metodologia para isso ocorre frequentemente com a aplicação de questionários autodeclaratórios distribuídos às instituições¹¹⁷. Com esse conjunto de informações recolhidas foi possível desenhar um panorama do campo museal e detectar as necessidades e potencialidades das instituições. Entretanto, uma Visita Técnica à instituição é o procedimento mais eficaz e criterioso, pois permitirá constatar *in loco* as informações fornecidas no questionário e até mesmo dirimir alguma dúvida, se for o caso.

No estado do RJ, conforme relatado no Capítulo 2.1, o SIM-RJ iniciou suas Visitas Técnicas em 2009 para conhecimento das instituições, antes mesmo de pensar num questionário, até porque foi utilizado o CNM como ponto de partida para o reconhecimento do campo no Estado. Os relatórios dessas Visitas resultaram num panorama museal apresentado no II Fórum de Museus em 2011. Conhecida a realidade das instituições, como melhorar as condições de funcionamento e de serviços ao público? Afinal os Sistemas de Museus têm essa finalidade: uma busca constante de aprimoramento dos profissionais e das instituições. Observa-se que o Programa de Capacitação Profissional é o primeiro a ser implantado pelos Sistemas e/ou Rede de Museus que entendem ser esse um dos principais quesitos a ser levado em conta pelos Sistemas de Credenciamento: profissionalismo nas

¹¹⁷ O DEMU/IPHAN desenvolveu em 2005 o CNM mediante o envio de questionários para todo o país, buscando também via telefonemas e todas as formas comunicacionais mapear as instituições brasileiras. Contou com a ajuda de alguns Sistemas de Museus, Secretarias Estaduais e Municipais de Cultura para obter as informações necessárias. A Rede Portuguesa de Museus também preparou seu “inquérito aos museus portugueses” com a mesma finalidade.

instituições. Segundo o Sistema de Acreditação dos EUA “Só as organizações são credenciadas, não os indivíduos”. (RYAN, 2002, p.45)

No Brasil ainda não temos um Sistema de Credenciamento, mas os Sistemas de Museus entendem que para profissionalizar as instituições é necessário capacitar os profissionais que atuam nos museus. É recorrente nos estados a oferta de Oficinas Técnicas com os temas relevantes ao funcionamento dos museus¹¹⁸, e outro aspecto interessante é o crescimento da oferta de cursos na área da museologia, na forma de graduação, mestrado e doutorado¹¹⁹, o que demonstra que também o Brasil vem investindo no profissionalismo de suas instituições na medida em que amplia as possibilidades de formação adequada aos museus.

O desafio maior em relação ao credenciamento é a construção de um Sistema que utilize critérios condizentes com a realidade local, e também com a capacidade de colocá-los em prática. Uma boa referência é o Sistema de Acreditação da Grã Bretanha. Começaram com padrões mínimos, mas entenderam que não se pode perder de vista a constante busca de melhoria do patamar da qualidade de suas instituições, realizando a prática da auto-análise por parte dos museus, aliada ao acompanhamento técnico de uma comissão, por meio de visitas técnicas, relatórios de avaliação e recomendações acompanhadas de assessoria técnica.

Importar modelos de outros países é um risco, pois temos culturas, valores e realidades sociais, econômicas e políticas muito diferentes. Ainda que seja importante conhecer outros Sistemas de Credenciamento para um estudo comparativo, é necessário pensar nas áreas de funcionamento dos museus e em critérios de avaliação possíveis de serem atingidos de um modo mínimo, desejável e ideal. Assim uma busca pela excelência poderá ser estimulada sem, entretanto, transformar o credenciamento num sistema excludente. Há de se valorizar cada um dos patamares que as instituições venham a alcançar, até porque teremos que lidar com museus de tipologias e funcionamento singulares, principalmente em se tratando de museus de menor porte, regionais, rurais e comunitários.

No estado do Rio de Janeiro, alguns dos museus comunitários estão organizados juridicamente, como por exemplo o Museu da Maré¹²⁰, pioneiro no Brasil, e o Museu de

¹¹⁸Sistemas de Museus de SC, RS, SP, CE e RJ promovem Oficinas Técnicas a exemplo do IBRAM, e muitas vezes em parceria com o Programa de Capacitação por ele desenvolvido para atender aos museus brasileiros.

¹¹⁹ UNIRIO PPGMUS - Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio.

¹²⁰ Cf. disponível em <<http://museudamare.tumblr.com/>>. Acesso em 26/04/2015.

Favela¹²¹, que tem sua governança e trabalha com Plano de Sustentabilidade¹²². Fora da capital, o Ecomuseu de Barra Alegre, distrito do município de Bom Jardim na Região Serrana, é museu na área rural que desempenha um papel de desenvolvimento local e reconhecimento identitário muito importante. Há também, o Museu da Roça¹²³, no município de Quatis, Região do Médio Paraíba, criado pela Associação da Feira da Roça, uma iniciativa dos agricultores locais com quase trinta anos de existência e que está instalado na cidade, preserva e divulga a vida do homem na roça, mantendo viva as tradições da vida rural.

3.3 Proposta de critérios de certificação para os museus do estado do Rio de Janeiro

Com base nos 61 (sessenta e um) critérios levantados por Mairesse e utilizados - em parte ou integralmente - por diferentes países, escolhi 5 (cinco) tópicos numa tentativa de imaginá-los sendo aplicados aos museus do estado do Rio de Janeiro. Neste caso toda a diferença se encontra na forma de interpretação dos critérios em relação à tipologia da instituição.

ACERVO: 5 (cinco) itens

Coerência dos objetos na coleção: é mais importante a coerência (das coleções e dessas com a missão do museu) que o número de itens. A quantidade não deveria ser levada em consideração, em detrimento da importância e singularidade do acervo.

Medidas de conservação: irão variar segundo a tipologia do acervo. Por exemplo, um museu de território não precisa de controle de luz ou de temperatura, sendo talvez melhor avaliá-lo nas suas condições de conservação dos percursos, do meio ambiente e das edificações que nele existirem. No caso de um museu de belas artes torna-se imprescindível a utilização de equipamentos de controle de temperatura e umidade, iluminação etc.

Armazenamento de objetos nas reservas (procedimentos, meios utilizados): é fundamental que procedimentos técnicos adequados ao tipo de acervo sejam cumpridos para garantir a integridade do mesmo.

¹²¹ Cf. disponível em <<http://www.museudefavela.org/>>, Acesso em 26/04/2015.

¹²² Contemplado no Edital de 2012 - Plano de Desenvolvimento Institucional para museus da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro.

¹²³ Cf. matéria publicada em 10/04/2010, disponível em <<http://ow.ly/M91T3>>, acessada em 26/04/2015.

Organização do Centro de Documentação (Biblioteca e Arquivos): o importante é que a informação esteja acessível ao público, organizada, acondicionada e preservada de forma a garantir sua integridade. Embora o uso de um sistema informatizado para a organização da biblioteca e do arquivo seja o ideal, em se tratando de museus comunitários, caso não tenham condições de implementá-lo deverá ser avaliada a forma possível e factível de registro e controle destes.

Organização do laboratório, da oficina de restauração: São espaços que propiciam a manutenção e restauro dos acervos, e serão estabelecidos a partir da tipologia de acervos e suas necessidades. Todos os museus devem reservar um espaço para essa instalação.

GESTÃO: 10 (dez) itens

Meios de promoção do museu: são fundamentais para a visibilidade institucional e conhecimento do público. Podem ser os mais variados, de acordo com os recursos financeiros disponíveis para isso. Aplica-se a todos os tipos de museus.

Qualidade da infraestrutura técnica do museu (rede elétrica, calefação etc): irá garantir a segurança dos acervos, funcionários e públicos. No caso dos Museus Comunitários, caso não possuam sede, esta qualidade deve ser interpretada como a segurança da comunidade, no território do museu e dos acessos disponíveis aos visitantes.

Capacidade do Museu de assegurar seu papel de instituição “permanente”: o cumprimento da missão do museu deverá ser a justificativa de sua existência, mas a permanência demanda recursos financeiros, equipe e plano museológico. Para o museu comunitário a comunidade responsável pela gestão precisará de comprometimento com o propósito do museu e deverá implementar seu plano estratégico de desenvolvimento para garantir recursos que mantenham a missão do museu escolhida por eles.

Procedimento de planejamento e de gestão empregados pelo museu: Há de ser avaliadas as receitas e despesas de curto, médio e longo prazos incluindo a programação que se deseja promover, bem como as reformas, restauros, captação de recursos, outras fontes. Isto vale para todo tipo de instituição.

Disponibilidade de pessoal para lidar com o público: Esse critério precisa avaliar o acolhimento ao público que visita o museu, fator primordial para o sucesso e retorno do visitante.

Cooperação com outros museus ou instituições similares: Demonstra a capacidade de articulação do museu que vai gerar trocas de experiências que enriquecem o trabalho e minimiza os custos.

Competência (e importância) do pessoal do museu: Há fórmulas interessantes de organização dos recursos humanos em museus comunitários que funcionam em sua grande parte como uma rede, mantendo uma hierarquia por questões de formalidade, mas tendo em todos o comprometimento com o museu, motivados pelo sentimento de pertencimento que o museu comunitário gera nas pessoas da comunidade. O trabalho é feito para a comunidade e pela comunidade. Também podem, como os demais museus, ter organogramas que definem equipes técnicas adequadas a cada setor do museu, mas, planos de carreira e de preferência salários compatíveis com as funções exercidas são características de museus formais.

Procedimentos de Avaliação das exposições ou dos serviços oferecidos pelo museu: Avaliar é sempre muito positivo, pois permitirá conhecer o nível de satisfação do público, conhecer seus interesses, descobrir o que está aquém da expectativa do visitante e buscar metas para melhoria. É importante que seja feito com alguma regularidade para permitir uma comparação e medir a evolução das questões apontadas.

Capacidade de mudança e de adaptação do museu aos desejos de sua comunidade/região: Demonstra o compromisso do museu em ser um espaço aberto às demandas locais, pontuando sua missão de agente do desenvolvimento local, onde a comunidade possa discutir e participar com temas de interesse coletivo.

Respeito ao Código de Ética: instrumento normativo da conduta do profissional de museus, fundamental para nortear o trabalho de todas as modalidades de museus e que deverá ter suas recomendações cumpridas.

EDUCAÇÃO: 6 (seis) itens

Existência de programas pedagógicos (visitas guiadas, oficinas etc): A essência do museu precisa ser prioridade sempre, em todas as modalidades possíveis e para os mais variados públicos.

Publicações difundidas pelo museu (em relação ao seu objeto): que deverão ser em suportes diversos viabilizando o alcance a diversos públicos.

Qualidade das impressões retiradas pelo visitante após a visita ao museu: realização de questionários de avaliação, que poderão ser de aspectos gerais do museu, sobre as temáticas das exposições, acolhimento, tempo de duração da visita, preferências do visitante frente aos serviços oferecidos pelo museu; e repetir o processo com alguma regularidade para que análises comparativas possam ser realizadas.

Qualidade dos painéis didáticos, das identificações e das informações disponíveis: Cabe a todos os tipos de museus apresentarem suas comunicações da melhor forma possível, acessível cognitivamente e de forma que possam ser vistas na sua totalidade.

Organização de exposições temporárias: Demonstra a capacidade de comunicação do museu a partir de seus acervos ou de acervos de outras instituições, estabelecendo uma programação dinâmica que poderá atrair novos públicos, o que é possível avaliar tanto em museus comunitários como nos demais.

Projetos de pesquisa de iniciativa museu: fundamental no desenvolvimento da compreensão dos temas afetos aos acervos, aos fazeres e saberes.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E POLÍTICO: 9 (nove) itens

- **Identificação do museu em sua região/na comunidade na qual está inserido;**
- **Atividades organizadas pelo museu em sua região;**
- **Gratuidade de certos serviços do museu;**
- **Facilidades de acesso aos portadores de deficiência;**
- **Cooperação com outras instituições de serviços (clubes esportivos, casas de jovens);**
- **Tomadas de posição do museu (exposições e publicações) em relação aos problemas da sociedade;**
- **Ajuda do museu no desenvolvimento turístico da região;**
- **Abertura do museu, em suas exposições, à diversidade de opiniões e pontos de vista;**
- **Atividades para promover jovens artistas e jovens cientistas.**

Esse bloco de funções apresentadas acima falam de um papel importante do museu no desenvolvimento social local. Quando se abre a novos públicos e a diversas opiniões, o

museu oportuniza aos jovens um espaço para suas expressões artísticas, amplia significativamente a participação social e conseqüentemente política. As parcerias estabelecidas com instituições diferentes favorece a a interlocução e a compreensão do privilégio que é para a comunidade ter uma instituição cultural que poderá representá-la e apoiá-la nas questões que afetam a comunidade local.

Essa seleção de critérios precisarão ser trabalhados individualmente e reavaliados num processo de comparação com o Cadastro Fluminense de Museus e o cadastro de iniciativas de museologia social por um GT composto por museólogos e demais profissionais de museus. Essa massa crítica de informações poderá subsidiar a construção do Estatuto Estadual de Museus do RJ e, sobretudo, repensar o conceito de museu, ambos previstos na política setorial de museus do estado.

4 . Considerações Finais

Há semelhanças em todas as trajetórias dos Sistemas de Credenciamento desenhados pelos países e, analisando o conjunto de critérios elencados, me propus a um exercício de selecionar alguns dentre eles que fossem basilares e que pudessem atender igualmente aos Museus Comunitários.

A busca da qualidade e do profissionalismo – conceitos indissociáveis, porquanto não se acredita que seja possível alcançar um sem o outro – pode ser a síntese do que foi proposto por todas as análises presentes neste estudo. O Estado do Rio de Janeiro já vislumbrava o desejo de profissionalizar seus museus quando, na década de 70, criou uma Fundação exclusiva para gerir essas instituições, embora, por questões políticas e econômicas, não tenha se estabelecido por muito tempo. Essa descontinuidade, marcante para os museus e seus profissionais, significou um retrocesso – em poucas palavras, significou menos autonomia, e recursos orçamentários compartilhados com teatros e escolas de artes. Um longo percurso seria necessário para atingirmos um padrão de qualidade em nossos museus. Somado a esse fato constatou-se um expressivo crescimento do número de museus na década seguinte e tornava-se portanto urgente estabelecer uma estratégia para o desenvolvimento adequado dessas instituições frente às melhores práticas do cenário museal internacional e das demandas da sociedade atual.

Os museus dependiam – e ainda dependem em parte – de recursos públicos para sua sustentação. Dialogar com o poder público sobre os museus não é tarefa simples; o museu, essa instituição complexa, com um papel fundamental no desenvolvimento local e com funções que precisam acompanhar as mudanças culturais das sociedades, vem exercendo incansavelmente seu papel mais conhecido: o de guardião da memória, embora esse não seja o único. Para cumprir esta e todas as demais já mencionadas neste estudo, são indispensáveis recursos compatíveis e profissionais adequados.

A Política Nacional Setorial de Museus e todos os seus desdobramentos permitiram uma reflexão da trajetória necessária à adequação dos museus no sentido de sua profissionalização e qualidade tão almejadas.

A criação dos Sistemas de Museus reflete um amadurecimento do campo, que passa a perceber a importância dessas ferramentas de gestão para a implementação das políticas públicas para o cumprimento do papel dos museus na atualidade, atendendo às exigências da sociedade que vem se transformando ao longo dos tempos.

Ficou evidenciado que diversos países tiveram essa percepção e buscaram uma forma de alcançar padrões de excelência para um melhor atendimento ao público. Muito interessante foi perceber que se desenvolveram metodologias semelhantes, tais como: auto-avaliação por parte dos museus, avaliação e comparação realizadas por equipes externas, com diagnósticos e relatórios – para então empreender-se um estudo de critérios com as recomendações aplicáveis. A partir dos resultados, verificava-se a pertinência ou não da ampliação e aperfeiçoamento dos critérios estabelecidos e da metodologia utilizada.

Os sistemas que não obtiveram sucesso, haviam importado modelos de outros países ou estabeleceram padrões de qualidade que as instituições ainda não estavam aptas a alcançar. Outra questão que interferiu no bom desempenho dos programas de credenciamento foi o fato de algumas equipes serem insuficientes em número de profissionais para cumprir as metas num determinado espaço de tempo.¹²⁴

Alguns exemplos merecem ser destacados: a importância do Código de Ética para profissionais de museus a constatação do pioneirismo estadunidense; a Grã Bretanha com sua proposta de que o mínimo pode ser o máximo a ser alcançado num dado momento; a metodologia utilizada pelo ICR em busca da construção de critérios que pudessem atender a qualquer museu, e a trajetória da RPM, foram referências relevantes para evidenciar a dimensão do que é desenvolver com seriedade um trabalho de credenciamento de museus.

Nessa perspectiva, foi observado que também no Brasil estamos seguindo a mesma linha para profissionalizar nossos museus. Já cumprimos algumas etapas importantes: deixa-se de ser um Departamento de Museus dentro de um Instituto para ter um Instituto exclusivo para os museus; foi criado o Estatuto dos Museus, suas normativas e os Sistemas de Museus vêm atuando como promotores das políticas públicas estabelecidas, buscando um aprimoramento das instituições. Ainda se tem pela frente uma longa trajetória, demorada – e as experiências de outros países deixaram isso muito claro, embora por outro lado, também nos tenham deixado um significativo legado das metodologias praticadas, dos casos bem ou mal sucedidos, que servirão de inspiração para seguir em frente em nossa própria busca de qualidade e melhores práticas.

A pesquisa proporcionou também uma visão mais clara sobre a metodologia e mais realista quanto ao processo de credenciamento, o que permitiu vislumbrar uma efetiva contribuição para um futuro sistema de credenciamento a ser projetado para os museus brasileiros.

¹²⁴ Como exemplo, o Projeto Vitamina da Holanda, conforme relatado no Capítulo 3, p.75.

O estado do RJ trabalhou sua Política Setorial de Museus, lançou editais para apoio ao seu desenvolvimento, capacitando as equipes, partindo do princípio de que só com qualidade e profissionalismo as instituições estarão aptas a captar recursos e administrá-los da melhor forma.

Por último, destacam-se algumas dificuldades enfrentadas durante a pesquisa. O fato de estar na Coordenação do SIM-RJ e ser ator do próprio e ter em mãos o objeto de pesquisa aqui desenvolvido tem pontos positivos, como o conhecimento dos bastidores da temática, mas também negativos, que decorrem da relação tão próxima, que torna difícil um distanciamento -- exercício que exige bastante cautela para isenção na análise das informações. O fato de não existirem pesquisas de brasileiros sobre o tema do credenciamento de museus, deixou-me um tanto apreensiva. De modo que, sem referências nacionais, tendo que buscar parâmetros nas experiências de outros países, acabei por constatar que caminhos muito semelhantes aos nossos foram percorridos, o que demonstrou que sempre é possível aprender com as pesquisas em outros contextos, não importa de onde venham, constituindo uma contribuição fundamental para efeito de comparação e reflexão.

O estudo sugere o reconhecimento de uma mais aprofundada análise dos modelos de sistemas de credenciamento e sair em busca das realidades da América Latina, que podem fornecer outras informações e apresentar muitas semelhanças com a brasileira, e ainda explorar a transferência dos museus oriundos das Secretarias de Educação e Cultura no momento da fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, e que estão na atual SEC-RJ, e suas trajetórias, tendo em vista que há muita informação dispersa sobre o tema e que merece registro e reflexão.

Entretanto, foi gratificante encontrar museus que apesar de passarem por tantas instabilidades políticas e econômicas, caminham em busca da qualidade. E em relação aos Museus Comunitários, deixo aqui registrado o avanço que vêm conquistando na condução de suas propostas e acima de tudo pelo exemplo de solidariedade no compartilhamento de suas experiências com seus pares da Museologia Social, comprovando assim que museus foram feitos para serem reinventados.

Referências

- ABREU, Gláucia Côrtes. *A legislação de proteção na preservação dos bens móveis pelo IPHAN*. In: **Seminário Memória e Perspectiva**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/IPHAN, 11 e 12 de junho de 2002.
- ABUNGU, George H.O. *El museo africano: definiendo nuevas funciones*. In: **Museos guia para la excelencia**. Producción editorial. Eugenia Montalán Colón: 2003, p.68
- AMERICAN Association of Museums, The [AAM]. **Normas nacionales y mejores prácticas para los museos estadounidenses**. Washington: AAM, 2011.
- ARAÚJO, Marcelo Mattos (e) BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Orgs.). **A memória do pensamento museológico contemporâneo: documentos e depoimentos**. Comitê Brasileiro do ICOM, 1995.
- BAGHLI, Sid A., BOYLAN P. et HERREMAN Y., History of ICOM (1946-1996). Paris Conseil international des musées, 1998, p. 15. <<http://icom.museum>> apud EDSON, Gary in Définir le musée (DESVALLÉES e MAIRRESSE, 2007, p.42).
- BELLAIGUE, Mathilde; MENU, Michel. *Muséologie et les formes de la mémoire*. In: **XIX Annual Conference of the International Committee for Museology (ICOFOM)**, 1997, Paris, França.
- BERTOTTO, Márcia Regina. **Análise das políticas públicas para museus no Rio Grande do Sul** – um estudo de sua eficácia no desenvolvimento das instituições gaúchas. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul para obtenção do grau de mestre, Porto Alegre-RS, 2007. (Disponível em 11/07/2014 - <http://ow.ly/z3nt1>)
- BRASIL. Decreto nº 5.264 de 5 de novembro de 2004: *cria o Sistema Brasileiro de Museus*.
- _____. Lei nº 11.904, de 14/01/2009. **Institui o Estatuto de Museus** e dá outras providências. Diário Oficial da União. República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 15 jan. 2009. Disponível em <<http://ow.ly/M2z35>>. Acessado em 23/04/2015.
- _____. Lei nº 11.906 de 20/01/2009: **cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM**, cria 425 (quatrocentos e vinte e cinco) cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Cultura, cria Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Diário Oficial da União. República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 21 jan 2009. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11906.htm>. Acessado em 23/04/2015.
- _____. Ministério da Cultura/ Instituto Brasileiro de Museus. **Plano Nacional Setorial de Museus - 2010/2020** (2010:Brasília – DF). Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus. Brasília, DF: MinC/Ibram, 2010.
- BRULON SOARES, B. C.; SCHEINER, T. C. **A ascensão dos museus comunitários e os patrimônios ‘comuns’: um ensaio sobre a casa**. p.2469-2489. In: FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo (org.) E-book do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. A responsabilidade social da ciência da Informação. João Pessoa: Idéia/Editora, 2009.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira (coord.). **Waldisa Rússio Camargo Guarniéri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. 2 v.. São Paulo: Pinacoteca do Estado/

Secretaria de Estado da Cultura / Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010.

_____. *Estudos de cultura material e coleções museológicas: avanços, retrocessos e desafios*. In **Cultura Material e Patrimônio de C&T**.

_____. *Museologia: algumas idéias para a sua organização disciplinar*. In **Cadernos de Sociomuseologia**, n.9 - 1996 p.9-34

CALABRE, Lia. *Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas*. In: **III ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, realizado, na Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador-Bahia-Brasil, entre os dias 23 a 25 de maio de 2007. Disponível em <<http://ow.ly/xNH9z>>, Acessado em 09/06/2014.

CAMACHO, Maria Clara de Frayão. 2010. **Rede Portuguesa de Museus (2000-2010): Balanço de uma Revolução Tranquila**. *Museologia.pt* (4): p.10-33.

_____. **Credenciação, sistemas e redes nacionais de museus: uma panorâmica europeia contemporânea**. 2014.

_____; MONTEIRO, Joana [e] FREIRE-PIGNATELLI, Cláudia. 2001. **Linhas Programáticas da Rede Portuguesa de Museus**, Lisboa: Instituto Português de Museus.

Cartas de Nova Delhi, Lausanne, Veneza. *Resolução de São Domingos, Recomendações de Paris, Compromisso de Salvador, Compromisso de Brasília, Carta de Cabo Frio*. In: CURY, I. (org.) **Cartas patrimoniais**. 3ª ed., Rio de Janeiro, IPHAN, 2004.

CARVALHO, Ana Cristina Barreto de. **Gestão do patrimônio museológico: as redes de museus**. São Paulo: USP – Escola de Comunicações e Artes, 2008. (Tese de Doutorado disponível em 11/07/2014 em <http://ow.ly/z3oos>)

CHAGAS, Mário. *A Formação Profissional do Museólogo: 7 imagens e 7 perigos*. In: **Cadernos de Sociomuseologia** nº 2 – 1994. Acessado em: 09/06/2014. Disponível em: <http://ow.ly/xNHkd>

_____. *Museus: antropofagia da memória e do patrimônio*. In: BRASIL, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília: n.1, 2005.(*apud* MIRANDA, 2008, p.8)

_____. **Há uma gota de sangue em cada museu. A ótica museológica de Mário de Andrade**. Editora Argos, 2006.

_____. **A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: Ibram/ Garamond, 2009.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. Luciano Vieira Machado (trad.) São Paulo: estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

CHUVA, Marcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. 480p.

COMPAGNA, Adelaide Maresca [e] SANI, Margherita. 2008. **Musei di qualità - Sistemi di Accreditamento dei Musei d'Europa**. Roma: Gangemi Editore.

DESVALLÉES, André e MAIRRESSE, François. **Vers une redéfinition du musée?** L'Harmattan, Paris, 2007.

- _____. **Dictionnaire encyclopédique de muséologie**, Paris: Armand Colin, 2011. 732p.
- _____. **Conceitos-chave de Museologia**. Tradução e comentários de Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus (2013).
- EDSON, Gary in Définir le musée (DESVALLÉES e MAIRRESSE, 2007, p.42).
- FARIA, Margarida Lima de. *Etapas e limites da globalização da cultura institucional: o caso dos museus*. In **IV Congresso Português de Sociologia**. Camacho, Clara Frayão. 2010. "Rede Portuguesa de Museus (2000-2010): Balanço de uma Revolução Tranquila." *Museologia.pt* (4): 10-33.
- FERNANDES, Ana Mercedes Stoffel. **Um núcleo documental para o estudo do MINOM** [dissertação de mestrado]. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. p. 45-46, 2009. Disponível em <<http://ow.ly/HxKew>>; Acessado em 19/01/2015.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 3ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. 298p.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Considerações sobre o profissional de museus e sua formação*. In **Anais da II Semana de Museus da Universidade de São Paulo**. São Paulo: USP, 1999.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda. Os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/MinC/lphan, 2002.
- _____. *Os museus e a representação do Brasil: os museus como espaços materiais de representação social*. In: CHAGAS, Mario (org.). *Museus: antropofagia da memória e do patrimônio*. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília, no. 31, p.254-273, 2005.
- IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus, Ministério da Cultura. **Relatório de Gestão 2003-2010**. Política Nacional de Museus, 2010. Acessado em 09/06/2014. Disponível em: <http://ow.ly/xNHxz>
- INSTITUTO PORTUGUÊS DE MUSEUS. 2002. **Actas - Fórum Internacional Redes de Museus**. Lisboa: Instituto Português de Museus.
- LEGGET, Jane. *Revisión de los aspectos relacionados con los estándares de museos: la experiencia de Aotearoa, Nueva Zelanda*. In: **Museos guia para la excelencia**. Producción editorial. Eugenia Montalán Colón: 2003, p.77
- L'ESTOILE, Benoît de. "A experiência do museu é a de se deslocar": entrevista com Benoît de L'Estoile. In: **Revista Proa**, Unicamp, Campinas, SP, 2011. (Realizada por Eduardo Dimitrov, Ilana Seltzer Goldstein e Mariana Françoço).
- LESTRADEN, Margriet. *Calidad y confianza en si mismo*. In: **Museos guia para la excelencia**. Producción editorial. Eugenia Montalán Colón: 2003, p.13
- LIMA, T.A. 2001. *A proteção do patrimônio arqueológico no Brasil: omissões, conflitos, resistências*. In **Revista de Arqueologia Americana**, nº 20, México, Instituto Panamericano de Geografía e Historia, Organización de los Estados Americanos, pp 53-79.

- LÔBO, Yolanda Lima. **D. Myrthes: A Secretária de Educação e Cultura da Fusão**. In II Congresso Brasileiro de História da Educação, 3 a 6 de novembro de 2002, Natal, RN. Disponível em: <<http://ow.ly/FYESV>>. Acessado em 16/12/2014.
- MAGALHÃES, Aline M. **Colecionando relíquias... Um estudo sobre a Inspeção de Monumentos Nacionais. (1934-1937)**. Rio de Janeiro, UFRJ/IFCS, 2004. Acessado em 09/06/2014. Disponível em: <http://ow.ly/xNHU0>
- MAGGI, Maurizio [e] DONDONA, Carlo Alberto. 2006. **Macchine Culturali Reti e Sistemi nell'Organizzazione dei Musei**. Torino: IRES – Istituto di Ricerche Economico-Sociali del Piemonte.
- MAIRESSE, François. **Missions et évaluation des musées: une enquête à Bruxelles et en Wallonie**. Collection Gestion de la Culture. Dirigée par Jean-Michel Tobelem. Editions de l'Harmattan, 2003, 273p.
- MANNEBY, Hans; [e] HADJINICOLAO, Teti, (Ed.). **Museum Accreditation. A Quality Proof for Museums**. Proceedings of the Annual Meeting of ICR in Athens 1999. Bayreuth: International Committee for Regional Museums (ICR) and the National Committee of ICOM Greece.
- MANNEBY, Hans. *Administración de museos*. In: **Museos guia para la excelencia**. Producción editorial. Eugenia Montalán Colón: 2003, p.95 ou 140?
- MANNEBY, Hans. In: **Museos guia para la excelencia**. Producción editorial. Eugenia Montalán Colón: 2003, p.195 ou 140?
- _____; PRASCH, Hartmut [e] HOFFMANN, Rainer (Ed.). **Guidelines to Improve Museum Quality and Standards**. Proceedings of an ICR Project 1999-2002. Bayreuth: International Committee for Regional Museums (ICR).
- _____; et al. (ed. org) *Museos*. Guía para la excelência.
- MAROEVIC, Ivo. *Vers la nouvelle définition d'un musée*. In **Vers une redéfinition du musée?**. L'Harmattan, Paris, 2007, p.137-146.
- MASON, Timothy. 2004. **Gestão Museológica: Desafios e Práticas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, British Council e Fundação Vitae.
- _____[e] WEEKS, Jane. 2002. **From Australia to Zanzibar. Museum Standards Schemes Overseas**. A research project for Resource: The Council for Museums, Archives and Libraries. London: Re:source.
- MENSCH, Peter van. *Modelos conceituais de museus e sua relação com o patrimônio natural e cultural*. **Boletim do ICOFOM-LAM**, Buenos Aires 4-5 (1992): Durand, Karina R, and ICOM México. "IX ICOFOM LAM: Museologia y desarrollo sustentable." Anais do II Encontro Internacional de Ecomuseus/IX ICOFOM LAM. Rio de Janeiro (2000).
- MIRANDA, Rose Moreira de. *As novas práticas de representação e construção de identidades e alteridades nos museus brasileiros*. Trabalho apresentado na **26ª. Reunião Brasileira de Antropologia**, realizada entre os dias 01 e 04 de junho de 2008, Porto Seguro, Bahia, Brasil.
- MIZUKAMI, Luiz Fernando. **Redes e sistemas de museus: um estudo a partir do Sistema Estadual de Museus de São Paulo**. 2014. Dissertação (Mestrado em) - Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em <<http://ow.ly/Le7yu>>. Acessado em 05/04/2015.

- MORAES, Nilson A. *Políticas públicas, políticas culturais e museu no Brasil*. In **Museologia e Patrimônio** - vol.II nº 1 - jan/jun de 2009. Disponível em: <<http://ow.ly/xNR4T>>
- Museums & Galleries Commission [MGC]. **Planos para a certificação de museus na Grã-Bretanha: padrões, da Austrália a Zanzibar: planos de certificação de museus em diversos países**. São Paulo: Edusp; Vitae, 2004. (*Museologia. Relatórios Técnicos*, 6)
- NEGRI, Massimo [e] SANI, Margherita (eds). 2001. **Museo e cultura della qualità**. Bologna: CEUEB e Istituto per i Beni artistici, culturali e naturali della regione Emilia-Romagna.
- PARDI, M. Lúcia Franco. **Gestão de Patrimônio Arqueológico, Documentação e Política de Preservação**. Goiânia: UCG / IGPA, 2002. Acessado em 09/06/2014. Disponível em: <http://ow.ly/xNI5U>
- POULOT, Dominique. **Uma história do Patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XIX: do monumento aos valores**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- _____. **Museu e museologia**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2013.
- PRASCH, Hartmut . *Procesos para mejorar la calidad y estándares de los museos*. In: **Museos guia para la excelencia**. Producción editorial. Eugenia Montalán Colón: 2003, p.7
- _____. *Presentación*. In: **Museos guia para la excelencia**. Producción editorial. teEugenia Montalán Colón: 2003, p.114
- _____. *Servicios al visitante*. In: **Museos guia para la excelencia**. Producción editorial. Eugenia Montalán Colón: 2003, p.130.
- RANGEL, Marcio F. *Políticas Públicas e Museus no Brasil*. In: Marcus Granato, Cláudia Penha dos Santos e Maria Lucia de Niemeyer Matheus Loureiro. (Org.). RANGEL, M. F. **Mast Colloquia v. 12: O Caráter Político dos Museus**. Rio de Janeiro: MAST, 2010.
- _____. **Museologia e patrimônio: encontros e desencontros**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 7, n. 1, p. 559-568, jan-abr. 2012.
- RESOURCE: The Council for Museums, Archives and Libraries. **Planos para a Certificação de Museus na Grã-Bretanha: Padrões, Da Austrália a Zanzibar: Planos de Certificação de Museus em Diversos Países** / Resource: The Council for Museums, Archives and Libraries; tradução Maurício O. Santos e Patrícia Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação Vitae, 2004. Disponível em <<http://ow.ly/M119K>>. Acessado em 23/04/2015.
- RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Educação e Cultura. Fundação Estadual de Museus/FEMURJ: **FEMURJ/76**. Rio de Janeiro, 1976.
- _____. Secretaria de Estado de Educação e Cultura. Fundação Estadual de Museus/FEMURJ. **FEMURJ/79**. Rio de Janeiro, 1979.
- _____. Secretaria de Estado de Cultura: Superintendência de Museus. **Cadastro Nacional de Museus** – Lançado em março de 2006
- RYANM, Laura Gómez . *Acreditación de Museos: un estándar más alto*. In: **Museos. Guia para la excelência. Procesos para mejorar la calidad y estándares de los museos**. Hans Manneby, Haratmurt Prash y Rainer Hofmann (ed. org.). Proyecto ICR 1999-2002, p.42.

- SANI, Margherita. 2001. *Italia e Regno Unido, due sistemi a confronto*. In **Museo e cultura della qualità**, (Ed.) Massimo Negri e Margherita Sani. Bolonha: CEUEB e Istituto per i Beni artistici, culturali e naturali della regione Emilia-Romagna, p. 47-54.
- _____. 2009. *Registration and Accreditation as Ways of Raising Quality in Museums. An European Overview*. In NEGRI, Massimo; NICOLUCCI, Franco [e] SANI, Margherita (Ed.). In **Budapest: Istituto per i Beni artistici, culturali e naturali della regione Emilia-Romagna**.
- _____. 2010. **A Rede Portuguesa de Museus, uma visão exterior**. Boletim RPM Set. 2010: 9-10.
- SANTOS, Maria Célia T. Moura. *A Formação do Museólogo e o seu Campo de Atuação*. In **Cadernos de Sociomuseologia** nº 18 – 2002. Acessado em: 09/06/2014. Disponível em: <http://ow.ly/xNlld>
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **A escrita do passado em museus históricos**. Rio de Janeiro: Garamond, MinC, IPHAN, 2006. (Coleção Museu, Memória e Cidadania).
- SCHEINER, Tereza Cristina Moletta. *Formação de profissionais de Museus: desafios para o próximo milênio*. In **Anais da II Semana de Museus da Universidade de São Paulo**. São Paulo: USP, 1999.
- _____. *As Bases Ontológicas do Museu e da Museologia* in Boletim do ICOFOM LAM, 1999.
- _____. *Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v.7, n.1, jan.-abr. 2012.
- SILVA, Regina Coeli Pinheiro da. *Os desafios da proteção legal: uma arqueologia da Lei nº 3.924/61*. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, vol. 33, Brasília, IPHAN 2007.
- SIMÕES, Janaína Machado e VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. *A trajetória do campo organizacional da cultura no Brasil*. In: **V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, realizado na Faculdade de Comunicação /UFBA, Salvador-Bahia-Brasil, entre 27 a 29 de maio de 2009. Acessado em 09/06/2014. Disponível em: <http://ow.ly/xNJjl>
- SIQUEIRA, Graciele Karine. **Curso de Museus – MHN, 1932-1978: O perfil acadêmico-profissional**. 2009. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2009. 178p. Orientador: Ivan Coelho de Sá. Acessado em 09/06/2014. Disponível em: <http://ow.ly/xNQKC>
- SOARES, Bruno C.B. e SCHEINER, Tereza C.M. **A ascensão dos museus comunitários e os patrimônios 'comuns': um ensaio sobre a casa**. Disponível em <<http://ow.ly/M2iCm>>. Acessado em 23/04/2015.
- SOLA, Tomislav. *La définition du musée: étendue et motifs*. In **Vers une redéfinition du musée?** L'Harmattan, Paris, 2007, p.113-120.
- TELLES, Mário Ferreira de Pragmácio. *Saída de obras de artes do país: análise da proteção conferida pela nº 4.845/65*. In: **Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, realizado na Faculdade de Comunicação /UFBA, Salvador-Bahia-Brasil, entre 25 a 27 de maio de 2010. Disponível em: <<http://ow.ly/xNPZh>> Acessado em 09/06/2014.

- THOMT, Torill. *Colecciones*. In: **Museos guia para la excelencia**. Producción editorial. Eugenia Montalán Colón: 2003, p.105
- TOLENTINO Atila Bezerra. *Políticas públicas para o setor museológico no Governo Federal: análise e perspectivas*. In: **Res Pvblica**, Ano III - 4 - Maio/2004, ANESP, p.102. Disponível em <<http://ow.ly/KKDj0>>. Acessado em 24/03/2015.
- _____. *Governança em rede: o caso do sistema brasileiro de museus*. In: **Revista CPC/USP**, No. 16 (p.001-208) São Paulo, Maio/Outubro de 2013. Disponível em <<http://ow.ly/KHByt>>. Acessado em 23/03/2015.
- UNDERWOOD, Sue. *Lo adecuado e inadecuado: acreditación de museos*. In: **Museos guia para la excelencia**. Producción editorial. Eugenia Montalán Colón: 2003, p.24
- UNESCO. **Textos fundamentais da Convenção do Patrimônio Mundial**. Disponível em: <<http://ow.ly/xNPrE>>. Acessado em 09/06/2014.
- VALENTE, Maria Esther Alvarez. *Museus de ciências e tecnologia no Brasil: uma história da museologia entre as décadas de 1950-1970*. Orientador: Maria Margaret Lopes. Tese (doutorado), Unicamp, Campinas, SP, 2009.
- VARELA, Ximena y JIMÉNEZ, Sigfrido. B. *Reflexiones sobre a calidad de los museos en America Latina*. In: **Museos guia para la excelencia**. Producción editorial. Eugenia Montalán Colón: 2003, p.13
- VARINE, Hugues de. *Respostas de Hugues de Varine às perguntas de Mário Chagas*. In **Cadernos de Museologia**. n. 5 - 1996, p.5-18. Disponível em <<http://ow.ly/QExGG>>. Acessado em 8/5/2015.

APÊNDICE A - Cadastro Fluminense de Museus (SIM-RJ) Versão de 16/03/2015 - Recomendações para preenchimento; Formulário e Glossário.

Recomendações para preenchimento do formulário

Para poder realizar a aplicação do formulário de pesquisa do **Cadastro Fluminense de Museus**, o SIM-RJ optou por utilizar uma ferramenta disponível na internet, e que deverá ser respondido unicamente em meio digital no endereço da Superintendência de Museus da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro - www.museusdoestado.rj.gov.br

Como o **Cadastro Fluminense de Museus** encontra-se em sua primeira edição, temos um formulário um tanto quanto extenso. Por isso, torna-se necessário e importante que a coleta de informações aconteça antes do procedimento de preenchimento do formulário eletrônico. Neste sentido, estão listadas a seguir algumas recomendações:

1. Reunir previamente as informações, a partir do formulário disponível neste link. Isso poderá demandar alguns dias, você poderá coletar as informações e pesquisar na própria **Instituição**, na unidade mantenedora ou em demais locais de guarda de informações sobre a **Instituição** ou sobre a gestão dela;
2. Para cadastro junto ao SIM-RJ será necessário que as respostas assinaladas com asterisco (*) - obrigatórias - sejam totalmente preenchidas;
3. O formulário contém perguntas de única escolha, múltipla escolha e dissertativa (questões abertas onde você deverá descrever as informações);
4. Em caso de dúvidas, ao final deste formulário encontra-se disponível um **glossário** para consulta dos termos grifados, o mesmo encontra-se organizado por ordem de leitura. Caso necessário, também faça contato com a equipe do SIM-RJ por meio de telefonema ou e-mail: sistemademuseus.rj@cultura.rj.gov.br (Lucienne e Ana Cristina) | (21) 2216-8500 Ramais 268 e 270;
5. Após a coleta de informações, dirija-se a um computador com acesso à internet, e acesse o link: www.museusdoestado.rj.gov.br;
6. Ao final você terá uma oportunidade de editar as informações fornecidas, caso tenha necessidade de ajustes ou revisões;
7. O seu formulário só será computado pelo SIM-RJ quando você finalizar o preenchimento clicando no botão CONCLUIR;
8. **Atenção:** O questionário não permite o retorno ao formulário ou o salvamento. Neste caso, após o preenchimento, o SIM-RJ encaminhará ao museu o formulário preenchido para que a instituição detenha esse documento;
9. Ao concluir o formulário, será enviada uma mensagem aos e-mails cadastrados nos itens 1.5 e 20.4, notificando que o mesmo foi efetuado com sucesso;
10. Ao responder a confirmação do e-mail automático informando a autenticidade dos dados o SIM-RJ efetivará o Cadastro da Instituição.

Observar os itens escritos {entre chaves} pois são palavras contidas no glossário

FORMULÁRIO

*Obrigatório

Parte 1 - Identificação

1. Nome da instituição e sigla (se houver) *
(Nome - Sigla)

1.1 Endereço *

Rua, nº, complemento, bairro.

1.2 CEP *

1.3 Município *

1.3.1 Região Político-Administrativa:*

- () Metropolitana I - Capital
- () Metropolitana II – Baixada Fluminense
- () Metropolitana III – Leste Fluminense
- () Noroeste Fluminense
- () Norte Fluminense

- Serrana
- Baixadas Litorâneas
- Médio Paraíba
- Centro-Sul Fluminense
- Costa Verde

1.4 Telefone* com código de área

Ex.: (xx) xxxx-xxxx

1.5 E-mail institucional *

1.6 Website

1.7 Blog

1.8 Redes Sociais

Ex.: Facebook / Twitter / Instagram / Google+

1.9 Possui Marca?

- SIM
- NÃO

1.10 Área de localização do museu:*

- Zona urbana
- Zona rural

1.11 Diretor do museu*

1.12 Informe qual a {mantenedora} do museu, se houver

Órgão/instituição do qual o museu dependa financeiramente.

1.13 Telefone da mantenedora com código de área

Ex.: (xx) xxxx-xxxx _____

2. Endereço para envio de correspondência

Falta a obs.: Caso o endereço seja o mesmo do museu, não é necessário responder. Em situações onde há endereço para correspondência utilizar seguinte ordem: rua, nº/complemento, bairro, cidade, estado, CEP ou inserir caixa postal.

3. Indique outro responsável pela instituição, na ausência do diretor *

3.1 Cargo/Função *

3.2 Vínculo empregatício do Diretor/Responsável *

- Cargo em comissão
- Contratação via CLT
- Efetivo

3.3 Telefone do Diretor/Responsável*

Ex.: (xx) xxxx-xxxx

3.4 E-mail do Diretor/Responsável*

Parte 2 – Institucional

Nas perguntas seguintes, você informará dados institucionais do museu.

4. Natureza administrativa do museu *

- Federal
- Estadual
- Municipal
- Privada
- Público-privado (mista)
- Organização Social – qual?

- Outra – qual?

4.1 O museu é cadastrado e possui Certificado de Adesão ao {Sistema Brasileiro de Museus - SBM/Ibram}? *

- SIM
- NÃO

4.2 Qual é a situação do museu? *

- Aberto e em atividade
- Aberto, funcionando parcialmente – especifique:

- Em implantação – previsão de abertura ao público:

- Em obras/reforma/restauro – previsão de reabertura ao público: _____
- Fechado temporariamente – especificar motivo: _____

- Fechado sem previsão de retorno – especificar motivo: _____
- Consta apenas em documento de criação

4.3 No caso do museu já ter sido desativado, há alguma documentação?

- SIM

Qual: _____

- NÃO

4.3.1 Indique o motivo e o período.

Ex.: Inexistência de equipe técnica - 2006 a 2009.

4.4 Que tipo de documento legal criou o museu?*

- Ata : ___/___/___
- Decreto nº _____ data: ___/___/___
- Estatuto social: _____ data: ___/___/___
- Lei nº _____ data: ___/___/___
- Portaria nº _____ data: ___/___/___
- Resolução nº _____ data: ___/___/___
- Outro – qual? _____
- Não existe documentação legal que cria o museu

4.5 Data legal de criação do museu

Ex.: 18 de maio de 1985. Caso não tenha, informar data aproximada.

4.6 Data em que o museu foi aberto ao público *

Ex.: 18 de dezembro de 1985. Muitas vezes a data de criação do museu não é a mesma em que ele foi aberto para visitação.

4.7 O museu é certificado como de {Utilidade Pública}?

- SIM
 NÃO

4.8 O museu possui vínculo com alguma Associação de Amigos?*

- SIM – qual? _____
 NÃO

4.9 O museu possui {Plano Museológico}? *

De acordo com a lei federal nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009 e Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013.

- SIM
 NÃO
 Em elaboração Em atualização

4.10 Descreva a missão do museu (até 5 linhas)

4.11 O museu possui {Regimento Interno}? *

- SIM
 NÃO
 Em elaboração
 Em atualização

4.12 Relate breve histórico do museu (até 15 linhas) *

4.13 O museu possui orçamento próprio e/ou vinculado? *

- SIM
 NÃO

4.13.1 Qual é o orçamento anual previsto para o museu?

Os valores listados abaixo estão em Reais (R\$).

- Até 100.000,00
 De 100.001,00 a 450.000,00
 De 450.001,00 a 1.000.000,00
 Acima de 1.000.001,00

4.14 O orçamento anual previsto para o museu é utilizado em sua totalidade?

- SIM
 NÃO

4.14.1 Qual porcentagem é usada para custeio e investimento? Especifique:

Custeio: _____

Investimento: _____

4.15 Captou recursos de alguma fonte?*

- SIM
 NÃO

Essas opções abaixo só aparecerão ao clicar em **SIM** no **Item 4.15**

4.15.1 Quais fontes?*

- Editais públicos
 Editais privados
 Emenda parlamentar
 Fundo nacional de cultura
 Lei estadual de incentivo à cultura
 Lei municipal de incentivo à cultura
 Lei federal de incentivo à cultura (Lei Rouanet)
 Outro – qual? _____

4.16 Informe o título, o órgão e o ano em que os últimos três projetos da instituição foram contemplados.

Ex: Adequação de reserva técnica - Edital de modernização de museus - IBRAM (2011).

4.17 Estabelece parceria ou convênio com outras instituições? *

- SIM
 NÃO

Essas opções abaixo só aparecerão ao clicar em **SIM** no **Item 4.17**

4.17.1 Quais instituições?*

- Associação de municípios
 Entidade vinculada ao governo municipal
 Entidade vinculada ao governo estadual
 Entidade vinculada ao governo federal
 Iniciativa privada
 Organizações internacionais
 Outros museus
 Universidades
 Outro – qual? _____

5. O museu conhece o Sistema Estadual de Museus – SIM-RJ? *

- SIM
 NÃO

5.1 O museu já recebeu assessoria do Sistema Estadual de Museus – SIM-RJ? *

- SIM
 NÃO

Parte 3 – Estrutural e Funcional

As perguntas que virão a seguir abordarão informações sobre os espaços, estruturas e a funcionalidade do museu.

6. Qual espaço o museu ocupa?

- Divide um prédio com outras instituições
 Existe somente no espaço virtual
 Mais de uma edificação
 Ocupa uma edificação
 Ocupa uma sala dentro de uma instituição
 Outros territórios

6.1 As edificações que o museu ocupa atualmente foram projetadas para abrigá-lo?

- SIM
 NÃO
 O prédio foi adaptado

6.2 O espaço que o museu ocupa é/está:*

- Alugado

- () Próprio
 () {Comodato} - indique período: _____
 () Em processo de doação
 () Em processo de aquisição
 () Outro – especifique: _____

6.3 As edificações do museu são tombadas? *

- () SIM
 () NÃO

Qdo. clicar no SIM () aparecem as opções:

6.3.1 Qual a esfera de tombamento? *

- () Municipal
 () Estadual
 () Federal

6.4 Qual é a área que o museu ocupa?

Informar em m² (aproximadamente).

Total: _____

Edificada: _____

6.5 Indique quais espaços o museu dispõe: *

- () Arquivo
 () Auditório Qdo. clicar aqui abrir capacidade de: _____ lugares
 () Banheiro para funcionários
 () Banheiro para o público – quantos? ____
 () Biblioteca
 () Refeitório
 () Espaços ao ar livre
 () Espaço para atividades de {ação educativa}
 () Espaço de {exposição temporária}
 () Espaço de {exposição permanente}
 () Estacionamento para o público
 () Laboratório de conservação/restauração
 () Livraria
 () Loja de souvenir ou artesanato local
 () Lanchonete/Restaurante
 () Recepção
 () {Reserva técnica}
 () Sala administrativa
 () Sala de conservação
 () Sala de montagem de exposições
 () Sala de restauração
 () Sala para acervo em trânsito
 () Outros – quais? _____”
 () Não possui espaços físicos

7. Informe o quantitativo dos profissionais que compõem o quadro funcional do museu quanto à Escolaridade*:

- ____ Ensino fundamental
 ____ Ensino médio
 ____ Ensino Superior
 ____ Pós-graduação

7.1. Destes indicados informe o quantitativo quanto à Formação*:

- ____ Administrador
 ____ Auxiliar de serviços gerais
 ____ Antropólogo
 ____ Arqueólogo
 ____ Arquivista
 ____ Arquiteto
 ____ Conservador

____ Educador (com formação específica na área de atuação do museu)

- ____ Copeiro
 ____ Biólogo
 ____ Bibliotecário
 ____ Historiador
 ____ Jardineiro
 ____ Montador de exposições
 ____ Museólogo
 ____ Pedagogo
 ____ Recepcionista
 ____ Restaurador
 ____ Secretário
 ____ Sociólogo
 ____ Vigilante

() Não possui quadro funcional

() Outro – especifique e quantifique:

7.2 O vínculo dos profissionais do museu consiste em: (Quantifique)*

- ____ Estagiário
 ____ Bolsista
 ____ A disposição (cedido de outro setor ou instituição)
 ____ Cargo em comissão
 ____ Contratação temporária por terceirização
 ____ Admissão em caráter temporário - ACT
 ____ Servidor Público Efetivo
 ____ Voluntário
 ____ Não possui quadro funcional

7.3 No caso de {Museu Virtual} indique a(s) função(ões) e quantitativo:

Ex.: Programador – 01

7.4 Os funcionários participam de palestras, seminários, congressos, fóruns, simpósios e oficinas vinculadas às suas respectivas atividades no museu? *

- () SIM
 () NÃO

8. Indique quais equipamentos eletrônicos e de informática o museu possui: *

- () Blue-ray
 () Copiadora eletrônica
 () Impressora
 () DVD
 () Equipamento de projeção audiovisual (data show)
 () Fax
 () Gravador
 () HD externo
 () Câmera fotográfica
 () Microcomputador
 () Notebook
 () Netbook
 () Retroprojektor
 () Scanner
 () Televisor
 () Videocassete
 () Outros equipamentos – quais?

 () Não possui equipamentos

8.1 O museu possui acesso à Internet? *

- () SIM

NÃO

A pergunta a seguir só vai *abrir* ao clicar em **SIM** no **Item 8.1**

8.1.1 O acesso à Internet é através da rede Wi-Fi?

SIM

NÃO

9. O museu utiliza alguma estratégia para sua segurança e para situações de emergência?*

SIM

NÃO

A pergunta a seguir só vai *abrir* ao clicar em **SIM** no **Item 9.**

9.1 Quais seriam essas estratégias?*

Plano de segurança contra furto e roubo

Plano de combate a incêndio e pânico

Plano de retirada de obras/acervo

Plano contra desastres naturais

Acompanhamento periódico do Corpo de Bombeiros

{CIPA}

9.2 O museu possui mecanismos/equipamentos de segurança? *

SIM

NÃO

Essas opções abaixo só aparecerão ao clicar em **SIM** no **Item 9.2**

9.2.1 Quais seriam esses mecanismos/equipamentos de segurança?*

10.1 Existem opções de transporte público que liguem o museu ao centro da cidade ou a terminais rodoviários? *

	Metrô	Trem	Ônibus	Transporte oferecido pelo museu
SIM	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
NÃO	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Outro – especifique: _____

11. O museu utiliza algum mecanismo para divulgação externa?*

SIM

NÃO

Essas opções abaixo só aparecerão ao clicar em **SIM** no **Item 11**

11.1 Quais desses mecanismos listados abaixo?

Jornal

O museu está inserido na sinalização turística da cidade ou região

Página do museu na Internet

Material de divulgação impresso

Página do museu em redes sociais

Plano mensal/anual de mídia

{Rádio Comercial}

{Rádio Comunitária}

{Rádio Educativa}

Revista Impressa – indique: _____

Detector de fumaça

Extintores (pó químico e/ou de água)

Equipamentos de proteção individual para o visitante

Para-raios

Porta corta-fogo

Saída de emergência

Sistema de alarme

Sistema de iluminação de emergência

Vigilância eletrônica

Livro de ocorrências

Outros – especifique: _____

9.3 O museu já sofreu algum sinistro?

SIM

NÃO

Essas opções abaixo só aparecerão ao clicar em **SIM** no **Item 9.3**

9.3.1 Quais dessas ocorrências listadas abaixo?

Desabamento

Furto ou roubo

Incêndio

Infiltração

Inundação

Rachaduras crônicas

Soterramento

Vazamento

Outro – especifique: _____

10. A principal estrada de acesso ao museu é: *

Pavimentada

Não pavimentada

Revista Eletrônica – indique: _____

Sinalização de acesso próximo à sua entrada

TV Aberta

{TV a Cabo}

Outros – especifique: _____

12. Quais desses serviços estão próximos ao museu? *

Avaliar a partir de um raio de 1,5 quilômetro.

Outro(s) museu(s)

Outra(s) instituição(ões) cultural(is)

Outro – especifique: _____

Loja de souvenir e artesanato local

Hospital/Posto médico

Hotel/Pousada

Posto de atendimento ao turista

Posto de combustível

Posto policial

Restaurante/Lanchonete

Parque/Praça pública

- () Pontos de interesse histórico/turístico
 () Outro(s) museu(s)
 () Outra(s) instituição(ões) cultural(is)

() Outro – especifique:

 () Não possui nenhum desses equipamentos próximo ao museu

13. Indique os dias em que o museu está aberto ao público? *

Dias da Semana	Aberto	Fechado
Segunda-feira	()	()
Terça-feira	()	()
Quarta-feira	()	()
Quinta-feira	()	()
Sexta-feira	()	()
Sábado	()	()
Domingo	()	()
Feriado	()	()

Apenas mediante agendamento ()

13.1 Em quais períodos o museu fica regularmente aberto ao público? *

- () Matutino – horário: das _____ às _____
 () Vespertino – horário: das _____ às _____
 () Noturno – horário: das _____ às _____

13.3.1 Qual o dia da semana?*

- () 2ª feira () 3ª feira () 4ª feira () 5ª feira () 6ª feira () Sábado () Domingo

13.2 Qual é o valor cobrado para visitar o museu? *

- Os valores listados abaixo estão em Reais (R\$).
 () 1,00 a 10,00
 () 10,01 a 35,00
 () acima de 35,01
 () {Meia Entrada}
 () Entrada gratuita

13.4 Em qual caso é necessário fazer agendamento prévio? *

- () Para grupos (escolares/turistas/outros)
 () Para pesquisadores
 () Para todos os visitantes
 () Não é necessário agendamento prévio

13.3 Possui gratuidade? *

- () SIM
 () NÃO

13.5 Qual é a forma de controle de público? *

- () Livro de registro
 () Catraca eletrônica
 () Bilheteria
 () Não realiza controle de público

A pergunta a seguir só vai *abrir* ao clicar em **SIM** no **Item 13.3**

13.6 Qual foi o número de visitantes no museu nos últimos três anos (2012, 2013 e 2014)? *

Informar o número de visitação anual; em caso de museu virtual, informar o acesso ao site.
 Ex.: 2011 - 2300 visitantes.

13.7 Também com base nos últimos três anos, em quais meses do ano o museu possui maior visitação?

* Retirar o “retângulo”

Janeiro ()	Maio ()	Setembro ()
Fevereiro ()	Junho ()	Outubro ()
Março ()	Julho ()	Novembro ()
Abril ()	Agosto ()	Dezembro ()

Obs.: Para o mês com maior visitação, começar com o nº 1 e assim sucessivamente.

13.8 Relate, de forma breve, o que justifica a maior visitação nos meses indicados *

Ex.: Férias escolares, evento na cidade, alta temporada turística, entre outros

13.9 Indique a procedência do público visitante *

	Sempre	Frequentemente	Às vezes	Raramente	Nunca
Comunidade local	()	()	()	()	()
Visitantes dos municípios vizinhos	()	()	()	()	()
Visitantes de outras regiões do estado RJ	()	()	()	()	()
Outros Estados	()	()	()	()	()
Outros países	()	()	()	()	()

13.10 Avalie em uma escala de 1 (mínimo) a 4 (máximo) a frequência do público visitante do museu *

	1	2	3	4
--	---	---	---	---

Turistas	()	()	()	()
Pesquisadores	()	()	()	()
Comunidade local	()	()	()	()
Grupos escolares	()	()	()	()

13.11 Que tipo de infraestruturas o museu dispõe para recebimento de público de outros países? *

	Inglês	Espanhol	Francês	Outro idioma	Não possui
Etiquetas/textos explicativos nos espaços expositivos	()	()	()	()	()
Sinalização externa do museu	()	()	()	()	()
Sinalização interna	()	()	()	()	()
Publicações	()	()	()	()	()
Servidores da área de atendimento ao público com fluência	()	()	()	()	()
Outros funcionários com fluência para visitas agendadas	()	()	()	()	()
Audioguias	()	()	()	()	()

13.12 Indique quais equipamentos/suportes o museu utiliza para facilitar o acesso a pessoas com deficiência:

Ex.: rampa, elevador, sinalização em braille, audioguia, entre outros.

15.3 O museu possui um {Projeto Político Pedagógico}?

() SIM
() NÃO

15.4 Quais os programas, projetos e ações são oferecidos de forma contínua? *

Parte 4 – Atividades Museológicas

Esta sequência de perguntas abordará informações sobre as atividades técnicas realizadas pelo museu.

14. Entre as atividades abaixo, quais o museu desempenha? *

- () Ações culturais
- () Ações educativas
- () Ações planejadas com/para a comunidade
- () Atendimento a pesquisadores
- () Atividade extra-muros
- () Conservação de acervo
- () {Documentação} do acervo
- () Eventos
- () {Exposição temporária}
- () {Exposição permanente}
- () {Exposição itinerante}
- () Pesquisa de acervo
- () Pesquisa de {patrimônio imaterial} local
- () Pesquisa de patrimônio material local
- () Pesquisa de público
- () Nenhuma das atividades listadas acima

15. Existe um setor de educação na instituição? *

() SIM
() NÃO (continue na pergunta 16)
se clicar nessa opção, o formulário só será disponibilizado a partir do item 15.16

15.1 Quantos profissionais atuam na educação, qual a formação e quais são as suas funções? *

15.2 Os coordenadores, educadores e mediadores são funcionários da instituição ou trabalham em regime de contrato temporário?

Ex.: Mediador – regime de contrato temporário.

15.5 As atividades estão direcionadas a quais públicos? Especifique.

15.6 Registra os processos que ocorrem antes, durante e depois dos projetos educativos de modo a construir uma memória institucional?

() SIM - como? _____
() NÃO

15.7 Realiza pesquisa de perfil/opinião de públicos? *

() SIM (Qdo. clicar na opção SIM abrir o Item 15.7.1)
() NÃO

15.7.1 Em caso afirmativo, com qual periodicidade? _____

15.8 Aplica questionário de avaliação/satisfação das atividades oferecidas?

() SIM
() NÃO

15.9 O setor possui recurso financeiro? *

() SIM
() NÃO

15.10 Participa dos editais de fomento com projetos de educação?

() SIM
() NÃO

15.11 A equipe de educação possui estrutura física e equipamentos adequados para sua atuação?

15.12 Estabelece parcerias com outras instituições?

SIM Qdo clicar no SIM abrir – quais?

NÃO

15.13 Apresenta trabalhos acadêmicos sobre as experiências educativas que ocorrem no museu?

SIM

NÃO

15.14 A equipe participa de palestras, seminários, congressos, fóruns, simpósios como formação para sua área de atuação?

SIM

NÃO

15.15 É integrante da Rede de Educadores em Museus e Centros Culturais - REM/RJ?

SIM

NÃO

15.16 Quais as maiores dificuldades da educação em museus nesta instituição?

16. Quais atividades culturais e educativas o museu realiza? *

Conferências/Palestras

Cursos/Oficinas

Espetáculos musicais

Espetáculos teatrais/Dança

Eventos

Cinema/Projeção de vídeos

Eventos acadêmicos

{Visita guiada}

{Visita mediada}

Não realiza nenhuma atividade cultural

Não realiza nenhuma atividade educativa

17. Relate breve histórico da constituição do seu Acervo (até 15 linhas) *

17.1 Informe, em números, a quantidade global do acervo museológico da instituição.

17.2 Quais tipologias de acervo o museu possui? *

Antropologia e Etnografia (coleções relacionadas às diversas etnias, voltadas ao estudo antropológico e social das diferentes culturas. Ex.: Acervos folclóricos, tradições populares, indígenas, afro-brasileiras).

Arqueologia (coleções de bens culturais portadores de valor histórico e artístico, procedentes de escavações, prospecções e achados arqueológicos).

Artes Visuais (coleções de pinturas, esculturas, gravuras, desenhos, incluindo a produção relacionada à arte-sacra. Nesta categoria também incluem-se as chamadas artes aplicadas, ou seja, as artes que são voltadas à produção de objetos, tais como: porcelana, cristais, prataria, mobiliário, tapeçaria).

Histórico (bens culturais que ilustram acontecimentos ou períodos da História).

Ciências Naturais e Histórico Natural (bens culturais relacionados às Ciências Biológicas - Biologia, Botânica, Genética, Zoologia, Ecologia - e às Geociências - Geologia, Mineralogia - e à Oceanografia).

Imagem e Som (documentos sonoros, videográficos, filmográficos e fotográficos).

Virtual (bens culturais que se apresentam exclusivamente por meio de tecnologia digital e que não dispõem de suporte material).

Ciência e Tecnologia (bens culturais representativos da evolução da Ciência e da Técnica).

17.3 Das tipologias listadas, qual é o acervo predominante no museu? *

Antropologia e Etnografia

Arqueologia

Artes Visuais

Histórico

Ciências naturais e histórico natural

Imagem e som

Virtual

Ciência e tecnologia

Outros - especifique: _____

17.4 O acervo ou parte dele é tombado pelo poder público? *

SIM

NÃO

A pergunta a seguir só vai *abrir* ao clicar em **SIM** no Item 17.4

17.4.1 Se tombado, em qual esfera? *

Municipal

Estadual

Federal

17.5 De que forma o acervo do museu foi constituído? *

Doações

{Coleta}

{Comodato}

Compra

{Legado}

{Permuta}

17.5.1 Há documentação que comprove essa(s) ação (ões) listada(s) acima? *

SIM

NÃO

17.6 O museu possui Política de Acervo? *

Instrumento que orienta todas as ações relacionadas à gestão do acervo museológico.

SIM

NÃO

17.7 O museu possui um setor específico para {Documentação} Museológica? *

SIM

NÃO

17.8 Quais são as principais ações de {documentação} museológica que o museu realiza? *

- {Arrolamento}
 {Inventário}
 {Livro tombo}
 Registro de entrada de acervo
 Sistema informatizado de documentação - qual?

Outras ações de documentação - especifique:

Não realiza documentação museológica

17.9 O museu descarta acervo? *

- SIM
 NÃO

A pergunta a seguir só vai *abrir* ao clicar em **SIM** no Item 17.9

17.9.1 Constitui uma comissão de avaliação para o descarte?

- SIM
 NÃO

18. O museu possui {política de conservação} ou setor que desempenha atividades de conservação de acervos? *

- SIM
 NÃO

18.1 Possui equipamentos de controle de condições ambientais e climáticas?*

- SIM
 NÃO

A pergunta a seguir só vai *abrir* ao clicar em **SIM** no Item 18.1

18.1.1 Quais equipamentos?*

- Ar-condicionado
 Aquecedor de ar
 {Câmara de fumigação}
 Circulador/Ventilador de ar
 Desumidificador
 Filtros de ar
 Filtros de luz
 {Higrômetro}
 {Luxímetro}
 {Psicômetro}
 {Termohigrógrafo}
 {Termohigrômetro}
 {Ultraviômetro}
 Umidificador
 Outro(s) – qual (is)?

18.2 De forma global, qual é o estado de conservação do acervo? *

BOM. Objeto que apresente características físicas e estéticas originais em boas condições. Não deve apresentar degradações, mesmo que em desenvolvimento inicial, como infestação de insetos, microorganismos e descolamento da {camada pictórica}, e também, alterações nas restaurações

realizadas, caso o objeto tenha passado por esse processo.

REGULAR. Objeto que apresente ou que já tenha apresentado, antes de restaurações, processos iniciais de deterioração, mas com a leitura estética legível. Pode apresentar vestígios de infestação de insetos e fungos, desprendimento pontual de policromia, fissuras e sujidades aderidas que foram ou possam ser debeladas e não comprometam a integridade da obra.

PÉSSIMO. Objeto que apresente processo grave de degradação, comprometendo a sua integridade. Pode apresentar grandes perdas de matéria original, restaurações inadequadas, infestação de insetos e fungos, manchas, desprendimento de policromia e outras deteriorações que descaracterizem a sua leitura física e estética.

19. O museu edita publicações?*

- SIM
 NÃO

A pergunta a seguir só vai *abrir* ao clicar em **SIM** no Item 19

19. 1 Indique quais publicações:*

- Anais
 Catálogo de exposições de temporárias
 Catálogo de pesquisa do acervo
 Catálogo do museu
 Material de divulgação
 Material didático/educativo/pedagógico
 Revista/Boletim eletrônico
 Revista/Boletim/Jornal impresso
 Outro – especifique: _____

pelo preenchimento do cadastro

Parte 5 – Responsável pelo preenchimento

Nesta sequência de questões deverão ser informados os dados referentes ao responsável pelo preenchimento deste formulário eletrônico.

20. Nome:* _____

20.1 CPF: * _____

20.2 Cargo/Função: * _____

20.3 Formação: * _____

20.4 Contato Telefônico com código de área:*

Ex: (xx) xxxx-xxxx

20.5 E-mail:* _____

AGRADECEMOS A SUA COLABORAÇÃO!

21. Caso sua instituição não tenha sido contemplada nas questões deste cadastro, liste as informações faltantes que você considera pertinentes.

22. Indique pontos positivos e negativos deste questionário.

AGRADECEMOS SUA COLABORAÇÃO!

GLOSSÁRIO

Mantenedora (1.11) = pessoa jurídica de direito público ou privado, ou pessoa física que provê os recursos necessários para o funcionamento de outras entidades.

SBM (4.1) = Sistema Brasileiro de Museus: rede organizada e constituída por meio de adesão voluntária que visa à coordenação, articulação, mediação, qualificação e cooperação entre os museus brasileiros. Sua finalidade é facilitar o diálogo entre museus e instituições afins, objetivando a gestão integrada e o desenvolvimento dos museus, acervos e processos museológicos brasileiros. Além disso, propicia o fortalecimento e a criação dos sistemas regionais de museus, a institucionalização de novos sistemas estaduais e municipais de museus e a articulação de redes temáticas de museus.

Ibram (4.1) = Instituto Brasileiro de Museus: criado em janeiro de 2009, com a assinatura da Lei nº 11.906. A nova autarquia vinculada ao Ministério da Cultura (MinC) sucedeu o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) nos direitos, deveres e obrigações relacionados aos museus federais. O órgão é responsável pela Política Nacional de Museus (PNM) e pela melhoria dos serviços do setor – aumento de visitação e arrecadação dos museus, fomento de políticas de aquisição e preservação de acervos e criação de ações integradas entre os museus brasileiros. Também é responsável pela administração direta de 30 museus.

Utilidade Pública (4.8) = para obtenção da declaração de utilidade pública, a sociedade civil, associação ou fundação tem de cumprir os seguintes requisitos: ser constituída no País; ter, como objeto o serviço à coletividade; ter personalidade jurídica; estar cumprindo exatamente as normas dos seus estatutos; não remunerar cargos de sua diretoria; não distribuir lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados; promover educação ou exercer atividades de pesquisas científicas, de cultura, inclusive artísticas, ou filantrópicas, estas de caráter geral ou indiscriminado, predominantemente.

Plano Museológico (4.10) = ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da

vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como fundamenta a criação ou a fusão de museus, constituindo instrumento essencial para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade.

Regimento Interno (4.11) = conjunto de normas que regem o funcionamento de uma instituição pública ou particular.

Lei Rouanet (4.15) = a Lei de Incentivo à Cultura, popularmente chamada de Lei Rouanet, é conhecida principalmente por sua política de incentivos fiscais. Esse mecanismo possibilita que cidadãos (pessoa física) e empresas (pessoa jurídica) apliquem parte do Imposto de Renda devido em ações culturais. Assim, além de ter benefícios fiscais sobre o valor do incentivo, esses apoiadores fortalecem iniciativas culturais que não se enquadram em programas do Ministério da Cultura (MinC).

Ação educativa (5.6) = procedimentos que promovem a educação no museu, tendo o acervo como centro de suas atividades. Deve ser entendida como uma ação cultural que consiste no processo de mediação, permitindo ao homem apreender, em um sentido amplo, o bem cultural, tendo em vista o desenvolvimento de uma consciência crítica e abrangente da realidade que o cerca. Seus resultados devem assegurar a ampliação das possibilidades de expressão dos indivíduos e grupos nas diferentes esferas da vida social. Concebida dessa maneira, a ação educativa nos museus promove sempre benefício para a sociedade, determinando, em última instância, o papel social dos museus.

Exposição temporária (5.6 e 13) = exposição cuja duração é contada em meses.

Exposição permanente (5.6 e 13) = exposição que caracteriza a missão do museu.

Reserva técnica (5.6) = consiste no espaço físico utilizado para o armazenamento das peças do acervo de um museu quando estas não estão em exposição. A guarda de um acervo demanda uma reserva técnica com condições físicas adequadas, condições climáticas estáveis e

condições de segurança apropriadas à conservação das obras, ficando este disponível à pesquisa ou às práticas museológicas quando requisitado.

Museu Virtual (6.2) = museu e coleção existentes somente no meio virtual, ou seja, sem correspondentes no meio físico. O museu é identificado ao formato que se denomina desterritorializado. Só existe na representação do site do computador. Não há referência física da sua existência “real”.

Wi-Fi (7.2) = é uma marca registrada da Wi-Fi Alliance, utilizada por produtos certificados que pertencem à classe de dispositivos de rede local sem fios (WLAN).

CIPA (8) = Comissão Interna de Prevenção de Acidentes: visa à prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, buscando conciliar o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde de todos os trabalhadores. É composta de representantes dos empregados e do empregador, seguindo o dimensionamento estabelecido, com ressalvas as alterações disciplinadas em atos normativos para os setores econômicos específicos.

Rádio Comercial (10) = as Rádios Comerciais são emissoras que prestam serviços diferenciados, e, para cada tipo de público, é elaborado um conteúdo específico. Para Mcleish, (2001, p. 22), “Emissora comercial, financiada por anúncios de âmbito nacional e local ou por patrocínio, e dirigida como uma companhia que presta serviço ao público.” Esse serviço pode ser musical, tocando estilos variados ou apenas um estilo, como *pop/rock*, ou sertanejo; entretanto, algumas emissoras somente transmitem notícias ou esportes. Em 1932 surgiram as Rádios Comerciais, pois o Governo de Vargas autorizou o início da veiculação de publicidade. Assim, com essa concessão, várias rádios puderam veicular anúncios e serem mantidas mediante a verba arrecadada.

Rádio Comunitária (10) = trata-se de radiodifusão de sons, em frequência modulada (FM), de baixa potência (25 Watts), que dá condições à comunidade de ter um canal de comunicação inteiramente dedicado a ela, abrindo oportunidade para divulgação de suas idéias, manifestações culturais, tradições e hábitos sociais. As entidades detentoras de outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária devem ser abertas à participação de todos os residentes na área de cobertura da rádio, bem como a sua

programação deve ser aberta à participação da sociedade. Uma rádio comunitária não pode ter fins lucrativos nem vínculos de qualquer tipo, tais como: partidos políticos, instituições religiosas etc.

Rádio Educativa (10) = as Rádios Educativas são emissoras que têm objetivos de não arrecadar lucros, visam à transmissão de programas educativos e culturais. A Rádio Educativa tem divulgação exclusivamente educacional, cultural e de orientações profissionais. De acordo com Silveira (2001) é uma modalidade da radiodifusão comum, qualificada pelo fato de envolver o Ministério da Educação no ato de sua autorização. As Rádios Educativas estão presentes principalmente nas universidades, com programações do seu padrão de emissora levando à comunidade informação e programas culturais.

TV a Cabo (10) = o serviço de TV a Cabo é o serviço de telecomunicações, não aberto a correspondência pública, que consiste na distribuição de sinais de vídeo e/ou áudio a assinantes, mediante transporte por meios físicos.

Meia entrada (12.2) = Lei 12.933/2013 (Lei Ordinária) de 26/12/2013

Exposição itinerante (13) = itinerante é um termo com origem no latim cujo significado está relacionado com o ato de se deslocar constantemente, de percorrer itinerários, de viajar. O termo é associado a tudo aquilo que pressupõe uma mudança constante de lugar. Um mesmo projeto que pretende abranger pessoas de diferentes locais utiliza a designação “itinerante” para identificar a natureza do mesmo, por exemplo, exposição itinerante, feira itinerante, boate itinerante, etc.

Patrimônio imaterial (13) = entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Para os fins da presente

Convenção, será levado em conta apenas o patrimônio cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais de direitos humanos existentes e com os imperativos de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e do desenvolvimento sustentável.

Documentação (13; 18; 18.2) = ação de documentar é o conjunto de conhecimentos e técnicas que permitem o tratamento técnico dos acervos dos museus e de seus dados. A documentação implica em localização, identificação, aquisição, registro, descrição, acondicionamento, armazenamento, recuperação, circulação, preservação e acompanhamento do acesso à equipe e usuários externos. A documentação de acervos museológicos é o conjunto de informações sobre cada um dos seus itens.

Projeto Político Pedagógico (15.5) = é um instrumento dinâmico, construído de forma participativa, periodicamente avaliado e teoricamente embasado, que define os princípios, as estratégias e as ações concretas de um trabalho educativo, estabelecidos para curto, médio e longo prazos. Como um produto contempla as dimensões do diagnóstico, dos referenciais teóricos e metodológicos e as metas projetadas, firmando-se ainda como um instrumento processual de avaliação das ações educativas.

Visita guiada e Visita mediada (16) = a mediação em museus é a prática educativa que privilegia a troca de saberes, a construção dos significados por meio das percepções subjetivas e da experimentação, que levam à construção de conhecimento. Em contraposição à ideia de “visita guiada”, caracterizada por um roteiro bem delimitado e decorado em que se pressupõe um público “que não sabe”, a mediação parte do pressuposto de que o “público sabe também”, buscando estabelecer nexos, sustentar alguns conflitos e estimular que o público se aproprie e resignifique os museus e seus acervos. Em síntese, na prática de mediação “o visitante não é apenas depositário, mas produtor de conhecimento”.

Política de conservação (17) = conjunto de ações e medidas que contribuam para prevenir a deterioração dos acervos e conseqüentemente, danos ao patrimônio. Visa à integridade do objeto, intervindo não só sobre ele diretamente, mas também sobre o meio ambiente, o manuseio e a guarda das coleções.

Câmara de fumigação (17.1) = local onde se realizará a operação de **fumigação**. Deve atender a especificação de hermeticidade que

atenda o objetivo do tratamento, e oferecer condições de assegurar, juntamente com o acervo a ser tratado, a contenção do gás fumigante de forma a ser mantida a concentração prescrita, no seu interior, pelo período de exposição determinado pela legislação que se quer atender.

Fumigação = ato de exterminar todos os organismos vivos que afetam acervos documentais, por meio da volatilização de substâncias específicas em câmaras herméticas.

Higrômetro (17.1) = instrumento utilizado para aferição da umidade relativa do ar (UR).

Luxímetro (17.1) = instrumento utilizado para aferição de intensidade de luz em determinado ambiente. Utiliza o “lux” como unidade de medida.

Psicômetro (17.1) = higrômetro com que se mede a umidade relativa mediante a diferença de temperatura de dois termômetros, dos quais um tem o bulbo seco e o outro o tem molhado.

Termohigrógrafo (17.1) = instrumento que registra a temperatura e a umidade, de forma contínua por meio de um gráfico.

Termohigrômetro (17.1) = instrumento de dupla função que indica a temperatura e umidade relativa do ar ambiente. (Disponível em www.segurancaetrabalho.com.br/download/umidade-celio.doc).

Ultraviômetro (17.1) = instrumento utilizado para aferição de incidência de luz ultravioleta(UV).

Camada pictórica (17.2) = uma pintura de cavalete tem uma estrutura estratificada. Na base está o suporte e sobre este geralmente existem diversas camadas que têm funções diferentes, como, da base para o topo, a camada de preparação, diversas camadas cromáticas / pictóricas e a camada de verniz, entre outras. Camada é, efetivamente, o termo que deve usar-se para cada um desses estratos.

Arrolamento (18.2) = lista de pessoas ou bens. Um procedimento simplificado do inventário e partilha.

Inventário (18.2) = relação individualizada dos bens culturais de uma instituição, contendo itens registrados com suas respectivas descrições e condições de conservação, objetivando sua

salvaguarda. É um espelho fiel da localização física de cada um deles.

Livro Tombo (18.2) = a expressão Tombamento e Livro de Tombo, provém do Direito Português, onde a palavra tombar tem o sentido de registrar, inventariar, inscrever bens nos arquivos do Reino. Por tombamento se entende o instituto jurídico através do qual o Poder Público determina que certos bens culturais serão objeto de proteção especial.

Coleta (18.7) = recolhimento de objetos ou espécimes com finalidade de estudo e preservação.

Comodato (5.2; 18.7) = cessão temporária de bens e materiais permanentes, realizada por

meio de acordo formal, pelo qual o proprietário cede o direito de uso desses bens e materiais, sem a transferência de propriedade, por prazo determinado e nas condições previamente conveniadas.

Legado (18.7) = disposição, a título gratuito, por meio da qual uma pessoa confere a outra, em testamento, um benefício determinado, de natureza patrimonial, que separa da sua herança, podendo compreender coisas, débitos, créditos, liberação de obrigação, dote, usufruto, alimento etc.

Permuta (18.7) = troca. Contrato pelo qual as partes, proprietárias isoladas de duas coisas certas e distintas, não consistentes em dinheiro, obrigam-se reciprocamente a dar uma por outra.

APÊNDICE B - Relação e descrição dos Museus Herdados (1975-2014)

Museu Antônio Parreiras - Primeiro museu brasileiro dedicado a um só artista, foi inaugurado em 21 de janeiro de 1942 na antiga residência do pintor situada em terreno arborizado com outras duas edificações, o Atelier e a Vila Olga, no bairro do Ingá em Niterói. Antônio Diogo da Silva Parreiras nasceu em Niterói em 20 de janeiro de 1860. Iniciou seus estudos de desenho na Academia Real de Belas Artes mas transferiu-se para a Europa em 1888 e, retomando ao Brasil, funda a *Escola ao Ar Livre*, que valorizava a pintura ao natural. Faleceu em 1937. O acervo composto por 545 peças ligadas às mais variadas tendências estéticas da arte nacional e uma mostra de pintura estrangeira bastante significativa, compondo 4 coleções: *Coleção Antônio Parreiras* - 71 desenhos e 171 pinturas (obras de interpretação paisagística, representação de fatos históricos e figuras humanas), *Coleção de Arte Brasileira do Século XX* - 3 desenhos e 36 pinturas, *Coleção Arte Brasileira do Século XX* - 55 desenhos, 135 pinturas e 23 esculturas, *Coleção Arte Estrangeira* - 10 desenhos e 41 pinturas. O Museu possui ainda documentos e objetos de uso profissional e pessoal de Antônio Parreiras. Realiza exposições temporárias do acervo, promove visitas guiadas com monitores especializados por intermédio do apoio do Centro Educativo responsável pelo agendamento. Pesquisa sobre o a produção artística do pintor com o propósito de organizar um catálogo geral de sua obra. Horário de visitação: 13h às 17h

Casa de Oliveira Viana - Sociólogo fluminense, nasceu em 20 de junho de 1883 - Niterói destacou-se na vida pública brasileira, escreveu entre muitas outras obras *Populações Meridionais do Brasil* (1920) e *Evolução do Povo Brasileiro*. Oliveira Viana faleceu em 1951. A Casa localizada no Fonseca, bairro de Niterói, inicialmente criada como Fundação Oliveira Viana em 30 de junho de 1955 na antiga residência do sociólogo passou a integrar a FEMURJ, em 1975, com o nome de *Casa Oliveira Viana*. O acervo é constituído de utensílios, objetos pessoais e quadros (de Antônio Parreiras e Jorge Lima), biblioteca com cerca de 12.000 unidades entre livros e documentos especializada em Sociologia, a coleção "Brasiliana" - obras para estudo da Literatura Brasileira, publicações raras e ensaios inéditos de Oliveira Viana no campo da sociologia. Atendimento aos visitantes, atendimento a consultas ao arquivo e à biblioteca; promoveu cursos, conferências, seminários e concertos com a intenção de atender às exigências culturais da comunidade. Horário de visitação: 13h às 17h

Museu da Imagem e do Som - Criado em 5 de setembro de 1965 como parte das comemorações do 4º Centenário da Cidade do Rio de Janeiro, foi instalado no prédio construído em 1922 na Praça Rui Barbosa. Era administrado pela Fundação Vieira Fazenda, mas em 1976 foi integrado como uma unidade da FEMURJ, ampliando sua atuação de documentação, conservação e divulgação dos principais acontecimentos sonoros e visuais da cidade, para todo Estado do Rio de Janeiro. O museu possuía o Estúdio Elizeth Cardoso, o Arquivo Jacob do Bandolim e Almirante, a sala de arquivo da Rádio Nacional, a Seção de Iconografia, a discoteca, um auditório um prédio anexo, onde funcionavam os cursos regulares de linguas. O acervo do MIS era composto por depoimentos em fitas gravadas, de personalidades das diversas áreas de atuação: música popular, música erudita, teatro, carnaval, literatura, esportes, artes plásticas, jornalismo e cinema. Partituras musicais, fotografias - 90.000 unidades - gravuras, discos, equipamentos de som e cinema. O MIS

realizava atendimento à consultas do acervo, gravações de depoimentos, oferece cursos regulares de inglês e francês, edições de livros e discos, cinemateca - cinema de arte - shows de música popular, conferências, debates, seminários, exposições de arte bimensais e concertos de música erudita. Horário de visitação: 12h às 18h.

Museu Carmem Miranda¹²⁵ - Av. Ruy Barbosa em frente ao nº 560 - Parque do Flamengo. Portuguesa, Carmem Miranda nasceu em 9 de fevereiro de 1909 e veio aos 2 anos para o Brasil. Seu primeiro sucesso foi a modinha *Prá você gostar de mim* - 1930 de Joubert de Carvalho. Em 1931 fez o filme *Banana da Terra*, quando apareceu pela primeira vez vestida de baiana cantando *O que que a baiana tem*. Contratada pelo empresário Lee Schubert, realizou nos Estados Unidos 14 filmes. No Brasil a “pequena notável” gravou 281 músicas em 143 discos. Faleceu em agosto de 1955. O Museu Carmen Miranda foi criado em 1956 e durante 20 anos o acervo da cantora ficou guardado em baús, saindo poucas vezes para exposições. Foi a FEMURJ que oportunizou a criação do museu como uma de suas unidades. Inaugurado em 1976 no Parque do Flamengo, foi instalado em prédio de concepção arrojada de autoria do arquiteto Affonso Eduardo Reidy que havia sido restaurado. O projeto do museu foi concebido por Ulisses Burlamaqui, idealizado dentro de uma técnica mais avançada, dotado de recursos visuais modernos. O museu é ainda o ponto de partida para criação, no local de um núcleo de musica popular. O acervo reúne 1.596 peças de uso pessoal da artista - vestidos, fantasias, turbantes, tamancos, colares, pulseiras, troféus, documentos, fotografias, gravações e filmes. Atendimento às visitas ao espaço expositivo, projeção de filmes e slides de Carmem Miranda, audições de canções na voz gravada de Carmem. Horário de visitação: das 11h às 17h.

Museu Histórico da Cidade¹²⁶ - Rua Santa Marinha, s/nº Parque da Gávea. Criado em 1934 o Museu teve esteve em vários locais até estar instalado no Parque da Cidade, na Gávea numa antiga propriedade do Conde de Santa Marinha, arquiteto e artista canteiro, depois adquirida pelo Sr. Guilherme Guinle. Mais tarde, o Parque e a casa foram compradas pela Prefeitura do Distrito Federal, na Administração de Henrique Dodsworth. O prédio do século XIX é um solar de dois andares, cercado por um dos parques mais bonitos da cidade, o Museu ocupa 12 salas, a varanda inferior e parte da área do parque. O acervo do museu é constituído de mobiliário, jóias, adereços, objetos de uso pessoal, louça, quadros, imagens, crucifixos, gravuras, armas e marcos que contam a história da cidade, que foi fundada em 1565. Realiza exposições regulares e temporárias, atendimento a visitantes, visitas guiadas para grupos de estudantes, espetáculos infantis mensais e recitais mensais de música erudita e música popular brasileira. Horário de visitação: 13h às 17h.

Museu do Primeiro Reinado - Funcionará no Solar da Marquesa de Santos, em São Cristóvão. O imóvel, que pertence à Universidade do Estado d Rio de Janeiro tem seu uso cedido à FEMURJ através de Convênio assinado em 15 de julho de 1975. O seu acervo será constituído de peças pertencentes a outras unidades da FEMURJ, doação de particulares e mediante compra.

¹²⁵ Lei 866, de 05/08/1956

¹²⁶ Decreto 4.989, de 02/07/34

Museu Histórico do Estado_ Rua Presidente Pedreira, 78 - Ingá - Niterói será instalado no Palácio Nilo Peçanha, Ingá, Niterói. Inicialmente seu acervo será formado pelo próprio mobiliário do Palácio e por doações particulares. Horário de visitação: 13h às 17h.

Museu de Ciência e Tecnologia - Em período de obras de adapta o e de recupera o do acervo, O Museu de Ciências e Tecnologia será aberto ao público em 1978.

Museu do Solar de D. João VI - Em obras de restaura o do prédio, será aberto ao público em 1977. O Museu está cedido   Prefeitura, para uso de uma biblioteca popular. A Casa precisa de restauro. Essas informaçoes foram retiradas do Relatório da FEMURJ no ano de 1976, fica o registro de como funcionavam as 13 institui oes que integraram a Funda o e o que cada uma das unidades promoviam. Um dado intressante   o total de visitantes aos museus da FEMURJ no período de janeiro a outubro de 1976: 92.185 pessoas.¹²⁷ dessas unidades que integraram a FEMURJ por ocasião da sua cria o.

Casa de Casimiro de Abreu¹²⁸- Praça das Primaveras, s/n  - Pertenceu a f milia do poeta que l  morou por 10 anos e está localizada no Distrito de Barra de São João em Casimiro de Abreu, RJ. O imóvel, transformado em museu em 4 de janeiro de 1957 e restaurado e aberto ao público em 1974,   uma constru o simples que dispõem de um salão central e quatro salas laterais. O acervo conta com 15 edi oes de livros de Casimiro de Abreu, cartas, objetos que ornavam seu túmulo, telhas e vigas originais da casa, três antigas viaturas rurais e uma pequena biblioteca. Além de atendimento aos visitantes e a usuários da biblioteca, a Casa promovia palestras e seminários sobre a vida e obra do poeta Casimiro de Abreu, bem como concursos de monografias. Horário de visita o: 10h às 18h - Municipalizado em dezembro de 2009.

Casa de Euclides da Cunha - Localizada na Rua Maia Zulmira Torres, s/n  em Cantagalo, RJ, município onde nasceu em 20 de janeiro de 1866 o escritor Euclides da Cunha, a Casa foi criada em 3 de outubro de 1965. Euclides da Cunha era jornalista, fez do relato histórico da Guerra de Canudos, no sertão da Bahia, uma das mais importantes obras da literatura brasileira intitulada *Os Sertões*, publicada em 1902. A Casa possui uma sala de exposi oes, sala de trabalhos, biblioteca, duas salas cedidas ao Colégio Maria Zulmira Torres e uma sala destinada a reuni oes do Conselho Municipal de Cultura, que também promove atividades no mesmo espaço. O acervo   composto por 2.500 livros didáticos e de literatura; desenhos que retratam Euclides da Cunha e fatos ligados a sua vida e também aos personagens de sua obra, além de objetos de uso pessoal e documentos pertencentes ao escritor, peças relacionadas a Guerra de Canudos. A Casa atende e recebe visitantes para a exposi o e usuários da biblioteca. Horário de visita o: 13h às 22h.

Museu de Arte e Tradi oes Populares - Rua Presidente Pedreira, 78 - Ingá Niterói. Inaugurado em um dos pavilhões do Parque do Flamengo em 18 de setembro de 1970, atualmente

¹²⁷ O Relatório   impresso de maneira muito simples, sem numera o nas páginas indicando apenas de que foi composto e impresso pela EDITORIAL SUL AMERICANA, S.A - Rua Pedro Alves, 187 - Tel.: 243-5268 C.G.C.33.429.242-0001-54 - Rio de Janeiro - Brasil

¹²⁸ Casimiro de Abreu, poeta, autor do livro "As Primaveras" que lhe concedeu popularidade.

está instalado no Palácio do Ingá em Niterói - sede do Governo do Estado do Rio de Janeiro. O prédio de bela arquitetura do século XIX é composto por dois salões para exposições permanentes do acervo e uma sala para mostras temporárias. As atividades do museu se desenvolvem em seis salas que se destinam à restauração, laboratório de pesquisas, arquivo fotográfico e a guarda de instrumentos musicais. O acervo do Museu é constituído de peças de Arte Popular, Tradições e Folclore: são itens de cerâmica, metal, palha, tecido, indumentária popular, pintura primitiva, oriunda do Estado do Rio de Janeiro e de outros estados do Brasil. O museu realiza pesquisas, estudos do folclore, artes e tradições populares, realiza exposições, cursos, palestras, encontros, teatro, promove apresentação de grupos folclóricos e faz atendimento a escolares e visitantes e fornece informações sobre fatos folclóricos e tradições e artes populares. Horário de visitação: 13h às 17h.

Museu Histórico dos Teatros¹²⁹ - Inaugurado em 1950 no Salão Assírio do Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Elyseu Visconti teve a iniciativa de doar os desenhos aquarelados - estudos feito por ele para a decoração do Teatro Municipal. O acervo reúne cenários, panos-de-boca, aparelhagem de contra-regra, fotografias e plantas de teatros de outras cidades fora do Brasil, e também de teatros da cidade que já foram demolidos. Estatuetas, telas, indumentárias, peças de adorno, retratos e documentos sobre espetáculos dos vários gêneros teatrais; objetos de uso pessoal de atores, cantores, bailarinos e de artistas famosos; instrumentos em desuso da primeira orquestra do Teatro Municipal, arquivo fotográfico com 1.800 unidades, de personalidades que fizeram a história do teatro brasileiro, coleção de revistas estrangeiras sobre teatro e música. Além de exposição aberta ao público, há atendimento a pesquisadores na biblioteca e no arquivo. São promovidos cursos, palestras, recitais e encontros. Horário de visitação: não informado.

Museu dos Esportes Presidente Garrastazu Médici¹³⁰ - O Museu dos Esportes foi criado pelo Decreto "E" nº 6.806 de 4 de janeiro de 1974, nos termos da autorização contida na Lei nº 2056 de 21 de junho de 1972. Inicialmente tomou o nome de Museu dos Esportes Presidente Emílio Garrastazu Médici. Passou a denominar-se Museu dos Esportes Mané Garrincha pelo Decreto nº 18.518 de 25 de fevereiro de 1993. Situa-se na Rua Professor Eurico Rabelo, s/n – Portão 18, Maracanã – Rio de Janeiro / RJ, CEP 20271-150. Telefone (21) 2299-2936. Funcionamento: De 2a a 6a feira, das 10h às 16h. Entrada Franca.

¹²⁹ Lei 425, de 28/11/1949

¹³⁰ Decreto "E", nº 6806, de 04/01/1974

APÊNDICE C.1 – TABELA COMPARATIVA DOS DECRETOS DOS SISTEMAS ESTADUAIS DE MUSEUS: SP, GO, PR e RS

	SESEM/SP (Dec. nº 24.634 de 13/1/1986) (Dec. nº 57.035 de 02/06/2011)	SEM/GO (Dec. nº 3.202, de 23/06/1989)	COSEM-PR (Lei nº 9375 - 24/09/90)	SEM/RS (Dec. nº 33.791 de 21/01/1991)
Para fins deste decreto consideram-se:	Os equipamentos culturais caracterizados como instituições museológicas permanentes, sem fins lucrativos, que preservem e divulguem acervos culturais materiais ou imateriais em espaços abertos ao público para finalidade de estudo, pesquisa, educação e fruição, contando com quadro de pessoal para seu funcionamento.		Museus e organismos caracterizados como instituições formais, dotados de quadro funcional, com acervo aberto ao público, destinados a coletar, pesquisar, conservar, expor e divulgar esse acervo com objetivos educacionais, culturais e de lazer.	Instituições museológicas, os centros culturais e de práticas sociais, sem fins lucrativos, colocados a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, que possuem acervos e exposições abertas ao público, com o objetivo de propiciar a ampliação do campo de possibilidades de construção identitária, a percepção crítica da realidade cultural brasileira, o estímulo à produção do conhecimento e à produção de novas oportunidades de lazer.
Finalidade:	Não encontrado em nenhum dos dois decretos: de 1986 e de 2011	<p>I - estabelecer um padrão de trabalho museológico, baseado no papel que cada um desempenha na sociedade</p> <p>II - promover a articulação entre os museus existentes no Estado, respeitada sua autonomia jurídico-administrativa, cultural e técnica;</p> <p>III - estabelecer programas comuns de trabalho, respeitadas as especificidades e o desenvolvimento da ação cultural de cada entidade museológica e a diversidade cultural no Estado, garantindo a interdisciplinaridade;</p> <p>IV - promover a adoção de medidas visando a gradual</p>	Promover a articulação entre as unidades museológicas existentes no território do Estado do Rio de Janeiro, respeitadas sua autonomia jurídica administrativa, cultural e técnica.	<p>Compete aos Sistemas promover, por via de uma ação coordenada, a integração de políticas, de programas e de métodos ou formas de execução das atividades a que se refere o artigo anterior, no âmbito do Poder Público Estadual e no intercâmbio institucionalizado deste com outras esferas - estatais e privadas - através de instrumentos de ampla comunicação, visando a objetivos comuns.</p>

	SISEM/SP (Dec. nº 24.634 de 13/1/1986) (Dec. nº 57.035 de 02/06/2011)	SEM/GO (Dec. nº 3.202, de 23/06/1989)	COSEM-PR (Lei nº 9375 - 24/09/90)	SEM/RS (Dec. nº 33.791 de 21/01/1991)
		<p>integração de museus localizados no interior do Estado;</p> <p>V - desenvolver programas de assistência técnica aos museus integrantes do Sistema, de acordo com suas necessidades, especialmente nos aspectos relacionados à adequação e revitalização de museus;</p> <p>VI - propiciar o desenvolvimento de programas de treinamento, aperfeiçoamento e atualização de recursos humanos destinados à área museológica;</p> <p>VII - manter intercâmbio com outros museus, com entidades congêneres, nacionais e internacionais capazes de contribuir para a viabilização de projetos específicos da área e para a realização dos objetivos das instituições filiadas ao Sistema;</p> <p>VIII - incentivar a realização de atividades culturais e educativas dos museus junto à comunidade;</p> <p>IX - acompanhar a execução de programas, avaliando, discutindo e divulgando os seus resultados.</p> <p>I - representar o Estado de Goiás junto ao Sistema Nacional de Museus;</p>		
Objetivos/Atribuições:	I - apoiar tecnicamente os museus do Estado de São Paulo;		I - estabelecer um padrão museológico baseado no papel que cada museu desempenha na comunidade;	I - promover a articulação entre os museus existentes no Estado, respeitada sua autonomia jurídico-administrativa, cultural e técnica;

	<p>SISEM/SP (Dec. nº 24.634 de 13/1/1986) (Dec. nº 57.035 de 02/06/2011)</p> <p>II - promover: a) a articulação e a cooperação entre os museus, respeitando a autonomia jurídico-administrativa e cultural de cada instituição visando à valorização, à qualificação e ao fortalecimento institucional dos museus do Estado; b) intercâmbios e a celebração de convênios com instituições nacionais e internacionais capazes de contribuir para a qualificação, o aperfeiçoamento e a valorização das organizações e dos acervos museológicos do Estado;</p> <p>III - contribuir para a vitalidade e o dinamismo cultural dos locais de instalação dos museus;</p>	<p>SEM/GO (Dec. nº 3.202, de 23/06/1989)</p> <p>II - analisar e priorizar os procedimentos técnico-administrativos do Sistema;</p>	<p>COSEM-PR (Lei nº 9375 - 24/09/90)</p> <p>II - promover a articulação entre os museus existentes no Estado, respeitando sua autonomia jurídico-administrativa, programática e técnica;</p>	<p>SEM/RS (Dec. nº 33.791 de 21/01/1991)</p> <p>II - definir diretrizes gerais de orientação para o cumprimento dos objetivos do Sistema;</p>
	<p>IV - estimular e apoiar programas e projetos de formação, capacitação, aperfeiçoamento técnico e atualização profissional para os museus existentes no Estado;</p>	<p>III - elaborar programa de divulgação das atividades do Sistema</p>	<p>III - desenvolver programas de assistência técnica e museológica aos museus que integram o Sistema Estadual de Museus do Paraná e a novos núcleos museológicos de acordo com suas necessidades e, especialmente, nos aspectos, relacionados à adequação, fusão e reformulação de museus;</p>	<p>III - estabelecer critérios de identidade baseados no papel e na função do museu junto à comunidade em que atua;</p>
	<p>V - estimular o desenvolvimento de programas,</p>	<p>IV - manter cadastro geral atualizado dos museus do Estado;</p>	<p>IV - promover programas de capacitação de recursos humanos destinados à área museológica;</p>	<p>IV - estabelecer e acompanhar programas de atividades, de acordo com as especificidades e o desenvolvimento da ação cultural de cada entidade museológica e a diversidade cultural do Estado;</p>
		<p>V - promover a realização de cursos de aperfeiçoamento e</p>	<p>V - estimular a participação da iniciativa privada na alocação</p>	<p>V - estabelecer e divulgar padrões e procedimentos</p>

	<p>SISEM/SP (Dec. nº 24.634 de 13/1/1986) (Dec. nº 57.035 de 02/06/2011)</p> <p>projetos e atividades: V - estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades:</p> <p>a) de preservação, segurança, documentação, pesquisa, intercâmbio e divulgação do patrimônio museológico e cultural existente no Estado;</p> <p>b) culturais e educativas nos museus do Estado visando à ampla participação e ao interesse dos diversos segmentos da sociedade;</p> <p>VI - elaborar pareceres e relatórios sobre questões relativas à museologia no contexto de atuação do Estado.</p>	<p>SEM/GO (Dec. nº 3.202, de 23/06/1989)</p> <p>atualização dos recursos humanos envolvidos na área museológica;</p>	<p>COSEM-PR (Lei nº 9375 - 24/09/90)</p> <p>de recursos que possam garantir o aprimoramento e a manutenção do Sistema;</p>	<p>SEM/RS (Dec. nº 33.791 de 21/01/1991)</p> <p>técnicos que sirvam de orientação aos responsáveis pelos museus;</p>
		<p>VI - promover a organização de eventos culturais e educativos e encontros dos museus de todo o Estado de Goiás;</p>	<p>VI - incentivar a realização de atividades culturais dos museus junto à comunidade;</p>	<p>VI - prestar assistência técnica às entidades participantes do Sistema e a nucleosmuseológicos, de acordo com suas necessidades e também nos aspectos relacionados à adequação, fusão e reformulação de museus;</p>
		<p>VII - manifestar-se, previamente, sobre concessão de recursos financeiros deferidos aos museus existentes no Estado.</p>	<p>VII - acompanhar a execução dos programas em desenvolvimento, avaliando, discutindo e divulgando seus resultados;</p>	<p>VII - proporcionar o desenvolvimento de programas de incremento, melhoria e atualização de recursos humanos, visando ao aprimoramento do desempenho museológico;</p>
			<p>VIII - fomentar as atividades de pesquisa, inventário, registro, vigilância e tombamento;</p>	<p>VIII - propor formas de provimento de recursos destinados à área museológica do Estado;</p>

<p>SEM/RS (Dec. nº 33.791 de 21/01/1991)</p>	<p>COSEM-PR (Lei nº 9375 - 24/09/90)</p>	<p>SEM/GO (Dec. nº 3.202, de 23/06/1989)</p>	<p>SISEM/SP (Dec. nº 24.634 de 13/1/1986) (Dec. nº 57.035 de 02/06/2011)</p>	<p>IX - estimular a participação democrática dos diversos segmentos da sociedade, inclusive da iniciativa privada, reforçando os interesses na viabilização e manutenção dos objetivos do Sistema;</p> <p>X - estimular propostas de realização de atividades culturais e educativas dos museus junto às comunidades;</p> <p>XI - acompanhar, regularmente, os programas e projetos desenvolvidos pelos Museus integrantes do Sistema, avaliando, discutindo e divulgando os resultados;</p> <p>XII - promover e facilitar contatos dos museus com entidades nacionais ou internacionais, capazes de contribuir para a viabilização dos projetos das instituições filiadas aos Sistemas;</p> <p>XIII - promover o aprimoramento do Sistema.</p>
<p>IX - sugerir formas de visitação aos museus, com destaque para o sentido didático;</p>	<p>X - manter intercâmbio com entidades congêneres, nacionais e internacionais.</p>			
<p>XII - promover e facilitar contatos dos museus com entidades nacionais ou internacionais, capazes de contribuir para a viabilização dos projetos das instituições filiadas aos Sistemas;</p>				
<p>XIII - promover o aprimoramento do Sistema.</p>	<p>Coordenação do Sistema Estadual de Museus do Paraná. Gerido pela Secretaria de Estado de Cultura. Conselho Consultivo do Sistema Estadual de Museus do Paraná. (composto dos Conselhos de museus já existentes)</p>	<p>Grupo Técnico de Coordenação e um Conselho de Orientação de Apoio. O Conselho de Orientação e Apoio será presidido por um membro representante da Secretaria da Cultura e terá a seguinte composição: I - 1 (um) representante da</p>	<p>I - o Conselho de Orientação do Sistema Estadual de Museus, diretamente subordinado ao Secretário da Cultura. O Conselho de Orientação do Sistema Estadual de Museus, órgão consultivo, tem por objetivo opinar sobre a definição de diretrizes e</p>	<p>Composição:</p>

	<p>SISEM/SP (Dec. nº 24.634 de 13/1/1986) (Dec. nº 57.035 de 02/06/2011)</p> <p>acompanhar as ações relacionadas ao SISEM-SP. É composto dos seguintes membros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - o Coordenador da Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico, que é seu Presidente; - o Diretor do Grupo Técnico de Coordenação do Sistema Estadual de Museus; - Diretor do Grupo de Preservação do Patrimônio Museológico; - 1 (um) representante do Curso Técnico de Museus, do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS, indicado dentre os integrantes de seu corpo docente; - 1 (um) docente de curso superior de ensino, com título na área de museologia, escolhido pelo Secretário a partir de lista de indicações que receber; - 2 (dois) representantes de instituições museológicas do SISEM-SP, eleitos no Encontro Paulista de Museus. <p>II - o Grupo Técnico de Coordenação do Sistema Estadual de Museus, da Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico.</p>	<p>SEM/GO (Dec. nº 3.202, de 23/06/1989)</p> <p>Secretaria da Cultura;</p> <p>II - 1 (um) representante do Conselho Estadual de Cultura;</p> <p>III - 1 (um) representante da Secretaria da Educação;</p> <p>IV - 1 (um) representante da Superintendência de Memória e Patrimônio Cultural;</p> <p>V - 1 (um) representante da Universidade Federal de Goiás;</p> <p>VI - 1 (um) representante da Universidade Católica de Goiás;</p> <p>VII - 1 (um) representante da área cultural da Prefeitura Municipal de Goiânia;</p> <p>VIII - 1 (um) representante de museus municipais do interior;</p> <p>IX - 1 (um) representante de museus ou entidades afins, mantidos por particulares;</p> <p>X - 1 (um) representante de museus municipais, localizados na Capital;</p> <p>XI - 1 (um) representante de museus estaduais, localizados na Capital</p> <p>XII - 1 (um) representante de museus estaduais, localizados no interior do Estado.</p>	<p>COSEM-PR (Lei nº 9375 - 24/09/90)</p>	<p>SEM/RS (Dec. nº 33.791 de 21/01/1991)</p> <p>Estadual de Museus da Secretaria da Cultura;</p> <p>II - por um representante do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado;</p> <p>III - por um representante da Associação Rio-grandense de Museologia ou outra entidade de classe;</p> <p>IV - por um representante dos museus mantidos pelo Estado do Rio Grande do Sul;</p> <p>V - por representantes de regiões museológicas constituídas pelos órgãos de intercâmbio - museus municipais, federais ou privados;</p> <p>VI - por um representante do Conselho Superior da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul - FAPERGS);</p> <p>II - por um museólogo representante dos órgãos de intercâmbio;</p> <p>III - por representantes das Secretarias que desenvolvem, diretamente ou através de entidades a elas vinculadas, atividades específicas em áreas de museologia.</p>
--	---	---	---	--

	SISEM/SP (Dec. nº 24.634 de 13/1/1986) (Dec. nº 57.035 de 02/06/2011)	SEM/GO (Dec. nº 3.202, de 23/06/1989)	COSEM-PR (Lei nº 9375 - 24/09/90)	SEM/RS (Dec. nº 33.791 de 21/01/1991)
Coordenação:	Coordenado pela Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico, da Secretaria da Cultura	Coordenador, a ser designado pelo Governador do Estado, mediante indicação do Secretário da Cultura	Designado um Assessor-Chefe para atuação e cumprimento dos objetivos e finalidades	

APÊNDICE C.2 – TABELA COMPARATIVA DOS DECRETOS DOS SISTEMAS ESTADUAIS DE MUSEUS: PA, CE, MT e MG

	SIM-PA (Lei 6.104 de 14/01/1998)	SEM/CE (Dec. nº 13.602 de 28/06/2005)	SIEM-MT (Dec. nº 959 de 05/12/ 2007)	SEMM/MG (Dec. nº 45.236 de 04/12/2009)
Para fins deste decreto consideram-se:	Apenas os 10 museus sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Cultura do Pará. Sede do SIM no Museu de Arte Sacra	Consideram-se unidades museológicas, os museus ou entidades afins, desde que sejam instituições permanentes, com ou sem fins econômicos, com acervos abertos ao público e destinadas a colear, pesquisar, estudar, conservar, expor e divulgar os testemunhos do homem e de seu meio ambiente, com objetivos culturais, educacionais, científicos e de lazer.	Unidades museológicas os museus ou entidades afins, estabelecidas no Estado de Mato Grosso, desde que sejam instituições permanentes a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, atendidas por pessoal habilitado, com acervos abertos ao público e destinadas a coletar, pesquisar, estudar, conservar, expor e divulgar os testemunhos materiais do ser humano e de seu meio ambiente, com objetivos culturais, educacionais, científicos e de lazer	Consideram-se museus as instituições que apresentem as seguintes características: I – o trabalho permanente com o patrimônio cultural, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento; II – a disponibilização de acervos e exposições ao público, propiciando a ampliação dos processos de construção identitária, a democratização da memória, a percepção crítica da realidade cultural brasileira, o estímulo à produção e difusão de conhecimento e à produção de novas oportunidades de lazer; e III – o desenvolvimento de ações de comunicação, educação, pesquisa, interpretação, documentação e preservação de testemunhos culturais e naturais.
Finalidade:	Criar uma estrutura de gestão sistêmica com base no Museu de Arte Sacra com 5 coordenadorias.	Sistematizar e implementar políticas de integração e incentivo aos museus de todo o Estado, com diretrizes estabelecidas de forma democrática e participativa por essas instituições.	As atividades dos Museus do Estado de Mato Grosso serão em forma de sistema, organizado nos termos do Decreto nº 5.264, de 05 de novembro de 2004, do denominado Sistema Brasileiro de Museus municípios.	I - Promover a interação e articulação dos museus e instituições que desenvolvem projetos museológicos.
Objetivos/Atribuições:	I - Otimizar os recursos e a	I - promover a articulação e a	I - definir diretrizes gerais de	I - promover a interação e

SIM-PA (Lei 6.104 de 14/01/1998)	SEM/CE (Dec. nº 13.602 de 28/06/2005)	SIEM-MT (Dec. nº 959 de 05/12/ 2007)	SEMM/MG (Dec. nº 45.236 de 04/12/2009)
gestão das atividades museológicas proporcionando uma visão do conjunto das unidades, por intermédio de 5 Coordenações:	troca de experiências entre os museus existentes no Estado, respeitando sua autonomia jurídico administrativa, cultural e técnico-científica.	orientação para o cumprimento dos objetivos do Sistema;	articulação dos museus e Instituições que desenvolvem projetos museológicos, respeitando a sua autonomia jurídico-administrativa, cultural e técnico-científica;
II – Atuação das 5 Coordenações em prol de todos os Museus, em vez de cada museu ter a sua Coordenação de área	II – encaminhar o debate sobre o papel e a função dos museus junto às comunidades, em que atuam, possibilitando a consequente avaliação do desenvolvimento de suas atividades.	II - promover a articulação entre os museus existentes no Estado respeitada sua autonomia jurídico-administrativa, cultural e técnica;	II – incentivar a disseminação de procedimentos técnico-científicos que fundamentem as atividades desenvolvidas pelos museus e pelas instituições que desenvolvem projetos museológicos;
III – Desenvolvimento de 3 Programas Museológicos: a) salvaguarda (documentar, pesquisar, preservar e conservar); b) comunicação (expor, educar); c) infraestrutura (manutenção preventiva dos prédios) dos patrimônios culturais.	III - propor ações e proporcionar o desenvolvimento de programas de capacitação, incremento, melhoria e atualização de recursos humanos a serem desenvolvidos nas unidades de museus filiadas ao Sistema Estadual de Museus, visando ao aprimoramento do desempenho da gestão dos museus, bem como a melhoria dos serviços prestados à sociedade.	III - estabelecer critérios de identidade baseados no papel e na função do museu junto à comunidade em que atua ;	III –estimular a concepção e o desenvolvimento de programas, projetos e ações educativas e culturais nos museus;
	IV – propor formas de provimento de recursos, financiamento e fomento destinados à área museológica no Ceará;	IV – estabelecer e acompanhar programas de atividades de acordo com as especificidades e o desenvolvimento da ação cultural de cada entidade museológica e a diversidade cultural do Estado ;	IV – promover e apoiar os programas e projetos de incremento, intercâmbio e qualificação profissional de equipes que atuam em museus e instituições que desenvolvem projetos museológicos;
	V – promover e facilitar	V – estabelecer e divulgar	V - estimular a participação de

SIM-PA (Lei 6.104 de 14/01/1998)	SEM/CE (Dec. nº 13.602 de 28/06/2005)	SIEM-MT (Dec. nº 959 de 05/12/ 2007)	SEMM/MG (Dec. nº 45.236 de 04/12/2009)
	contatos dos museus com entidades nacionais ou internacionais, capazes de contribuir para a viabilização dos projetos das instituições filiadas ao Sistema Estadual de Museus;	padrões e procedimentos técnicos que sirvam de orientação aos responsáveis pelos museus;	diversos segmentos da sociedade na área museológica;
	VI – estabelecer e divulgar padrões de procedimentos técnicos que sirvam de orientação aos responsáveis pelos museus;	VI - prestar assistência técnica às entidades participantes do Sistema e à sala de memória, de acordo com as suas necessidades e também nos aspectos relacionados à adequação, fisão e reformulação de museus;	VI – incentivar e promover a criação e articulação de redes e sistemas municipais e regionais de museus, bem como o seu intercâmbio e integração como SEMMG e o Sistema Brasileiro de Museus;
	VII – identificar e qualificar unidades de se museu para atuarem como pólos de referência regional;	VII – proporcionar o desenvolvimento de programas de incremento, melhoria e atualização de recursos humanos, visando ao aprimoramento do desempenho museológico;	VII – contribuir para a manutenção e a constante atualização do cadastro dos museus situados no Estado;
	VIII - implementar o Cadastro Estadual de Museus, visando a produção de conhecimentos e informações sobre a realidade museológica do Estado;	VIII – propor formas de provimento de recursos destinados à área museológica do Estado registro, vigilância e tombamento;	VIII – contribuir para a produção de informações com vista a auxiliar o planejamento de políticas na área museológica;
	IX – estimular propostas de realização de atividades culturais e educativas dos museus junto às comunidades;	IX – estimular a participação democrática dos diversos segmentos da sociedade, inclusive da iniciativa privada, reforçando os interesses na viabilização e manutenção dos objetivos do Sistema;	IX – propor a criação e o aperfeiçoamento de instrumentos legais para o funcionamento e o fortalecimento dos museus e instituições que desenvolvem projetos museológicos;
	X – fomentar a difusão dos programas e projetos	X – estimular propostas de realização de atividades	X – fomentar práticas voltadas para aquisição, documentação,

SIM-PA (Lei 6.104 de 14/01/1998)	SEM/CE (Dec. nº 13.602 de 28/06/2005)	SIEM-MT (Dec. nº 959 de 05/12/2007)	SEMM/MG (Dec. nº 45.236 de 04/12/2009)
	desenvolvidos pelos museus do Sistema, avaliando, discutindo e divulgando resultados.	culturais e educativas dos museus junto às comunidades	pesquisa, preservação, conservação, restauração, segurança, proteção e difusão de acervos museológicos;
		<p>XI - acompanhar, regulamentar, os programas e projetos desenvolvidos pelos Museus integrantes do Sistema, avaliando, discutindo e divulgando os resultados;</p> <p>XII - promover e facilitar contatos dos museus com entidades nacionais ou internacionais, capazes de contribuir para a viabilização dos projetos das instituições filiadas aos Sistemas;</p>	<p>XI – propor formas de provimento de recursos, financiamento e fomento destinados à área museológica; e</p> <p>XII – estimular a gestão documental e o acesso aos fundos de museus e instituições que desenvolvem projetos museológicos.</p>
		<p>XIII - promover o aprimoramento do Sistema Estadual de Museus de Mato Grosso.</p>	
<p>Composição:</p> <p>1 Diretor Geral</p> <p>5 Coordenadores por área de atuação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Preservação, conservação e restauração; - Curadoria e montagem; - Documentação e pesquisa; - Educação e extensão; e - Infraestrutura; 	<p>SEM/CE será gerido por uma Comissão de Coordenação, presidida por um Gerente Executivo, nomeado pelo titular da Secretaria da Cultura, com poderes de representação do Sistema na Central do Sistema Integrado de Equipamentos Culturais e, contará ainda, com os seguintes membros:</p> <p>I – Diretor do Museu do Ceará;</p> <p>II – um representante da Coordenação de Ação Cultural da Secretaria da Cultura;</p>	<p>A Secretaria de Estado de Cultura, órgão central, através da Coordenadoria de Preservação do Patrimônio Cultural, será responsável pela Coordenação-Geral do Sistema e terá uma Comissão de Coordenação constituída por:</p> <p>I - pelo Coordenador e pelo diretor do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado de Cultura;</p> <p>II - pelo gerente de museologia;</p>	<p>I – O Comitê Gestor coordenado pelo Diretor da Superintendência de Museus da SEC e composto por representantes de órgãos e entidades públicos e privados.</p>

	<p>SIM-PA (Lei 6.104 de 14/01/1998)</p>	<p>SEM/CE (Dec. nº 13.602 de 28/06/2005)</p> <p>III – representantes dos pólos de referência regional; IV – um representante do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura.</p>	<p>SIEM-MT (Dec. nº 959 de 05/12/ 2007)</p> <p>III - por 2 (dois) historiadores representantes dos órgãos ou entidades de intercâmbio museal; IV - por 1 (um) representante de cada Secretaria que desenvolva, diretamente ou através de entidades a elas vinculadas, atividades específicas em áreas de museologia; V - por 1 (um) representante da Associação Mato-gossense de Museologia; VI - por 1 (um) representante dos museus mantidos pelo Estado de Mato Grosso; VII - por 1 (um) representante do Arquivo Público Estadual; VIII - por 3 (três) representantes de regiões museológicas constituídas por órgãos de intercâmbio - museus municipais, federais ou privados.</p>	<p>SEMM/MG (Dec. nº 45.236 de 04/12/2009)</p>
<p>Coordenação:</p>	<p>Coordenado por um Diretor Geral indicado pela Secretaria de Cultura do Estado do Pará.</p>	<p>A coordenação geral é feita pela Central do Sistema.</p>	<p>Coordenado por um Coordenador de Preservação do Patrimônio Cultural;</p>	

APÊNDICE C.3 – TABELA COMPARATIVA DOS DECRETOS DOS SISTEMAS ESTADUAIS DE MUSEUS: AL, PI, MS e RJ

	SAM-AL (Dec. nº 4.092 de 29/12/2008)	SEM/PI (art. 65, IV LC nº 28 9/6/2003)	SIEM/MS (Dec. nº 12.687 de 30/12/2008)	SIM/RJ (Dec. nº 42.306 de 22/02/2010)
Para fins deste decreto consideram-se:	<p>São características das Instituições museológicas, dentre outras:</p> <p>I – a disponibilização de acervos e exposições ao público, propiciando a ampliação do campo de construção identitária, a percepção crítica da realidade cultural brasileira, o estímulo à pesquisa, à produção do conhecimento e à produção de novas oportunidades de entretenimento e lazer;</p> <p>II – o trabalho permanente com o patrimônio cultural;</p> <p>III – o desenvolvimento de programas, projetos e ações que utilizem o patrimônio cultural como recurso educacional e de inclusão social; e</p> <p>IV – a vocação para a comunicação, investigação, interpretação, documentação e preservação de testemunhos culturais e naturais</p>	<p>Para fins deste decreto, consideram-se unidades museológicas os museus ou entidades afins, existentes ou em fase de desenvolvimento, abrangendo instituições permanentes, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, atendidos por pessoal especializado, com acervos abertos ao público e destinados a coletar, pesquisar, estudar, conservar, expor e divulgar os testemunhos materiais do homem e de seu meio ambiente, com objetivos culturais, educacionais, científicos e de lazer; abrangendo também unidades que possuem características fundamentais de museu comunitário/ecomuseu.</p>	<p>Todas as instituições museológicas oficiais, públicas ou privadas, organizações sociais, arquivos públicos e privados, museus comunitários, ecomuseus, geoparques, centros de memória, grupos étnicos e culturais, instituições educacionais que mantêm cursos relativos ao campo museológico e outras entidades organizadas vinculadas ao setor museológico do Estado, desde que cadastrados no SIEM-MS.</p>	<p>Consideram-se museus as instituições que apresentem as seguintes características:</p> <p>I – o trabalho permanente com o patrimônio cultural, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento;</p> <p>II – a disponibilização de acervos e exposições ao público, propiciando a ampliação dos processos de construção identitária, a democratização da memória, a percepção crítica da realidade cultural brasileira, o estímulo à produção e difusão de conhecimento e à produção de novas oportunidades de lazer; e</p> <p>III – o desenvolvimento de ações de comunicação, educação, pesquisa, interpretação, documentação e preservação de testemunhos culturais e naturais.</p>
Finalidade:	<p>Promover, regular e incentivar:</p> <p>I – a interação entre os museus, instituições afins e profissionais ligados ao setor, visando ao constante aperfeiçoamento da utilização de recursos materiais e culturais;</p>	<p>I - Promover a interação ente os museus, instituições afins e profissionais ligados ao setor, visando ao constante aperfeiçoamento, da utilização de recursos materiais e culturais;</p>	<p>Sistematizar e implementar políticas de integração e de incentivo aos museus de todo o Estado, com diretrizes estabelecidas de forma democrática e participativa, e a assessorar tecnicamente a</p>	<p>I - Promover a interação e articulação dos museus e instituições que desenvolvem projetos museológicos.</p>

	SAM-AL (Dec. nº 4.092 de 29/12/2008)	SEM/PI (art. 65, IV LC nº 28 9/6/2003)	SIEM/MS (Dec. nº 12.687 de 30/12/2008)	SIM-RJ (Dec. nº 42.306 de 22/02/2010)
	<p>II – a valorização, o registro e a disseminação, promoção e difusão de conhecimentos específicos no campo museológico;</p> <p>III – a gestão integrada e o desenvolvimento das instituições, acervos, patrimônios e processos museológicos, preservadas a identidade e autonomia de seus componentes; e</p> <p>IV – o desenvolvimento das ações voltadas às áreas de aquisição de bens, à capacitação de recursos humanos, à documentação, à pesquisa, à conservação, à restauração, à comunicação e à difusão entre os órgãos e às entidades públicas, privadas e unidades museológicas que integrem o Sistema.</p>	<p>II – a valorização, registro e disseminação de conhecimentos específicos do campo museológico;</p> <p>III – a gestão integrada e o desenvolvimento das instituições, acervos e processos museológicos; e</p> <p>IV – o desenvolvimento das ações voltadas para as áreas de aquisição de bens, capacitação de recursos humanos, documentação, pesquisa, conservação, restauração, comunicação e difusão entre os órgãos e entidades públicas, entidades privadas e unidades museológicas que integrem o Sistema.</p>	implementação de museus nos municípios.	
Objetivos/Atribuições:	<p>I – contribuir para a implementação, manutenção e atualização do Cadastro Estadual de Museus;</p>	<p>I – promover a articulação entre as instituições museológicas, respeitando sua autonomia jurídica administrativa, cultural e técnico-científica;</p>	<p>I – sistematizar e implementar políticas públicas de integração e incentivo aos museus sediados no DF, estabelecendo diretrizes democráticas e participativas entre essas instituições;</p>	<p>I – promover a interação e articulação dos museus e instituições que desenvolvem projetos museológicos, respeitando a sua autonomia jurídico-administrativa, cultural e técnico-científica;</p>
	<p>II – fazer a articulação entre as instituições museológicas, respeitando a sua autonomia jurídico-administrativa, cultural e técnico-científica;</p>	<p>II – estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades museológicas que respeitem e valorizem o patrimônio cultural de comunidades populares e</p>	<p>II – definir diretrizes gerais de orientação para o cumprimento dos objetivos do Sistema;</p>	<p>II – incentivar a disseminação de procedimentos técnico-científicos que fundamentem as atividades desenvolvidas pelos museus e pelas instituições que desenvolvem projetos</p>

SAM-AL (Dec. nº 4.092 de 29/12/2008)	SEM/PI (art. 65, IV LC nº 28 9/6/2003)	SIEM/MS (Dec. nº 12.687 de 30/12/2008)	SIM-RJ (Dec. nº 42.306 de 22/02/2010)
	tradicional, de acordo com as suas especificidades;		museológicos;
III – estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades museológicas, que respeitem e valorizem o patrimônio cultural de comunidades tradicionais, de acordo com as suas especificidades;	III – divulgar padrões e procedimentos técnico-científicos que orientem as atividades desenvolvidas nas instituições museológicas;	III – estabelecer critérios de identidade baseados no papel e na função do museu junto à comunidade em que atua;	III – estimular a concepção e o desenvolvimento de programas, projetos e ações educativas e culturais nos museus;
IV – propor medidas para a política de segurança e proteção de acervos, instalações e edificações;	IV – estimular e apoiar os programas e projetos de incremento e qualificação profissional de equipes que atuem em instituições museológicas;	IV – estabelecer e acompanhar programas de atividades, de acordo com as especificidades e o desenvolvimento da ação cultural de cada entidade museológica e a diversidade cultural do Estado;	IV – promover e apoiar os programas e projetos de incremento, intercâmbio e qualificação profissional de equipes que atuam em museus e instituições que desenvolvem projetos museológicos;
V – estimular práticas voltadas para a permuta, à aquisição, à documentação, à investigação, à preservação, à conservação, à restauração e à difusão de acervos museológicos;	V – estimular a participação e o interesse dos diversos segmentos da sociedade no setor museológico;	V – estabelecer e divulgar padrões e procedimentos técnicos que sirvam de orientação aos responsáveis pelos museus;	V – estimular a participação de diversos segmentos da sociedade na área museológica;
VI – incentivar a participação e o interesse dos diversos segmentos da sociedade no setor museológico;	VI – estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades educativas nas instituições museológicas;	VI – prestar assistência técnica às entidades participantes do Sistema e a núcleos museológicos, de acordo com suas necessidades e também nos aspectos relacionados à adequação, fusão e reformulação de museus;	VI – incentivar e promover a criação e articulação de redes e sistemas municipais e regionais de museus, bem como o seu intercâmbio e integração como SEMMG e o Sistema Brasileiro de Museus;
VII – estimular e apoiar os programas e projetos de incremento e qualificação profissional de equipes que	VII – incentivar e promover a criação e a articulação de redes e sistemas municipais e internacionais de museus, bem	VII – proporcionar o desenvolvimento de programas de incremento, melhoria e atualização de recursos	VII – contribuir para a manutenção e a constante atualização do cadastro dos museus situados no Estado;

SAM-AL (Dec. nº 4.092 de 29/12/2008)	SEM/PI (art. 65, IV LC nº 28 9/6/2003)	SIEM/MS (Dec. nº 12.687 de 30/12/2008)	SIM-RJ (Dec. nº 42.306 de 22/02/2010)
atuem em instituições museológicas;	como seu intercâmbio e integração ao Sistema Estadual de Museus do Piauí;	humanos, visando ao aprimoramento do desempenho museológico;	
VIII – estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades educativas e culturais nas instituições museológicas e afins;	VIII – contribuir para a implantação, manutenção e atualização de um Cadastro Estadual de Museus;	VIII – propor formas de provimento de recursos destinados à área museológica do Estado;	VIII – contribuir para a produção de informações com vista a auxiliar o planejamento de políticas na área museológica;
IX – incentivar e promover a criação e articulação de redes e sistemas municipais de museus, bem como seu intercâmbio e integração ao Sistema Brasileiro de Museus	IX – propor a criação e o aperfeiçoamento de instrumentos legais, para melhor desempenho e desenvolvimento das instituições museológicas do Estado;	IX – estimular a participação democrática dos diversos segmentos da sociedade, inclusive da iniciativa privada, reforçando os interesses na viabilização e manutenção dos objetivos do Sistema;	IX – propor a criação e o aperfeiçoamento de instrumentos legais para o funcionamento e o fortalecimento dos museus e instituições que desenvolvem projetos museológicos;
X – promover a articulação com outros sistemas estaduais, com o Sistema Brasileiro de Museus, bem como com sistemas internacionais; e	X – propor medidas para a política de segurança e proteção de acervos, instalações e edificações;	X – estimular propostas de realização de atividades culturais e educativas dos museus junto às comunidades;	X – fomentar práticas voltadas para aquisição, documentação, pesquisa, preservação, conservação, restauração, segurança, proteção e difusão de acervos museológicos;
XI – propor a criação e o aperfeiçoamento de instrumentos legais, para um melhor desempenho e desenvolvimento das instituições museológicas no Estado.	XI – incentivar a formação, atualização e a valorização dos profissionais de instituições museológicas; e	XI – acompanhar, regulamentar, os programas e projetos desenvolvidos pelos Museus integrantes do Sistema, avaliando, discutindo e divulgando os resultados;	XI – propor formas de provimento de recursos, financiamento e fomento destinados à área museológica; e
	XII – estimular práticas voltadas para permuta, aquisição, documentação, investigação, preservação, conservação, restauração e difusão de acervos museológicos.	XII – promover e facilitar contatos dos museus com entidades nacionais ou internacionais, capazes de contribuir para a viabilização dos projetos das instituições filiadas aos Sistemas;	XII – estimular a gestão documental e o acesso aos fundos de museus e instituições que desenvolvem projetos museológicos.
		XIII – promover o	

	<p>SAM-AL (Dec. nº 4.092 de 29/12/2008)</p>	<p>SEM/PI (art. 65, IV LC nº 28 9/6/2003)</p>	<p>SIEM/MS (Dec. nº 12.687 de 30/12/2008)</p>	<p>SIM-RJ (Dec. nº 42.306 de 22/02/2010)</p>
<p>Composição:</p> <p>O SAM está assim constituído:</p> <p>I – Comitê Gestor;</p> <p>II – Coordenação Executiva, a ser indicada pelo Secretário de Estado da Cultura</p> <p>Comitê Gestor do SAM terá a seguinte constituição:</p> <p>I – Coordenador Executivo;</p> <p>II – 1(um) representante dos museus da Região Sertão Alagoano;</p> <p>III – 1 (um) representante dos museus da Região Bacia Leiteira;</p> <p>IV – 1(um) representante dos museus da Região Agreste Alagoano;</p> <p>V – 1 (um) representante dos museus da Região Sul;</p> <p>VI – 1 (um) representante dos museus dos museus da Região Metropolitana de Maceió;</p> <p>VII – 1 (um) representante dos museus da Região Norte;</p> <p>VIII – 1(um) representante dos museus da Região Vales do Paraíba e do Mundaú; e</p> <p>IX – 1(um) representante da área profissional da Museologia, a ser indicado pela Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN</p> <p>Os representantes relacionados e seus suplentes, serão</p>	<p>- Comitê Gestor do SEM/SC:</p> <p>I - Coordenador do Museu do Piauí, Casa de Odilon Nunes;</p> <p>II – Um Secretário Executivo indicado p/ titular da FUNDAC</p> <p>III – Um museólogo do quadro da FUNDAC;</p> <p>IV – Um representante do IPHAN - PI</p> <p>V - Um representante da Diretoria de Ação Cultural da FUNDAC, responsável pelos museus e Casas de Cultura do Estado;</p> <p>VI – Um representante do Conselho Estadual de Cultura;</p> <p>VII – Um representante dos museus públicos e privados, que aderirem ao Sistema.</p> <p>Todos os titulares e suplentes serão designados pelo Chefe do Poder Executivo Estadual para um mandato de 02 (dois) anos</p>	<p>aprimoramento do Sistema.</p> <p>Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul e um Conselho Consultivo composto por doze membros, sendo três natos e nove nomeados, indicados pelo Diretor-Presidente da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul e nomeados por ato do Governador, sendo:</p> <p>I - membros natos, um representante de cada instituição abaixo:</p> <p>a) do Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul (APE-MS);</p> <p>b) do Museu de Arte Contemporânea (MARCO);</p> <p>c) do Museu da Imagem e do Som (MIS);</p> <p>II - membros nomeados, um representante vinculado aos setores especificados no art. 2º, das regiões abaixo:</p> <p>a) do Bolsão;</p> <p>b) de Campo Grande;</p> <p>c) do Cone Sul;</p> <p>d) da Grande Dourados;</p> <p>e) Leste;</p> <p>f) Norte;</p> <p>g) do Pantanal;</p> <p>h) do Sudoeste;</p> <p>i) Sul Fronteira</p>	<p>I – O Comitê Gestor coordenado pelo Diretor da Superintendência de Museus da SEC e composto por representantes de órgãos e entidades públicos e privados.</p>	

	SAM-AL (Dec. nº 4.092 de 29/12/2008)	SEM/PI (art. 65, IV LC nº 28 9/6/2003)	SIEM/MS (Dec. nº 12.687 de 30/12/2008)	SIM-RJ (Dec. nº 42.306 de 22/02/2010)
	escolhidos por seus pares, a cada 2 (dois) anos, em reuniões específicas, cópias das atas lavradas serão encaminhadas a Secretaria de Estado de Cultura. Coordenado por um Gerente Executivo			
Coordenação:	Comissão de Coordenação presidida por um Gerente Executivo nomeado pelo titular da Secretaria da Cultura	Coordenado pelo titular da FUNDAC ou por representante por ele designado.	A coordenação geral é feita pela Central do Sistema.	Coordenado pela Superintendência de Museus da Secretaria de Estado de Cultura.

APÊNDICE C.4 – TABELA COMPARATIVA DOS DECRETOS DOS SISTEMAS ESTADUAIS DE MUSEUS: SC, DF e SE

	SEM/SC (Dec. nº 599 de 18/10/2011)	SIM/DF (Dec. nº 33.957 de 23/10/2012)	SIEM-SE (Lei 7.648/2013 e Dec. 29.809/2014)
<p>Para fins deste decreto consideram-se:</p>	<p>As instituições museológicas são consideradas práticas sociais colocadas a serviço da sociedade, de seu desenvolvimento e de sua sustentabilidade nos aspectos cultural, social, econômico e ambiental, comprometidas com a gestão democrática e participativa e apresentam as seguintes características em sua atuação:</p> <p>I – trabalho permanente com o patrimônio cultural;</p> <p>II – presença de acervos museológicos e exposições abertas ao público, com o objetivo de propiciar a ampliação do campo de possibilidades de construção identitária,</p> <p>a percepção e a reflexão crítica da realidade cultural brasileira, o estímulo à produção do conhecimento e de novas oportunidades de educação, turismo e lazer;</p> <p>III – desenvolvimento de programas, projetos e ações que utilizem o patrimônio cultural como recurso educacional e de inclusão social e</p> <p>IV – aplicação das ações museológicas de comunicação, investigação, interpretação, documentação e preservação de testemunhos culturais e naturais.</p>	<p>Museus:</p> <p>I – instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento;</p> <p>II – Centros Culturais: entidades que facilitam a preservação, a continuação e a gestão de recursos patrimoniais tangíveis e intangíveis, patrimônio vivo, e atividades criativas digitais podendo ser, também, espaços de memória.</p>	<p>Instituições formais, dotadas de quadro funcional, com acervo aberto ao público, destinado a pesquisar, conservar, expor e divulgar acervos com objetivos educacionais, culturais, de lazer, e preservar a memória cultural dos vários segmentos da sociedade sergipana.</p>
<p>Finalidade:</p>	<p>Elaborar e coordenar a sistematização das políticas públicas no campo museológico.</p>		<p>Tem como competência básica, coordenar, de forma integrada, as ações das unidades museológicas existentes no Estado e de contribuir para a proteção do patrimônio cultural do Estado de SE, representativo dos vários segmentos que formam a sociedade</p>

	SEM/SC (Dec. nº 599 de 18/10/2011)	SIM/DF (Dec. nº 33.937 de 23/10/2012)	SIEM/SE (Lei 7.648/2013 e Dec. 29.809/2014)
			<p>seripana;</p> <p>compete identificar alternativas com vistas ao estabelecimento de diretrizes para o exercício da atividade sistematizada, estabelecendo orientação normativa e supervisão técnica, emitindo recomendações, resoluções e outros pronunciamentos sobre matéria relacionada aos objetivos do Sistema; e</p> <p>A criação do SIEM não interfere na autonomia administrativa, nas dotações orçamentárias e na gestão de pessoal dos órgãos que o integram</p>
Objetivos/Atribuições:	<p>I – promover a articulação entre as instituições museológicas existentes no Estado, respeitada a autonomia jurídico-administrativa, cultural e técnico-científica de cada uma delas;</p> <p>II – estimular e promover o desenvolvimento de programas, projetos e atividades museológicas entre as instituições integrantes do Sistema, respeitando e valorizando o patrimônio cultural de cada comunidade de acordo com as suas especificidades;</p> <p>III – divulgar padrões e procedimentos técnico-científicos que sirvam de orientação às equipes responsáveis pelas instituições museológicas estabelecidas no Estado;</p> <p>IV – estimular e promover programas e projetos de incremento e qualificação, bem como incentivar a formação, atualização e valorização dos profissionais de instituições museológicas existentes no</p>	<p>I – sistematizar e implementar políticas de integração e incentivo aos museus sediados no Distrito Federal, estabelecendo diretrizes democráticas e participativas entre essas instituições;</p> <p>II – estabelecer e divulgar padrões e procedimentos técnicos que sirvam de orientação aos dirigentes de museus;</p> <p>III – estabelecer e acompanhar programas de atividades, de acordo com as especificidades e o desenvolvimento da ação cultural de cada instituição museológica;</p> <p>IV – proporcionar o desenvolvimento de programas de capacitação de recursos humanos, visando ao aperfeiçoamento dos profissionais que atuam em instituições museológicas e nas que se enquadram na</p>	<p>I – a valorização, o registro e a disseminação de saberes e fazeres específicos do campo museológico no Estado;</p> <p>II – a contribuição para melhor organização, gestão, e desenvolvimento das instituições museológicas e de seus acervos no Estado;</p> <p>III – a interação com pesquisadores, professores, gestores e técnicos que atuam no campo museológico;</p> <p>IV – a cooperação nas áreas de aquisição, documentação, pesquisa, conservação, restauração, comunicação, difusão e capacitação de recursos humanos entre as unidades museológicas;</p>

SEM/SC (Dec. nº 599 de 18/10/2011)	SEM/DF (Dec. nº 33.957 de 23/10/2012)	SIEM/SE (Lei 7.648/2013 e Dec. 29.809/2014)
Estado;	definição do inciso II do art. 2º deste Decreto;	
V – estimular a participação de museus no Sistema, independente do tipo, porte e do segmento da sociedade do qual derivam ou fazem parte;	V – encaminhar o debate sobre o papel dos museus junto às comunidades em que atuam, possibilitando a avaliação de suas atividades;	
VI – incentivar a criação de redes e sistemas municipais e regionais de museus, bem como promover o intercâmbio com sistemas e redes nacionais e internacionais;	VI – estimular propostas de realização de atividades educativas e culturais dos museus junto às comunidades;	
VII – criar cadastro e incentivar a inclusão de dados, promovendo sua manutenção e atualização das instituições museológicas estabelecidas no Estado;	VII – propor formas de provimento de recursos, financiamento e fomento destinados à área museológica;	
VIII – propor a criação e o aperfeiçoamento de instrumentos legais, para aprimoramento de instituições museológicas;	VIII – estimular a participação democrática dos diversos segmentos da sociedade, inclusive da iniciativa privada, para viabilização e manutenção dos objetivos do Sistema;	
IX – propor medidas para a política de segurança e proteção de acervos, instalações e edificações dos museus no Estado; e	IX – promover o intercâmbio com sistemas, redes e entidades museológicas nacionais e internacionais;	
X – estimular políticas de permuta, aquisição, documentação, investigação, preservação, conservação, restauração e difusão de acervos museológicos no Estado.	X – criar e manter atualizado o Cadastro de Museus do Sistema;	
	XI – incentivar a inclusão dos Museus do Distrito Federal no Cadastro Nacional de Museus;	
	XII – incentivar os museus do Sistema a adotar políticas institucionais de segurança de seus acervos, instalações e edificações;	

	SEM/SC (Dec. nº 599 de 18/10/2011)	SIM/DF (Dec. nº 33.957 de 23/10/2012)	SIEM/SE (Lei 7.648/2013 e Dec. 29.809/2014)
		XIII – estimular os museus do Sistema a adotar políticas de pesquisa, salvaguarda e comunicação de seus acervos;	
		XIV – fomentar a difusão dos programas e projetos desenvolvidos pelos museus do Sistema, avaliando, discutindo e divulgando os seus resultados;	
		XV – incentivar e assessorar os museus do Sistema a adequar suas estruturas, recursos e ordenamentos ao Estatuto de Museus, instituído pela Lei Federal nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009.	
Composição:	<p>Comitê Gestor do SEM/SC:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Coordenador do SEM/SC (membro nato); e 9 (nove) membros indicados: - 1 (um) representante Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (SOL); - 1 (um) representante Secretaria de Estado da Educação (SED); - 1 (um) representante Secretaria de Estado do Planejamento (SPG); - 1 (um) representante Fundação Catarinense de Cultura (FCC); - 1 (um) representante Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC); - 1 (um) representante Fundação do Meio Ambiente (FATMA); - 1 (um) representante Santa Catarina Turismo S.A. (SANTUR); - 1 (um) representante Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. (BADESC); - 1 (um) representante Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de 	<p>I – museus e centros culturais sediados no Distrito Federal;</p> <p>II – universidades e faculdades que dispõem de Curso de Museologia ou afim</p> <p>Art. 5º Os museus das cidades do entorno poderão participar do Sistema de Museus do Distrito Federal, mediante a celebração de Termo de Cooperação Técnica, a ser firmado entre as respectivas Secretarias ou Prefeituras Municipais e a Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal.</p>	<p>Comitê Gestor do SIEM:</p> <p>I – um representante da SECULT, que o coordenará;</p> <p>II – os diretores dos Museus, Memoriais, e Casas de Cultura mantidos pelo Estado;</p> <p>III – um representante da Universidade Federal de Sergipe;</p> <p>IV – um representante da Província Eclesiástica de Sergipe;</p> <p>V – um representante do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe;</p> <p>VI – um representante das Instituições museológicas vinculadas aos Municípios do Estado;</p> <p>VII – um representante das instituições museológicas privadas ou mistas sediadas no Estado;</p> <p>VIII – um representante das organizações sociais, dos museus comunitários, dos ecomuseus, dos grupos étnicos e culturais que mantenham ou estejam desenvolvendo projetos museológicos no Estado.</p> <p>§ 1º Os representantes referidos nos incisos III, IV, V, VI, VII e VIII do "caput" deste</p>

	SEM/SC (Dec. nº 599 de 18/10/2011)	SIM/DF (Dec. nº 33.957 de 23/10/2012)	SIEM-SE (Lei 7.648/2013 e Dec. 29.809/2014)
	<p>Santa Catarina (EPAGRI);</p> <p>- Representantes da sociedade civil organizada, 9 (nove) membros;</p> <p>- 1 (um) indicado por entidade com abrangência estadual representativa da classe museológica;</p> <p>- 1 (um) eleito por escolas e universidades, oficialmente reconhecidas pelo MEC ou pela SED, que mantenham cursos relativos ao campo museológico no Estado, escolhido dentre seus pares;</p> <p>- 7 (sete) eleitos, escolhidos dentre seus pares, por instituições museológicas das regiões da Grande Florianópolis, Norte Catarinense, Meio-Oeste Catarinense, Oeste Catarinense, Serra Catarinense, Sul Catarinense e Vale do Itajaí</p>		<p>artigo serão escolhidos pelo Secretário de Estado da Cultura, devendo os nomes serem indicados, em lista triplíce, pelas respectivas áreas.</p> <p>§ 2º A indicação dos representantes nos incisos VI, VII e VIII, para organização da lista triplíce, referida no § 1º deste artigo, deverá ser precedida de processo eleitoral a ser definido no Regimento Interno do Comitê Gestor.</p>
<p>Coordenação:</p>	<p>Coordenado por 1 (um) servidor indicado pela Presidência da Fundação Catarinense de Cultura - FCC.</p>	<p>I – um coordenador geral, escolhido pelo Secretário de Estado de Cultura do Distrito Federal, a partir de lista triplíce, enviada pelos participantes do SIM/DF;</p> <p>II – um representante da Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Distrito Federal;</p> <p>III – um representante dos museus públicos do Distrito Federal;</p> <p>IV – um representante dos museus públicos federais;</p> <p>V – um representante dos museus privados;</p>	<p>Coordenado por 1 (um) urn representante da Secretaria de Estado de Cultura - SECULT</p>

APÊNDICE C.5 – TABELA COMPARATIVA DOS DECRETOS DOS SISTEMAS MUNICIPAIS DE MUSEUS: Ouro Preto/MG e RS; Pelotas, Rio Gde e Sta Maria

	SIM-Ouro Preto/MG (Lei nº 305 de 07/12/2006)	SMM-Pelotas/RS (Dec. nº 4.895 de 15/09/2006)	SMM-Rio Grande/RS (Decr. 9.936 de 16/05/2008)	SMM-Santa Maria/RS (Lei nº 5163, de 22/10/2008)
<p>Para fins deste decreto consideram-se:</p>	<p>Unidades museológicas os museus ou entidades afins, existentes ou em fase de desenvolvimento, abrangendo instituições permanentes, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, atendidos por pessoal especializado, com acervos abertos ao público e destinados a coletar, pesquisar, estudar, conservar, expor e divulgar os testemunhos materiais do homem e de seu ambiente, com objetivos culturais, educacionais, científicos e de lazer, abrangendo também unidades fundamentais de museu comunitário/economuseu.</p>	<p>Unidades museológicas os museus ou entidades afins de caráter permanente e sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, atendidas por pessoal especializado, com acervos abertos ao público e destinadas a coletar, pesquisar, estudar, conservar, expor e divulgar os testemunhos materiais do homem e de seu meio ambiente, com objetivos culturais, educacionais, científicos e de lazer.</p>	<p>Os museus ou entidade afins de caráter permanente e sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, atendidas por pessoal especializado, com acervos abertos ao público e destinados a coletar, pesquisar, estudar, conservar, expor e divulgar os testemunhos materiais do homem e de seu meio ambiente, com objetivos culturais, educacionais, científicos e de lazer.</p>	<p>Unidades museológicas as instituições com personalidade jurídica própria ou vinculada a outra instituição com personalidade jurídica, aberta ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, atendido por pessoal especializado, que apresenta as seguintes características: I – Trabalho permanente com o patrimônio cultural em suas diversas manifestações; II – Presença de acervos e exposições colocados a serviço da sociedade com o objetivo de propiciar a ampliação do campo de possibilidades de construção identitária, a percepção crítica da realidade, a produção de conhecimentos e oportunidades de lazer; III – Utilização do patrimônio cultural como recurso educacional, turístico e de inclusão social; IV – Vocação para comunicação, exposição, documentação, investigação, interpretação e preservação de bens culturais em suas diversas manifestações; V – Democratização e acesso.</p>

	SIM-Ouro Preto/MG (Lei nº 305 de 07/12/2006)	SMM-Pelotas/RS (Dec. nº 4.895 de 15/09/2006)	SMM-Rio Grande/RS (Decr. 9.936 de 16/05/2008)	SMM-Santa Maria/RS (Lei nº 5163, de 22/10/2008)
				uso e produção de bens culturais para a promoção da dignidade da pessoa humana; VI- Constituição de espaços democráticos e diversificados de relação e mediação cultural, sejam eles físicos ou virtuais;
Finalidade:	Organiza sob a forma de sistema, as atividades dos Museus existentes no município de Ouro Preto e dá outras providências.	O Sistema de Museus do Município de Pelotas terá uma Central do Sistema com atribuição de coordenar aquele e identificar alternativas com vistas ao traçado de diretrizes para o exercício da atividade sistematizada, estabelecendo orientação normativa e supervisão técnica, emitindo, para tanto, Recomendações e Resoluções e outros pronunciamentos sobre matéria de sua competência.		As atividades desenvolvidas junto aos museus do Município de Santa Maria serão executadas sob a forma de Sistema, segundo as diretrizes do Sistema Brasileiro de Museus, e serão nomeadas de Sistema de Museus do Município de Santa Maria-SMM;
Objetivos/Atribuições:	I – promover, apoiar e estimular a articulação entre os museus existentes no município respeitada sua autonomia jurídico-administrativa, cultural e técnica; II – formular uma Política Municipal de Museus para Ouro Preto; III – definir diretrizes gerais de orientação para o cumprimento dos objetivos do Sistema;	I – promover a articulação entre os museus existentes no Município, respeitada sua autonomia jurídico-administrativa, cultural e técnica II – definir diretrizes gerais de orientação para o cumprimento dos objetivos do Sistema; III – estabelecer critérios de identidade baseados no papel e na função do museu junto a	I – promover a articulação entre os museus existentes no município respeitada sua autonomia jurídico-administrativa, cultural e técnica II – definir diretrizes gerais de orientação para o cumprimento dos objetivos do Sistema; III – estabelecer critérios de identidade baseados no papel e na função do museu junto a	I – Promover, apoiar e estimular a articulação entre os museus existentes no Município, respeitada sua autonomia jurídico-administrativa, cultural e técnica; II- Formular uma Política Municipal de Museus para Santa Maria; III- Definir diretrizes gerais de orientação para o cumprimento dos objetivos do Sistema;

	SIM-Ouro Preto/MG (Lei nº 305 de 07/12/2006)	SMM-Pelotas/RS (Dec. nº 4.895 de 15/09/2006)	SMM-Rio Grande/RS (Decr. 9.936 de 16/05/2008)	SMM-Santa Maria/RS (Lei nº 5163, de 22/10/2008)
	IV – estabelecer critérios de identidade baseados no papel e na função do museu junto à comunidade em que atua;	comunidade em que atua; IV – estabelecer e acompanhar programas de atividades, de acordo com as especificidades e o desenvolvimento da ação cultural de cada entidade museológica e a diversidade cultural do Município;	comunidade em que atua; IV – estabelecer e acompanhar programas de atividades, de acordo com as e a diversidade cultural do município;	IV – Estabelecer critérios de identidade baseados no papel e na função do museu junto à comunidade em que atua;
	V – estimular e acompanhar a criação de programas de atividades, de acordo com as especificidades e o desenvolvimento da ação cultural de cada entidade museológica, em consonância com a diversidade cultural do Município;	V – estabelecer e divulgar padrões e procedimentos técnicos que sirvam de orientação aos responsáveis pelos museus;	V – estabelecer e divulgar padrões e procedimentos técnicos que sirvam de orientação aos responsáveis pelos museus;	V – Estimular e acompanhar a criação de programas de atividades, de acordo com as especificidades e o desenvolvimento da ação cultural de cada entidade museológica em consonância com a diversidade cultural do Município;
	VI – criar e manter ponto de apoio para atendimento e divulgação coletiva do Sistema de Museus;	VI – prestar assistência técnica às entidades participantes do Sistema e a núcleos museológicos, de acordo com as suas necessidades e também nos aspectos relacionados a adequação, fusão e reformulação de museus;	VI – prestar assistência técnica às entidades participantes do Sistema e a núcleos museológicos de acordo com as suas necessidades e também nos aspectos relacionados à adequação, fusão e reformulação dos museus;	VI – Criar e manter ponto de apoio para atendimento e divulgação coletiva do Sistema de Museus;
	VII – propor e divulgar padrões e procedimentos técnicos que sirvam de orientação aos gestores dos museus;	VII – proporcionar o desenvolvimento de programas de incremento, melhoria e atualização de recursos humanos, visando ao aprimoramento do desempenho museológico;	VII – proporcionar o desenvolvimento de programas de incremento, melhoria e atualização de recursos humanos, visando ao aprimoramento de desempenho museológico;	VII – Propor e divulgar padrões e procedimentos técnicos que sirvam de orientação aos responsáveis pelos museus;
	VIII – possibilitar meios de assistência técnica às entidades	VIII – propor formas de provimento de recursos	VIII – propor formas de provimento de recursos	VIII – Possibilitar meios de assistência técnica às entidades

SIM-Ouro Preto/MG (Lei nº 305 de 07/12/2006)	destinados à área museológica do Município;	destinados à área do Município.	SMM-Santa Maria/RS (Lei nº 5163, de 22/10/2008)
participantes do Sistema, de acordo com as necessidades e também nos aspectos relacionados à adequação, fusão e reformulação de museus;	destinados à área museológica do Município;	destinados à área do Município.	participantes do Sistema, de acordo com as necessidades e também nos aspectos relacionados à adequação, fusão e reformulação de museus;
SMM-Pelotas/RS (Dec. nº 4.895 de 15/09/2006)	destinados à área museológica do Município;	destinados à área do Município.	participantes do Sistema, de acordo com as necessidades e também nos aspectos relacionados à adequação, fusão e reformulação de museus;
IX – proporcionar meios para o desenvolvimento de programas de incremento, melhoria e atualização de recursos humanos, visando o aprimoramento do desempenho museológico;	IX – estimular a participação democrática de diversos segmentos da sociedade, inclusive da iniciativa privada, reforçando os interesses na viabilização e manutenção dos objetos do Sistema;	IX – estimular a participação democrática de diversos segmentos da sociedade, inclusive da iniciativa privada, reforçando os interesses na viabilização e manutenção dos objetos do Sistema;	IX – Propor meios para o desenvolvimento de programas de incremento, melhoria e atualização de recursos humanos, visando ao aprimoramento do desempenho museológico;
X – propor formas de provimento de recursos destinados à área museológica do Município;	X – estimular propostas de realização de atividades culturais e educativas dos museus junto à comunidade;	X – estimular propostas de realização de atividades culturais e educativas dos museus junto à comunidade;	X – Propor formas de provimento de recursos destinados à área museológica do Município;
XI – estimular a participação democrática dos diversos segmentos da sociedade, inclusive da iniciativa privada, reforçando os interesses na viabilização e manutenção dos objetivos do Sistema;	XI – acompanhar, regularmente, os programas e projetos desenvolvidos pelos museus integrantes do Sistema, avaliando, discutindo e divulgando os resultados;	XI – acompanhar, regularmente, os programas e projetos desenvolvidos pelos museus integrantes do Sistema, avaliando, discutindo e divulgando os resultados;	XI – Estimular a participação democrática dos diversos segmentos da sociedade, inclusive da iniciativa privada, reforçando os interesses na viabilização e manutenção dos objetivos do Sistema;
XII – estimular propostas de realização de atividades culturais e educativas dos museus junto às comunidades;	XII – promover e facilitar contatos dos museus com entidades municipais, estaduais, nacionais ou internacionais, capazes de contribuir para a viabilização dos projetos das instituições filiadas ao Sistema;	XII – promover e facilitar contatos dos museus com entidades municipais, estaduais, nacionais ou internacionais, capazes de contribuir para a viabilização dos projetos das instituições filiadas ao Sistema;	XII – Estimular propostas de realização de atividades culturais e educativas dos museus junto às comunidades;

	SIM-Ouro Preto/MG (Lei nº 305 de 07/12/2006)	SMM-Pelotas/RS (Dec. nº 4.895 de 15/09/2006)	SMM-Rio Grande/RS (Decr. 9.936 de 16/05/2008)	SMM-Santa Maria/RS (Lei nº 5163, de 22/10/2008)
	XIII – acompanhar, regulamentar, os programas e projetos desenvolvidos pelo Sistema, avaliando, discutindo e divulgando os resultados;	XIII – promover o aprimoramento do Sistema.	XIII – promover o aprimoramento do Sistema.	XIII – Acompanhar, regulamentar, os programas e projetos desenvolvidos pelo Sistema, avaliando, discutindo e divulgando os resultados;
	XIV – promover e facilitar contato com entidades estaduais, nacionais ou internacionais, capazes de contribuir para a viabilização dos projetos das instituições filiadas ao Sistema;			XIV – Promover e facilitar contatos com entidades estaduais, nacionais ou internacionais, capazes de contribuir para a viabilização dos projetos das instituições filiadas ao Sistema;
	XV – ter assento nos Conselhos Municipais de Cultura, Educação, Patrimônio e Turismo de Ouro Preto;			XV – Ter assento nos Conselhos Municipais de Cultura, Educação, Patrimônio e Turismo de Santa Maria;
	XVI – promover o aprimoramento do Sistema.			XVI – Promover o aprimoramento do Sistema.
Composição:	– Constituído por: Conselho Gestor do SIM-OP e Coordenação do Sistema I – 1 (um) representante titular e outro suplente do Museu Aleijadinho; II – 1 (um) representante titular e outro suplente do Museu de Arte Sacra de Ouro Preto; III – 1 (um) representante titular e outro suplente do Museu Casa dos Contos;	– A Central do Sistema será chefiada pelo titular da Secretaria Municipal de Cultura e composta por uma Comissão de Coordenação, que será órgão de integração, ao qual estará afeta a articulação dos órgãos integrados ao sistema e do apoio técnico e administrativo ao órgão central. A Comissão de Coordenação formada por um representante de cada um dos seguintes	Constituído por: Central do Sistema Chefiada pelo titular da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Comissão de Coordenação composta: I – 1 (um) representante de cada uma das entidades museológicas integrantes do Sistema; II – Coordenador geral será escolhido entre seus pares	Terá a seguinte estrutura: I – Conselho Gestor do Sistema Municipal de Museus; formado por todos os museus e instituições afins devidamente cadastrados. II – Coordenação do Sistema Municipal de Museus constituída por 3 (três) representantes indicados pelo Conselho Gestor do Sistema, dentre seus membros. Fundo Municipal do Sistema Municipal de Museus –

<p>SIM-Ouro Preto/MG (Lei nº 305 de 07/12/2006)</p>	<p>IV – 1 (um) representante titular e outro suplente do Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto; V – 1 (um) representante titular e outro suplente do Museu Casa Guignard; VI – 1 (um) representante titular e outro suplente do Museu do Chá do Parque Estadual do Itacolomi; VII – 1 (um) representante titular e outro suplente do Museu da Inconfidência; VIII – 1 (um) representante titular e outro suplente do Museu do Oratório do Instituto Cultural Flávio Gutierrez; IX – 1 (um) representante titular e um suplente do Museu da Pharmacia da Escola de Farmácia da UFOP; X – 1 (um) representante titular e outro suplente do Museu das Reduções; XI – 1 (um) representante titular e outro suplente do museu das Reduções; XII – 1 (um) representante titular e outro suplente do Museu Aberto Cidade Viva do Instituto Cultural da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de</p>	<p>SMM-Pelotas/RS (Dec. nº 4.895 de 15/09/2006)</p> <p>grupos de instituições, entidades de ensino superior e órgãos públicos:</p> <p>I – museus de arte; II – museus de história e de costumes; III – museus de ciências naturais; IV – museus de ciências e tecnologia; V – ecomuseus e museus comunitários; VI – Universidade Católica de Pelotas; VII – Universidade Federal de Pelotas; VIII – Secretaria Municipal de Turismo; IX – Secretaria Municipal de Educação; X – instituições que integram o Sistema de Museus do Município de Pelotas;</p>	<p>SMM-Rio Grande/RS (Decr. 9.936 de 16/05/2008)</p>	<p>SMM-Santa Maria/RS (Lei nº 5163, de 22/10/2008)</p> <p>FUSMM vinculado a Secretaria do Município de Santa Maria;</p>
--	--	---	---	--

	SIM Ouro Preto/MG (Lei nº 305 de 07/12/2006)	SMM Pelotas/RS (Dec. nº 4.895 de 15/09/2006)	SMM Rio Grande/RS (Decr. 9.936 de 16/05/2008)	SMM Santa Maria/RS (Lei nº 5163, de 22/10/2008)
	Ouro Preto; XIII - 1 (um) representante titular e outro suplente da Prefeitura Municipal de Ouro Preto lotados nas Secretarias Municipais de Cultura e Turismo e/ou Patrimônio.			
Coordenação:	Coordenado por 1 (um) servidor designado pelo Presidente da Fundação Municipal de Cultura.	Coordenação Geral a cargo do Coordenador Municipal de Museus.	Coordenação Geral escolhida entre seus pares.	O Conselho definirá a coordenação do Sistema Municipal de Museus composta por 3 (três) representantes.

APÊNDICE C.6 – TABELA COMPARATIVA DOS DECRETOS DOS SISTEMAS MUNICIPAIS DE MUSEUS: São Luis/MA, Joinville/SC e Petrópolis/RJ

	<p>SMM-SãoLuis-MA (Dec. n° 35.140 de 25/06/2008)</p> <p>São características das instituições museológicas dentre elas:</p> <p>I – o trabalho permanente com o patrimônio cultural;</p> <p>II – a disponibilização de acervos e expressões ao público, propiciando a ampliação do campo de construção identitária, a percepção crítica da realidade cultural brasileira, o estímulo à produção do conhecimento e à produção de novas oportunidades de lazer;</p> <p>III – o desenvolvimento de programas, projetos e ações que utilizem o patrimônio cultural como recurso educacional e de inclusão social; e</p> <p>IV – a vocação para a comunicação, investigação, interpretação, documentação e preservação de testemunhos culturais e naturais.</p>	<p>SMM – Joinville /SC (Dec. n° 19.798 de 22/11/2012)</p> <p>Instituições que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural, visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades.</p>	<p>SMM de Petrópolis/RJ (Lei n° 7141 de 20/12/2013)</p> <p>Unidades museológicas ou em fase de desenvolvimento, abrangendo instituições permanentes a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, atendidos por pessoal especializado, com acervos abertos ao público e destinados a coletar, pesquisar, estudar, conservar, expor e divulgar os testemunhos materiais e imateriais do homem e de seu ambiente, com objetos culturais, educacionais, científicos e de lazer, abrangendo também unidades que possuam características fundamentais de museu comunitário/ecomuseu;</p>
<p>Para fins deste decreto consideram-se:</p>	<p>Promover:</p> <p>I – a interação entre os museus, instituições afins e profissionais ligados ao setor, visando ao constante aperfeiçoamento dação de recursos materiais e culturais;</p> <p>II – a valorização, registro e disseminação de conhecimentos específicos no campo museológico;</p> <p>III – a gestão integrada e o desenvolvimento das instituições, acervos e processos museológicos;</p> <p>IV – o desenvolvimento das ações voltadas para as áreas de aquisição de</p>	<p>Ser uma rede organizada de instituições museológicas, baseada na adesão voluntária, configurada de forma progressiva, e que visa à coordenação, à articulação, à mediação, à qualificação e à cooperação entre os museus.</p>	<p>Elaborar e coordenar a sistematização das políticas públicas no campo museológico.</p>
<p>Finalidade:</p>			

	SMM-São Luis -MA (Dec. nº 35.140 de 25/06/2008)	SMM – Joinville /SC (Dec. nº 19.798 de 22/11/2012)	SMM de Petrópolis/RJ (Lei nº 7141 de 20/12/2013)
	bens, capacitação de recursos humanos, documentação, pesquisa, conservação, restauração, comunicação e difusão entre os órgãos e entidades públicas, entidades privadas e unidades museológicas que integram o Sistema. Termo de Adesão a ser assinado		
Objetivos/Atribuições:	<p>I – promover, apoiar e estimular a articulação entre os museus existentes no município de São Luis respeitada sua autonomia jurídico-administrativa, cultural e técnica;</p> <p>II – estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades museológicas que respeitem e valorizem o patrimônio cultural de comunidades populares e tradicionais, de acordo com as especificidades e desenvolvimento da ação cultural de cada entidade museológica, em consonância com a diversidade cultural do Município;</p> <p>III – estabelecer e divulgar padrões e procedimentos técnico-científicos que sirvam de orientação as atividades desenvolvidas nas instituições museológicas;</p> <p>IV – propor ações e proporcionar o desenvolvimento de programas de capacitação, incremento, melhoria e atualização de recursos humanos a serem</p>	<p>I – promover a interação entre os museus, instituições e profissionais ligados ao setor de museus, visando ao constante aperfeiçoamento da utilização de recursos materiais e culturais, respeitada sua autonomia jurídico administrativa, cultural e técnica;</p> <p>II – formular uma Política Municipal de Museus em consonância com o Plano Municipal de Cultura, aprovado pela Lei Municipal nº 7258, de 6 de julho de 2012;</p> <p>III – fomentar o registro e a disseminação de conhecimentos específicos no campo museológico;</p> <p>IV – promover a gestão integrada e o desenvolvimento das instituições, acervos e processos museológicos;</p>	<p>I – promover, apoiar e estimular a articulação entre os museus existentes no Município, respeitada sua autonomia jurídico-administrativa, cultural e técnica;</p> <p>II – formular uma política municipal de museus para a cidade de Petrópolis;</p> <p>III – definir diretrizes gerais para o cumprimento dos objetivos do Sistema;</p> <p>IV – estabelecer critérios para o fortalecimento da identidade regional, baseados no papel e na função do museu</p>

	SMM-São Luis -MA (Dec. nº 35.140 de 25/06/2008)	SMM – Joinville /SC (Dec. nº 19.798 de 22/11/2012)	SMM de Petrópolis/RJ (Lei nº 7141 de 20/12/2013)
	IX – propor a criação e aperfeiçoamento de instrumentos legais para o melhor desempenho e desenvolvimento das instituições museológicas no Município;	IX – definir diretrizes gerais de orientação e livre adesão para o cumprimento dos objetivos do Sistema;	IX – propor meios para o desenvolvimento de programas de incremento, melhoria e atualização de recursos humanos, visando ao aprimoramento do desempenho museológico;
	X – propor medidas para a política de segurança e proteção de acervos, instalações e edificações;	X – divulgar padrões e procedimentos técnicos que sirvam de orientação às instituições vinculadas ao Sistema	X – propor formas de provimento de recursos destinados à área museológica do Município;
	XI – incentivar a formação, atualização e a valorização dos profissionais de instituições museológicas, promovendo seminários, encontros, fóruns, campanhas e oficinas, de forma a estabelecer interlocuções que subsidiem melhorias nos museus;		XI – estimular a participação democrática dos diversos segmentos da sociedade, inclusive da iniciativa privada, reforçando os interesses na viabilização e manutenção dos objetivos do Sistema Municipal de Museus;
	XII – estimular práticas voltadas para permuta, aquisição, documentação, investigação, preservação, conservação, restauração e difusão de acervos museológicos;		XII – estimular propostas de realização de atividades culturais e educativas dos museus junto às comunidades;
	XIII – propor formas de provimento de recursos, financiamento e fomento destinados à área museológica de São Luis;		XIII – acompanhar, regularmente, os programas e projetos desenvolvidos pelo Sistema, avaliando, discutindo, e divulgando os resultados;
	XIV – estabelecer e divulgar padrões e procedimentos técnicos que sirvam de orientação aos gestores pelos museus;		XIV – promover e facilitar contatos com entidades estaduais, nacionais ou internacionais, capazes de contribuir para a viabilização dos projetos das instituições filiadas ao Sistema;
	XV – estabelecer critérios de identidade		XV – contribuir com o Sistema Municipal

	<p>SMM-São Luis -MA (Dec. nº 35.140 de 25/06/2008)</p>	<p>SMM – Joinville /SC (Dec. nº 19.798 de 22/11/2012)</p>	<p>SMM de Petrópolis/RJ (Lei nº 7141 de 20/12/2013)</p>
	<p>baseados no papel e a função do museu junto à comunidade em que atua;</p>		<p>de Cultura de Petrópolis;</p>
	<p>XVI – promover e facilitar contatos dos museus com entidades nacionais ou internacionais, capazes de contribuir para viabilização dos projetos das instituições filiadas ao Sistema Municipal de Museus;</p>		<p>XVI – promover o aprimoramento do Sistema Municipal de Museus.</p>
	<p>XVII – promover o aprimoramento do Sistema e sua integração com outros Sistemas Municipais de Museus</p>		
<p>Composição:</p>	<p>Terá a seguinte estrutura: I – Coordenação Geral do Sistema Municipal de São Luis; 1 (um) representante dos museus municipais; 1 (um) representante dos museus privados; 1 (um) representante da Fundação Municipal de Patrimônio Histórico; 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação; 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Turismo; 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Cultura; 1 (um) representante do Instituto do Patrimônio histórico e artístico Nacional - IPHAN II – Comissão de Coordenação; III – Órgãos integrados</p>	<p>– Instâncias do SMM-Jlle I – O Fórum Setorial de Museus e Espaços de Memória; II – Conselho Gestor 04 (quatro) membros representantes dos quadros de carreira de instituições museológicas públicas do Município ou as que desenvolvam trabalhos ou atividades permanentes com o patrimônio cultural do Município, eleitos por seus pares no Fórum Setorial de Museus e Espaços de Memória; 4 (quatro) membros suplentes representantes das instituições museológicas ou as que desenvolvam trabalhos ou atividades permanentes com o patrimônio cultural do Município, privadas ou mistas, eleitos por seus pares no Fórum Setorial de Museus e Espaços de Memória; 1 (um) membro representante da sociedade civil do Conselho Municipal de Política</p>	<p>– Comissão Gestora vinculada ao Conselho Municipal de Cultura I - como representantes do Poder Público: 1 (um) representante da Secretaria de Governo; 2 (dois) representantes da Fundação de Cultura e Turismo de Petrópolis, sendo 1 (um) da área de Cultura e 1 (um) da área do Turismo; 1 (um) representante da Secretaria de Educação; 1 (um) representante da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico; 1 (um) representante da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; 1 (um) representante da Câmara Municipal; II – como representantes da Sociedade Civil: 2 (dois) representantes indicados pelo</p>

SMM-SãoLuis -MA (Dec. nº 35.140 de 25/06/2008)	SMM – Joinville /SC (Dec. nº 19.798 de 22/11/2012)	SMM de Petrópolis/RJ (Lei nº 7141 de 20/12/2013)
	<p>Cultural - CMPC-Jile, indicado pelo plenário deste Conselho, nos termos do Decreto Municipal nº 17.413, de 04 de fevereiro de 2011;</p> <p>1 (um) membro representante da sociedade civil da Comissão do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural do Município de Joinville - COMPHAN, indicado pelos membros desta Comissão;</p> <p>1 (um) membro representante da sociedade civil do Conselho da Cidade de Joinville, indicado pelo plenário deste Conselho;</p> <p>1 (um) membro representante da Fundação Cultural de Joinville, indicado pelo Chefe do Poder Executivo;</p> <p>1 (um) membro representante da Secretaria de Educação, indicado pelo Chefe do Poder Executivo;</p> <p>1 (um) membro representante da Fundação de Promoção e Planejamento Turístico de Joinville, indicado pelo Chefe do Poder Executivo.</p> <p>III - Coordenação composta por 03 (três) representantes do Conselho Gestor eleitos entre os seus membros, obedecendo a seguinte composição:</p> <p>1 (um) representante das instituições públicas do Município;</p> <p>1 (um) representante das instituições privadas ou mistas do Município;</p> <p>1 (um) representante da Fundação Cultural de Joinville.</p>	<p>Museu Imperial, sendo um deles integrante da equipe da Casa Claudio de Souza;</p> <p>1 (um) representante indicado pelo Palácio Rio Negro/Museu da República;</p> <p>1 (um) representante indicado pelo Museu Casa do Colono;</p> <p>1 (um) representante indicado pelo Museu Casa de Santos-Dumont;</p> <p>1 (um) representante indicado pela Casa Stefan Zweig;</p> <p>1 (um) representante indicado pelo museu da Cervejaria Bohenua;</p> <p>1 (um) representante indicado pelo Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade;</p> <p>1 (um) representante indicado pelo Museu da Força Expedicionária Brasileira;</p> <p>1 (um) representante indicado pelo Museu do Trem/Centro Cultural Estação Nogueira; 1 (um) representante indicado pelo Museu de Cera de Petrópolis;</p> <p>1 (um) representante indicado pelo museu da Casa da Ipiranga;</p> <p>1 (um) representante indicado pela Universidade Católica de Petrópolis;</p> <p>1 (um) representante indicado pela Universidade Estácio de Sá em Petrópolis</p> <p>1 (um) representante indicado pela Faculdade Arthur Sá Earp Neto;</p> <p>1 (um) representante indicado pela Universidade Norte do Paraná – UNOPAR em Petrópolis;</p> <p>1 (um) representante indicado pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET em Petrópolis;</p> <p>1 (um) representante indicado pelo</p>

	SMM-SãoLuis -MA (Dec. nº 35.140 de 25/06/2008)	SMM – Joinville /SC (Dec. nº 19.798 de 22/11/2012)	SMM de Petrópolis/RJ (Lei nº 7141 de 20/12/2013)
			Conselho Municipal de Cultura; 1 (um) representante indicado pelo Conselho Municipal de Turismo;
Coordenação:	Coordenado por 1 (um) servidor designado pelo Presidente da Fundação Municipal de Cultura.	Coordenado por membro eleito pelo Conselho Gestor	Coordenado por 1 (um) servidor indicado pela Presidência da Fundação Catarinense de Cultura - FCC.

APÊNDICE D - TABELA COMPARATIVA DOS SISTEMAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE MUSEUS (por ordem de criação)

Características dos Decretos	SP 1986	GO 1989	PR 1990	RS 1991	PA 1998	CE 2005	Pelotas (RS) 2006	Ouro Preto (MG) 2006	MT 2007	MG 2007	Rio Grande (RS) 2008	Santa Maria (RS) 2008	Sao Luis (MA) 2008	AL 2008	PI 2008	MS 2008	RJ 2010	SC 2011	DF 2012	Joinville (SC) 2012	Petropolis (RJ) 2013	SE 2014
------------------------------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	-------------------	----------------------	---------	---------	----------------------	-----------------------	--------------------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------------------	----------------------	---------

ACERVO:																							
aquisição			X			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X				X			X	
comunicação				X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X					X			
conservação			X			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X					X		X	
disseminação	X					X	X	X	X	X	X	X	X	X	X					X			
divulgação	X		X			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X							X	
documentação	X		X				X	X	X	X	X	X	X	X	X					X			
educação	X		X			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X					X		X	
exposição	X		X			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X					X		X	
intercâmbio							X	X	X	X	X	X	X	X	X								
lazer			X			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X					X		X	
lucrativo			0			X	0	0	0	0	0	0	0	0	0				0	0	0	0	0
não lucrativo	X		0			X	X	0	0	0	X	0	0	0	0				X	0	0	0	0
permuta													X										
pesquisa	X		X			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X				X	X	X	X	X
preservação	X		X			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X				X	X	X	X	X

APÊNDICE D - TABELA COMPARATIVA DOS SISTEMAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE MUSEUS (por ordem de criação)

Características dos Decretos	SP 1986	GO 1989	PR 1990	RS 1991	PA 1998	CE 2005	Pelotas (RS) 2006	Ouro Preto (MG) 2006	MT 2007	MG 2007	Rio Grande (RS) 2008	Santa Maria (RS) 2008	São Luis (MA) 2008	AL 2008	PI 2008	MS 2008	RJ 2010	SC 2011	DF 2012	Joinville (SC) 2012	Petropolis (RJ) 2013	SE 2014	
restauração					X													X					
AÇÕES:																							
assessoria Técnica	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
cadastramento de Museus		X				X							X		X			X	X	X	X	X	X
capacitação	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
políticas públicas				X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
integração	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
programas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
projetos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
EXPECTATIVAS:																							
acessibilidade	X		X								X	X					X	X	X	X	X	X	X
aperfeiçoamento	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
apoio a redes temáticas										X			X		X		X	X	X	X	X	X	X
Articulação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
colaboração	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
continuidade	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
descentralização	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

APÊNDICE D - TABELA COMPARATIVA DOS SISTEMAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE MUSEUS (por ordem de criação)

Características dos Decretos	SP 1986	GO 1989	PR 1990	RS 1991	PA 1998	CE 2005	Pelotas (RS) 2006	Ouro Preto (MG) 2006	MT 2007	MG 2007	Rio Grande (RS) 2008	Santa Maria (RS) 2008	São Luis (MA) 2008	AL 2008	PI 2008	MS 2008	RJ 2010	SC 2011	DF 2012	Joinville (SC) 2012	Petropolis (RJ) 2013	SE 2014	
Fomento	X	X	X	X	X	X	X	X			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
fortalecimento	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Intercâmbio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
interlocução	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
permanência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
qualificação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
quadro de profissionais	X		X									X											
representação		X																					
DESENVOLVIMENTO:																							
ações conjuntas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
autonomia	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
cidadania				X				X			X										X		
consciência crítica				X				X			X	X											
educação não formal	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
identidade				X				X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
inclusão social				X		X						X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

APÊNDICE D - TABELA COMPARATIVA DOS SISTEMAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE MUSEUS (por ordem de criação)

Características dos Decretos	SP 1986	GO 1989	PR 1990	RS 1991	PA 1998	CE 2005	Pelotas (RS) 2006	Ouro Preto (MG) 2006	MT 2007	MG 2007	Rio Grande (RS) 2008	Santa Maria (RS) 2008	São Luis (MA) 2008	AL 2008	PI 2008	MS 2008	RJ 2010	SC 2011	DF 2012	Joinville (SC) 2012	Petropolis (RJ) 2013	SE 2014	
lazer			X	X			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
participação da sociedade civil			X	X			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
sustentável																X							
turismo																X			X				
GESTÃO:																							
grupo gestor	X	X		X			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
coordenador geral	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
representantes civis eleitos	X	X	X	X			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
poder público indicados	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
poder público eleitos								X															
eventuais participantes	X	X	X	X			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
recursos financeiros públicos	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

APÊNDICE E - Relatório Completo de uma Visita Técnica (realizada pelo SIM/RJ)
VISITA TÉCNICA AO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DE ITABAPOANA
17 DE MAIO DE 2010

Prefeita:
Aniversário da Cidade: 13, 14 e 15 de agosto
Padroeira: Bom Jesus
Secretário Municipal Indústria, Comércio, Turismo e Cultura: Sávio Sabóia Fonseca (22) 9814-3723 e 9868-1997 e (22) 3831-5524
Centro de Informações de Turismo
Diretora de Cultura : Martha Salim (22) 9886-0170
marthasalim@hotmail.com

Nossa Reunião aconteceu na Biblioteca Pública que está bem instalada na antiga Sede do Fórum que foi doada para a Prefeitura

Participantes:
Diretora de Cultura: Martha Salim
Presidente do Conselho: Raul Boechat
raulboechat@gmail.com
Claudia Borges: Claudia@ig.com.br filha do dono do Colégio Rio Branco
Shirley Beja – Secretária de Educação
shirley.beja@yahoo.com.br
semedpedagogico@hotmail.com
Mauro Werneck Campos – Rosal – Evento Cultural da Consciência Negra
werneckcampos@bol.com.br
Rose Mari Gomes Faria – Guia de Turismo Tel.: (22) 9931-1628 – Folia de Reis
rosefariagomes@gmail.com
Entrevista na Transvale ver na internet sábado dia 22 ao meio dia www.transvalefm.com.br ou podcast a partir das 9 horas

Assuntos tratados:
Conscientização da equipe da Cultura para a importância de um Centro de Memória no Município

Visitas:
Distrito de Calheiros: Sede da Associação de Desenvolvimento Rural e Urbano de Calheiros Não há escritura da sede, mas não é de nenhum particular. Nesta casa foram colocados objetos de fazendas (ferros, tachos, pilões, alguns instrumentos de ferro, retratos de famílias, documentos, fotos, há uma sala em homenagem a uma senhora Distrito de Rozal: Há uma propriedade particular Antônio Ouriche, que abriga muitos objetos e até alguns eletro-eletrônicos de décadas passadas (inclusive importados) com a intenção de resgate de memória. Existe uma Casa particular que foi reformada com dinheiro da Prefeitura para abrigar uma coleção de objetos pessoais de Rogério Figueiredo. Atualmente fechada e

os objetos foram retirados pela família. Na praça há uma Igreja de Santana. Visita a propriedade de Marta Gonçalves Figueiredo – Belo Jardim.
Distrito de Pirapitinga: Numa propriedade particular da família Boechat há um “Museu”
No andar térreo da casa que ainda se encontra no seu estado original de construção.
Colégio Rio Branco: Colégio particular onde a maioria dos cidadãos da cidade estudaram, há um protótipo de museu da escola.

Atividades:

Festas religiosas, folias de reis, existe há 8 anos a festa da Consciência Negra de Rosal em 20 de novembro

Orientações: Para Calheiros falei com o Vereador Eraldo Rezende eraldorezende@uol.cpm.br tel: (22) 3831-6894 E 9948-1471

Já existe uma Associação que poderá ser proponente nos Editais Públicos. É necessário regularizar a situação da Casa, documentação comprovando o direito de posse da Casa pela Associação, ver com a Prefeitura como conseguir uma declaração de que não há proprietário particular.

Enviarei cópia do Projeto do Museu de Quatis, para o endereço do Vereador: Rua João Ferreira da Silva, 82 – Bairro Bela Vista – Bom Jesus de Itabapoana-RJ CEP 28.360-000

Sugeri a criação de uma Associação que possa representar de maneira permanente a Consciência Negra de Rosal.

Recomendei a Cláudia que busque apoio para criação de um Centro de Memória do Colégio Rio Branco que possui um acervo importante .

Enviarei por e.mail para Martha Salim: Manual da Vitae de Plano Diretor e apostila de Elaboração de Projetos.

Deixei Manual de Implantação de Museus Municipais.

Contato da Luzia do SEB
Modelo de carta de compromisso de doação de acervo para o futuro Centro de Memória.
Manual da Vitae para o Plano Diretor
Material das Oficinas de Elaboração de Projetos e Plano Museológico

Lucienne Figueiredo dos Santos
Assessor-Chefe do SIM-RJ

APÊNDICE F - Formulário de Checagem: Administração, Coleção, Exposição, Educação/ Comunicação, Serviços ao Visitante e Avaliação, relações públicas, Marketing

Tema	+/-	Comentário	Tema	+/-	Comentário
ADMINISTRAÇÃO					
Administração de acordo com objetivos			Programa de treinamento de pessoal		
Visão/ missão/ objetivos			Aspectos formais do treinamento de pessoal		
Análise dos desenvolvimentos externos			Organização bem definida		
Análise focada em grupos			Descrições de postos de trabalho		
Declaração da visão/ missão			Políticas de salários		
Estabelecimento dos objetivos SMART			Reuniões regulares de pessoal		
Plano de ação			Aspectos informais da administração de pessoal		
De objetivos a atividades operacionais			Atividades que fortalecem o trabalho em equipe		
Avaliação de recursos			Aspectos financeiros		
Participação do pessoal			Plano financeiro		
Prioridades			Administração do plano financeiro		
Sistema de avaliação			Assegurar o dinheiro público		
Políticas para as principais funções			Ser ativo com o governo e na sociedade		
Análise dos procedimentos do trabalho			Confiabilidade, demonstrar resultados		
Criação/ revisão das políticas			Ser ativo e único no desenvolvimento local e regional		
Administração de pessoal			Criar redes		
Recrutamento e treinamento de pessoal			Atividades que geram ingressos		
Política de recrutamento e treinamento de pessoal			Grupo de negócios		
Plano do pessoal			Desenvolvimento da loja do museu		
			Cafeteria e Restaurante		

Extraído de MANNEBY, Hans, PRASH, Hartmut e HOFMANN, Rainer (Ed.) 'Repaso' (Revisão) In: *Museos: guia para la excelencia*, p.143-152 (tradução nossa)

APÊNDICE F - Formulário de Checagem: Administração, Coleção, Exposição, Educação/ Comunicação, Serviços ao Visitante e Avaliação e Avaliação, relações públicas, Marketing

Tema	+/-	Comentário
Cooperação com o turismo		
Outros recursos que gerem ingressos		
Políticas de patrocínio		
Clube de patrocinadores		
Solicitação de financiamento		
Amigos do Museu		
Edifício e instalações		
Plano de manutenção		
Análise da situação		
Distribuição dos recursos		
Plano de acessibilidade		
Análise da situação		
Plano de melhoramento		
Segurança		
Plano de segurança		
Treinamento de pessoal		
ACERVO		
Políticas de Acervo		
Política definida de acervo		
Documentação de cada objeto		
Padrão do processo de aquisição		

Tema	+/-	Comentário
Sistema de classificação		
Sistema de armazenagem		
Documentação		
Documentação de entrada		
Documentação do objeto		
Documentação de controle		
Adição de informação		
Informação geral		
Cópias de segurança		
Administração do acervo		
Padrões de pessoal		
Restauração qualificada		
Períodos de revisão		
Ética do acervo		
Conhecer o local de origem		
Honestidade na aquisição		
Autenticidade		
Segurança		
Prevenção contra roubo e incêndios		
Cadeados		
Guardas de segurança		

Extraído de MANNEBY, Hans, PRASH, Hartmut e HOFMANN, Rainer (Ed.) 'Repaso' (Revisão) In: Museos: guía para la excelencia, p.143-152 (tradução nossa)

APÊNDICE E - Formulário de Checagem: Administração, Coleção, Exposição, Educação/ Comunicação, Serviços ao Visitante e Avaliação, relações públicas, Marketing

Tema	+/-	Comentário	Tema	+/-	Comentário
Conservação			Conceito/ Roteiro		
Conservação ativa de acordo com o material			Coleção		
Conservação passiva			Sistema		
Controle de temperatura			Dramaturgia		
Controle de umidade			Informação/ educação		
Limpeza no armazenamento			Desenho da exposição		
Limpeza ao manipular os objetos			Arquitetura		
Controle da iluminação			Cenografia		
Procedimentos da exposição			Ferramentas de exposição		
Seleção do tema			Desenho da informação		
Seleção dos objetos			Equipe técnica		
Conservação durante a exposição			Iluminação		
Segurança dentro da área de exposição			Audiovisuais		
Controle de iluminação			Elementos interativos		
Informação sobre a exposição			Segurança		
Redes			Preparação dos objetos		
Investigação e informação			Atmosfera		
Reflexo da missão			Iluminação		
Publicação dos resultados			Cor		
			Som		
			Espaço		
EXPOSIÇÃO					
Conteúdo					

Extraído de MANNEBY, Hans, PRASH, Hartmut e HOFMANN, Rainer (Ed.) 'Repaso' (Revisão) In: *Museos: guía para la excelencia*, p.143-152 (tradução nossa)

APÊNDICE E - Formulário de Checagem: Administração, Coleção, Exposição, Educação, Serviços ao Visitante e Avaliação, relações públicas, Marketing

Tema	+/-	Comentário	Tema	+/-	Comentário
Olfato			Melhoramento permanente de ferramentas		
Paladar			Interpretação mediante a comunicação		
Temperatura			Uso de novas tecnologias		
Honestidade			Ferramentas de comunicação		
Amabilidade			Contato pessoal e diálogo		
Tempo			Audiovisuais		
Serviços ao visitante			Áreas de discussão		
Logística			Cooperação (escolas, amigos, associações etc)		
Acessibilidade			Jogos		
Compra de boletos			Ferramentas educativas		
Rota			Informação impressa		
Orientação			Audiovisuais		
Descanso			Visitas guiadas		
Áreas de atividades			Programas práticos para distintos grupos		
Compras			Estações de prática		
Informação adicional de apoio			Programas escolares		
EDUCAÇÃO / COMUNICAÇÃO			Programas familiares		
Equilíbrio entre a missão do museu e sua situação real			Programas individuais		
Propósito geral			Cursos		
Continuidade do treinamento de pessoal			SERVIÇOS AO VISITANTE		
			Antes da visita		

Extraído de MANNEBY, Hans, PRASH, Hartmut e HOFMANN, Rainer (Ed.) 'Repaso' (Revisão) In: *Museos: guía para la excelencia*, p.143-152 (tradução nossa)

APÊNDICE F - Formulário de Checagem: Administração, Coleção, Exposição, Educação/ Comunicação, Serviços ao Visitante e Avaliação, relações públicas, Marketing

Tema	+/-	Comentário	Tema	+/-	Comentário
Chegar à mente das pessoas			Espaço livre		
Material publicitário			Evitar cartazes restritivos		
Sinalizações			Instalações para idosos e portadores de deficiência		
Contatos com os meios de comunicação			Informação antecipada		
Cooperação			Instalações que se oferecem		
Eventos especiais			Informações a organizações		
Embaixadores			Durante a visita		
Instruções para chegar			Guiar o visitante		
Sinais em mapas			Sistema de orientação		
Transporte público			Orientação e administração do tempo		
Áreas de estacionamento			Linha de fluxo vermelha		
Sinais desde a entrada			Fontes de informação		
Criar curiosidade			Apresentação e desenho		
Exposições pequenas fora do museu			Fichas dos objetos		
Oferecer adiantamentos			Textos nas salas (vários idiomas)		
Página Web			Multimídia		
Sensação de boas vindas			Programas interativos		
Pessoal amigável			Uso de todos os sentidos		
Criação de atmosfera			Evitar a distância		
Perspectiva geral das instalações			Tocar objetos		
Brinde de boas vindas					

Extraído de MANNEBY, Hans, PRASH, Hartmut e HOFMANN, Rainer (Ed.) 'Repaso' (Revisão) In: *Museos: guía para la excelencia*, p.143-152 (tradução nossa)

APÊNDICE F – Formulário de Checagem: Administração, Coleção, Exposição, Educação/ Comunicação, Serviços ao Visitante e Avaliação, relações públicas, Marketing

Tema	+/-	Comentário	Tema	+/-	Comentário
Sons, canções, localismos			Presente de despedida		
Odores			Planos futuros		
Sabores			Solicitar comentários		
Estimular os sentidos			Programa VIP do museu		
Lugares de relaxamento e recreação			Alternativas e programas adicionais		
Cadeiras			Programas culturais na região		
Áreas de jogos			Cooperação com lojas e restaurantes		
Cafeteria, restaurante, áreas ao ar livre			Cooperação com instituições recreativas		
Banheiros limpos			Visitas especiais		
Fraldários			Avaliação		
Na saída do museu			Avaliação interna		
Algo que os visitantes possam levar			Focar-se nos procedimentos do trabalho		
Loja			Objetivos definidos		
Conexão com a exposição			Eficiência do pessoal		
Objetos comparáveis			Eficiência dos métodos		
Cartões postais, livros, vídeos, CD-ROMs			Eficiência no tempo		
Exposição estilizada da loja			Eficiência nos custos		
Logística adequada			Avaliação externa		
Administração profissional da loja			Medir a resposta pública a		
Sentimento positivo e desejo de regressar			- a exposição		
Pessoal amável e correto			- os projetos		

Extraído de MANNEBY, Hans, PRASHI, Hartmut e HOFMANN, Rainer (Ed.) 'Repaso' (Revisão) In: *Museos: guía para la excelencia*, p.143-152 (tradução nossa)

APÊNDICE F - Formulário de Checagem: Administração, Coleção, Exposição, Educação/ Comunicação, Serviços ao Visitante e Avaliação, relações públicas, Marketing

Tema	+/-	Comentário
- as instalações		
Avaliação comparativa		
Provas comparativas		
Relações públicas e marketing		
Política de vendas		
Identidade corporativa		
Estratégia de informação		
Estratégia de comunicação		
Plano e ferramentas de marketing		
Listas de endereços		
Website		
Prospectos		
Anúncios		
Atividades importantes		

Extraído de MANNEBY, Hans, PRASH, Hartmut e HOFMANN, Rainer (Ed.) 'Repaso' (Revisão) In: *Museos: guía para la excelencia*, p.143-152 (tradução nossa)

APÊNDICE G (1) - EDITAIS SIMUL-SECRETJ(2010-2011-2012-2013) : Chamada 013/2010: Apoio a modernização e preservação de museus; Chamada 014/ 2010: Apoio a atividade de dinamização de Museus; Chamada 211/ 2011: Modernização de Museus; Chamada 22/2011: Dinamização de Museus; Chamada 15/2012: Apoio ao Desenvolvimento de Museus e Instituições Museológicas

Chamada Pública	PROponente	PROJETOS CONTEMPLADOS / PROCESSO / VALORES (R\$)	INSTITUIÇÃO CONTEMPLADA - CONTATO	BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	REGIÃO
013/10	Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos	Respeito à Memória dos Pretos Novos E-18/4571/2010 49.951,54	Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos Presidente: Merced Guimarães Tel.: (21) 2516-7088 / 7089 7080 (Instituto) / (21) Cel:(21) 7835-4438 (Merced) E-mail Instituto / Presidente: pretosnovos@pretosnovos.com.br	O Museu proporciona aos seus visitantes, uma rara, oportunidade de visualizar artefatos arqueológicos, de conhecer as pesquisas históricas e arqueológicas em andamento, além da exibição do documentário Pretos Novos. O IPN pretende dessa forma contribuir para o resgate de uma história que ficou esquecida por quase duzentos anos e que, por isso mesmo, não constam nos nossos livros didáticos.	Rio de Janeiro	Metropolitana
014/10		A Saga dos Pretos Novos E-18/4579/2010 35.000,00				
Objetivo do convênio: 013/10 – Preservação do espaço que abriga o sítio arqueológico e a sede do Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos (IPN); garantir a preservação do acervo; melhorar as instalações para realização das atividades e recepção do público; garantir a segurança e a continuidade dos projetos em curso. 014/10 – A exposição tem por finalidade propor reflexões, estimular projetos educacionais e de pesquisa, visando a preservação da memória e história da escravidão, em particular dos Pretos Novos. Bem como refletir sobre seus desdobramentos nos dias atuais, analisando suas consequências ao longo do processo civilizatório, incorporada à diversidade inter étnica que compõe a totalidade do povo brasileiro, abordando, tratando, dialogando e refletindo para o entendimento das circunstâncias e das questões socio-raciais resultantes da apropriação do trabalho daqueles que foram violentamente submetidos à escravidão. A exposição tem como um dos pontos focais a denúncia das continuidades das práticas que nos remetem as formas de trabalho escravo na sociedade brasileira. Assim de cunho político-pedagógico a ideia é fazer uma denúncia da exploração das formas e práticas da “escravidão contemporânea”, isto é, um retrato das formas de trabalho da população negra marginalizada. Outra questão que nos preocupa e que queremos abordar é referente ao não cumprimento da Lei 10.803, artigo 2º que sanciona nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. Desta forma, a elaboração de uma exposição neste formato tende a atender a um público escolar carente da história dos povos africanos e seus descendentes.						
013/10	Academia Brasileira de Literatura de Cordel	Catálogo e Preservação do acervo da Academia Brasileira de Literatura de Cordel E-18/4576/2010 49.690,00	ABLC - Academia Brasileira de Literatura de Cordel Diretor: Gonçalo Ferreira da Silva Gestor de Projetos: Fernando Assunção Tel: (21) 2232-4801/2221-1077 Cel.: (21) 97985-2829/88865-0783 E-mail Institucional/Diretor: ablc@ablc.com.br E-mail Fernando: fernando@ablc.com.br	Foi fundada a Academia Brasileira de Literatura de Cordel, no dia 7 de setembro de 1988. Na diretoria, assim constituída, eram somente três os cordelistas: o presidente, Gonçalo Ferreira da Silva, o vice, Apolônio Alves dos Santos e o diretor cultural, Hélio Dutra. Tem como objetivo difundir o acervo de folhetos de cordel e difusão da literatura de cordel e sua história, através da disponibilização pública do acervo da Academia Brasileira de Literatura de Cordel. Permitindo, assim, o acesso aos acervos da ABLC a todos os interessados em cultura popular; apresentar ao público algumas de suas obras mais notórias; estimular a participação através da leitura e do desenvolvimento da criatividade dos jovens e adultos, por meio da cultura popular e da literatura de cordel, música, teatro e xilogravuras; resgatar a memória da literatura de cordel, visando seu fortalecimento, seja no âmbito oral e/ou escrita (cantorias, causos e folhetos impressos); Propiciar a reflexão e a interação com o público e a formação de novos leitores.	Rio de Janeiro	Metropolitana
Objetivo do convênio: 013/10 – Inventariar, registrar, catalogar, higienizar e difundir o acervo de folhetos de cordel e sua história, através da disponibilização pública do acervo da Academia Brasileira de Literatura de Cordel; permitir o acesso aos acervos da ABLC a todos os interessados em cultura popular; apresentar ao público algumas de suas obras mais notórias; estimular a participação através da leitura e do desenvolvimento da criatividade dos jovens e adultos, por meio da cultura popular e da literatura de cordel, música, teatro e xilogravuras; resgatar a memória da literatura de cordel, visando seu fortalecimento, seja no âmbito oral e/ou escrita (cantorias, causos e folhetos impressos); propiciar a reflexão e a interação com o público e a formação de novos leitores; fomentar e estimular a formação de novos poetas e xilogravuristas em suas produções						
013/10	Associação de Amigos do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro	Biblioteca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro: mobiliário e equipamentos E-18/4575/2010 49.958,00	MAM – Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro Presidente: Carlos Albertt Gouveia Chateaubriand Tel.: (21) 3883-5600 (Recepção) / (21) 9 9874-8606 (Luiz Camillo)	C Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro foi criado em 1948 a partir de duas preocupações montadoras: ser um espaço de acolhimento da experimentação, de vanguarda e um lugar de formação, de pesquisa, e de produção de conhecimento. As exposições temporárias buscam refletir esta missão inaugural a partir de quatro	Rio de Janeiro	Metropolitana

APÊNDICE G (2) - EDITAIS SIMULSEC/RJ(2010-2011-2012-2013) - Chamada 0132010: Apoio a modernização e preservação de museus; Chamada 01412010: Apoio a atividade de dinamização de Museus; Chamada 211/2011: Modernização de Museus; Chamada 22/2011: Dinamização de Museus; Chamada 15/2012: Apoio ao Desenvolvimento de Museus e Instituições Museológicas

Chamada Pública	PROponente	PROJETOS CONTEMPLADOS / PROCESSO / VALORES (R\$)	INSTITUIÇÃO CONTEMPLADA - CONTATO	BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	REGIÃO
02/11	Biblioteca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro: Automação	E-18/2613/2011 99.691,00	E-mail Institucional: mam@mamrio.org.br E-mail Presidente: presidencia@mamrio.org.br e kamillibson@gmail.com	expos conceituais: Construção da história, Processos experimentais, Interrogações temáticas e diálogos culturais e Projetos especiais.		
015/12	Construindo identidades: MAM - Rio	E-18/1690/2012 300.000,00				
<p>Objetivo do convênio:</p> <p>013/10 – Proporcionar condições de guarda a um acervo bibliográfico único em seu gênero, colaborando com uma preservação e tornando em breve, novamente acessível ao público, promovendo a aquisição e imediata doação de mobiliários e equipamentos a Biblioteca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, a doação das peças de mobiliário e equipamentos citados será de imediata incorporação por parte do Museu, recebendo plaquetas de identificação patrimonial, sendo também confeccionada uma placa a ser afixada em local visível com agradecimentos a Secretária de Estado de Cultura.</p> <p>021/11 – Adquirir equipamentos permanentes: 01 servidor, 05 computadores, 01 HD externo, 05 estabilizadores, 01 no-break, 05 suportes para CPU, 03 mesas e 08 cadeiras. Além de livros técnicos para apoio a serviço de catalogação e classificação do acervo bibliográfico e material para etiquetagem das publicações (etiquetas e protetores autocoesivos); instalar o servidor e os computadores em rede, sendo, para tal, necessária a contratação de prestador de serviço técnico em informática, catalogar, classificar, tomba e etiquetar as publicações adquiridas nos últimos dez anos da Biblioteca; realizar a automação da Biblioteca do MAM RJ, através da implantação de software, a fim de possibilitar uma melhor gestão do conjunto; tornar acessíveis, futuramente, fontes bibliográficas sobre Artes, bem como publicações sobre a história da instituição e de suas coleções; facilitar a pesquisa de volumes no acervo, através do software, auxiliando os usuários da Biblioteca; desenvolver ações estratégicas, somando-as a outros projetos e esforços para a futura reabertura da Biblioteca ao público.</p> <p>015/12 – Fortalecer o projeto institucional e cultural do MAM-Rio a partir de um plano de etapas e metas envolvendo os diferentes setores do MAM-Rio (curadoria, educação, museologia e documentação); promover uma reflexão sobre a(s) identidade(s) do MAM-Rio numa perspectiva passado-presente-futuro; investigar a atual imagem do MAM-Rio e os fatores que determinam a maior e menor atratividade do espaço, extraindo os desejos e demandas dos potenciais frequentadores, de modo a reunir subsídios para decisões e ações estratégicas que contribuam para o reposicionamento da instituição; identificar uma marca institucional forte capaz de sustentar a atividade do museu em uma cidade cosmopolita, dinâmica e geradora de fluxos e dinâmicas sociais e econômicas à escala global; desenvolver uma pesquisa (documental, bio-bibliográfica e iconográfica) sobre o contexto experimental dos anos 50-70 no MAM-Rio (cinema, artes plásticas, cruzamentos interdisciplinares, educação, etc.) e contextos similares nacionais e internacionais; produzir, difundir e dinamizar produtos inéditos (catálogos, vídeos, etc) que configurem uma relação passado-presente-futuro da identidade no MAM-Rio; aprofundar as relações entre práticas experimentais e práticas educativas através do desenvolvimento de ações pedagógicas/educativas dirigidas aos públicos do MAM-Rio; contribuir para o aprofundamento da cooperação cultural e artística internacional através da realização de um seminário internacional; contribuir para o reposicionamento da instituição a nível regional, nacional e internacionalmente, valorizando a auto-estima dos cidadãos do Rio de Janeiro e do Estado (públicos e comunidade artística).</p>						
013/10	Museu de Favela	Obra da base operacional do Museu de Favela E-18/1570/2010 49.950,00	Museu de Favela Diretora: Antonia Soares Contato: Sidney Tartaruga Tel.: (21) 2287-8374 (Institucional) / (21) 87120-4802 (Antonia) E-mail Institucional: info@museudefavela.org E-mail Diretora: antonia@museudefavela.org E-mail Sidney: sidneytartaruga@museudefavela.org	E uma organização não governamental privada de caráter comunitário, fundada em 2008 por lideranças culturais moradoras das favelas Pavão, Pavãozinho e Cantagalo. O MUF surgiu um ano antes da chegada da Unidade de Favela Pacificadora – UPP nesse morro, enfrentando muitos desafios. Nesse primeiro museu territorial e vivo sobre memórias e patrimônio cultural de favela do mundo, o acervo são cerca de 20 mil moradores e seus modos de vida, narrativos de parte importante e desconhecida da própria história da Cidade do Rio de Janeiro.	Rio de Janeiro Municípios atendidos: Macaé, Paraty, Cabo Frio e Rio de Janeiro	Metropolitana Regiões atendidas: Norte, Costa Verde, Baixadas Litorâneas e Metropolitana
014/10	Itinerância do Despertar de almas e de sonhos do Museu de Favela	E-18/1581/2010 35.000,00				
022/11	Exposição do Despertar de almas e de sonhos	E-18/2858/2011 49.756,00				
015/12	Plano estratégico de desenvolvimento institucional do Museu de Favela	E-18/1671/2012 500.000,00				
<p>Objetivos do convênio:</p> <p>013/10 – Adequar o espaço físico e as instalações de um antigo imóvel que antes sediava uma creche, hoje desativada, para instalar a base operacional do Museu de Favela. Entre os objetivos imediatos da reforma e adequação do espaço está ainda o de sediar as seguintes metas de imediatas: realização de oficinas de música (percussão), pintura e de rodas de leituras para público infantil e sessões CineMafinhos com projeções de desenhos animados que despertem talentos artísticos e percepções nas crianças sobre a importância de preservar laços de amizade, memórias familiares e cuidadas com o território onde se vive; continuação das pesquisas e entrevistas com idosos para recuperação e inventário das memórias locais a partir da história oral da 3a. cidade, com recursos do Programa Ponto de Memória/MmC; realização de cursos-oficinas de corte e costura e de eco-alfabeto pl. fortalecer a valorização pessoal e capacidade de</p>						

APÊNDICE G (3) - EDITAIS SIMULSECRIJ (2010-2011-2012-2013) - Chamada 0132010: Apoio a modernização e preservação de museus; Chamada 01412010: Apoio a atividade de dinamização de Museus; Chamada 211/2011: Modernização de Museus; Chamada 22/2011: Dinamização de Museus; Chamada 15/2012: Apoio ao Desenvolvimento de Museus e Instituições Museológicas

Chamada Pública	PROponente	PROJETOS CONTEMPLADOS / PROCESSO / VALORES (R\$)	INSTITUIÇÃO CONTEMPLADA - CONTATO	BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	REGIÃO
013/10	Associação Feira da Roça - AFEIR	Museu da Roça - Novos olhares E-18/1573/2010 50.000,00	Museu da Roça Contato: Guido de Castro Tel.: (24) 3353-3405/2179 Celi: (24) 9 8603-9774 (Guído) E-mail Institucional: quatisfeira.cultura@gmail.com e museudarocquaquis@yahoo.com.br E-mail Contato: guido@castro@gmail.com	Desde 1988, o Museu da Roça já mudou de endereço algumas vezes. Agora, funciona na Feira da Roça de Quatis. A sede é definitiva, garantem os responsáveis pela organização e manutenção do acervo, recolhido de doações dos próprios moradores. Entre as peças em exposição, há um torrador de café usado na época da escravidão. O espaço é pequeno e tem como objetivo representar uma típica casa da roça. O museu recebe, inclusive, doações dos visitantes. Quem tiver panelas, porcelanas e outros utensílios em casa, e quiser contribuir, basta apresentar a peça.	Quatis	Médio Paraíba
Objetivo do convênio: 013/10 - Melhorar a infraestrutura do museu; proporcionar a manutenção e recuperação do acervo; promover a melhoria e organização das exposições.						
013/10	Associação Ambiental e Cultural Recicla Três Rios	Resgatando a memória para preservar a história E-18/1574/2010 50.000,00	Casa de Cultura de Três Rios Diretor: José Rodrigues Tel:(24) 2262-0266/2265-1729 E-mail Diretor: joserodrigues.cultura@uol.com.br	Construída no terreno pertencente ao Sr. José Vaz, grande incentivador da cultura Trinitense, doou a propriedade para a construção de um espaço cultural. Entretanto no terreno foi construída uma escola que ali permaneceu até 1945 quando o prédio foi cedido ao fórum municipal. Com a transferência do fórum para o prédio novo, em 1988, a propriedade foi cedida ao Conselho Municipal de Cultura com a condição de que nela fosse instalada a Casa de Cultura. Desde 1998 abriga a Casa de Cultura de Três Rios onde são realizadas as principais manifestações culturais da cidade: palestras, exposições, lançamento de livros, apresentações musicais, contém ainda arquivos de importância histórica liberados para a consulta popular. Possui um acervo de livros, documentos e periódicos históricos para consulta pública gratuita.	Três Rios	Centro-Sul
Objetivo do convênio:						

APÊNDICE G (4) - EDITAIS SMU/SEC/RJ(2010-2011-2012-2013) : Chamada 013/2010: Apoio a modernização e preservação de museus; Chamada 014/ 2010: Apoio a atividade de dinamização de Museus; Chamada 21/ 2011: Modernização de Museus; Chamada 22/2011: Dinamização de Museus; Chamada 15/2012: Apoio ao Desenvolvimento de Museus e Instituições Museológicas

Chamada Pública	PROponente	PROJETOS CONTEMPLADOS / PROCESSO / VALORES (R\$)	INSTITUIÇÃO CONTEMPLADA - CONTATO	BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	REGIÃO
013/10	Sociedade de Promoção da Casa de Oswaldo Cruz	Implementação de atividades culturais do Museu da Vida: patrimônio ao alcance de todos E-18/4577/2010 49.930,00 Exposição Centenário Carlos Chagas Filho E-18/1578/2010 35.000,00	Museu da Vida Chefe de Deptº: Diego Vaz Bevilacqua Tel: (21) 3385-2121/2170 E-mail Institucional: museudavida@fioocruz.br e museudavida@coc.fioocruz.br E-mail Chefe: dbevilacqua@coc.fioocruz.br	E a ponte entre a Fundação Oswaldo Cruz. Criado em 1999, é um espaço de integração entre ciência, cultura e sociedade. Integra a Casa de Oswaldo Cruz, centro de pesquisa, documentação e informação, dedicado à memória, à história das ciências biomédicas e da saúde pública e à educação e divulgação em ciência e saúde. As exposições, peças de teatro e atividades lúdicas e interativas oferecidas pelo museu visam oferecer aos visitantes a compreensão do processo e dos avanços científicos e dos seus impactos no cotidiano. Busca, sobretudo, ampliar o nível de participação da sociedade em questões ligadas à ciência, à saúde e à tecnologia.	Rio de Janeiro	Metropolitana
014/10						
Objetivo do convênio:						
013/10						
014/10						
Objetivo do convênio:						
02/11/1						
014/10	NOPH – Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica – Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matabaúro - Santa Cruz	Teatro: em patrimônio ecomuseológico E-18/1580/2010 35.000,00 Implantação do Plano Museológico do NOPH / Ecomuseu de Santa Cruz E-18/2612/2011 100.000,00	Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matabaúro - Ecomuseu de Santa Cruz Diretor: Felipe Carvalho Tel.: (21) 3385-1489 (institucional). E-mail Institucional: ecomuseuqosc_smc@rio.rj.gov.br E-mail Diretor: felipe.carvalho@smc.rio.rj.gov.br	E o resultado do trabalho que o NOPH desenvolve desde 1983, quando de sua criação, reconhecido no I Encontro Internacional de Ecomuseus, realizado no Rio de Janeiro, em 1992, no de comem da ECO 92, que reuniu governantes e participantes de diversos países para tratar das questões relacionadas com o meio ambiente em nosso planeta. Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matabaúro, por estar naquele local o Palacete do Matabaúro, futuro Centro Cultural do bairro e pela presença de inúmeras unidades escolares, com milhares de alunos, as ruínas do antigo Matabaúro de 1881 e a Estação Ferroviária tombada do Matabaúro.	Rio de Janeiro	Metropolitana
Objetivo do convênio:						
014/10						
02/11/1						
Objetivo do convênio:						
014/10	FEMAR - Fundação de Estudos do Mar	O poder marítimo e a Marmha do Brasil (Exposições temporárias divididas por sub-temas: A Amazônia Azul e o Poder Naval na Formação do Brasil)	FEMAR - Projeto DPHDM – Dinamização de Museus Presidente: Lucio Franco de Sá Fernandes Tel.: (21) 3237-6500/8601	Destina-se, a contribuir para ampliar o conhecimento dos aspectos sócio-econômicos, ambientais e políticos do mar, bem como dos problemas a ele referentes; valorizar a pessoa do trabalhador da indústria de construção naval, do transporte aquaviário e da pesca, promovendo	Municípios atendidos: Duque de Caxias, Itaguaí, Resende,	Metropolitana, Médio Paraíba, Centro-Sul, Baixadas Litorâneas, Norte,

APÊNDICE G.53 - EDITAIS SMULSEC/RJ/20.10-2011-2012-20133 : Chamada 013/2010: Apoio a modernização e preservação de museus; Chamada 014/2010: Apoio a atividade de dinamização de Museus; Chamada 21/2011: Modernização de Museus; Chamada 22/2011: Dinamização de Museus; Chamada 15/2012: Apoio ao Desenvolvimento de Museus e Instituições Museológicas

Chamada Pública	PROJETOS CONTEMPLADOS / PROCESSO / VALORES (R\$)	INSTITUIÇÃO CONTEMPLADA - CONTATO	BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	REGIÃO
	E-18/1587/2010 34.440,00	E-mail: presidenciai@fundacaofemar.org.br	a maior produtividade dessas atividades comerciais e industriais; procurar os meios para a racionalização do trabalho nos portos e nas embarcações; promover o conhecimento e a difusão das ciências do mar; e buscar soluções, através de estudos, para o incremento do transporte aquaviário e para os problemas atinentes ao complexo aquaviário. transportes, portos, pesca, navegação, construção, reparo e manutenção navais e suas legislações. A FEMAR destina-se, ainda, a apoiar e fomentar as atividades relacionadas ao ensino, à pesquisa, aos desenvolvimentos institucionais tecnológicos e à inovação tecnológica, tudo ligado ao mar.	Paraliba do Sul, Casimiro de Abreu, Quissamã, Vassouras, Campos, Terresópolis	Serrana
Objetivo do convênio: 014/10 – Contribuir para a divulgação e a conscientização da mentalidade marítima do Brasil, com duas exposições itinerantes que interagem à realidade do País, tendo como elemento geográfico o Estado do Rio de Janeiro, origem de todo esse processo. A Mostra O Poder Naval na Formação do Brasil conta a história pelo mar, por onde chegaram os nossos descobridores e primeiros invasores. No advento da Independência, houve a criação da Marinha, a navegação nas estradas de então – rios e mar – para consolidar a soberania nacional, ameaçada pelos conflitos regionais e guerras no continente. Era a definição das fronteiras terrestres, nascidas ao tempo do Tratado de Tordesilhas e ampliadas por portugueses e luso-brasileiros. O Século XX trouxe ao Brasil as guerras mundiais, as descobertas do petróleo no mar, a Guerra da Lagosta, a expansão do mar territorial e o conhecimento das potencialidades econômicas do País, provenientes de um território submerso de milhões de quilômetros quadrados, repleto de riquezas biológicas e minerais, a chamada Amazônia Azul. Neste modo, a Exposição Amazônia Azul complementa, numa visão geopolítica atual, a Mostra O Poder Naval na Formação do Brasil colocando o mar como a última fronteira brasileira a ser definida. E nesse intuito, mediante apresentação de painéis com mapas, gráficos e registros das potencialidades econômicas (navegação mercante e costeira, atividades pesqueiras, exploração do petróleo, etc.), apresenta a necessidade de implementação e exploração de atividades que permitam um melhor aproveitamento racional e sustentável da imensa riqueza marítima brasileira, devendo ser provido ainda os meios capazes para uma adequada vigilância e proteção dos interesses do Brasil no mar.					
014/10	Casa Stefan Zweig Exposição Stefan Zweig E-18/1585/2010 35.000,00	Casa Stefan Zweig Diretora Christina Michaelis Tel.: (24) 2245-4316 (Institucional) / (21) 2294-8320 (Christina) E-mail Institucional: contato@casastefanzweig.com.br e mail@casastefanzweig.org	É uma entidade cultural de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Petrópolis. Seu principal objetivo é homenagear a memória de Stefan Zweig na casa que serviu de última morada para o escritor e sua mulher, através do acervo físico com objetos pessoais e relativos às suas obras e à sua época, com coleção de livros, fotos, documentos, vídeos, filmes, biblioteca. O museu Casa Stefan Zweig será também um Memorial do Exílio, destinado a divulgar as obras de outros artistas, intelectuais e cientistas que se refugiaram no Brasil durante no período 1933-1945 e que contribuíram para a cultura, as artes e a ciência do país. Além de realizar atividades culturais como exposições, mostras, concursos, programações e produções teatrais, cinematográficas e de mídia; pretende estabelecer parcerias com entidades afins, oferecendo acesso on line a pesquisas e ao público em geral, e criar estímulos para pesquisas acadêmicas sobre a obra de Zweig e a literatura do exílio em geral através de bolsas de estudos e concursos.	Petrópolis	Serrana
015/12	Casa Stefan Zweig E-18/1719/2012 250.000,00				
Objetivo do convênio: 014/10 – O objetivo da exposição é divulgar ao público as ideias do projeto da Casa Stefan Zweig (CSZ), a fim de sensibilizá-lo para o novo museu que pretende-se implantar em Petrópolis. Essa divulgação tomará conhecida do grande público a trajetória biográfica de Stefan Zweig e as razões pelas quais escolheu nosso país para se refugiar dos horrores da guerra. Assim como Zweig, inúmeros outros intelectuais, artistas, cientistas, médicos, arquitetos, para cá vieram, e permaneceram, participando da construção do país. Estas informações, ao serem apresentadas na exposição, tornarão compreensível ao grande público a importância da casa-museu CSZ. 015/12 – Casa Stefan Zweig. Atender pelo menos 2 mil pessoas / Mês; montar exposição em torno da área temática definida para 2012: Brasil, um país do futuro; organizar visitação pública; realizar projetos de cunho pedagógico e cultural (cursos, palestras, oficinas) que beneficiem a comunidade petropolitana; estimular o respeito à diversidade de conhecimentos e práticas relativas à leitura, junto a consolidação de consórcios e práticas relativas à leitura, cuidar do acervo					

APÊNDICE G (6) - EDITAIS SMUL-SECRJ (2010-2011-2012-2013) : Chamada 013/2010: Apoio a modernização e preservação de museus; Chamada 014/ 2010: Apoio a atividade de dinamização de Museus; Chamada 21/ 2011: Modernização de Museus; Chamada 22/2011: Dinamização de Museus; Chamada 15/2012: Apoio ao Desenvolvimento de Museus e Instituições Museológicas

Chamada Pública	PROPONENTE	PROJETOS CONTEMPLADOS / PROCESSO / VALORES (R\$)	INSTITUIÇÃO CONTEMPLADA - CONTATO	BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	REGIÃO
014/10	Centro Cultural Cartola	Samba em Revista E-18/1582/2010 35.000,00	Centro Cultural Cartola Diretora: Nilceomar Nogueira Tel.: (21) 3324-6777 (Institucional) Cel.: (21) 7832-3886 (Nilceomar) E-mail Institucional: cartola@cartola.org.br e financeiro.cartola@gmail.com E-mail Diretora: nilceomar.nogueira@gmail.com	Fundado em janeiro de 2001, é uma organização sem fins lucrativos que reúne a mais variada gama de pessoas devotadas à causa da cultura brasileira e do desenvolvimento social. São intelectuais, artistas, produtores culturais e formadores de opinião que se uniram para promover o desenvolvimento cultural e social de nossa gente, proteger as nossas tradições e preservar a memória de nossas manifestações culturais. O Centro Cultural Cartola alia à sua atuação em defesa da cultura brasileira uma série de iniciativas de cunho social, visando combater a pobreza, a marginalização da população carente, a exclusão social e a falta de esperança no futuro.	Rio de Janeiro	Metropolitana
022/11		Dona Zica 100 Anos E-18/2633/2011 50.000,00				
015/12		Plano de atividades museu do samba no Centro Cultural Cartola E-18/1687/2012 300.000,00				
				Objetivo do convênio: 014/10 – Resgatar, preservar e difundir os conhecimentos relativos às matrizes do samba no Rio de Janeiro, bens registrados como patrimônio cultural brasileiro. Reunir em uma publicação o seguinte conteúdo: personalidade - pessoas do mundo do samba que contribuíram culturalmente para o gênero; entrevista - personalidades que, de alguma forma, participam com ações ou criações no mundo do samba; memória - história do samba; academia - monografias e análises desenvolvidas por professores e estudiosos do samba; crônica - de especialistas, compositores e pessoas ligadas ao samba; serviço - um roteiro para ouvir, ver e participar do mundo do samba (pagode, samba de raiz, points), com a história dos locais e de seus personagens. Um verdadeiro roteiro cultural do Rio; galeria - um registro dos locais mais animados da cidade com imagens do público que cultiva o gênero musical. 022/11 – Homenagear uma das grandes damas do samba por meio de uma exposição, visando ainda o resgate e a difusão da memória cultural da cidade do Rio de Janeiro e preservação da cultura Afro-brasileira. 015/12 – Plano de atividades museu do samba no Centro Cultural Cartola: Possibilitar o reconhecimento e a valorização da cultura brasileira, apresentando ações de preservação e divulgação de nossa memória social.		
014/10	Associação Cidadela Arte Cultura e Cidadania	Arquivo Sensível – Exposição Mônica Barbi – MNBA E-18/1583/2010 35.000,00	Museu Nacional de Belas Artes Diretor: Monica Xexéo Tel.: (21) 2219-8474 (Institucional) E-mail Institucional: mnba@museus.gov.br E-mail Diretora: direcao@mnba.gov.br (diretor).	O acervo do Museu Nacional de Belas Artes teve origem no conjunto de obras de arte trazido por D. João VI de Portugal, em 1808, ampliado alguns anos mais tarde com a coleção reunida por Joaquim Lebreton, que chefiou a chamada Missão Artística Francesa, formando a mais importante pinacoteca do país. Este núcleo original foi enriquecido com importantes incorporações ao longo do século XIX e início do século XX. Com a construção da nova sede da Escola Nacional de Belas Artes, em 1908, projeto do arquiteto Morillas de los Rios, este acervo passou a ocupar parte do novo prédio, sendo o Museu criado oficialmente em 13 de janeiro de 1937.	Rio de Janeiro	Metropolitana
				Objetivo do convênio: 014/10 – Realização da exposição retrospectiva da artista plástica Mônica Barbi no Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, no primeiro semestre de 2011. Com curadoria de Mauro Trindade, a exposição Mônica Barbi: "Arquivo Sensível" contará com cerca de 75 obras e pretende mostrar a produção de 30 anos da carreira da artista com ênfase em sua obra gráfica. Serão expostas gravuras, pinturas, desenhos, esculturas, assemblages, colagens, fotografias, instalações, performances, vídeos e máquinas.		
014/10	Associação Casa da Cultura de Conservatória	Arte Ingênua e irreverente de Luiz Figueiredo E-18/1584/2010 35.000,00	Casa da Cultura de Conservatória Presidente: Sérgio de Araújo Consentino Tel.: (24) 2438-0080 E-mail Presidente: cassadaculturadeconservatoria@gmail.com	Foi residência de Francisco Leite Ribeiro, do Padre João Pedron e depois foi adquirida pelo Estado que cedeu para a Casa de Cultura em novembro de 2001. A Casa de Cultura realiza exposições temporárias e possui um acervo permanente de rádios e equipamentos musicais como vitrolas e gramofone usados desde a década de 20 até os anos 80. Realiza em suas salas aulas de músicas	Valença	Méio Paralisa

APÊNDICE G (7) - EDITAIS SMUL-SEC/RJ (2010-2011-2012-2013) : Chamada 013/2010: Apoio a modernização e preservação de museus; Chamada 014/ 2010: Apoio a atividade de dinamização de Museus; Chamada 21/ 2011: Modernização de Museus; Chamada 22/2011: Dinamização de Museus; Chamada 15/2012: Apoio ao Desenvolvimento de Museus e Instituições Museológicas

Chamada Pública	PROPONENTE	PROJETOS CONTEMPLADOS / PROCESSO / VALORES (R\$)	INSTITUIÇÃO CONTEMPLADA - CONTATO	BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	REGIÃO	
				com as crianças do Projeto José Borges, sarau literários, lançamentos de livros e CDs e oferece um centro de internet comunitária.			
				Objetivo do convênio: 014/10 – Contribuir para a formação educacional-cultural das crianças, jovens e adultos, na perspectiva da construção de valores éticos e estéticos; possibilitar a difusão da arte brasileira, através da obra de Luiz Figueiredo; ampliar os horizontes culturais e profissionais dos estudantes e educadores, propiciando o resgate da auto estima e a vivência de valores e atitudes mais solidárias e respeitadas; propiciar aos moradores da cidade e seus visitantes, a convivência, o contato sensível, a observação, a percepção, o reconhecimento e experimentação de leitura de elementos de uma arte chamada de "ingênuo" que Luiz Figueiredo compõe com cores puras e luminosas as nossas principais tradições; sensibilizar a comunidade com relação à compreensão da arte como meio de modificação e melhoria de cada indivíduo; ampliar o nível de conhecimento e compromisso dos professores e agentes culturais do projeto na comunidade; ampliar a atuação da Casa da Cultura de Conservatória, como um pólo difusor da cultura e da arte na cidade e na região; difundir e valorizar a arte ingênua através da obra de Luiz Figueiredo; levar a exposição em itinerância pela região do Vale do Café, sensibilizando as comunidades para um olhar mais apurado da arte naif, despertando talentos e admiradores.			
014/10	Associação de Amigos do Museu Nacional	Produção de material educativo para o Museu Nacional E-18/43862/2010 35.000,00	Museu Nacional da UFRJ Diretora: Claudia Canhalho Tel.: (21) 2254-4320 (Institucional) / (21) 2662-8041 (Diretora) E-mail Institucional: museu@mn.ufrj.br	Em 1818, D. João VI criou, no Rio de Janeiro, o Museu Real. Seu objetivo era impulsionar o desenvolvimento científico nacional, grande promotor do progresso. Inicialmente sediado no Campo de Sant'Ana, o museu foi transferido em 1892, após a Proclamação da República, para a antiga residência da Família Real, o Palácio Imperial da Boa Vista, passando a se chamar Museu Nacional. É uma instituição de ensino e pesquisa, vinculada à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que abriga vastas coleções de história natural e antropologia, com cerca de 12 milhões de itens, como base de suas exposições públicas e de um permanente trabalho de investigação sobre o patrimônio natural e social do planeta.	Rio de Janeiro	Metropolitana	
021/11	Contato: Eliane Frenkel	Segurança e Aquisição de Equipamentos para o Museu Nacional E-18/2611/2011 100.000,00					
022/11		Visita Escolar ao Museu Nacional / UFRJ, iniciação à Ciência em 80 minutos E-18/2636/2011 45.000,00					
				Objetivo do convênio: 014/10 – Produzir materiais educativos do Museu Nacional/UFRJ, levando em consideração seus públicos específicos, destinando a cada um deles conteúdos diversificados e de acordo com suas necessidades lendo em vista: identificar e delimitar a quais públicos esses materiais gráficos vão se destinar; localizar e organizar o material que constituirá os diversos folhetos que serão produzidos; selecionar material iconográfico para constar desses materiais gráficos; customizar a linguagem escrita e visual para cada tipo de público; constituir equipe multidisciplinar destinada à produção de materiais de divulgação no Museu Nacional; reproduzir o material previamente produzido para efetuar permutas com instituições similares; gerar dados e informações para a confecção de materiais gráficos de divulgação do Museu Nacional/UFRJ para públicos específicos; produzir material específico em braile para os deficientes visuais; popularizar, difundir e aumentar a apreciação da ciência e tecnologia; proporcionar a interação com as diversas áreas do conhecimento, através da interdisciplinaridade; fortalecer os museus e centros de ciência; compreender o progresso do pensamento científico; despertar o interesse latente das novas gerações pela ciência e tecnologia do país, aumentando a visitação das escolas públicas e particulares ao Museu Nacional / UFRJ; fomentar a troca entre os saberes acadêmico e popular com a consequente produção e democratização do conhecimento; mobilizar a população, em especial crianças e jovens, em torno de temas e atividades de ciência e tecnologia, valorizando a criatividade e o interesse científico; despertar a atenção para a importância da ciência e da tecnologia para a vida de cada um e para o desenvolvimento do País, assim como contribuir para que a população possa conhecer e discutir os resultados, a relevância e o impacto das pesquisas científicas e tecnológicas e suas aplicações. 021/11 – Implementar um sistema de monitoramento baseado em câmeras sem fio e envio de dados por rede wireless; potencializar os eventos culturais e de difusão científica do Museu realizados no auditório Roquette Pinto com a compra de um novo projetor; alcançar melhor qualidade de projeção nas apresentações realizadas no Museu Nacional; utilizar o novo equipamento projetor durante a II UFRJ Vídeo, a ser realizada em março de 2012; equipar o auditório Roquette Pinto do Museu Nacional/UFRJ; promover a guarda de patrimônio cultural brasileiro; adequar os sistemas de segurança do Museu para as novas necessidades de segurança do mercado; facilitar futuro incremento da segurança conforme a necessidade local; informatizar o sistema de segurança do Museu; adequar o projeto de segurança às características arquitetônicas do prédio; atuar em parceria com o IPHAN; constituir equipe de gestão e implementação deste projeto; utilizar rede de dados de vigilância que obedeça aos atuais padrões de rede Ethernet e Gigabit Ethernet, onde todos seus elementos de rede (ativos e passivos) atenderem plenamente a todas as necessidades atuais e futuras da vigilância, provendo ainda maior robustez e gerenciamento remoto do sistema; proteger todo o sistema contra oscilações de energia; treinar e instruir pelo menos cinco funcionários do Museu Nacional para operação do sistema; contribuir para o desenvolvimento institucional do Museu Nacional; agir de acordo com o Código de Ética em Museus com fins de "garantir segurança adequada para proteger os acervos contra roubos ou danos em vitrines, exposições, áreas de trabalho ou de reserva, ou quando em trânsito. 022/11 – Fornecer aos professores uma ferramenta complementar à atividade curricular; divulgar o acervo e a história do "Museu Nacional/UFRJ" possibilitando ao professor relacionar os conteúdos curriculares aos itens e seções de suas exposições; divulgar a instituição "Museu Nacional/UFRJ" como importante espaço de aprendizado; divulgar as possibilidades de visitação virtual do Museu Nacional através de seu Sítio na Internet (www.museunacional.ufrj.br); capacitar professores da rede pública das diversas regiões do Estado do Rio de Janeiro como guias e orientadores educacionais para visitas ao Museu Nacional; ilustrar os conteúdos trabalhados em sala de aula através dos materiais expostos no Museu; estimular a busca do conhecimento pelos estudantes desde o ensino fundamental; promover junto à rede pública o acesso dos estudantes a um passeio cultural e ao vasto conteúdo expositivo do Museu Nacional/UFRJ.			
021/11	Associação dos Amigos da Casa Léa Pentagna	Construção de espaço para realizações culturais	Fundação Cultural e Filantrópica Léa Pentagna	A casa-museu é uma construção do século 19, que passou para as mãos da família italiana Pentagna com a falência da lavoura cafeeira e a abolição da escravidão.	Valença	Médio Paraíba	

APÊNDICE G (8) - EDITAIS SMULSEC/RJ (20.10.2011-20.12.2013) : Chamada 013/2010: Apoio a modernização e preservação de museus; Chamada 014/ 2010: Apoio a atividade de dinamização de Museus; Chamada 21/ 2011: Modernização de Museus; Chamada 22/2011: Dinamização de Museus; Chamada 15/2012: Apoio ao Desenvolvimento de Museus e Instituições Museológicas

Chamada Pública	PROPOSTA CONTEMPLADA / PROCESSO / VALORES (R\$)	INSTITUIÇÃO CONTEMPLADA - CONTATO	BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	REGIÃO
	E-18/2610/2011 94.635,00	Diretor: Gilberto Wilson Lima Monteiro Tel.: (24) 2463-4178 (institucional) / (24) 2452-0819 (residencial - diretor) E-mail Institucional: lea.pentagna@uol.com.br	quando muitas propriedades em Valença foram vendidas a preços baixos. Os Pentagna montaram na cidade a fábrica de tecidos Santa Rosa. Nesta época, a casa, feita com as tradicionais pedras usadas na arquitetura da Belle Époque, sofreu sua primeira grande reforma. Mas só em 1927, com outra obra, adquiriu o estilo neoclássico, preservado na restauração pela qual passou em 2000. A casa foi transformada em centro cultural da Fundação Cultural Filantrópica Léa Pentagna, a partir de testamento deixado por sua fundadora com o desejo de eternizar o ambiente em que viveu sua família.		
			Objetivo do convênio: 02/111 – Remodelar o espaço existente (Sala Léa Pentagna), utilizado para fins culturais; construir em anexo uma cozinha de apoio, muito necessária para o desenvolvimento de eventos no espaço; construir em anexo dois banheiros amplos, também necessários para a realização de eventos, cursos e demais atividades; promover, através da obra de remodelação, a adequação do espaço já existente para realização de diversos tipos de atividades culturais, artísticas e sociais na Fundação Léa Pentagna.		
02/111	Laboratório de Conservação de Documentos do PJE/RJ E-18/2614/2011 98.577,18 Seminário Nacional de Museus e Memória do Judiciário E-18/2630/2011 42.419,00	Museu da Justiça Diretor: Marco Antônio Viana Moreira Sampaio Telefone: (21) 3133-3532 / 3768 / 3768 (institucional) / (21) 3133-2883 (diretor) E-mail Institucional: seep@trj.jus.br e museudajustica@trj.jus.br E-mail Diretor: marcosampaio@trj.jus.br	O Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, inaugurado em 23 de agosto de 1988 e pioneiro em seu gênero no país, tem por objetivo resgatar, preservar e divulgar a memória do Judiciário fluminense, proporcionando a pesquisadores, historiadores, magistrados e ao público em geral o acesso a fontes históricas da Justiça do nosso estado. Instalado inicialmente no prédio da Praça da República nº 26, integra o Departamento-Geral de Arquivo e Documentação Histórica do Tribunal de Justiça, mas dele se desvinculou em 1986, ficando então subordinado à presidência do Tribunal e passando a realizar as suas atividades no prédio do Fórum de Niterói, antigo Palácio da Justiça da ex-capital fluminense. Em 1988, a sede do Museu foi transferida para o histórico palácio situado na Rua Dom Manuel nº 29, que abrigara sucessivamente três tribunais: a Corte de Apelação do Distrito Federal (denominada, em 1937, Tribunal de Apelação e, em 1948, Tribunal de Justiça do Distrito Federal), o Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara e o Tribunal de Alçada Criminal do Estado do Rio de Janeiro. Em Niterói se estabeleceu apenas o Centro da Memória Judiciária daquela comarca. Após um ano e meio de obras de reforma e restauração, retomou, em novembro de 2010, a sua casa no antigo Palácio da Justiça, totalmente restaurado e apto a receber estudantes, pesquisadores, turistas e todos os interessados em conhecer a História do Judiciário fluminense e brasileiro.	Rio de Janeiro	Metropolitana
			Objetivo do convênio: 02/111 – Com a instalação do laboratório de conservação documental e a unidade de digitalização, os seguintes processos históricos pertencentes ao acervo do Museu da Justiça serão objeto do trabalho proposto: 1 - Juscelino Kubitschek de Oliveira - Criminal (4 volumes + 1 Inquérito); 2 - Alberto Santos Dumont - Arrecadação (1 volume); 3 - Duque de Caxias - Conta de Testamento (1 volume); 4 - José Lins do Rêgo - Inventário (1 volume); 5 - Duquesa de Bragança - Dona Amélia - Princesa do Brasil - Inventário (1 volume); 6 - Barão de Cabanema - Embargos (7 volumes); 7 - Barão de Cabanema - Queixa (2 volumes); 8 - Baronesa e barão de Desgragnolle - Inventário (1 volume); 9 - Dom Pedro de Alcântara - Dom Pedro		

APÊNDICE G (8) - EDITAIS SIMUL-SECRIJ (2010-2011-2012-2013) - Chamada 013/2010: Apoio a modernização e preservação de museus; Chamada 014/ 2010: Apoio a atividade de dinamização de Museus; Chamada 211/ 2011: Modernização de Museus; Chamada 22/2011: Dinamização de Museus; Chamada 15/2012: Apoio ao Desenvolvimento de Museus e Instituições Museológicas

Chamada Pública	PROponente	PROJETOS CONTEMPLADOS / PROCESSO / VALORES (R\$)	INSTITUIÇÃO CONTEMPLADA - CONTATO	BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	REGIÃO
02/111	Associação Fluminense da Preservação Ferroviária	Centro Cultural Estação Nogueira E-18/2617/2011 31.000,00	Centro Cultural da Estação de Nogueira Contato: Luiz Carlos Faria da Veiga Tel.: (24) 2237-3880 Cel.: (24) 9813-0215 E-mail Contato: luzoveiga@terra.com.br	Localizado em antiga estação de trem, construída por Domingos Nogueira em 1908, o Centro Cultural da Estação de Nogueira possui uma sala com a história do bairro, uma sala de leitura, um auditório para shows e peças de teatro e um espaço para exposição temporária de pinturas e artesanato regionais. Foi inaugurado em 2008, após reforma da estação desativada. Tombado pelo INEPAC e pela Prefeitura, o prédio possui acervo de peças e documentos sobre a estrada de ferro, fotos, máquinas e maquetes entre outras curiosidades. Lá está instalado o Museu Ferroviário de Petrópolis.	Petrópolis	Serrana
02/111	Associação Foto Fratellita Numismática de Volta Redonda	Museu da Memória do Trabalho Brasileiro E-18/2618/2011 99.950,28	Museu da Memória do Trabalho Brasileiro Contato: Kika Monteiro Tel.: (24) 3342-6450 Cel.: (24) 8116-0616 (Kika) E-mail Presidência: presidente@clubefoto.com.br E-mail Contato: kikamonteiro@gmail.com	Objetivo do convênio: 02/111 - Os investimentos a serem feitos no Centro Cultural Estação Nogueira têm como principais objetivos: Área de Aquisição de Equipamentos Permanentes - melhorar a documentação fotográfica das peças recebidas (por doações ou aquisições); implementar um sistema de cadastramento dos bens incorporadas ao acervo do CCEN; melhorar o cadastramento/controlar as peças doadas ao Museu do Trem; proporcionar acesso às informações para pesquisas via Internet, aos usuários do CCEN (alunos das escolas, membros da comunidade e funcionários); divulgar as atividades do CCEN (eventos, programação, cursos, etc.); melhorar o controle das entradas e saídas dos livros da biblioteca; implementar um controle de estoque de materiais de consumo do CCEN (mat. De escritório, material de limpeza); exibir filmes e vídeos temáticos e ilustrativos nas exposições. Área de Projetos Museográficos - melhorar a iluminação do Museu do Trem, valorizando as peças expostas; identificar as peças expostas no Museu do Trem, indicando nome, origem, data, etc.; criar um cenário de uma sala do "Chefe da Estação"; melhorar/aumentar os suportes expositivos no Museu do Trem. Área de Aquisição de Sistema De Segurança - proteger o acervo do CCEN furtos, vandalismo, awarias; monitorar a movimentação de visitantes nas áreas expositivas; mitigar/minimizar os danos provocados por incêndio às instalações do CCEN.	Volta Redonda	Médio Paraíba
02/111	Associação de Amigos do CRPH-DC	Sítio Escolar Museu Vivo do São Bento E-18/2791/2011 100.000,00 Comunidade Viva do São Bento: um Programa de educação e mobilização popular	Museu Vivo do São Bento Diretora: Marúcia Santos de Souza Tel.: (21) 2653-7881 / (21) 2676-8371 (diretor) Cel.: (21) 98875-7480 (Marúcia) E-mail Institucional: centroderferencia.historia@gmail.com	Objetivo do convênio: 02/111 - Promover e atuar de forma reflexiva no universo da preservação da história de Volta Redonda e da memória do trabalho brasileiro através de exposições permanentes e itinerantes, digitalização e catalogação de fotografias e documentos históricos que levem a história para além do museu, mostrando por meio de imagens e fotografias que relembram essa trajetória e a formação da classe trabalhadora fluminense. A proposta visa disponibilizar um acervo fotográfico dinâmico para a comunidade, mediante a colaboração junto a instituições públicas e privadas, profissionais de destaque, ex-operários e comunidade em geral - construtores desse grande acervo que conta a história do trabalho através da própria história da cidade e da Companhia Siderúrgica Nacional, primeira grande indústria do país, tornando público esse acervo de forma mais abrangente vem de encontro com a real necessidade de registrar a importância do estado do Rio de Janeiro no processo de desenvolvimento do nosso país.	Duque de Caxias	Metropolitana
02/111	Associação de Amigos do CRPH-DC	Sítio Escolar Museu Vivo do São Bento E-18/2791/2011 100.000,00 Comunidade Viva do São Bento: um Programa de educação e mobilização popular	Museu Vivo do São Bento Diretora: Marúcia Santos de Souza Tel.: (21) 2653-7881 / (21) 2676-8371 (diretor) Cel.: (21) 98875-7480 (Marúcia) E-mail Institucional: centroderferencia.historia@gmail.com	Objetivo do convênio: 02/111 - Promover e atuar de forma reflexiva no universo da preservação da história de Volta Redonda e da memória do trabalho brasileiro através de exposições permanentes e itinerantes, digitalização e catalogação de fotografias e documentos históricos que levem a história para além do museu, mostrando por meio de imagens e fotografias que relembram essa trajetória e a formação da classe trabalhadora fluminense. A proposta visa disponibilizar um acervo fotográfico dinâmico para a comunidade, mediante a colaboração junto a instituições públicas e privadas, profissionais de destaque, ex-operários e comunidade em geral - construtores desse grande acervo que conta a história do trabalho através da própria história da cidade e da Companhia Siderúrgica Nacional, primeira grande indústria do país, tornando público esse acervo de forma mais abrangente vem de encontro com a real necessidade de registrar a importância do estado do Rio de Janeiro no processo de desenvolvimento do nosso país.	Duque de Caxias	Metropolitana

APÊNDICE G.10 - EDITAIS SMUS-SEC/RJ/2010-2011-2012-2013 : Chamada 013/2010: Apoio a modernização e preservação de museus; Chamada 014/ 2010: Apoio a atividade de dinamização de Museus; Chamada 21/ 2011: Modernização de Museus; Chamada 22/2011: Dinamização de Museus; Chamada 15/2012: Apoio ao Desenvolvimento de Museus e Instituições Museológicas

Chamada Pública	PROJETOS CONTEMPLADOS / PROCESSO / VALORES (R\$)	INSTITUIÇÃO CONTEMPLADA - CONTATO	BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	REGIÃO
	E-18/2635/2011 50.000,00	E-mail: Diretora: mafluciasantoss@uol.com.br	ainda legitimidade a essa população excluída da História oficial.		
Objetivo do convênio: 02/111 – Preservar a memória e o patrimônio cultural pré-cabralino formados pelos vestígios arqueológicos que formam o Sambaqui do São Bento, potencializar o trabalho de Educação Patrimonial que já vem sendo realizado no âmbito do Museu Vivo do São Bento através da atuação da equipe do CRPH-DC; construir uma proteção física para a encosta onde estão os principais vestígios arqueológicos que formam o Sambaqui do São Bento; melhorar as condições físicas para as recepitividades dos estudantes que visitam o Sítio Escola Museu Vivo do São Bento. 022/11 – Contribuir com o fortalecimento do exercício de Cidadania da população da Baixada Fluminense e com a mobilização popular das comunidades da Grande São Bento, Duque de Caxias/RJ, para a construção de movimentos emancipatórios de resgate da memória e de saberes populares; potencializar as ações de mobilização popular (de educação histórica e patrimonial), desenvolvidas pelo Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias (CRPH) na área do Museu Vivo do São Bento, museu de percurso ou eco-museu, localizado na região do Grande São Bento, conjunto de bairros que compõem grande parte do Segundo distrito do município de Duque de Caxias, Baixada Fluminense/RJ.	Associação de Artesãos de Apenibé	Museu e Casa da Cultura de Apenibé Diretor: Marcelo Hungria Tel.: (22) 3884-1669 (institucional) / (22) 3884-1633 (diretor - residencial) Cel.: (22) 9 8894-8806 (Marcelo) E-mail Institucional: casadaculturadeapenibe@gmail.com e semidiatur.apenibe@yahoo.com.br	É uma instituição que tem por objetivo preservar a história do município através do seu espaço de memórias resguardados em objetos, fotografias, móveis, documentos e outros ; promovendo a cultura em seu Salão "Espaço Vivo", por meio de exposições, saraus literários, apresentações musicais, rodas literárias, festivais de poesias, brincantes populares como o caxambu, mineiro-pau, folia de reis etc. Instalada no prédio da antiga estação de trens, construção de 1886, possui cerca de 180 metros quadrados divididos em pequenos cômodos. A ideia básica é levar o visitante a conhecer um pouco da história dos antigos moradores, interagindo por seus cômodos dispostos em sala de visitas, sala de jantar, cozinha , quarto e outras dependências com objetos diversos e curiosos. Inaugurada no dia 08 de setembro de 2007. Possui um calendário anual próprio, vinculado aos interesses e vocações dos municípios, sempre com um atrativo como forma de manter viva sua função de guarda da memória. Além de promover o contato com a história, a instituição garante a divulgação de diferentes trabalhos e permite ao visitante conhecer e adquirir produtos da terra, mais uma de suas tantas funções sociais. Como instituição cujos bens foram doados pela comunidade, goza do prestígio de ser um pouco de cada um dos municípios que a protegem e tem por ela o maior zelo pois representa a identidade do Apenibeense. E atualmente o prédio mais antigo de pé do município. Agrega valores que vão desde nossos mais remotos familiares aos mais moços, já que os eventos mais importantes acontecem em sua praça. Com um acervo de mais de 2000 peças, entre objetos, documentos e fotografias originais, é a mais rica fonte de pesquisa do município.	Apenibé	Nordeste Fluminense
Objetivo do convênio: A obra de ampliação através do anexo pretende proporcionar melhor acesso ao público, aos bens culturais, melhor disposição e, consequentemente, maior proteção às peças, bem como a interrelação e dinamização do acervo aos visitantes. Resguardar parte do acervo de forma consciente, colaborando para que o acesso futuro do público a esses bens possam ser conhecidos e reconhecidos como parte integrante da história dos municípios. Prevê-se para isso, a construção de um anexo próximo à Casa da Cultura e Museu de Apenibé, em concreto armado, dividido em três ambientes de necessidades. Um salão para pequenas exposições temporárias bem iluminado, equipado com condicionador de ar e desumidificadores, capacidade para duzentas pessoas circulando, bem como um espaço reservado com bancadas de mármore e pia de higienização, prateleiras de material não corrosível e de fácil higienização, controlador de umidade, de luz e de temperatura	Construção de anexo para Reserva Técnica e exposições temporárias E-18/2616/2011 100.000,00				

APÊNDICE G.111 - EDITAIS SML/SECIRJ/2010-2011-2012-2013 : Chamada 013/2010: Apoio a modernização e preservação de museus; Chamada 014/ 2010: Apoio a atividade de dinamização de Museus; Chamada 21/ 2011: Modernização de Museus; Chamada 22/2011: Dinamização de Museus; Chamada 15/2012: Apoio ao Desenvolvimento de Museus e Instituições Museológicas

Chamada Pública	PROPOSTA	PROJETOS CONTEMPLADOS / PROCESSO / VALORES (R\$)	INSTITUIÇÃO CONTEMPLADA - CONTATO	BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	REGIÃO
02/111	Maria do Carmo Ethial Freire	Usina de Memórias E-18/26/09/2011 76.165,00	Museu Professor Clifton Régio Cabral Coordenadora Municipal de Cultura: Joana Helena da Silva Tel.: (22) 2566-2236 (Galpão Cultural) / (22) 2566-2722 E-mail: stecta@bol.com.br E-mail Coordenadora: joanelena@yahoo.com.br	Foi inaugurado em 5 de agosto de 2011 com a missão de coletar, organizar, conservar e difundir a memória do município de Bom Jardim através de acervo iconográfico, documental e de objetos. Inserido num prédio histórico da cidade de Bom Jardim (Galpão Cultural Profª Margaret de Jesus) onde funcionava, primordialmente, uma usina de beneficiar café - o museu é também espaço de circulação de atividades artísticas e um ponto turístico. O Museu é um rizoma que envolve e compartilha. Em suas atividades o museu objetiva: mobilizar a população para a cessão de acervos particulares para o museu; organizar, identificar e sistematizar cronologicamente o acervo; cuidar da conservação e tornar este acervo acessível à população e a pesquisadores; utilizar a educação não-formal como ferramenta de difusão da história; elevar a autoestima da população local/regional; fomentar a economia criativa e o turismo local. Acervo: cerca de 500 objetos antigos e 20.000 mil fotografias e documentos digitalizados.	Bom Jardim	Serrana
				Objetivo do convênio: 02/111 – Coletar, organizar, conservar e difundir a memória iconográfica e documental do município de Bom Jardim, utilizando para isto mobiliário e recursos adequados. Este objetivo geral subdivide-se também em objetivos específicos: mobilizar a população para a cessão de acervos particulares para o museu; organizar, identificar e sistematizar cronologicamente o acervo; cuidar da conservação deste acervo; tornar este acervo acessível à população e a pesquisadores; utilizar a educação não-formal como ferramenta de difusão da história; elevar a auto-estima da população local/regional.		
02/111	Museu Judaico	Tratamento técnico museológico e atualização da tecnologia da informação e apresentação do Acervo Histórico E-18/26/15/2011 94.635,00	Museu Judaico do Rio de Janeiro Presidente: Max José Nahmias Tel.: (21) 2524-6451 (Institucional) E-mail institucional: museu@museujudaico.org.br E-mail presidente: presidente@museujudaico.org.br	Fundado em 1977, com a doação de uma memória (candelabro de sete braços, um dos principais símbolos do judaísmo), é um centro cultural dinâmico, integrado à vida da cidade com atividades estruturadas em torno do binômio preservação da memória/dinamização da cultura judaica. Mantém exposições permanentes sobre a história da comunidade judaica no Rio e as tradições do judaísmo em todos os seus aspectos – religioso, cultural e histórico – e realiza exposições, em sua sede e em outras instituições, além de promover pesquisas acadêmicas sobre imigração e concursos anuais para estudantes. Tem ainda um Núcleo de Estudos, com pesquisas sobre imigração e Holocausto, uma videoteca com mais de mil títulos e uma biblioteca temática.	Rio de Janeiro	Metropolitana
				Objetivo do convênio: 02/111 – Dar visibilidade a esses acervos na Internet, através de uma Biblioteca Digital desenvolvida para esse fim, permitindo que estudiosos, estudantes e o público em geral possam pesquisar todos os documentos disponíveis. A referência base se insere no site do Museu, que contém diversas informações tais como: eventos em cartaz e passados, acervo, estudos sobre imigração, Holocausto e a linha do tempo, informe do Museu e informações gerais sobre o Museu. Divulgação junto às escolas públicas de eventos históricos e culturais judaicos, através de convite às escolas para uma visita guiada em datas comemorativas do calendário judaico.		
022/11	Instituto de Estudos Socio Culturais e Ambientais Colibri	Paraty Ciranda – A música como resistência cultural Cajçara E-18/26/29/2011	Museu Forte Defensor Perpétuo Diretor: Júlio Cezar Neto Damtas	O Forte foi construído no Morro da Vila Velha ou Ponta da Defesa em 1793. Com o declínio econômico de Paraty, ficou em ruínas até 1822, quando foi	Paraty	Costa Verde

APÊNDICE G.12) - EDITAIS SIMULSECIRJ/2010-2011-2012-2013 : Chamada 013/2010: Apóio a modernização e preservação de museus; Chamada 014/ 2010: Apóio a atividade de dinamização de Museus; Chamada 21/ 2011: Modernização de Museus; Chamada 22/2011: Dinamização de Museus; Chamada 15/2012: Apóio ao Desenvolvimento de Museus e Instituições Museológicas

Chamada Pública	PROJETOS CONTEMPLADOS / PROCESSO / VALORES (R\$)	INSTITUIÇÃO CONTEMPLADA - CONTATO	BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	REGIÃO
	44.350,00	Tel.: (24) 3373-1038 E-mail Institucional: mdipp@museus.gov.br E-mail Diretor: julio.dantas@museus.gov.br	reconstruído e recebeu o nome atual em homenagem a Dom Pedro I, Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil. Atualmente, o casarão apresenta seu interior autêntico, preservando três áreas distintas: a Casa do Comandante, o Quartel da Tropa e o Quartel dos Inferiores. Na Casa do Comandante, a ala do Quartel da Tropa e o Quartel dos Inferiores, onde residiam cabos e sargentos. Na área externa estão a Casa da Pólvora, que abriga artefatos caçaras, e a Praça de Armas, com exposição da artilharia - coleção composta principalmente por peças de ferro fundido forjadas na Grã-Bretanha durante a segunda metade do século 18. No Quartel da Tropa há tachos para a produção de açúcar, fabricados na Inglaterra no século 18. O museu exibe ainda peças oriundas de fazendas da região de Paraty-Mirim, como troncos de escravos, carros de boi e tambores.		
Objetivo do convênio: 022/11 – Promover e divulgar a música e a cultura caçara em Paraty, para o público local e visitantes; realizar pesquisa etnográfica sobre a musicalidade caçara e sua importância como forma de resistência cultural; divulgar os resultados da pesquisa com a montagem de uma exposição sobre a música e a cultura caçara no Museu Forte Defensor Perpétuo de Paraty; produzir material educativo sobre a música e a cultura caçara em Paraty, para desenvolvimento de trabalho de formação continuada entre professores e alunos das redes públicas e privadas de ensino do município; realizar oficinas com professores do município sobre aspectos da musicalidade caçara, como danças tradicionais, fabricação de instrumentos e história oral, como forma de qualificação do trabalho continuado de ensino no município, aproximando Museu, população e escolas; promover e divulgar os resultados da pesquisa e a importância da cultura e da musicalidade caçara nos espaços de encontro comunitários, como escolas e sedes de associações de moradores, dos diversos bairros e núcleos residenciais do município de Paraty, por meio da exposição de banners, cartazes, painéis, assim como fotografias e objetos das próprias comunidades onde se realizará a atividade; realizar evento de inauguração da exposição e divulgação do projeto, homenageando a memória de Mestre Marcolino, com apresentações musicais, palestras e rodas de conversa sobre a música e a cultura caçara, convidando representantes das comunidades locais, orandeiros, músicos da cidade e pesquisadores; desenvolver um blog para divulgação da pesquisa e de seus produtos, com textos, fotos e vídeos produzidos pela equipe e por parceiros, alimentado continuamente pelas equipes do Instituto Colibri e do Museu.					
022/11	Associação de Amigos do Espaço Cultural Luciano Bastos E-18/2634/2011 34.770,00	Espaço Cultural Luciano Bastos Presidente: Paula Aparecida Bastos Tel.: (22) 3831-1058 (institucional) Cel.: (22) 9 8801-8808 (Paula Aparecida) E-mail Institucional: espacocultural.lucianobastos@ig.com.br E-mail Presidente: paulab@ig.com.br	A antiga sede do Colégio Rio Branco e, hoje, um espaço cultural que homenageia Luciano Bastos, diretor da instituição de ensino de 1958 a 2010, além de advogado, diretor do jornal O Norte Fluminense, secretário de educação e membro do Instituto de Letras e Artes (Ila) de Bom Jesus do Itabapoana. Todo o acervo do Colégio Rio Branco foi doado pela família para o espaço cultural, assim como sua coleção particular de fotografias, revistas, documentos e de várias peças antigas como telefones, máquinas fotográficas, aparelhos de rádio e uma inestimável prensa, responsável por várias notícias que circularam em Bom Jesus do Itabapoana. Foi inaugurado em 12/08/11, tendo sido idealizado como forma de preservar o rico patrimônio cultural que constitui o prédio do antigo Colégio Rio Branco e todo acervo existente em seu interior, disponibilizando para a comunidade o acesso a esses bens, e estimulando a cultura local através do desenvolvimento de diversas atividades culturais.	Bom Jesus do Itabapoana	Noroeste Fluminense
Objetivo do convênio: 022/11 – O objetivo geral deste projeto é realizar um Encontro no dia 11 de agosto de 2012, cujo tema será: A América Latina Somos Todos Nós. Nesse encontro ocorrerá a abertura de duas exposições temporárias e uma exposição itinerante, além de mesas-redondas e apresentações artísticas. Sendo assim, os objetivos específicos são melhor descritos a seguir: a) Realizar apresentações musicais de artistas brasileiros e estrangeiros latino-americanos durante o evento; b) Realizar					

APÊNDICE G.13) - EDITAIS SML/SEC/RIJ/2010-2011-2012-2013 : Chamada 013/2010: Apoio a modernização e preservação de museus; Chamada 014/ 2010: Apoio a atividade de dinamização de Museus; Chamada 21/ 2011: Modernização de Museus; Chamada 22/2011: Dinamização de Museus; Chamada 15/2012: Apoio ao Desenvolvimento de Museus e Instituições Museológicas

Chamada Pública	PROponente	PROJETOS CONTEMPLADOS / PROCESSO / VALORES (R\$)	INSTITUIÇÃO CONTEMPLADA - CONTATO	BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	REGIÃO
022/11	Associação Redes de Desenvolvimento da Maré	Tecendo Redes de Histórias e Memórias na Maré E-18/2639/2011 50.000,00	Museu da Maré Diretor: Luiz Antonio de Oliveira Tel.: (21) 3888-8748 Cel.: (21) 9 8418-8822 (Luiz) E-mail Institucional: museudamaré@oasm.org.br E-mail Diretor: luzantoni@gmail.com	É um conjunto de ações voltadas para o registro, preservação e divulgação da história das comunidades da Maré, em seus diversos aspectos, sejam eles culturais, sociais ou econômicos. As ações propostas no Plano Museológico, contemplam o programa institucional, de acervo, de exposição, educativo cultural, de pesquisa e de divulgação. O Museu da Maré envolve vários núcleos de ação que têm como centro a exposição permanente, mas que se desdobram em outras ações como a organização de acervo documental; a realização de pesquisa em história oral; o desenvolvimento de atividades lúdicas e educativas, como o grupo de contadores de histórias; além da realização de outros eventos diversos como exposições itinerantes, seminários, oficinas e produção de material temático.	Rio de Janeiro	Metropolitana
Objetivo do convênio: 022/11 – Registrar a memória dos moradores que fundaram duas das principais favelas que compõe a Maré; recolher, catalogar, e disponibilizar documentos sobre a fundação da Maré; criar um sítio para divulgar os resultados da pesquisa sobre a memória da Maré; produzir um livro que narre as memórias dos moradores da Maré e que ao mesmo tempo discuta a questão da identidade e a inserção desses moradores na cidade; divulgar a memória dos moradores mais antigos às novas gerações; formar jovens pesquisadores da própria Maré para que eles possam ampliar o trabalho de pesquisa e multiplicar os efeitos do trabalho de memória.	Instituto de Pesquisa Afro Cultural Ode Gbomi	Produção de Catálogo e registro audiovisual de Pesquisa Histórica E-18/2637/2011 49.950,00	Museu de Etnologia Ode Gbomi Diretor: Antônio Montenegro Tel.: (21) 3788-8729 (institucional) Cel.: (21) 99812-4642 (Antônio) E-mail: antoniolindberg@hotmail.com	Um lugar bom para se conhecer um pouco da África e ainda aprender a língua yorubá. Reconhecido pelo Instituto Brasileiro de Museus, o Instituto de Pesquisa Afro Cultural Ode Gbomi, fundado em 2008, tem mais de 200 peças em exposição. Entre elas, esculturas, como o Totem Orisa Oya e o Igba Orisa, além de máscaras e livros.	Nova Iguaçu	Metropolitana
Objetivo do convênio: 022/11 – Com o catálogo educacional, a divulgação do acervo; aumento da frequência de visitantes do museu; apoio pedagógico pelo viés da arte ao montar um breve painel sobre a diáspora africana. Com o documentário: fomentar a pesquisa local sobre a história da região; criar material audiovisual para nosso Centro de Memória; afirmar a missão de nossa instituição que é divulgar e valorizar a história e a cultura africana; fomentar a relação Museu – Comunidade uma vez que boa parte do documentário será produzida a partir de entrevistas com moradores da região; criar material de apoio pedagógico para estudo da história e geografia local.	Maria Esther Alvarez Valente	Tempo em Exibição – MAST E-18/2638/2011 46.900,00	MAST – Museu de Astronomia e Ciências Afins Diretora: Maria Margaret Lopes Tel.: (21) 3514-5200 (Geral) / (21) 3514-5202 / 5203 (Direção) E-mail Institucional: mast@mast.br E-mail Diretora: mmlopes@mast.br e diretois@mast.br	Parte de um conjunto paisagístico e arquitetônico composto por 12 prédios, construídos na década de 1920, e tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) tem sob sua guarda um dos acervos mais importantes da ciência e da tecnologia no Brasil. As coleções preservadas são constituídas de instrumentos técnicos e científicos, muitos dos quais acompanharam a trajetória do Observatório Nacional desde a sua	Rio de Janeiro	Metropolitana

APÊNDICE G.1(4) - EDITAIS SIMULSECIRJ/2010-2011-2012-2013 : Chamada 013/2010: Apoio a modernização e preservação de museus; Chamada 014/2010: Apoio a atividade de dinamização de Museus; Chamada 21/2011: Modernização de Museus; Chamada 22/2011: Dinamização de Museus; Chamada 15/2012: Apoio ao Desenvolvimento de Museus e Instituições Museológicas

Chamada Pública	PROJETOS CONTEMPLADOS / PROCESSO / VALORES (R\$)	INSTITUIÇÃO CONTEMPLADA - CONTATO	BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	REGIÃO
			<p>fundação, em 1827 (com o nome de Observatório Imperial), até meados da década de 1920. Outra prioridade é seu acervo documental. O museu tem localizado, obtido por doação, organizado, pesquisado e divulgado diversas coleções, particulares e institucionais, que são fonte importante de referência sobre a história da ciência no Brasil e a atuação científica do país no panorama internacional.</p> <p>Realiza exposições permanentes e temporárias, montadas com diferentes recursos de comunicação visual e interatividade, e conta com uma biblioteca especializada em suas áreas de atuação: história da ciência, educação, divulgação científica e preservação do patrimônio. Esses espaços são abertos regularmente, atendendo tanto às demandas da comunidade geral como às de pesquisadores. O museu promove, ainda, programas de divulgação científica que procuram contemplar o debate sobre as questões científicas de interesse do público.</p>		
			<p>Objetivo do convênio: 022/11 - Contribuir para o aperfeiçoamento das articulações entre instrumentos científicos de caráter histórico - especialmente de medição do tempo - e as práticas educativas/comunicacionais (exposições e aparatos didáticos) realizadas no MAST, relacionando a História da Ciência aos conteúdos científicos e técnicos a partir de uma abordagem interdisciplinar; valorizar o patrimônio científico e tecnológico sob a guarda do MAST; divulgar temas da ciência e tecnologia de forma acessível; ampliar o acesso da população a conteúdos de ciência e tecnologia; produzir a exposição - Tempo em Exposição, desenvolver ações de mediação junto à exposição para professores e o público mais amplo; estimular no corpo docente da rede oficial de ensino para o uso de recursos museológicos nas práticas educativas.</p>		
022/11	Instituto de Imagem e Cidadania Rio de Janeiro Saberes e Tradições Rurais E-18/2632/2011 50.000,00	Ecomuseu Rural de Barra Alegre Coordenadora: Marjorie Botelho (Marjorie) Cel.: (22) 9 8881-1322 (Marjorie) / (22) 9 8922-7974 E-mail Institucional: sobradocultural@gmail.com E-mail Coordenadora: marjorie@botelho.eti.br	<p>As ações de memória e patrimônio valorizam o patrimônio cultural material e imaterial presente nas áreas rurais, além da salvaguarda dos saberes e fazeres das pessoas que vivem nestas localidades. Destacam-se as pesquisas, sobre os modos de vida das populações rurais. Estas pesquisas foram difundidas através de documentários como o Rezas e Envas que aborda a feitura da pomada miagrossa pelos enveiros e rezadeiras do Grupo Grãos de Luz que integra o Ponto de Cultura Tesouros da Terra, o Saberes e Tradições Populares do Interior do Estado do Rio de Janeiro, que registra a história da Folia de Reis da Banheira do Divino Espírito Santo de Barra Alegre em Bom Jardim e a Coleção Saberes e Tradições Rurais que compartilha histórias de vida de famílias, que vivem no campo, em diferentes regiões do país, mostrando os diversos saberes e fazeres. Este acervo documental tem como objetivo subsidiar profissionais da educação com materiais paradigmáticos para serem utilizados durante atividades que abordem a vida em áreas rurais.</p>	Bom Jardim	Serrana
015/12	Ecomuseu Rural de Barra Alegre E-18/1727/2012 250.000,00				
			<p>Objetivo do convênio: 022/11 - Contribuir para a valorização da gente que vive no campo, trabalhando em atividades agrícolas e também não agrícolas, onde encontramos várias tecnologias sociais sendo desenvolvidas de forma artesanal e diversas formas de geração de renda sustentável; contribuir para preservar modos de vida típicos das localidades rurais como das rezadeiras, enveiras, dozeiras, das ladeiras da broa, entre outros; dar mais visibilidade a realidade das comunidades rurais da região serrana, valorizando e reconhecendo suas manifestações populares, como mineiro pau, bumba meu boi e folias de reis; e compartilhar o processo artesanal de produção que existe até os dias de hoje nas localidades rurais, mas que estão desaparecendo por conta da falta de reconhecimento de sua importância; possibilidade de disseminar os modos de vida da população que mora em áreas rurais do interior do Estado do Rio de Janeiro, estimulando naqueles que tiverem</p>		

APÊNDICE G.15) - EDITAIS SMULSEC/RJ/2010-2011-2012-2013 : Chamada 013/2010: Apoio a modernização e preservação de museus; Chamada 014/ 2010: Apoio a atividade de dinamização de Museus; Chamada 21/ 2011: Modernização de Museus; Chamada 22/2011: Dinamização de Museus; Chamada 15/2012: Apoio ao Desenvolvimento de Museus e Instituições Museológicas

Chamada Pública	PROponente	PROJETOS CONTEMPLADOS / PROCESSO / VALORES (R\$)	INSTITUIÇÃO CONTEMPLADA - CONTATO	BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	REGIÃO
015/12	Associação dos Amigos da Arte Popular Brasileira	Disponibilização do patrimônio artístico do acervo de arte popular do Museu Casa do Pontal E-18/1670/2012 500.000,00	Museu Casa do Pontal Diretora: Maria Angela Mascelani Tel.: (21) 2568-2023 (Centro) / (21) 2490-2428 (Escritório) Cel.: (21) 9865-0737 (Angela) E-mail Institucional: institucional@museucasadopontal.com.br e comunicacao@museucasadopontal.com.br	E considerado o maior e mais significativo museu de arte popular do país. Seu acervo - resultado de quarenta anos de pesquisas e viagens por todo país do designer francês Jacques Van de Beuque - é composto por cerca de 8.000 peças de 200 artistas brasileiros, produzidas a partir do século XX. A exposição permanente do Museu reúne, em 1.500 m2 de galerias, obras representativas das variadas culturas rurais e urbanas do Brasil. Mostradas tematicamente, abrangem as atividades cotidianas, festas, imaginárias e religiosas.	Rio de Janeiro	Metropolitana
Objetivo do convênio:						
015/12	Fundação Lucien Finkelstein	Vida longa ao MIAN E-18/1683/2012 500.000,00	MIAN - Museu Internacional de Arte Naïf Diretora: Jacqueline Finkelstein Tel.: (21) 2225-1033 (Geral) / (21) 2205-8812 (Escritório) Cel.: (21) 9 9846-6338 E-mail Institucional: mian@museunaif.com.br E-mail Diretora: jacquelinef@yahoo.com.br	É mantido pela Fundação Lucien Finkelstein – é o maior museu internacional de arte naïf no Brasil e possui em seu acervo cerca de 5.000 obras de artistas nacionais, de todos os estados brasileiros, e estrangeiros de mais de 100 países, do século XV aos dias de hoje. Seus objetivos são: formar e fidelizar um público intergeracional; promover a democratização do acesso a arte naïf; a acessibilidade e a interatividade; estreitar o vínculo com a comunidade, escolas e instituições do entorno, por meio de planos e ações socioeducativas e culturais desenvolvidas pela equipe de gestão museológica, educativa, cultural e multimídia.	Rio de Janeiro	Metropolitana
Objetivo do convênio:						
015/12	Instituto Cultural Carlos Soliar	Conhecer Carlos Soliar E-18/1684/2012 195.822,00	Casa Atléu Carlos Soliar Diretora: Regina Lamenza Tel.: (22) 2643-0662 E-mail Institucional: institutosoliar@gmail.com	A instituição localizada na Casa Atléu de Cabo Frio, as margens do Canal do Itaipu, um sobrado oitocentista, adquirido em ruínas por Soliar, foi reformado para abrigar seu ateliê e ampliado na década de 70, com projeto de Zanine Caldas. Aberta para a visitação e realização de atividades culturais desde 2004 e conservada com a mesma disposição que Soliar manteve ao longo de mais de 40 anos, abriga seus objetos pessoais e material de trabalho (pigmentos, telas e pincéis). O acervo da pinacoteca contém obras de autoria de Soliar e de outros artistas com quem manteve um intenso diálogo e estímulo, por todas as gerações que	Cabo Frio	Baixas Litorâneas

APÊNDICE G. (16) - EDITAIS_SML/SEC/RIJ/2010-2011-2012-2013 : Chamada 013/2010: Apoio a modernização e preservação de museus; Chamada 014/2010: Apoio a atividade de dinamização de Museus; Chamada 21/2011: Modernização de Museus; Chamada 22/2011: Dinamização de Museus; Chamada 15/2012: Apoio ao Desenvolvimento de Museus e Instituições Museológicas

Chamada Pública	PROponente	PROJETOS CONTEMPLADOS / PROCESSO / VALORES (R\$)	INSTITUIÇÃO CONTEMPLADA - CONTATO	BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	REGIÃO	
				<p>ele cruzou. A Casa também abriga uma biblioteca com cerca de 5 mil títulos, abrangendo arte contemporânea e obras de escritores amigos de Solier.</p> <p>A Casa Alatié funciona como propulsora da cultura junto a população local e tem como objetivos preservar a memória artística, proporcionando um espaço apropriado para cultivar, produzir e expor obras, fatos e feitos culturais marcamenies; dar acesso à população aos acervos bibliográfico, pictórico e documental que abriga; oferecer cursos técnicos, formando mão de obra especializada de suporte às artes plásticas.</p>			
				<p>Objetivo do convênio:</p> <p>015/12 – Contratar mão de obra para o funcionamento regular da Casa Museu Carlos Solier, viabilizando o aumento dos atendimentos e a regularidade das atividades: visitas mediadas, atendimento na biblioteca, exibição de filmes na Sala de Cinema, atendimento a estudantes e pesquisadores no arquivo e as atividades multidisciplinares (exposições, palestras e oficinas). Aumentar o público na sala de Cinema Nelson Pereira dos Santos, com a reforma das poltronas e a manutenção mensal da energia elétrica.</p>			
015/12	Instituto Cultural Casa da Flor	Plataforma interativa Casa da Flor e plano estratégico de conservação, difusão e fomento E-18/1685/2012 250.000,00	<p>Casa da Flor Contato: Amélia Zaluar Tel.: (21) 2286-0804 (Instituto) E-mail Institucional: casa@flor_instituto@yahoo.com.br E-mail Proponente/contato: ameliazaluar@yahoo.com.br</p>	<p>Foi construída em 1912 em São Pedro da Aldeia (RJ), por Gabriel Joaquim dos Santos (1892-1985), um trabalhador nas salinas, filho de uma índia e de um ex-escravo africano, com muita atitude e criatividade. Os materiais utilizados veem de lixos domésticos e de obras civis, que dão todo formato, sendo guiados por sonhos e uma fértil imaginação. Desde 1986 é um monumento tombado pelo governo do estado do Rio de Janeiro. Possui tombamento provisório pelo IPHAN.</p>	São Pedro da Aldeia	Baixas Litorâneas	
				<p>Objetivo do convênio:</p> <p>015/12 - Articular ações de preservação e difusão, no âmbito de estratégia de ação do Instituto Cultural Casa da Flor - ICCF em celebração ao centenário de construção da Casa da Flor, garantindo sua conservação e ampliando o acesso da população e visitantes ao monumento e aos acervos (documentais, de áudio, de vídeo, etc.) disponíveis no ICCF sobre a casa e seu autor, contando com execução de obra de reforço estrutural; execução dos serviços e obra de restauração da Casa da Flor; execução dos serviços de produção do documentário "Casa da Flor, do lixo à beleza", edição do livro "Casa da Flor, importante patrimônio cultural" e execução dos serviços de implantação da Plataforma Interativa Casa da Flor, nas dependências da Casa do Patrimônio existente na antiga Estação Ferroviária São Pedro da Aldeia, em parceria com o IPHAN Região dos Lagos.</p>			

ANEXO A – Mapa do Estado do Rio de Janeiro – Municípios e Regiões



ANEXO B – Quantos e Quem Somos?

QUANTOS SOMOS?

296

E QUEM SOMOS?...



225 Museus



22 Casas de Cultura



07 Centros de Memória



17 Parques



18 Centros Culturais



03 Institutos de Pesquisas



04 Memoriais

O SIM-RJ ENCONTROU NAS REGIÕES



Museus

Noroeste Fluminense: 04
Norte Fluminense: 07
Médio Paraíba: 26
Serrana: 21
Centro Sul Fluminense: 11
Baixadas litorâneas: 11
Metropolitana: 21
Costa Verde: 06



Centros Culturais

Noroeste Fluminense: 04
Norte Fluminense: 03
Médio Paraíba: 04
Serrana: 03
Centro Sul Fluminense: 01
Baixadas Litorâneas: 02
Metropolitana: 1
Costa Verde: 00



Casa de Cultura

Noroeste Fluminense: 05
Norte Fluminense: 03
Médio Paraíba: 00
Serrana: 01
Centro Sul Fluminense: 04
Baixadas Litorâneas: 03
Metropolitana: 04
Costa Verde: 01



Centros de Memória

Noroeste Fluminense: 00
Norte Fluminense: 01
Médio Paraíba: 00
Serrana: 01
Centro Sul Fluminense: 00
Baixadas Litorâneas: 01
Metropolitana: 02
Costa Verde: 00



Institutos de Pesquisas

Noroeste Fluminense: 00
Norte Fluminense: 00
Médio Paraíba: 00
Serrana: 00
Centro Sul Fluminense: 00
Baixadas Litorâneas: 00
Metropolitana: 04
Costa Verde: 00



Memoriais

Noroeste Fluminense: 00
Norte Fluminense: 01
Médio Paraíba: 01
Serrana: 00
Centro Sul Fluminense: 02
Baixadas Litorâneas: 00
Metropolitana: 00
Costa Verde: 00



Parques

Noroeste Fluminense: 00
Norte Fluminense: 01
Médio Paraíba: 01
Serrana: 05
Centro Sul Fluminense: 00
Baixadas Litorâneas: 02
Metropolitana: 06
Costa Verde: 02

ANEXO C – Sistemas de Museus internacionais ou de credenciamento estudados

ANEXO C – Sistemas de Museus internacionais ou de credenciamento estudados

